



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

### 1 - PROPOSIÇÕES DE LEI

### 2 - DELIBERAÇÃO DA MESA

### 3 - ATAS

3.1 - 80ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

3.2 - Evento Realizado na 79ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinado ao pronunciamento de agradecimento do deputado Dinis Pinheiro

3.3 - 22ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

### 4 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissão

### 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 6 - MANIFESTAÇÕES

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 8 - ERRATA



## PROPOSIÇÕES DE LEI

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.511

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep - de Uberlândia, com sede nesse município.  
A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep - de Uberlândia, com sede nesse município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 19 de dezembro de 2014.

Deputado Dinis Pinheiro - Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira - 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.512

Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 21.095, de 30 de dezembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 2º da Lei nº 21.095, de 30 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer como garantia para a realização da operação de crédito prevista nesta lei os recursos de que tratam o art. 157 e a alínea “a” do inciso I e o inciso II do art. 159 da Constituição da República.

Parágrafo único - Havendo garantia da União para a realização da operação de crédito objeto desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer, como contragarantia à União, as receitas geradas pelos tributos a que se refere o art. 155 e os recursos de que tratam o art. 157 e a alínea “a” do inciso I e o inciso II do art. 159 da Constituição da República.”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 19 de dezembro de 2014.

Deputado Dinis Pinheiro - Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira - 2º-Secretário



## DELIBERAÇÃO DA MESA

## DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.606/2014

Abre crédito suplementar ao orçamento da Assembleia Legislativa utilizando como fonte recursos resultantes da anulação parcial de dotações orçamentárias do próprio orçamento e torna sem efeito a Deliberação da Mesa nº 2.605, de 18 de dezembro de 2014.

A Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no inciso V do *caput* do art. 62 da Constituição do Estado e no art. 9º da Lei nº 21.148, de 15 de janeiro de 2014, que autoriza a Assembleia Legislativa a abrir créditos suplementares ao seu orçamento até o limite de 10% (dez por cento) da despesa nele fixada,

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao orçamento da Assembleia Legislativa no valor de R\$7.165.105,00 (sete milhões cento e sessenta e cinco mil cento e cinco reais), na forma constante no Anexo I.

Art. 2º - Para fins do disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa, na forma constante no Anexo II.

Art. 3º - Fica sem efeito a Deliberação da Mesa nº 2.605, de 18 de dezembro de 2014.

Art. 4º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, 19 de dezembro de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente - Ivair Nogueira, 1º-vice-presidente - Hely Tarquínio, 2º-vice-presidente - Adelmo Carneiro Leão, 3º-vice-presidente - Dilzon Melo, 1º-secretário - Neider Moreira, 2º-secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-secretário.

## ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Deliberação da Mesa nº 2.606, de 19 de dezembro de 2014)

## SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
1.01.1-01.031.729-4.239.0001-3.1.90-0-10-1	2.370.000,00
1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.1.90-0-10-1	1.008.000,00
1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-10-7	2.665.105,00
1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-10-9	1.100,00
1.01.1-01.122.701-2.009.0001-4.4.40-0-10-1	1.050.000,00
1.01.1-09.272.702-7.006.0001-3.1.90-0-10-1	70.900,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>	<b>7.165.105,00</b>

## ANEXO II

(a que se refere o art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.606, de 19 de dezembro de 2014)

## ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-10-1	7.165.105,00
<b>TOTAL DA ANULAÇÃO</b>	<b>7.165.105,00</b>



## ATAS

## ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/12/2014

## Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Hely Tarquínio e Bonifácio Mourão

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Questões de Ordem - Leitura do Relatório das Atividades na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 5.684/2014 - Projetos de Lei nºs 5.685 a 5.705/2014 - Requerimentos nºs 9.321 a 9.341/2014 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Esporte, de Prevenção e Combate às Drogas, de Administração Pública, de Cultura, do Trabalho e de Segurança Pública - Questão de Ordem - Oradores Insritos: Discursos do deputado Neider Moreira e da deputada Maria Tereza Lara - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - 2ª Fase:



Discussão e Votação de Proposições: Acordo de Líderes; Decisão da Presidência - Questões de Ordem - Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.640/2014; discursos dos deputados Sargento Rodrigues e Rogério Correia; encerramento da discussão; Prorrogação da Reunião; votação nominal do projeto; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.507/2012; encerramento da discussão; discurso do deputado Fred Costa; votação nominal do Substitutivo nº 2; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 - Questões de Ordem - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 5.640/2014; aprovação - Questões de Ordem - Encerramento.

### **Comparecimento**

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

### **Abertura**

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **1ª Parte**

#### **1ª Fase (Expediente)**

#### **Ata**

- O deputado Neider Moreira, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### **Questões de Ordem**

O deputado Rômulo Viegas - Sr. Presidente, demais deputados que compõem a Mesa, deputados e deputadas, estamos num impasse. É fim de ano, e não chegamos a acordo nenhum. Lamentamos esse posicionamento. Eu quero aqui, neste curto tempo, lamentar também que - não sei as razões, mas tive informação agora, segura, do secretário de Estado de Fazenda, Dr. Colombini - o governo federal não tenha repassado para o governo do Estado de Minas o valor da ordem de R\$320.000.000,00, deputado Dalmo Ribeiro Silva, correspondentes à Lei Kandir, nem o R\$1.000.000.000,00 que foi autorizado por esta Casa, via empréstimo, junto ao Banco do Brasil. Então, estão deixando de entrar nos cofres do governo de Minas Gerais R\$1.320.000.000,00. As razões são obscuras, as razões são temerárias, porque, ao mesmo tempo que estamos aqui pelejando para dar um aumento mínimo, que praticamente corresponde à inflação, para o servidor estadual, não chegamos a acordo, não se chega a conclusão nenhuma, e há, a toda a hora, introdução de requerimentos para obstruir a pauta. Esse comportamento da atual oposição é lamentável, mas creio que o mais grave de tudo, realmente, seja essa falta de sensatez do governo federal para com o governo de Minas. É fácil dizer que o governo de Minas está quebrado, que o governo de Minas está assim, está assado, mas nós que ficamos aqui os quatro anos vimos como é que o governo de Minas foi tratado pelo governo federal. E a comprovação está aí: não repassaram, até agora, R\$320.000.000,00, que é direito do Estado e dos outros estados que também não receberam. É dinheiro do Estado, é lei, é a legislação, e não repassaram R\$320.000.000,00, como também, até agora, o que esta Casa autorizou de empréstimo, junto ao Banco do Brasil, da ordem de R\$1.000.000.000,00. E, com certeza, não fará isso agora, em fim de ano, porque o que a gente vê em matérias jornalísticas é que o governo federal teve de fazer com que o Congresso Nacional, a base do Congresso Nacional quebrasse a Lei de Responsabilidade Fiscal para aprovar superávit primário. Pela primeira vez, na história do Brasil, o Congresso, responsável por legislar, responsável por fiscalizar as contas públicas, quebra aquilo que foi construído ao longo dos anos. E aí entendo eu que isso vai virar uma farra de gestão administrativa. Prefeitos brasileiros que não agirem com honestidade na sua gestão vão enviar também para as câmaras pedido de quebra da responsabilidade fiscal, porque, se serve para o governo federal, tem de servir para os prefeitos, para os estados. Então não venham aqui dizer que o governo de Minas está quebrado; que o governo de Minas é isto, é aquilo. Nós agora queremos ver coisas importantes. Queremos ver o governo de Minas que assumirá no ano que vem acabar com o subsídio dos professores, porque foi isso que prometeram aqui. Combateram muito, criticaram o modelo da gestão da Secretaria de Educação com a implantação do subsídio. Vamos esperar que acabem com isso, que tirem esse modelo de subsídio dos professores, e paguem, como eles entendem, o piso nacional da educação, que é o primeiro passo. O segundo passo, deputado Hely Tarquínio, é diminuir o ICMS da Cemig, tão criticado: "A Cemig é a energia mais cara do Brasil". Vamos aguardar que reduzam o ICMS da Cemig. Mas o que quero registrar é esta perseguição, ainda mais em fim de ano, que se acentua. Comprovo o que sempre dizemos aqui: o descaso do governo federal com Minas Gerais. Deixam de entrar R\$320.000.000,00, que é direito constitucional do Estado, nos cofres do governo de Minas, que está aí, tentando juntar recursos para pagar o 13º salário do servidor. E mais R\$1.000.000.000,00 que esta Casa autorizou. Lamento esse comportamento. Mas, ano que vem, veremos as professoras podendo merendar nas escolas. Criticavam aqui que era um absurdo as professoras não se alimentarem nas escolas - acho que são 500 mil. Quero ver o governo novo do PT gerenciando Minas Gerais e autorizando 500 mil professoras a se alimentarem nas escolas, participando da merenda escolar. O decreto federal proíbe isso. Vamos aguardar. Muito obrigado.

O deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, a minha questão de ordem é um apelo. Vejo aqui o líder do novo governo, que já foi anunciado à imprensa, deputado Durval Ângelo. É um apelo no sentido do destravamento da pauta. Há importantes projetos a serem votados, de interesse de servidores. Há a recomposição salarial de 4,5%, que é pequena. Em todos estes anos, a Assembleia



sempre votou a recomposição da inflação e mais algum aumento real. O governador de Minas encaminhou para cá reajuste relativo apenas à inflação até o mês de outubro, é um índice conservador. A pretensão era de 6,5%, e encaminhou-se 4,8%, 4,7%. Então há esse projeto para ser votado. Há o aumento do Ministério Público; há um projeto importante da Defensoria Pública, que está aqui. Então o nosso apelo é para que o PT autorize essa votação. Vamos compreender: existem manobras regimentais, as que o Regimento Interno permite, que obstruem a pauta. Sabemos que o nosso Regimento Interno exige consenso. Poucos deputados conseguem obstruir a pauta da Assembleia, e é o que está acontecendo hoje. Estamos percebendo o PT, já por orientação do governo que entrará, obstruindo e criando algumas dificuldades. Temos que votar, são matérias importantes. Vamos votar. Todos estão presentes, vieram com esse empenho. Os deputados, tanto os do PT, como os do PMDB e do PSDB e os de todos os partidos, estão na Casa. Há quórum, há número de deputados para votar. Então vamos votar. Minas Gerais espera isso de nós, deputado Durval Ângelo, é o que quer de todos nós, deputados. É o que Minas espera do governo atual, do governo que entrará. É fundamental votarmos. São matérias importantes que precisam ser votadas. Acho que estaremos fazendo um bem para Minas Gerais colocando esses projetos em votação. Sr. Presidente, era essa a questão de ordem que tinha a fazer. Muito obrigado.

O deputado Antônio Carlos Arantes - Querida manifestar aqui também a minha preocupação, porque projetos importantíssimos estão na pauta. Os deputados estão presentes. E por que não votar? Está faltando diálogo? Acho que não. O presidente Dinis Pinheiro tem sido muito democrático; tem aberto todas as discussões, assim como nossas lideranças de forma geral. Quando analisamos a pauta, vemos que há muita coisa importante, que, aliás, não terá impacto financeiro algum no orçamento do governo do Estado, sem contar o que tem impacto, que são correções salariais. Não podemos ter a irresponsabilidade de não justificarmos nosso trabalho com resultado prático e objetivo. Quando vota em nós, o pessoal está nos dando uma procuração para que o representemos nesta Casa criando leis que venham a melhorar a vida das pessoas. Esse é o principal objetivo do nosso cargo. Defendo muito a PEC nº 69. Há muita dificuldade por parte desses professores e servidores que cuidam da limpeza, da segurança das escolas e das nossas crianças com muito carinho e dedicação. Como ficará esse pessoal? A maioria não tem outra oportunidade de trabalho e muitas vezes vive em regiões como o Norte de Minas, o Jequitinhonha, a Zona da Mata, com muita dificuldade de emprego. Não é muito diferente na minha região de São Sebastião do Paraíso. Ouço muitas reivindicações e tenho recebido comissões e mais comissões, como, por exemplo, na semana passada, em São João do Paraíso, aproximadamente 11 profissionais, entre estes um com problema de saúde na família que disse que passará por necessidade. Vejam que situação. Portanto, é hora de entendermos que a PEC nº 69 pode ser, no mínimo, a prorrogação para buscarmos uma saída melhor para essas pessoas. Não é por ser de minha autoria, mas há um projeto em relação à pesquisa agropecuária, que tem sido prejudicada no orçamento. A agropecuária tem diretamente quase 30% do PIB mineiro. Quando se inclui a pessoa que trabalha com venda no comércio relacionada diretamente à renda que vem do campo, o PIB mineiro da agropecuária passa de 60%. Quando se fala em inovação e pesquisa, os recursos que têm chegado por meio da Fapemig para pesquisa agropecuária têm sido menores do que o reivindicado e necessário para termos uma pesquisa com muito mais ênfase e resultado. No nosso projeto de lei, de cada 100, 10% do orçamento da pesquisa - não são 10% do orçamento do Estado -, ou melhor, o que for destinado à pesquisa no Estado em todos os setores, 10% ficariam vinculados diretamente para instituições de pesquisa ligada ao campo. Então, seria uma forma de pesquisa para não ter tal dificuldade porque muitas vezes se inicia o projeto, mas para-se no meio ou no final, sem conclusão do resultado por falta de recurso. Temos aí a Epamig, empresa séria que tem um histórico de transformação do setor agropecuário em Minas. Hoje temos uma variedade de café muito mais produtiva do que no passado. Antes a produtividade era de 7 a 10 sacas de café por hectare, e hoje, em média, passa de 25. Isso, graças à pesquisa agropecuária desenvolvida pela Epamig, com variedades hoje muito mais produtivas. Agora temos oportunidade de evoluir muito mais. Há um projeto meu também que valoriza muito o cooperativismo. A ideia não foi minha. Ouço as pessoas e os setores, e, a partir disso, traduzimos a necessidade por meio de projeto. No entanto, só vira lei se chegarmos a entendimento e consenso e votarmos favoravelmente. Sr. Presidente, é hora de nossos parceiros e companheiros entenderem que, em relação ao que estamos fazendo aqui, obstruindo pauta, não votando uma bela de uma pauta como esta, o desgaste em cima de nós é real. Na verdade, o povo tem razão quando diz que não estamos trabalhando. Nesses dias não estamos justificando o salário que ganhamos. Muito obrigado.

#### **Leitura do Relatório das Atividades na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura**

O presidente - Não havendo correspondência a ser lida, com a palavra, o 1º-secretário, para proceder à leitura do Relatório das Atividades na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura.

O 1º-secretário (deputado Dilzon Melo) - Como fazemos a cada fim de sessão legislativa, a Assembleia apresenta o seu relatório. (- Lê:)

“Relatório de Atividades da Assembleia Legislativa na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - 2014

No ano de 2014, como durante toda a legislatura que ora se encerra, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais manteve as prioridades presentes em suas diretrizes, definidas logo no início do período. Assim, o compromisso com a redução das desigualdades sociais e regionais, decorrente da consciência de que alguns segmentos da população merecem uma atenção especial, orientou a regulamentação da gratuidade para idosos e pessoas com deficiência no transporte coletivo intermunicipal - Lei nº 21.121, de 2014.

Consoante a mesma preocupação, foi concluída a primeira edição do projeto Cidadania Ribeirinha, apoiando o desenvolvimento sustentável em municípios que apresentam o menor Índice de Desenvolvimento Humano entre as cidades mineiras banhadas pelo Rio São Francisco, oferecendo cursos de capacitação e incidindo nas áreas de meio ambiente, patrimônio cultural e planejamento urbano.

A interlocução com os cidadãos e a sociedade civil também foi intensificada com o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação popular. No mês de maio, foi instituído um novo instrumento que permite aos cidadãos participarem efetivamente do processo legislativo. Disponível no portal da Assembleia, o serviço *Dê Sua Opinião sobre Projetos em Tramitação* permite a qualquer interessado influenciar nas propostas em tramitação, comentando-as e sugerindo modificações.

Dois ações que simbolizam a constante aproximação entre o Poder Legislativo e a população resultaram na reforma da praça da Assembleia e em mais um sucesso da tradicional Cantata de Natal. No mesmo sentido, convidados e cidadãos prestaram sua



imprescindível e democrática colaboração com as comissões parlamentares ao longo do ano. Entre os temas debatidos, elencam-se a prestação do serviço de telefonia móvel, a revitalização do Rio São Francisco e a situação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apaes.

Um dos resultados alcançados foi a assinatura de um plano de melhorias para o setor da telefonia, em que as operadoras assumem o compromisso de ampliar a cobertura para 100% da zona rural do Estado até 2015. Entre as normas instituídas durante o ano, frequentemente na sequência de amplo debate com a sociedade civil organizada, foi criado o Fundo dos Direitos dos Idosos - Lei nº 21.144 -, as instituições e logradouros públicos foram proibidos de ser batizados com nomes de torturadores - Lei nº 21.417 - e tornou-se obrigatória a distribuição de sacolas plásticas biodegradáveis ou oxibiodegradáveis - Lei nº 21.412.

O compromisso com a austeridade somou-se às providências adotadas no ano anterior, levando, desta feita, a uma nova regulamentação do auxílio-moradia - Resolução nº 5.459, de 2014 -, impedindo o pagamento do benefício a parlamentares que possuem imóveis na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em relação à preservação da memória coletiva, uma extensa comemoração celebrou o bicentenário da morte de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, culminando no lançamento de uma medalha cunhada pela Casa da Moeda em 18 de novembro, transformando a data no Dia do Barroco Mineiro.

Reafirmando o primado dos valores democráticos, a Assembleia promoveu o ciclo de debates Resistir Sempre - Ditadura nunca Mais, lembrando os 50 anos do golpe militar. A concessão do Título de Cidadão Honorário do Estado a D. Paulo Evaristo Arns corrigiu um erro histórico, ocorrido em 1979, quando a proposta dessa homenagem a um herói da redemocratização foi rejeitada pelo Plenário. A Assembleia também deu sua contribuição para o bom andamento da Copa do Mundo. Visitas, audiências e debates públicos abordaram desde as obras no Aeroporto de Confins até estratégias de ação da Polícia Militar.

Nesse contexto, foi criada a Lei nº 21.324, que obriga a identificação para a polícia de manifestantes mascarados sempre que for necessário. Durante o ano que estamos concluindo, o Parlamento de Minas reforçou, ainda, suas ferramentas de gestão, fruto de sua preocupação com a qualificação do quadro funcional e com a racionalização dos gastos públicos.”

Em muito a Assembleia contribuiu com o povo mineiro, em muito ela quer contribuir. É uma pena que neste final não possamos coroar de êxito, agraciando todos os funcionários públicos, o que seria o pleno interesse deste governo que está por acabar. Esta é a nossa leitura, Sr. Presidente.

## **2ª Fase (Grande Expediente)**

### **Apresentação de Proposições**

O presidente - Esgotado o prazo destinado a esta fase, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.684/2014**

Ratifica concessão de regime especial de tributação em matéria de ICMS ao contribuinte mineiro do setor de instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação ao contribuinte mineiro do setor de instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, considerando a exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 715/2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de dezembro 2014.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

### **PROJETO DE LEI Nº 5.685/2014**

Dispõe sobre a proporção de policiais militares por habitantes no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A Secretaria de Segurança Pública do Estado de Defesa Social implementará, em todos os municípios do Estado, a garantia à ordem pública com o efetivo da Polícia Militar na proporção de um policial para cada duzentos e cinquenta habitantes.

Art. 2º - Para atender a demanda de cada Município, serão criadas as Companhias Independentes da Polícia Militar - CIPM - em municípios-polos que não ultrapassem a distância de 50 km, a fim de que todos os policiais sejam lotados próximos de seus respectivos locais de atuação.

Art. 3º - Nas rodovias de responsabilidade do Estado, deverão ser implementados postos da Polícia Rodoviária Estadual com estrutura interligada.

Art. 4º - O Estado deverá criar plano de incentivo e remuneração e auxílio moradia para oficiais da Polícia Militar residirem na região de abrangência da sua CIPM, a fim de que o serviço não seja prejudicado, bem como para que seja estabelecida a integração e o conhecimento do oficial com a comunidade onde desenvolve sua atividade.

Art. 5º - Será de responsabilidade do Estado o custeio integrado estrutural e pessoal decorrente desta lei, seja com equipamentos, viaturas, material bélico, equipamentos de segurança, motos, cavalaria e todos os meios utilizados pela Polícia Militar, bem como a remuneração e demais benefícios agregados aos oficiais.



Parágrafo único - O Poder Executivo poderá firmar convênios com os Municípios, a fim de ampliar as estruturação da Polícia Militar na manutenção da estrutura física das companhias independentes e no auxílio da aquisição de equipamentos necessários à atividade dos policiais militares.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Fred Costa

Justificação: A segurança pública é tema constante de debate entre amigos nas escolas, universidades, ambiente de trabalho, no lazer, entre educadores, sociólogos, nos noticiários, enfim, é a mazela maior que aflige a sociedade brasileira, e esta relação está proporcionalmente agravada. Vemos isso evidente no crescimento alarmante de usuários de drogas, viciados principalmente em *crack*, pois nas praças e ruas da cidade, a cada dia, encontra-se um novo jovem querendo guardar nosso carro quando estacionamos na via pública, e em sua maioria, esses jovens fazem isso para sustentar o vício.

Detecta-se também em pleno trânsito da capital, em vias de bastante movimento, delinquentes se aproveitando do congestionamento para realização de assaltos em plena luz do dia. Além disso, assistimos ao assédio nas escolas, a utilização de menores na prática de delitos e o aumento de homicídios.

Um ponto crítico a ser ressaltado é a modalidade de furto implementado no estado: a explosão, também em cidades do interior, de caixas bancários eletrônicos. Sim, os “caixas rápidos” têm sido alvos de crimes não apenas na capital, mas também no interior do Estado, como vemos noticiado.

Na prática significa enxergar que existe um déficit de estrutura da segurança pública do Estado, mais precisamente no trabalho preventivo e ostensivo, que recai diretamente no nosso contingente de policiais, tanto no efetivo quanto na estrutura, para atender a demanda que garanta a segurança do cidadão.

A Polícia Militar, que de fato está nas ruas combatendo os crimes, não tem condições para atender todas as necessidades da população. De acordo a recomendação da ONU, o viável é que se tenha em média três policiais para cada 1000 habitantes.

As perspectivas são sombrias e evidentemente contribuem para o aumento da insegurança pública e da criminalidade, haja vista que estamos tratando de um dos maiores estados da Federação, com 417 municípios, ocupando uma área de 295, 669 km<sup>2</sup>.

O presente projeto de lei segue uma tendência nacional, já bastante discutida em outros estados, além de incorporar na medida do possível a recomendação emanada da ONU. A proposição representa papel importante na melhoria da qualidade de vida e da segurança e serviço público do Estado.

Ante o exposto, contamos com a participação dos meus pares para a discussão da matéria e aprovação desse importante projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.686/2014

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Boqueirão Lugar Barra do Córrego, com sede no Município de Unai.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Boqueirão Lugar Barra do Córrego, com sede no Município de Unai.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Inácio Franco

Justificação: A Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Boqueirão Lugar Barra do Córrego tem por finalidade sustentar e defender os interesses e aspirações comuns de seus associados, defendendo e incentivando a produção e o aumento da produtividade de produtos agropecuários e o desenvolvimento da comunidade rural.

Além disso, a associação preenche todos os requisitos legais para a declaração de utilidade pública, razão pela qual contamos com a colaboração dos nobres pares desta Casa para a aprovação do projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.687/2014

Institui a Semana Educacional da Posse Responsável de Animais Domésticos e Educação Continuada.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Semana Educacional da Posse Responsável de Animais Domésticos e Educação Continuada, a realizar-se na segunda semana de março, em consonância com o dia 14 de março, Dia Nacional do Animal.

Parágrafo único - A semana estadual de que trata o *caput* deste artigo passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado.

Art. 2º - Durante a Semana Educacional da Posse Responsável de Animais Domésticos e Educação Continuada serão realizadas atividades educacionais e de esclarecimento, por meio de debates, de palestras e da distribuição de material informativo sobre a posse responsável de animais domésticos.

§ 1º - A semana educacional será coordenada pelas Secretarias Estaduais de Educação e de Meio Ambiente.

§ 2º - As atividades serão realizadas preferencialmente em escolas e espaços comunitários e poderá contar com o apoio e parcerias de entidades e empresas para a sua realização.



Art. 3º - Os órgãos estaduais responsáveis deverão promover o programa de educação continuada de conscientização da população sobre a posse responsável de animais domésticos, podendo, para tanto, contar com parceria de instituição de proteção animal e ambiental ou outra organização governamental ou não.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Fred Costa

Justificação: A Semana Educacional da Posse Responsável de Animais Domésticos e Educação Continuada será uma instância democrática no calendário do Estado de Minas Gerais para a discussão e conscientização acerca dos principais pontos relativos à posse responsável de animais domésticos no âmbito do Estado.

A instituição da semana será um valioso instrumento para debates, apresentação de ideias e troca de experiências sobre a posse responsável de animais, que muitas vezes são vítimas da falta de cuidados e do despreparo de seus donos.

A semana em questão criará o programa de educação continuada, em que serão apresentados métodos de conscientização e prevenção de maus-tratos para com os animais, trazendo assim benefícios para diversos campos da sociedade.

Para tanto, contamos com o apoio dos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.688/2014

Estabelece a exigência de tradução, para a língua portuguesa, na forma que menciona, dos rótulos de embalagens e das bulas dos produtos importados comercializados no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Torna-se obrigatória a tradução, para a língua portuguesa, dos rótulos de embalagens e das bulas dos produtos importados comercializados no Estado.

Parágrafo único - Aplica-se a obrigatoriedade descrita no *caput* a todos os produtos postos à venda, independentemente de prescrição médica.

Art. 2º - A tradução para o idioma português abrangerá a composição, a indicação, o modo de uso, o número do lote e as datas de fabricação e de validade do produto.

Art. 3º - A tradução será apresentada de forma facilmente compreensível e prontamente legível, dispensando a utilização de instrumento óptico por pessoa que não necessita de correção visual, e em caracteres definidos por órgão competente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor no prazo de 90 dias decorridos de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Leonardo Moreira

Justificação: Em 25 de maio de 2012, o presidente do Senado à época assinou decreto que alterou a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que tão somente dispunha sobre a impressão do número de lote e das datas de fabricação e de validade nos medicamentos.

No que se refere à tradução para o idioma português, o projeto não recebeu modificação, mas fato é que a legislação é bem antiga e, como em muitos casos, é aplicada em parte. É muito comum encontrarmos produtos importados prescritos por médicos e nutricionistas, por exemplo, vendidos em farmácias, lojas e até em mercados, sem tradução para o idioma nacional.

Precisamos normatizar e encontrar uma alternativa para minimizar os riscos que as pessoas correm ao comprar um produto e não utilizá-lo quando necessita ou, o que é mais grave, utilizá-lo de forma inadequada, porque não entende a bula, não confere a composição e desconhece a prescrição, simplesmente por não saber o idioma do país onde o produto foi fabricado.

Como, a meu ver, trata-se de proteção ao direito do consumidor, tomo a iniciativa de apresentar este dispositivo para regular a matéria no âmbito do Estado e, para tal, conto com a apreciação de meus pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.689/2014

Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação no boleto de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - da alíquota adotada para seu cálculo e do valor atribuído ao veículo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O boleto de cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - deverá conter informações sobre a base de cálculo adotada e o valor atribuído ao veículo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Leonardo Moreira

Justificação: Em qualquer situação em que um pagamento é feito com base em uma alíquota e em um valor determinado, as informações relativas a eles constam dos boletos de pagamento. Contudo, na cobrança do IPVA, o contribuinte é obrigado a aceitar o valor que consta de seu boleto, tendo assim limitado o seu legítimo direito de saber como o Estado chegou ao valor cobrado. O fato de esses dados estarem disponíveis na *internet* não é suficiente para esclarecer as dúvidas do contribuinte, pois, por várias razões, essa verificação é muito trabalhosa.

Por outro lado, disponibilizar esses dados não agrega nenhum trabalho extra ao Estado, tendo em vista que ele já possui as informações solicitadas. Trata-se, apenas, de dar mais transparência à cobrança efetuada.



- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.690/2014

Obriga as empresas responsáveis pela instalação de semáforos no Estado a utilizarem tecnologia que possibilite a continuidade de seu funcionamento em caso de queda de energia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - As empresas responsáveis pela instalação de semáforos no Estado ficam obrigadas a instalar aparelhos dotados de sistema *no break* ou similar, à medida que os semáforos atualmente instalados necessitem de substituição.

Art. 2º - Os órgãos estaduais competentes ficam responsáveis por elaborar relação de locais que receberão, prioritariamente, novos semáforos.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Leonardo Moreira

Justificação: É uma cena comum vermos sinais desligados sempre que cai uma chuva forte, com queda de energia, causando um verdadeiro nó no trânsito. As novas tecnologias, entretanto, permitem que os semáforos continuem em funcionamento por horas, mesmo em caso de queda de energia. O uso desses novos sistemas se torna de grande importância por evitarem acidentes, diminuindo assim o número de vítimas, além de evitarem o caos no trânsito e todas as perdas daí decorrentes. A substituição eletiva dos semáforos possibilitará que as principais vias sejam privilegiadas no cronograma de trocas.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Transporte para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.691/2014

Cria o Programa Estadual de Cuidados Paliativos no âmbito da saúde pública do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criado, no âmbito da saúde pública do Estado de Minas Gerais, o Programa Estadual de Cuidados Paliativos.

Parágrafo único - Os cuidados paliativos seguem uma filosofia de cuidado para as pessoas que enfrentam sofrimentos com o avançar de suas doenças crônicas e a proximidade com a morte, comumente abandonadas no modelo assistencial preponderante em nosso país.

Art. 2º - Consideram-se cuidados paliativos - Cps - os cuidados que podem e devem ser oferecidos o mais cedo possível no curso de qualquer doença crônica potencialmente fatal, com o objetivo de garantir uma abordagem que melhore a qualidade de vida de pacientes e de suas famílias, na presença de problemas associados a doenças que ameaçam a vida, mediante prevenção e alívio de sofrimento pela detecção precoce e tratamento de dor ou outros problemas físicos, psicológicos, sociais e espirituais, estendendo-se inclusive à fase de luto. Os CPs regem-se pelos seguintes princípios:

I - defender o direito natural à dignidade no viver e no morrer;

II - promover o alívio da dor e de outros sintomas estressantes;

III - reafirmar a vida e abordar a morte como um processo natural;

IV - não pretender antecipar e nem postergar a morte;

V - integrar aspectos psicossociais e espirituais ao cuidado quando solicitado pelo paciente ou pela família;

VI - oferecer um sistema de suporte que auxilie o paciente a viver tão ativamente quanto possível até a sua morte;

VII - auxiliar a família e os entes queridos a sentirem-se amparados durante todo o processo da doença.

Art. 3º - Os CPs devem ser iniciados o mais precocemente possível, junto a outras medidas de prolongamento de vida, como quimioterapia, radioterapia, cirurgia, tratamento antirretroviral, drogas modificadoras do percurso da doença, entre outras, e incluir todas as investigações necessárias para melhor compreensão e manejo dos sintomas.

Art. 4º - O Programa Estadual de Cuidados Paliativos poderá firmar convênios para a criação de uma rede de cuidados paliativos nos municípios que assim desejarem.

Parágrafo único - Os municípios com mais de 100 mil habitantes contarão com Centro de Referência em Cuidados Paliativos.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Leonardo Moreira

Justificação: Os apelos para a atenção aos doentes em terminalidade de vida foram acolhidos pela Organização Mundial da Saúde - OMS -, que desenvolveu as diretrizes da atenção em cuidados paliativos - Cps - e as difundiu a todos os países membros. No Brasil, houve eco no Congresso Nacional, Ministério da Saúde, Inca, Fundação Oswaldo Cruz, Agência Nacional de Vigilância Sanitária e em várias organizações da sociedade.

Seguindo tendência mundial, nota-se, no Brasil, uma progressiva ascensão da incidência e da mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis - DCNT -, processo conhecido como transição epidemiológica, que tem como principal fator o envelhecimento da população, resultante do intenso processo de urbanização.

Apesar de todos os avanços tecnológicos da medicina moderna, muitas são as doenças que não se consegue curar. Atualmente a doença crônica, progressiva e incurável é a principal causa de incapacidades funcionais, sofrimento e morte, como é o caso do câncer, da aids e de outras enfermidades que acometem órgãos vitais como coração, pulmão, sistema nervoso, fígado e rins. No caso





específico do câncer, que tem seu crescimento progressivo em todas as faixas etárias, e é descoberto em estadiamento tardio no Brasil, com taxas de incidência cada ano maior e com um saldo de incapacidades de toda ordem para os seus portadores, tendem a ocorrer grandes demandas ao sistema de saúde brasileiro (Hennemann-Krause, 2012; Fiocruz, 2012).

O maior desafio para a saúde pública brasileira no século XXI será cuidar de uma grande população idosa, a maioria com baixo nível socioeconômico e educacional e experimentando uma alta prevalência de doenças crônicas e com suas incapacidades funcionais (Lima-Costa, 2003). Para corroborar essa informação, em 2003, segundo as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad -, 29,9% da população brasileira reportou ser portadora de, pelo menos, uma doença crônica. O fato marcante em relação às doenças crônicas é que elas crescem de forma muito peculiar com o passar dos anos: entre as pessoas até 14 anos, foram reportados apenas 9,3% de doenças crônicas, mas entre os idosos este valor atinge 75,5% do grupo, sendo 69,3% entre os homens e 80,2% entre as mulheres (IBGE, 2009).

Recentemente no Brasil foi lançado o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis para o decênio 2011-2022, que aponta as doenças crônicas não transmissíveis como um problema de saúde de grande magnitude. São responsáveis por 72% das causas de morte, com destaque para doenças do aparelho circulatório (31,3%), câncer (16,3%), diabetes (5,2%) e doença respiratória crônica (5,8%). Atingem indivíduos de todas as camadas socioeconômicas e, de forma mais intensa, aqueles pertencentes a grupos vulneráveis, como os idosos e os de baixa escolaridade e renda. O plano tem como objetivo principal ações que visam ao fortalecimento da capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde e à ampliação das ações de cuidado integrado para a prevenção e o controle das DCNT (Brasil, 2011).

A prática em cuidados paliativos tende a crescer. Estima-se que no País, a cada ano, cerca de 500 mil pessoas necessitem recorrer a essa modalidade de atenção e 80% desse número corresponde a pacientes com câncer (Inca 2014). Essa realidade vai exigir uma resposta mais qualificada da política de saúde brasileira, necessitando estar ancorada numa perspectiva de apoio global aos múltiplos problemas dos pacientes que se encontram na fase mais avançada da doença e no final da vida.

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 198, inciso II, estabelece que, nas ações e nos serviços públicos de saúde, o Estado deve oferecer atendimento integral ao cidadão (Brasil, 1988). Logo, a qualidade de vida deve alcançar a democracia, a igualdade, o respeito ecológico e o desenvolvimento tecnológico, na perspectiva de o cidadão manter garantida a cidadania plena até seu adoecimento e consequente morte. Ou seja, é uma prerrogativa de cidadania integralizadora de tantas quantas sejam as variáveis envolvidas na saúde das pessoas, garantindo com isso o acesso universal à saúde.

As doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e as neoplasias aumentam com o envelhecimento populacional, demandando esses cuidados paliativos. Tais doenças exigem atendimento especializado, que no geral é feito em unidades de emergência, muitas vezes sem que esses pacientes tenham possibilidade de ter alta, o que os leva muitas vezes a morrer no hospital, por não terem condições de voltar para casa por falta de cobertura de atendimento domiciliar e ambulatorial.

Para tanto, considera-se de fundamental importância a estruturação dos cuidados paliativos na Rede de Atenção à Saúde, principalmente no seu eixo da Atenção Básica à Saúde, ressaltando a necessidade e o reconhecimento da abordagem dos CPs como braço assistencial importantíssimo para a implementação de uma política de saúde de forma abrangente e equitativa, principalmente em nossa realidade.

A prática dos cuidados paliativos visa tratar pacientes com doença ativa e prognóstico reservado, desviando o foco de sua atenção da cura para a qualidade de vida. O Brasil tem a Academia Nacional de Cuidados Paliativos, que, desde 2005, estabelece critérios de qualidade para os serviços de cuidados paliativos e abriu o debate sobre a questão no âmbito dos Ministérios da Saúde e da Educação, do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira, obtendo a inclusão dos cuidados paliativos no Novo Código de Ética Médica.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.692/2014

Cria o Programa Boa Visão na Terceira Idade e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criado o Programa Boa Visão na Terceira Idade, que consiste na avaliação oftalmológica anual e no consequente tratamento de idosos a partir de 60 anos.

Art. 2º - O Programa Boa Visão na Terceira Idade atenderá em regime de mutirão.

Art. 3º - O Programa Boa Visão na Terceira Idade atuará de forma universalizada dentro das faixas etárias especificadas, por meio da celebração de convênio entre a prefeitura municipal interessada e o órgão do Poder Executivo competente.

Art. 4º - Caberá às prefeituras municipais conveniadas:

I - a disponibilização de profissionais habilitados para a realização da avaliação oftalmológica;

II - o encaminhamento ao Sistema Único de Saúde dos pacientes portadores de doenças que requeiram tratamento;

III - a organização e o gerenciamento do programa;

IV - o mapeamento dos dados obtidos pelo programa para futuros estudos;

V - fornecimento de armações e lentes.

Art. 5º - O atendimento previsto no art. 2º desta lei ocorrerá em locais disponibilizados pelas prefeituras municipais, que ficarão encarregadas de dar ampla publicidade ao evento, com antecedência mínima de quinze dias.

Art. 6º - Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar, dentro dos limites estabelecidos na lei orçamentária anual.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Leonardo Moreira

Justificação: O Estatuto do Idoso afirma que o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhe as oportunidades e facilidades para preservação de sua saúde, até mesmo obrigando o poder público a assegurar-lhe a efetivação desses direitos por meio de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e com dignidade. Assegura também a atenção integral à sua saúde, incumbindo o poder público do fornecimento gratuito de próteses, órteses e outros recursos.

O Programa Boa Visão na Terceira Idade tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos idosos, por meio da detecção e do tratamento de doenças oftalmológicas e também do fornecimento de armações e lentes.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.693/2014

Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Profissão de Cuidador de Idoso e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída no âmbito do Estado a Política Estadual de Incentivo à Profissão de Cuidador de Idoso, com o reconhecimento da profissão.

Art. 2º - Entende-se como cuidador de idoso todo aquele que desempenhe funções dentro do ambiente domiciliar ou de instituição voltada para pessoas da terceira idade e que, principalmente:

I - realize serviço de apoio emocional e convivência social do idoso;

II - preste auxílio na realização de tarefas relacionadas a higiene pessoal, administração de medicamentos, rotinas de nutrição e ações voltadas para a manutenção e prevenção do ambiente do idoso;

III - auxilie nas atividades de educação, saúde, cultura e lazer do idoso, principalmente em sua locomoção e deslocamento;

IV - preste auxílio ao idoso em instituições de longa permanência, hospitais, centros de saúde, eventos culturais e sociais.

Parágrafo único - Entende-se como instituições de longa permanência aquelas destinadas a pessoas maiores de sessenta anos, voltadas para residência coletiva com suporte familiar ou não e que possuam, no mínimo, condições de higiene e segurança para os idosos.

Art. 3º - São objetivos principais da política de que trata esta lei:

I - proporcionar a divulgação da profissão de cuidador de idoso;

II - incentivar a formação de cuidadores de idosos, maiores de 18 anos e com no mínimo o ensino fundamental, com cursos voltados para a área e reconhecidos por órgãos credenciados no Ministério da Educação;

III - proporcionar maior atenção à pessoa maior de sessenta anos no que diz respeito aos seus direitos e deveres ante a sociedade, com o auxílio de um profissional adequado;

IV - estimular o reconhecimento da profissão de cuidador de idoso por meio de palestras e cursos com esclarecimentos a respeito da profissão.

Art. 4º - Ficam contemplados por esta lei os profissionais inseridos na categoria prevista na legislação em vigor no que diz respeito ao piso salarial devido.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Leonardo Moreira

Justificação: Esta proposta visa contribuir com uma das mais importantes camadas da sociedade, ou seja, a da pessoa idosa. Muitos são aqueles que atuam de maneira direta e dedicada aos idosos, proporcionando auxílio a essas pessoas. Entretanto, a profissão de cuidador de idoso ainda não é devidamente reconhecida. Com uma política estadual para incentivo e reconhecimento dessa profissão, em muito iremos contribuir com esses profissionais.

É sabido e notório que nossa população envelhece mais e mais a cada dia. Existe a perspectiva de chegarmos aos 35 milhões de idosos em menos de 20 anos no Brasil. Assim, crescem os números de pessoas que se dedicam a cuidar de pessoas idosas. E crescem também as estatísticas de pessoas que são abandonadas em asilos e nas ruas por não terem familiares que possam cuidar delas com tempo e dedicação total.

Por entender ser de grande valia termos em nosso Estado uma política voltada para o reconhecimento da profissão do cuidador de idoso, apresento a esta proposição para a aprovação de meus pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.694/2014

Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de profissionais do serviço social para atuar em creches públicas no âmbito do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A contratação de profissionais do serviço social para atuar no segmento educacional infantil denominado creche mantido pelo poder público será obrigatória no âmbito do Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Leonardo Moreira

Justificação: No Brasil, as primeiras organizações do segmento educacional infantil denominado creche mantidas pelo poder público foram criadas no início do século XX. Destinadas inicialmente a abrigar crianças pobres e abandonadas, as creches surgiram na França em 1770. Nessa época, o termo cuidado era usado como guarda, devido à função assistencialista das creches, que eram vistas como instituições guardiãs.

A política assistencial tomou novos rumos no Brasil com a implantação da Lei Orgânica de Assistência Social - Loas -, Lei nº 8.742, de 1993, a assistência social passou a se constituir um direito do cidadão e dever do Estado, tendo como objetivo a proteção social a todos os cidadãos necessitados, a partir do princípio da universalidade dos direitos sociais.

A Loas, em seu art. 1º, define assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, sendo executada através de um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. No dispositivo citado, explicita-se a assistência social como um direito do cidadão, um direito que precisa ser construído coletivamente, não só no atendimento às necessidades básicas, mas no acesso e na aquisição da multiplicidade de bens culturais, sociais, educacionais, materiais, imprescindíveis à existência do homem.

Desde seu início, a creche estava vinculada administrativamente aos órgãos governamentais de assistência, e é comum ver os assistentes sociais como coordenadores dessas instituições, pois eles trabalham com as mais diversas faces da questão social, além de esclarecerem à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso a esses direitos. Cabia às creches, em sua quase totalidade criadas e mantidas por instituições filantrópicas, guardar a criança e, ao mesmo tempo, aconselhar as mães sobre os cuidados que deveriam ter com os filhos, reforçando o lugar da mulher no lar, junto ao marido e à prole.

Assim, em sua fase inicial, as creches pretendiam evitar e prevenir a desorganização familiar, procurando também fornecer às mães os princípios morais, econômicos e higiênicos sobre maternagem conhecidos na época. Dessa forma, as creches estabeleciam com as mães apenas uma relação de favor, não cabendo a elas liberar a mulher de suas funções domésticas ou criar condições para que ela ingressasse no mundo do trabalho. Isso só veio a ocorrer bem mais tarde.

Com as mudanças na política nacional, principalmente a partir da Constituição de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB -, de 1996, e do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, foram dadas novas funções às creches, que deixaram o caráter assistencial para ter uma proposta educacional voltada às crianças de 0 a 6 anos, visando a atender suas necessidades.

O Ministério da Educação, em 1993, elaborou um documento oficial sobre a educação da criança pequena, com referência às dimensões de cuidado e educação, que define o atendimento oferecido por creches e pré-escolas, como primeira etapa da educação para a cidadania.

O fato de as creches passarem a fazer parte do sistema educacional, de acordo com a Constituição Federal e com a LDB, faz com que elas deixem de ser apresentadas como alternativa para pobres, para serem postas como complementares à ação da família, tornando-se instituições mais abrangentes e afastando-se daquele caráter exclusivamente assistencialista arcaico. Assim, a creche torna-se uma instituição educacional, no sentido lato.

Para os assistentes sociais, os pedagogos, os psicólogos, e para os demais profissionais que trabalham nas creches, a definição desses termos é de fundamental importância, pois estão ligados às funções e aos objetivos dessas instituições.

A creche deve ter um projeto pedagógico, e sabemos que para desenvolvê-lo torna-se necessário contar com profissionais com qualificação para o cuidado e a educação de crianças em instituições.

O psicólogo, o pedagogo e o assistente social, são profissionais que possuem qualificação para o cuidado e a educação de crianças em creches.

O serviço social é uma profissão que atua na realidade social através do atendimento de inúmeras demandas, elaboração de pesquisa e construção de propostas que visam ao atendimento às necessidades sociais da população, nas áreas de assistência social, saúde, educação, habitação, etc., como um direito do cidadão e não como um favor ou simples ajuda.

O assistente social tem procurado realizar um trabalho como educador, pautado na integração entre cuidado e aprendizagem. Não vê a creche apenas como um espaço de cuidados físicos e recreação, mas um lugar onde se aprende. Nesse sentido, o assistente social e os demais profissionais do serviço social são considerados educadores e fazem parte da construção de um projeto coletivo.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.695/2014

Fica assegurado aos portadores de deficiência física, mental, síndromes ou transtornos psicológicos o acesso a imóveis residenciais construídos através de programas sociais para habitação do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica garantido às pessoas portadoras de deficiência física, mental, síndromes ou transtornos psicológicos, um percentual dos imóveis residenciais construídos através de programas sociais do Estado de Minas Gerais.

§ 1º - Fica limitado ao percentual de 10% (dez por cento) o total de imóveis que serão disponibilizados para atender aos portadores de deficiência física, mental, síndromes ou transtornos psicológicos.

§ 2º - Os cidadãos, para serem considerados aptos a serem beneficiados por esta lei, deverão ter suas deficiências, síndromes e transtornos psicológicos, constando na relação da Classificação Internacional de Doenças - CID 10, utilizado como referência pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

§ 3º - O cadastro das pessoas, de que trata o *caput* do art. 1º, deverá ser realizado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde.



Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Leonardo Moreira

Justificação: Os portadores de deficiência física, mental, síndromes ou transtornos psicológicos enfrentam grandes problemas para conseguir tratamento adequado, o que muitas vezes onera bastante o orçamento familiar, mesmo que muitos desses tratamentos sejam feitos pela rede pública de saúde.

Apresento este projeto de lei para garantir aos portadores de deficiência física, mental, síndromes ou transtornos psicológicos o acesso à moradia através dos programas sociais implantados no Estado de Minas Gerais.

A moradia é um direito constitucional, e devemos criar mecanismos para que todos a ela tenham acesso. Além da importância de garantir esse benefício, estamos adicionando mais um item na questão social, quando vamos garantir moradia digna para os portadores de deficiência física, mental, síndromes ou transtornos psicológicos e para suas famílias.

Espero contar mais uma vez com o apoio dos nobres colegas à aprovação deste projeto de lei.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Elismar Prado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 127/2011, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.696/2014

Institui o pagamento de meia entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exibições cinematográficas e demais manifestações culturais e esportivas para os portadores de câncer.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o pagamento da meia entrada em todos os locais de espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exibições cinematográficas, circenses, eventos esportivos, de lazer, entretenimento e demais manifestações culturais no Estado aos portadores de câncer.

Art. 2º - A meia entrada deverá corresponder a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado.

Art. 3º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei estabelecendo as formalidades do documento que identifique o portador da doença e as sanções pelo descumprimento da norma.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Leonardo Moreira

Justificação: O presente projeto de lei tem por objetivo instituir o pagamento de meia entrada para portadores de câncer em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exibições cinematográficas, circenses, eventos esportivos, de lazer, entretenimento e demais manifestações culturais no Estado.

Sabemos que receber o diagnóstico de câncer acarreta mudanças extremas na vida da pessoa enferma e sua família, que precisam adaptar-se a um caminho árduo de tratamento que muitas vezes implica em grave sofrimento físico e emocional.

Sabe-se ainda que encarar a doença com positividade e com a participação em eventos sociais e de lazer melhoram a autoestima e o estado psicológico dos pacientes. Dessa forma, assimilam melhor o tratamento, o que aumenta as chances de êxito na batalha contra essa severa doença.

É de conhecimento geral que usualmente os portadores de câncer têm um elevado dispêndio financeiro, seja com cirurgias, internações, medicamentos, acompanhamento médico, o que, com frequência, prejudica o orçamento familiar e, conseqüentemente, a realização de atividades de lazer, que são tão importantes para a melhora do quadro geral do paciente.

Nesse sentido, o presente projeto busca facilitar o acesso dos portadores de câncer a eventos culturais, de lazer, esporte e música, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida e combate à doença.

Sendo de extrema relevância, clamo aos nobres pares desta Casa para que, no exercício de seu mister, aprovelem esta proposição em todos os seus termos.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Tony Carlos. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 5.171/2014, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.697/2014

Revoga a subalínea b.5, do inciso I do art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica revogada a subalínea b.5, do inciso I do art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício financeiro subsequente.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Fred Costa

Justificação: Isentar a cobrança de ICMS sobre medicamentos é uma resposta concreta à alta carga tributária incidente sobre insumos básicos que promoverá melhor distribuição de renda. É uma forma de reduzir as diferenças sociais, pois o atual sistema de cobrança acentua a desigualdade social. Enquanto 10% da parcela dos mais pobres da população brasileira destinam 32,8% da sua renda para o pagamento de tributos, os 10% mais ricos têm ônus de 22,7%. E os produtos que formam a cesta básica tem a maior tributação do mundo.



A lei é incoerente, uma vez que permite deduzir somente as despesas com os medicamentos usados durante o período da internação. A medicina moderna tenta reduzir ao máximo a internação hospitalar, mas a maioria dos idosos faz uso de medicamento contínuo, que compromete uma boa parte do seu orçamento.

De acordo com as instituições, atualmente a carga tributária dos remédios está em torno de 33,9%, o que representa mais de um terço do preço final pago pelo consumidor. Com a desoneração dos impostos sobre produtos farmacêuticos e insumos utilizados em sua produção e comercialização serão cumpridos os dispositivos constitucionais que asseguram a todos o direito à alimentação e a à saúde.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Gustavo Corrêa. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.516/2011, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.698/2014

Determina a adoção de medidas impeditivas do acesso de mamíferos silvestres aos fios de alta tensão dos postes de transmissão de energia elétrica, por parte das concessionárias, no âmbito do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - As concessionárias de energia elétrica adotarão as seguintes medidas preventivas quanto ao acesso de mamíferos silvestres aos fios de alta tensão dos postes de transmissão de energia elétrica:

I - colocação de cones, ou dispositivos similares, na parte superior dos postes de transmissão de energia elétrica localizados às margens de zonas rurais, áreas florestadas, unidades de conservação, reservas legais, fragmentos florestais e áreas de preservação permanente;

II - criação de corredores ecológicos em áreas previamente determinadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável como sendo de trânsito de mamíferos silvestres.

Art. 2º - A fiscalização do disposto nesta lei ficará a cargo do Poder Executivo.

Art. 3º - O descumprimento desta lei ensejará a aplicação de multa no valor de 400 Ufemgs (quatrocentas Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) por poste não adaptado de acordo com o inciso I do art. 1º.

§ 1º - A multa será aplicada em dobro, no caso de reincidência, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.

§ 2º - O montante arrecadado em decorrência da aplicação da multa prevista no *caput* poderá ser revertido às entidades de proteção dos animais estabelecidas no local da infração, na forma regulamentar desta lei, e, na ausência delas, às entidades congêneres mais próximas.

Art. 4º - As concessionárias têm o prazo de dois anos para se adequarem aos dispositivos constantes desta lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Fred Costa

Justificação: É extremamente comum a ocorrência de acidentes envolvendo mamíferos silvestres que alcançam os fios de alta tensão localizados especialmente às margens de zonas rurais. Isso porque a escassez dos denominados corredores ecológicos - os quais interligam grandes fragmentos florestais ou unidades de conservação separados por estradas, agricultura, clareiras abertas pela atividade madeireira, dentre outras atividades humanas - acarreta a utilização dos fios de alta tensão pelos animais silvestres, que precisam circular à procura de abrigo e alimento para a fauna local.

A adaptação de um cone, ou dispositivo similar, nos postes de energia elétrica localizados às margens de zonas rurais seria de grande eficiência para impedir que mamíferos silvestres - tais como macacos, gambás, esquilos e felinos - escalem esses postes na tentativa de alcançar os fios de alta tensão e fazer a sua indevida utilização para circular pelo que seria o seu *habitat*.

Ademais, compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do sol e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

O projeto de lei encontra-se, pois, em plena consonância com os ditames constitucionais à medida que propõe solução simples e eficaz para melhoria do *habitat* de mamíferos silvestres sem conflitar com a legislação vigente.

Para a aprovação deste projeto, contamos com o apoio dos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.699/2014

Dispõe sobre a colocação de placa informativa nos hospitais públicos autorizando a presença do acompanhante de pacientes maiores de sessenta anos de idade quando internados e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os hospitais públicos estaduais deverão afixar placa autorizando a presença de acompanhante de pacientes maiores de sessenta anos de idade, durante o período da internação.

Parágrafo único - Excetua-se ao disposto nesta lei a internação em unidade de tratamento intensivo ou a situação clínica em que tecnicamente esteja contraindicada a presença de acompanhante, o que deverá ser formalmente justificado pelo médico assistente.

Art. 2º - A placa de que trata o *caput* deste artigo deverá ser legível e colocada em locais de fácil visualização, nos pontos de entrada e saída e nas áreas comuns do local.



Art. 3º - O não cumprimento do disposto nesta lei acarretará a aplicação de multa de 500 Ufemgs (quinhentas unidades fiscais do Estado de Minas Gerais), cobradas em dobro a cada trinta dias corridos, sem o cumprimento desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Fred Costa

Justificação: Considerando que idosos se sentem mais seguros quando acompanhados por familiares ou responsável e que essa segurança é fator fundamental para a plena recuperação do paciente, apresentamos este projeto que visa a garantir esse acompanhamento do idoso durante as internações nos hospitais públicos, já ressalvadas as exceções contidas na proposta.

A proposta também busca garantir que tal direito seja amplamente divulgado, possibilitando que o maior número de pessoas tenha acesso à informação a respeito.

Desta forma, contamos com o apoio dos nobres colegas à aprovação desta matéria.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.700/2014

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Participação Social - Peps - e o Sistema Estadual de Participação Social - Seps - e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Política Estadual de Participação Social - Peps - e o Sistema Estadual de Participação Social - Seps.

Art. 2º - A Política Estadual de Participação Social a que se refere o art. 1º será implantada com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública estadual e a sociedade civil.

Parágrafo único - Na formulação, na execução, no monitoramento e na avaliação de programas e políticas públicas e no aprimoramento da gestão pública serão considerados os objetivos e as diretrizes da Política Nacional de Participação Social.

Art. 3º - São diretrizes gerais da Peps:

I - o reconhecimento da participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia;

II - a complementariedade, a transversalidade e a integração entre mecanismos e instâncias da democracia representativa, participativa e direta;

III - a solidariedade, a cooperação e o respeito à diversidade de etnia, raça, cultura, geração, origem, sexo, orientação sexual, religião e condição social, econômica ou de deficiência, para a construção de valores de cidadania e de inclusão social;

IV - o direito à informação, à transparência e ao controle social nas ações públicas, com uso de linguagem simples e objetiva, consideradas as características e o idioma da população a que se dirige;

V - a valorização da educação para a cidadania ativa;

VI - a autonomia, o livre funcionamento e a independência das organizações da sociedade civil; e

VII - a ampliação dos mecanismos de controle social.

Art. 4º - São objetivos específicos da Peps, entre outros:

I - consolidar a participação social como método de governo;

II - promover a articulação das instâncias e dos mecanismos de participação social;

III - aprimorar a relação do governo estadual com a sociedade civil, respeitando a autonomia das partes;

IV - promover e consolidar a adoção de mecanismos de participação social nas políticas e nos programas de governo estaduais;

V - desenvolver mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento;

VI - incentivar o uso e o desenvolvimento de metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagens de participação social, por meio da *internet*, com a adoção de tecnologias livres de comunicação e informação, especialmente *softwares* e aplicações, tais como códigos-fonte livres e auditáveis ou os disponíveis em portal de *software* público brasileiro;

VII - desenvolver mecanismos de participação social acessíveis aos grupos sociais historicamente excluídos e aos vulneráveis;

VIII - incentivar e promover ações e programas de apoio institucional, formação e qualificação em participação social para agentes públicos e sociedade civil; e

IX - incentivar a participação social no Estado e nos municípios mineiros.

Art. 5º - Os órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta deverão, respeitadas as especificidades de cada caso, considerar as instâncias e os mecanismos de participação social previstos nesta lei, para a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação de seus programas e políticas públicas.

Art. 6º - São instâncias e mecanismos de participação social, sem prejuízo da criação e do reconhecimento de outras formas de diálogo entre administração pública estadual e sociedade civil:

I - conselho de políticas públicas;

II - comissão de políticas públicas;

III - conferência estadual;

IV - ouvidoria pública estadual;

V - mesa de diálogo;

VI - fórum interconselhos;

VII - audiência pública;

VIII - consulta pública;



IX - orçamento participativo; e

X - ambiente virtual de participação social.

Parágrafo único - Os representantes da sociedade civil terão suas despesas para participação em reuniões e eventos das instâncias e mecanismos de participação social pagas pelo Estado, nos termos da legislação aplicável, quando o exercício da representação se der fora dos respectivos municípios de domicílio.

Art. 7º - O Seps será integrado pelas instâncias de participação social previstas nos incisos I a IV do art. 6º desta lei, sem prejuízo da integração de outras formas de diálogo entre a administração pública estadual e a sociedade civil.

Parágrafo único - Será publicada a relação e a respectiva composição das instâncias integrantes do Seps.

Art. 8º - Na constituição das instâncias e dos mecanismos de participação social previstos nesta lei, serão observados as diretrizes gerais e os objetivos específicos da Peps, sem prejuízo de outros específicos, nos termos regulamentares.

Art. 9º - Será instituída a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais, instância colegiada intersecretarial responsável pela coordenação e pelo encaminhamento de pautas dos movimentos sociais e pelo monitoramento de suas respostas.

Parágrafo único - Ato normativo disporá sobre as competências específicas, o funcionamento e a criação de subgrupos da instância prevista no *caput* deste artigo.

Art. 10 - As agências reguladoras estaduais observarão, na realização de audiências e consultas públicas, o disposto nesta lei, no que couber.

Art. 11 - As despesas relativas à implantação das instâncias e dos mecanismos de participação social previstas no art. 6º correrão por conta de dotações orçamentárias previstas para a Secretaria de Estado de Governo.

Parágrafo único - As demais despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12 - Esta lei será regulamentada por meio de decreto.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Rogério Correia

Justificação: Aprimorar o funcionamento democrático do Estado e oferecer à população a oportunidade de atuar de forma contínua e sistemática na propositura, no planejamento e na avaliação de políticas públicas é tarefa do próprio Estado, e para isso impõe-se a criação de uma Política Estadual de Participação Social e de um Sistema Estadual de Participação Social

As manifestações populares, que emergiram com mais força e repercussão em junho de 2013, possibilitaram múltiplas leituras, mas de fato é consenso que as manifestações representaram interessante exercício de democracia direta - o cidadão como indivíduo se expressando para formar a opinião pública e a de seus representantes formalmente constituídos.

Nesta Casa temos representantes que receberam a delegação de executar a vontade do povo, porém é certo que não detêm o monopólio do exercício da democracia.

Se o povo vai às ruas, dispensa mediadores e fala por si só, indica que os seus representantes não estão sendo porta-vozes de causas políticas que lhe são caras. Manifestações de rua desse tipo representam, portanto, questionamentos às ações e omissões dos representantes e nunca negação à democracia.

Dois mil e treze foi o ano em que o povo obteve na rua a revisão do reajuste das tarifas dos transportes públicos e inseriu a questão da mobilidade urbana no centro do debate político.

Uma sociedade democrática não deve se limitar à constituição de representantes que governem em nome do povo - democracia representativa - ou ao exercício democrático direto das manifestações de rua.

A democracia participativa é o caminho entre a institucionalidade dos governos e parlamentos e a efemeridade das mobilizações de rua.

Na sociedade brasileira, diversos mecanismos de democracia participativa foram se constituindo ao longo do tempo. A Constituição Federal de 1988 registrou esses espaços, fruto de uma intensa atuação de movimentos sociais que ao longo de uma década derrotou uma ditadura e constituiu as novas bases de nossa democracia. As práticas de democracia participativa, entretanto, estavam dispersas, com diferentes formatos e nomenclaturas: conferências, conselhos, audiências públicas, orçamento participativo, colegiados, comissões, entre outros.

É nesse contexto que se insere este projeto de lei.

Em um momento de questionamentos da qualidade da representação democrática, é importante ter a sensibilidade de avançar na organização de um sistema de participação social que aprimore os mecanismos de democracia participativa da sociedade brasileira.

A democracia participativa reforça a legitimidade dos Poderes Executivo e Legislativo enfrentando os desafios do nosso tempo e avançando em democracia.

A bancada do Partido dos Trabalhadores, defensora de mais democracia, pretende potencializar o funcionamento democrático de nosso Estado com este projeto de lei, que autoriza o governador a instituir a Política Estadual de Participação Social e o Sistema Estadual de Participação Social.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação de nosso projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.701/2014

Institui a Política de Capacitação para Atendimento ao Idoso nos órgãos públicos do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:



Art. 1º - Fica instituída a Política de Capacitação para Atendimento ao Idoso nos órgãos públicos do Estado.

Art. 2º - Nos termos da política de capacitação instituída por esta lei, será oferecido anualmente Curso de Capacitação, que apresentará conteúdo especial voltado para os idosos.

Art. 3º - Os Conselhos Estaduais de Saúde, de Assistência Social e do Idoso poderão indicar um de seus membros para o estabelecimento de comissão que ficará responsável pela formulação das diretrizes da Política de Capacitação para Atendimento ao Idoso.

Art. 4º - Ao final de cada curso será fornecido certificado de conclusão.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Fred Costa

Justificação: Este projeto tem por objetivo o aprimoramento da Política de Atenção ao Idoso no Estado, pois valoriza e incentiva a qualidade do atendimento à pessoa idosa na administração pública estadual.

Preende-se, com esta proposição, valorizar o aprimoramento da atenção ao idoso em todos os aspectos, e um deles é exatamente o de atender prontamente ao idoso em todas as esferas públicas. Para tanto, faz-se necessário um treinamento refinado, que ofereça condições para que a pessoa idosa sintam-se acolhida e tenha atenção específica e satisfatória.

Esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.702/2014

Institui a Semana Estadual de Valorização da Vida e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Semana Estadual de Valorização da Vida, a ser realizada, anualmente, na semana que compreender o dia 10 de setembro, Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio.

Art. 2º - A semana a que se refere o art. 1º fica incluída no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Minas Gerais.

Art. 3º - A Semana Estadual de Valorização da Vida tem por finalidade a reflexão e a conscientização sobre esta temática, objetivando dignificar a vida no Planeta em reação ao aumento de índice de suicídios, estatisticamente comprovado, que assola a população do Estado de Minas Gerais.

§ 1º - A Semana Estadual de Valorização da Vida terá como diretrizes:

I - alertar a população sobre como diagnosticar possíveis suicidas, utilizando veículos de comunicação de grande acesso à população;

II - promover o encontro com especialista na área para debater o assunto;

III - elaborar e distribuir cartilhas didáticas para órgãos públicos, tais como: escolas, hospitais, capacitando funcionários para lidar com pessoas que tenham pensamentos suicidas.

Art. 4º - Na Semana de Estadual de Valorização da Vida serão realizados palestras, debates, seminários, audiências públicas, esclarecimentos, propagandas publicitárias e distribuição de folhetos informativos e explicativos.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Rogério Correia

Justificação: A Semana Estadual de Valorização da Vida será uma instância democrática no calendário oficial de eventos do Estado de Minas Gerais para discussão e apresentação dos principais pontos relativos a tutela do direito à vida, mormente a construção e a concepção de ações institucionais do poder público. O discurso de valorização da vida se torna estéril se não estiver acompanhado de ações que proporcionem o protagonismo do poder público e da sociedade civil organizada diante de uma articulada intencionalidade de dignificar o valor da vida.

A instituição da semana em questão será um valiosíssimo instrumento de fomento e indução para a consolidação do direito à vida, primeiríssimo direito da cidadania no sentido pleno, cidadania que se afigura como caro desafio previsto na Resolução nº 198, do Conselho Nacional de Justiça, elaborado para os próximos seis anos (2015 a 2020).

O Ministério da Saúde há muito baixou a Portaria nº 1.876/2006, que institui diretrizes nacionais para prevenção do suicídio. Nessa portaria, ressaltam-se entre outros fatores: a importância epidemiológica do registro de suicídio e das tentativas; a necessidade da identificação das comorbidades em populações vulneráveis; o aumento das taxas na faixa etária entre 15 e 25 anos; os danos causados aos que convivem com o suicida; a necessidade de ações integrais de promoção e prevenção em todos os níveis de atenção à saúde.

Entre os principais objetivos da referida portaria está a promoção de ações de educação permanente dos profissionais de saúde de atenção básica, dos serviços de saúde mental, das unidades de urgência e emergência, de acordo com os princípios da integralidade e da humanização.

Falar em vida em todos os seus matizes, com consistência embasada em políticas públicas referendadas pelo coletivo social e alicerçadas pela reflexão e pela experiência das comunidades local e global, demonstrará metodologia pro-ativa do parlamento na busca de resultados práticos para as demandas reais do ser humano.

A Assembleia Legislativa deverá compreender que o suicídio é um problema de saúde pública e, mesmo assim, pouco discutido. E tratar desse assunto não é relatar como aconteceu a morte, mas sim o que a provocou. A prevenção ainda é o melhor remédio para evitar que as pessoas entrem em depressão e, para se livrem do sofrimento, optem por tirar a própria vida.





Refletir, avaliar e encaminhar tais demandas, num tempo sistematizado e institucionalizado e com objetivo de fazer fluir os indicadores que visam à satisfação das necessidades humanas, é de suma importância em nossos dias. Vivemos num contexto em que o consumismo faz parte do *modus vivendi* das pessoas. Nesse sentido, se fundamenta a instituição de uma Semana de Valorização da Vida.

A temática suicídio envolve a vulnerabilidade da saúde pública, não podendo o Estado de Minas Gerais, a família e a sociedade civil organizada furtar-se à responsabilidade social que inegavelmente detêm. A inviolabilidade do direito à vida está edificada em preceito basilar inserto no art. 5º, *caput*, da Constituição da República. Por isso se faz urgente a instituição de uma Semana de Valorização da Vida no Estado de Minas Gerais, a ser comemorada anualmente na semana do dia 10 de setembro, Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, tendo entre seus objetivos: alertar a população sobre como diagnosticar possíveis suicidas, utilizando veículos de comunicação de grande acesso à população; promover encontro com especialistas na área para debater o assunto; elaborar e distribuir cartilhas didáticas a órgãos públicos, capacitando funcionários para lidarem com pessoas que tenham pensamentos suicidas; servir como um espaço de reflexão e avaliação sobre a vida.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Direitos Humanos para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.703/2014

Institui o Dia Estadual de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, a ser comemorado anualmente no dia 29 de setembro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Fred Costa

Justificação: O tráfico de animais é o terceiro maior comércio ilegal do mundo, perdendo apenas para os tráficos de armas e de drogas. O volume de recursos envolvido é enorme, tanto que a atividade funciona nos moldes do crime organizado, característica já plenamente comprovada pelos órgãos ambientais e autoridades policiais que atuam na área no Brasil e em outros países.

São cada vez mais constantes as incursões nas matas tropicais em busca de animais para fomentar o tráfico nacional e internacional. Manter animais silvestres em cativeiro continua sendo um hábito cultural da população brasileira, para exibi-los em forma de coleções ou destiná-los a estudos científicos e à produção de medicamentos e afins.

O tráfico da fauna silvestre possui características peculiares quanto às espécies comercializadas e ao destino que elas têm ao chegar aos mercados internacionais. As ações ilícitas podem ser divididas em três modalidades com objetivos distintos: animais para colecionadores particulares e zoológicos, animais para fins científicos e animais para comercialização em *pet shops*. Cada uma dessas modalidades requer atenção e meios de combate específicos.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Pnuma -, cerca de cem espécies desaparecem por dia da face do planeta, sendo o comércio ilegal uma das principais causas dessa tragédia. O tráfico de animais silvestres no Brasil é responsável pelo desaparecimento de aproximadamente 38 milhões de espécimes por ano.

Estima-se que, de cada 10 animais traficados, apenas 1 chega ao seu destino final. Os outros 9 acabam morrendo no momento da captura ou durante o transporte. Todos os animais traficados sofrem no esquema montado pelos traficantes, o qual inclui como práticas desde anestesiá-los para que pareçam dóceis e mansos até furar os olhos das aves para não enxergarem a luz do sol e não cantarem, evitando chamar a atenção da fiscalização.

O combate ao tráfico de animais passa necessariamente por uma conscientização da sociedade e dos órgãos ambientais sobre o dano ecológico e social provocado por essa atividade criminosa. Com essa perspectiva, a criação do Dia Estadual de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, no dia 29 de setembro, Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Selvagens, oferecerá à sociedade a oportunidade e o estímulo para o debate dos problemas e a busca de soluções para esse crime, que tem colocado diversas espécies de animais em vias de desaparecer para sempre da natureza.

Para tanto, contamos com o apoio dos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.704/2014

Institui a Semana Educacional do Controle de Zoonoses nas escolas públicas do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Semana Educacional do Controle de Zoonoses nas escolas públicas do Estado, a realizar-se na primeira semana de setembro.

Parágrafo único - A semana de que trata o *caput* deste artigo passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado.

Art. 2º - Durante a Semana Educacional do Controle de Zoonoses nas escolas públicas serão realizadas atividades educacionais e de esclarecimento, por meio de debates, de palestras e da distribuição de material informativo, sobre o controle de zoonose.

Parágrafo único - A Semana Educacional do Controle de Zoonoses nas escolas públicas do Estado será coordenada pelas Secretarias Estaduais de Educação e de Meio Ambiente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Fred Costa

Justificação: A Semana Educacional do Controle de Zoonoses nas escolas públicas do Estado será uma instância democrática no calendário do Estado, para a discussão e conscientização dos principais pontos relativos às zoonoses e suas especificidades, com reforço dos procedimentos necessários para a eliminação de possíveis focos de doenças e promoção das ações educativas, principalmente com os jovens, que são multiplicadores nas suas residências e nas comunidades onde vivem, ampliando-se assim o trabalho de prevenção e de proteção à fauna.

Para tanto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta iniciativa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.705/2014

Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos em eventos realizados com a participação de animais, ou em áreas próximas a locais onde se abrigam animais, no Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam proibidos no Estado o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos em eventos realizados com a participação de animais, ou em áreas próximas a locais onde se abrigam animais de quaisquer espécies, em parques públicos, matas ou áreas de preservação permanente, nas seguintes modalidades:

I - *shows* pirotécnicos;

II - apresentação com elementos de pirotecnia;

III - soltura, queima e manuseio.

§ 1º - Para efeito dos dispositivos constantes no *caput* deste artigo, são considerados fogos e artefatos pirotécnicos:

I - os fogos de vista com ou sem estampido;

II - os fogos de estampido;

III - os foguetes, com ou sem flecha, de apito ou de lágrimas, com ou sem bomba;

IV - os chamados *pots-à-feu*, “morteirinhos de jardim”, “serpentes voadoras” ou similares;

V - as baterias;

VI - os morteiros com tubos de ferro; e

VII - os demais fogos de artifício.

§ 2º - Excetuar-se-ão da proibição estabelecida no *caput* deste artigo:

I - eventos realizados por empresas registradas no Exército Brasileiro, com certificado de registro para a atividade de *show* pirotécnico e com a aprovação da autoridade competente de defesa civil do Estado;

II - eventos realizados em distância superior a 2km (dois quilômetros) dos locais especificados no *caput* deste artigo, com autorização expedida pela autoridade competente e com a supervisão e o acompanhamento de empresas ou técnicos especializados devidamente registrados nos órgãos previstos na legislação em vigor, que assumam a responsabilidade pela queima de fogos em festividades e ocasiões especiais, bem como por quaisquer danos materiais causados a terceiros.

Art. 2º - Para os fins do disposto no art. 1º, consideram-se:

I - eventos realizados com a participação de animais: rodeios, cavalgadas, eventos de exposição ou venda de animais realizados em qualquer local que abrigue ou exponha animais;

II - locais onde se abrigam animais: canis públicos ou privados, abrigos, zoológicos, santuários, entre outros;

III - parques públicos ou matas: locais onde há tipicamente abundância de vegetação e áreas não pavimentadas, sobretudo dentro de região urbana ou em suas proximidades;

IV - áreas de preservação permanente: áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, de facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas;

V - animal: organismo pluricelular, heterotrófico, invertebrado ou vertebrado.

Art. 3º - Fica proibido, no território do Estado, fabricar, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação.

Art. 4º - O manuseio, a utilização, a queima ou a soltura de fogos de artifício em desconformidade com o disposto nesta lei sujeitará os infratores a punição progressiva, com o pagamento de multa e a aplicação das seguintes sanções:

I - multa de 5.000 Ufemgs (cinco mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) ao estabelecimento comercial que descumprir o disposto no *caput* do art. 1º;

II - multa em dobro em caso de reincidência;

III - multa de 3.000 (três mil) Ufemgs a pessoa física e de 10.000 (dez mil) Ufemgs a pessoa jurídica, pelo descumprimento do disposto no art. 1º, § 2º, desta lei;

IV - interdição das atividades, combinada com a multa prevista no inciso II deste artigo, quando o infrator for empresa responsável pelo espetáculo pirotécnico;

V - multa de 3.000 (três mil) Ufemgs ao estabelecimento comercial que descumprir o disposto no art. 3º desta lei;

VI - aplicação da penalidade cabível prevista no Estatuto dos Servidores ou na legislação pertinente, após abertura de sindicância ou inquérito administrativo, ao servidor que tenha autorizado o evento.



Art. 5º - São passíveis de punição as pessoas físicas, inclusive as detentoras de função pública, civil ou militar, bem como toda instituição ou estabelecimento, organização social ou pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, de caráter público ou privado, que descumprir o que dispõe esta lei ou que se omitir no dever legal de fazer cumprir esta norma.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar os valores recolhidos por meio das multas previstas por esta lei ao custeio de ações como publicações e campanhas de conscientização da população sobre o disposto nesta lei, sobre a posse responsável e sobre os direitos dos animais; a instituições, abrigos ou santuários de animais; a programas de controle populacional por meio da esterilização cirúrgica de animais e a programas que visem à proteção e ao bem-estar da fauna.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2014.

Fred Costa

Justificação: O barulho causado por espetáculos como os mencionados neste projeto causa pânico e desorienta os animais, uma vez que eles possuem uma sensibilidade auditiva muito superior à humana. A vibração resultante dos sons geralmente atinge um tom muito agudo na natureza, provocando a sensibilidade dos animais e resultando principalmente na fuga de seus predadores. Além disso, em decorrência do pânico causado, muitos animais podem sofrer paradas cardiorrespiratórias e convulsões e ter diversos problemas que podem levá-los à morte.

Nossa Constituição Federal, em seu art. 225, § 1º, VII, estabelece que incumbe ao Estado “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade”.

O recente evento ocorrido na região de Hortolândia, no Estado de São Paulo, por conta do *show* pirotécnico realizado no rodeio da cidade, comprova que o pânico causado nos animais pelos fogos de artifício pode causar fugas desordenadas e possíveis ataques que colocam em risco a saúde pública.

O objetivo deste projeto de lei é valorizar a saúde humana e animal de forma ética, buscando alternativas eficazes para tratar de problemas reais. Para tanto, contamos com o apoio dos nobres pares.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.197/2011, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

## REQUERIMENTOS

Nº 9.321/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 11ª Cia. de Missões Especiais e no 10º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/12/2014, em Montes Claros, que resultou na apreensão de droga, quantia em dinheiro e celulares e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 9.322/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam, pela atuação na ocorrência, em 10/12/2014, em Contagem, que resultou na prisão de cinco pessoas e na apreensão de um adolescente, bem como de celulares, balança, droga e armas de fogo; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 9.323/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam e no 5º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/12/2014, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de relógios de luxo e arma de fogo e na prisão de três homens; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 9.324/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/12/2014, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de um menor, bem como de drogas, material para embalagem de drogas, balança, ácido bórico e munição; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 9.325/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 22º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/12/2014, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de arma de fogo, drogas, munição, balanças e quantia em dinheiro e na detenção de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 9.326/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam, pela atuação na ocorrência, em 14/12/2014, em Contagem, que resultou na apreensão de drogas, munição, balanças de precisão e quantia em dinheiro e na prisão de um homem; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 9.327/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 16ª Cia. Independente, pela atuação na ocorrência, em 13/12/2014, em Cambuquira, que resultou na apreensão de droga e na prisão de um homem; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.



Nº 9.328/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 37º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/12/2014, em Nova Ponte, que resultou na apreensão de um veículo roubado, drogas e na prisão de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 9.329/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 46º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/12/2014, em Coromandel, que resultou na apreensão de drogas, ácido bórico, material para o preparo de droga, seis veículos e na prisão de sete pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 9.330/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 17º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/12/2014, em Uberlândia, que resultou na apreensão de drogas, balanças de precisão, materiais para embalar droga, arma de fogo e na detenção de cinco pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.331/2014, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas e dos documentos apresentados na 30ª Reunião Ordinária dessa comissão, durante a qual o Sr. Ricardo Costa Val do Rosário formulou denúncias de omissões no atendimento médico no Hospital da Unimed em Belo Horizonte, para a realização de auditoria nessa empresa.

Nº 9.332/2014, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público Estadual, à Procuradoria-Geral da República em Minas Gerais e à Defensoria Pública da União em Minas Gerais pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas e dos documentos apresentados na 30ª Reunião Ordinária dessa comissão, durante a qual o Sr. Ricardo Costa Val do Rosário formulou denúncias de omissões no atendimento médico no Hospital da Unimed em Belo Horizonte, para instauração dos procedimentos investigativos cabíveis.

Nº 9.333/2014, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao 3º-Sarg. PM Ivaldino Vicente, lotado no Gate - Batalhão de Missões Especiais, pelos relevantes serviços prestados à Secretaria de Defesa Social, ao gabinete do secretário de Defesa Social e, especialmente, à presidência da Comissão de Direitos Humanos.

Nº 9.334/2014, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Saúde pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas e dos documentos apresentados na 30ª Reunião Ordinária dessa comissão, durante a qual o Sr. Ricardo Costa Val do Rosário formulou denúncias de omissões no atendimento médico no Hospital da Unimed em Belo Horizonte, para instauração de procedimento e apuração dos fatos.

Nº 9.335/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de providências para liberação dos recursos de emenda popular oriunda das audiências públicas do PPAG 2012-2015 exercício 2014, na Ação 1262 - Perícia Médico-Legal, cujo objeto é implantar a seção de Sexologia Forense no Instituto Médico-Legal mediante a aquisição de equipamento. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.336/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para o aumento do efetivo policial no Município de Santa Helena de Minas e à estruturação do referido destacamento para melhor desempenho de suas funções, conforme demandado pela Câmara Municipal desse município através de ofício que relata a atual insegurança de seus habitantes. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.337/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transporte e à Secretaria de Governo pedido de providências para a construção de ponte no Distrito de Itapiru, Município de Rubim, que assegure o trânsito dos moradores. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 9.338/2014, da Comissão de Cultura, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Produtora Nitro Imagens e com a Sra. Natália Martino e o Sr. Leo Drumond, editores e professores dessa empresa, pela publicação da revista *A Estrela*.

Nº 9.339/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 32º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/12/2014, em Uberlândia, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro, celular, balança de precisão e caderno com contabilidade do tráfico e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.340/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 23º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/12/2014, em Divinópolis, que resultou na apreensão de dois adolescentes e de drogas, munição, quantia em dinheiro, balança de precisão, moto roubada e armas de fogo; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 9.341/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 24ª Companhia Independente da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/12/2014, em Serra dos Aimorés, que resultou na apreensão de armas de fogo e na prisão de um homem; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

#### Comunicações

- São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Esporte, de Prevenção e Combate às Drogas, de Administração Pública, de Cultura, do Trabalho e de Segurança Pública.



### Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Primeiramente, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, quando o João Leite ainda estava jogando no gol do Atlético, tomando aqueles peruzinhos que ele tomava sempre, a gente já estava na política, fazendo uma política séria. Já tenho 26 anos de vida pública. Estou vendo hoje, com a paralisação dos trabalhos desta Casa... Não é só vergonha, não, é uma armação muito grande para o que vai acontecer no próximo ano. Quero só lembrar uma coisa: não se vota nada nesta Casa, não se vota o orçamento para o próximo ano, e o reajuste da Polícia Civil, por exemplo, que é de 15%, em março do próximo ano, não será concedido porque o governador vai alegar que não tem orçamento. Nenhuma categoria em Minas Gerais vai poder ter reajuste durante o ano que vem, porque não existe orçamento. O governador vai governar com duodécimos. Obras poderão ficar paralisadas porque não existe orçamento, deputado João Leite. Então o que estamos vendo, com a paralisação desta Casa, é o que vai acontecer no próximo ano. Vai cair nas costas dos deputados que aqui estão que o governo não está agindo porque nós não votamos o orçamento do Estado. Isso é mais grave do que todas as conversas que estamos tendo. Não tenho bola de cristal, mas posso garantir que o que vai passar para a opinião pública no próximo ano é isso. Nesta Casa têm de serem votados projetos importantes de deputados, projetos que vão fazer justiça e atender categorias que estão esperando há mais tempo. Isso vai acontecer. Então peço a cada um dos companheiros que vão ficar aqui no próximo ano, oposição ou governo, que compareçam ao Plenário e façam a sua parte. Agora é importante tentarmos concluir os trabalhos deste ano. Aí dizem o seguinte: a Casa parou desde junho. Volto a dizer, bato nessa tecla há oito anos, está na hora de unificar a eleição. Em ano de eleição ninguém trabalha nesta Casa. Perdemos seis meses. Em ano de eleição municipal esta Casa para, porque estamos nas bases para eleger os prefeitos e os vereadores. Está na hora de unificar, e unificar agora as eleições. Está na hora de pensarmos que não podemos mais ter eleições de dois em dois anos. Vamos fazer uma reforma. Vamos cobrar as reformas necessárias no Congresso Nacional. Para finalizar, quero deixar, mais uma vez, a minha descrença em relação à justiça desportiva deste país. Hoje, pela manhã, estivemos no Superior Tribunal de Justiça Desportiva, no Rio de Janeiro, que decidiu sobre o caso da Série B do futebol, o caso do Icasa. Pela primeira vez na história do Brasil, um time sai de um julgamento, depois de entrar na justiça comum, sem punição nenhuma. O que me deixa mais assustado é o envolvimento do futuro vice-presidente da CBF, que ontem, pelo Twitter, deixou claro que nada iria acontecer no julgamento de hoje. Tudo que aconteceu foi antecipado por ele ontem, presidente. Aí vemos a seriedade desse juiz.

### Oradores Inscritos

- O deputado Neider Moreira e a deputada Maria Tereza Lara profere discursos, que serão publicados em outra edição.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 9.331 a 9.334/2014, da Comissão de Direitos Humanos, e 9.338/2014, da Comissão de Cultura. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Esporte, de Prevenção e Combate às Drogas, de Administração Pública, de Cultura, do Trabalho e de Segurança Pública, cujos teores foram publicados na edição anterior.

#### 2ª Fase

O presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

#### Discussão e Votação de Proposições

- Vem à Mesa:

### ACORDO DE LÍDERES

A totalidade dos líderes com assento nesta Casa acordam sejam retirados da pauta desta reunião todas as proposições, exceto os Projetos de Lei nºs 5.640/2014 e 3.507/2012.

### DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência acolhe o acordo e determina o seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 18 de dezembro de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

### Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues - Presidente, primeiramente, antes de começar a contar meu tempo, peço a V. Exa. que repita quais projetos estão ancorados no Acordo de Líderes.

O presidente - Há o Projeto nº 5.640/2014, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BNDES. Este é um deles. O outro é o Projeto nº 3.507/2012, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação e transformação de cargos nos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e na Secretaria de Juízo Militar e dá outras providências. São somente esses dois.



O deputado Sargento Rodrigues - Presidente, gostaria de fazer uma alusão a esse acordo. Tentamos de todas as formas, deputado Wander Borges, mas infelizmente o PT e o PMDB não quiseram deixar votar projetos de deputados. Deputado Gil, estou aqui há 16 anos e nunca vi projetos de deputados serem barrados no final do ano. Tive notícia, e o próprio deputado Rogério Correia disse para mim várias vezes: “Sou a favor do seu projeto, mas no ano que vem, pois o meu projeto - o que trata da anistia dos professores - não ficou pronto. Assim, ano que vem votaremos seu projeto”. Daí perguntamos ao deputado: “O seu projeto está pronto para a ordem do dia?”. Ele respondeu: “Não”. Mas que culpa eu tenho? Depois era o deputado que queria somente o projeto dele; ou seja, o meu não vai, portanto o seu não pode ir: “Ano que vem, conversaremos com o Pimentel”. Mais uma vez quero dizer ao deputado Rogério Correia que vou conversar com o Pimentel, mas ao lado da oposição. Essa é a resposta que tenho para dar ao Pimentel no ano que vem. No ano que vem, na oposição, vamos conversar.

Deputado Wander Borges - V. Exa. vai compor o bloco de oposição junto a mim -, hoje a oposição tem 23 deputados, mas conseguem insistentemente fazer essa obstrução há mais de 15 dias. Talvez com um bloco com 35 deputados consigamos fazer uma oposição um pouco mais alongada, como pretendemos no ano que vem. Presidente Dinis Pinheiro, é muito triste ver uma pauta com 40 projetos de deputados. Deputado Rômulo Veneroso, V. Exa. não foi reeleito, mas está aqui para ajudar a votação. A deputada Maria Tereza Lara e os deputados Carlos Mosconi, Célio Moreira e Zé Maia não foram reeleitos, mas estão aqui para votar os projetos de deputados. Entretanto o PT e o PMDB não deixam que a votação aconteça. Mas conseguimos chegar a um consenso para votar ao menos os projetos da Defensoria Pública e dos concursados do Tribunal de Justiça Militar. Eu já havia buscado esse entendimento para que pudessemos seguir na pauta, deputado Fred Costa. Mas quem sabe, no ano que vem, quando o PT precisar que projetos sejam votados, vão se lembrar de que precisam de quórum, precisam do bom senso e da convergência dos outros deputados, deputado Wander Borges. Nessa hora vamos invocar a memória dos colegas deputados desta legislatura. Há uma frase que diz “nada melhor que um dia após o outro”, e ainda bem. O deputado Gilberto Abramo chegou a apresentar emenda ao projeto do deputado Carlos Pimenta, mas, após conversar com o colega, retirou a emenda para que pudessemos votar. É para votar projetos de deputados? Vamos votar. Se o deputado tiver algo contra, simplesmente vote contra. Mas nem isso nos foi permitido. Nem isso.

É melancólico chegarmos ao dia 18 de dezembro e vermos que uma parte dos colegas impediram a votação de projetos de deputados. Até projetos de doação de imóveis foram vetados por alguns deputados do PT e do PMDB. É triste. Mas, como nada melhor que um dia após o outro, estaremos aqui firmes e vigilantes, deputado Carlos Pimenta - talvez o projeto de V. Exa. seja problemático demais, por isso ninguém deixou que fosse votado. Mas estarei aqui para recobrar a memória. Votarei favoravelmente ao projeto, mesmo sendo contra o Tribunal de Justiça. Sou a favor da sua extinção, e estarei aqui até mesmo para apresentar proposta de emenda à Constituição com esse escopo. Quem sabe o deputado Durval Ângelo, que vai ser líder de governo e, portanto, terá muita força, resolve assinar conosco essa proposta de extinção? Mas podem ficar tranquilos que vocês terão o emprego assegurado - vão lá para o Tribunal de Justiça. O que não podemos ter é aquela farra, aquele tribunal de exceção, que não serve à sociedade. Mas vamos salvaguardar o concurso de que participaram as moças que aqui se encontram, que certamente poderão tomar posse em tempo hábil. Estaremos aqui, ilustre deputado Gustavo Corrêa, para lembrar aos ilustres deputados que hoje obstruem: chegou a hora de obstruirmos. Sabem aquele projeto tão querido do governador... Por várias vezes, vi a oposição se opor a projetos por um tempo, mas ceder depois de muita conversa. Esse talvez não seja o caso deste deputado. Esse negócio de votar depois de liberadas umas e outras emendas não é comigo. Não esquento a cabeça com esse negócio de emenda, não. Comigo a conversa é bem diferente, e pode ser que não tenhamos esse mesmo bom senso que alguns não estão tendo hoje.

O presidente - Vou passar a palavra pela ordem aos deputados Gustavo Corrêa e Rogério Correia, mas faço um apelo à consciência dos senhores. Acordamos a votação de dois projetos: os do Tribunal de Justiça Militar e da Defensoria Pública, porém há diversas solicitações para a discussão desses projetos. Então, peço a compreensão dos deputados neste momento e a colaboração dos colegas no momento da discussão dos projetos, em virtude das solicitações de pronunciamentos de despedida já registradas pelos queridos amigos deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlos Mosconi e Sebastião Costa e pela deputada Luzia Ferreira, além de algum outro que ainda queira fazer uso da palavra. Então, gostaria de contar com a compreensão dos senhores, porque, se ficarmos levantando questões de ordem e discutindo a toda hora, não teremos a oportunidade de ouvir as sábias palavras dos queridos colegas. Com a palavra, pela ordem, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa - Sr. Presidente, vou seguir a linha de V. Exa. Vamos entrar em processo de votação, mas estamos vendo que não há quórum suficiente para votar. Então, gostaria, se o serviço de comunicação da Casa puder, que fossem convocados os deputados que aqui se encontram para virem ao Plenário, por favor.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicitei questão de ordem para falar uma outra versão muito diferente da que foi posta aqui, anteriormente. Constan na pauta 32 projetos em que há acordo total para votá-los. São 32 projetos. Assim que o Sargento Rodrigues quiser, podemos iniciar a votação de 32 projetos, como o projeto do Tribunal de Justiça Militar e o da defensoria. Então, são 32 projetos. Se o Rodrigues quiser, leio todos eles. Há acordo para se votar 32 projetos. Mas restam oito projetos, sendo que, em seis deles, há acordo para que sejam retirados. Assim, restam dois projetos, e, por infeliz coincidência, um deles é do Sargento Rodrigues. E, se o dele não pode ser votado, nada mais pode ser votado. Então, este foi o resultado da não votação dos outros projetos. Se o Rodrigues vier aqui, até ao microfone, e disser que tudo bem, que vai permitir que o seu projeto não seja votado agora, aí nós votaremos 32 projetos já em acordo. Mas ele não faz isso, porque o Rodrigues é o centro do mundo. Se o de autoria dele não pode ser votado, nenhum outro pode sê-lo. Há 32 projetos aprovados, para serem votados com consenso de líderes. Isso é verdade. Querem que eu leia? Eles estão aqui. São 32 projetos que todos os deputados e todos os líderes querem votar. Em dois há diferenças, mas ele acha que só ele é o dono da razão. Se para o dele não há consenso, nada mais pode ser votado. É isso que está acontecendo aqui. Falo isso para que o público saiba e ele não saia de vítima ainda. Não é que seja veto ao projeto dele, mas porque há diferença. É possível ter diferença ou não? O parlamento é para isso. O projeto de autoria dele fala em anistia para os policiais militares. Eu tenho um projeto de anistia para as professoras. Tenho uma emenda nesse projeto que quero que caminhe junto à anistia. Por que só o dele pode ser anistiado? Por que eu não posso fazer emenda? Ora essa, uma razão que eu tenho para fazer também. O projeto de autoria



dele não tem unanimidade. Se não tem unanimidade, Rodrigues, os outros 32 projetos têm. Eu pediria ao Sargento Rodrigues que não fosse tão egocêntrico, que diminuísse um pouco o egoísmo e falasse: tudo bem, já que o projeto de minha autoria não é consenso, abro mão de impedir os outros de serem votados. Se ele fizer isso, nós vamos votar 32 projetos, presidente. Então, eles só não estão sendo votados porque ele disse que vai obstruir tudo porque o dele não está aí. O que eu posso fazer? Se ele vai obstruir, eu sei que não teremos condições de votar, porque, com um deputado obstruindo hoje, no final do ano, não se vota. Por isso se fez o acordo de votar pelo menos dois projetos para salvar, que são o da defensoria e o do Tribunal de Justiça Militar. Mas quem está impedindo que 32 projetos sejam votados é o Sargento Rodrigues. Nós não temos concordância. E, desses 32 projetos, 2 são do Sargento Rodrigues, só 1 não é. Então, 2 projetos de autoria dele seriam aprovados hoje. Mas ele tem de ser totalidade, ele é o Sargento Rodrigues, é o deputado mais importante da Assembleia Legislativa. Sem ele a Casa não anda, tem de ser o dele. Há projetos de minha autoria que não entraram na pauta, mas estou solidário com os deputados, sei que eles não são consensuais, como o de anistia para professores. Há vários projetos importantes de minha autoria que não entraram na pauta porque o governo não queria. Querem que eu cite outro? Há um projeto importantíssimo, de minha autoria: fazer parte do conselho das empresas, Cemig, Copasa. É um projeto importantíssimo, mas ele está agarrado porque o governo não permitiu, mas eu não vou impedir outros 32 projetos de serem votados. Então, Rodrigues, seja menos egoísta e permita que os colegas tenham 32 projetos aprovados. E há muitos projetos importantes, por exemplo, o projeto da Serra da Moeda, construído com uma costura imensa, de autoria do deputado André Quintão, em que o deputado Célio Moreira ajudou muito. Foi uma costura difícil de ser feita. Seria um coroamento para a Serra da Moeda. O Dinis ajudou muito. Se o Rodrigues deixar... Ô, Rodrigues, deixa pelo menos um, pelo amor de Deus, pelo menos o da Serra da Moeda, deixe esse projeto entrar. Obrigado, presidente.

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, pela ordem. Eu não poderia deixar de lembrar ao deputado Rogério Correia: há 32 dias o PT obstrui a votação e os trabalhos nesta Casa, mas agora o problema é o deputado Sargento Rodrigues. Com o deputado Sargento Rodrigues não há problema. Amanhã cedo, 2º turno, o PT também estará presente, não é, deputado Rogério Correia?

O presidente - Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.640/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 21.095, de 30/12/2013, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

- Os deputados Sargento Rodrigues e Rogério Correia proferem discursos, discutindo o projeto, os quais serão publicados em outra edição.

O presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

#### **Prorrogação da Reunião**

O presidente - A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 19h59min. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram “sim”:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Ulysses Gomes - Wander Borges - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.507/2012, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação e a transformação de cargos nos Quadros de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e nas Secretarias de Juízo Militar e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e pela rejeição do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Fred Costa.

- O deputado Fred Costa profere discurso, que será publicado em outra edição.

O presidente - A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 2.

- Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Ulysses Gomes - Wander Borges - Zé Maia.

- Registra “não”:

Adelmo Carneiro Leão.

O deputado Gilberto Abramo - Presidente, voto com os concursados. Compute, por favor, meu voto.

O presidente - Está computado. Votaram “sim” 44 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.507/2012 na forma do Substitutivo nº 2.

O presidente - Para orientar os queridos colegas, informamos que vamos ouvir agora o pronunciamento do deputado Adelmo Carneiro. Depois, o deputado Sebastião Costa e a deputada Luzia Ferreira. Com a concordância dos Srs. deputados, vamos ouvir com atenção o pronunciamento dos queridos colegas e depois, num segundo instante, vamos promover as manifestações. Com a palavra, pela ordem, o deputado Adelmo Carneiro Leão.

### Questões de Ordem

O deputado Adelmo Carneiro Leão - Saúdo nesta oportunidade o deputado Dinis Pinheiro, os componentes da Mesa, minhas colegas deputadas e meus colegas deputados. A primeira consideração que faço não está diretamente inserida neste momento de encerramento das minhas atividades nesta Assembleia. Vocês devem ter percebido que, apesar de no período da manhã ter afirmado aos concursados que estavam presentes que votaria favoravelmente ao Projeto nº 3.507, depois de ouvir várias informações sobre o que ele significa, qual o resultado que vai gerar, a minha decisão - e não vou avançar no comentário - foi votar contrariamente, até para ser coerente e em função do que significa para nós hoje o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais. Então, não quero entrar em detalhes, mas, em função das manifestações relativas a esse projeto, senti-me motivado, contrariando a imensa maioria dos meus colegas, a posicionar-me contrariamente ao projeto em tela.

Início minha fala primeiramente dizendo à Maria Tereza Lara que não fiz intervenção no seu pronunciamento por imaginar que teria este momento para dialogar com esta Casa, em que tenho mais de 1/3 de toda a minha vida. Aqui aprendi muito. Assim, primeiramente, a palavra é dirigida a Maria Tereza Lara. Certamente você, Maria Tereza, nossa companheira desde a fundação do Partido dos Trabalhadores, encarna e representa, pela sua dedicação, pela sua honestidade, pela transparência com que trabalha, pela opção preferencial pelos mais pobres, principalmente pelas mulheres, negros, crianças e dependentes químicos, milhares de militantes do PT. Com certeza isso acontece em todos os outros partidos. O deputado Rogério Correia, agora mesmo, ao tratar de uma questão específica dele, mostrou que, em determinado momento, vários parlamentares do PSDB o acusaram e tomaram medidas punitivas contra ele. Do mesmo modo, vários deputados, inclusive do PSDB, tomaram medidas protetivas e defensivas em relação ao seu comportamento e à sua história. Inclusive, cito aqui o presidente da Assembleia, o deputado Dinis Pinheiro. Como tenho carinho muito especial pela palavra e pelo seu significado, causa-me a mais profunda indignação quando alguém - colegas nossos - vem a esta tribuna acusar as instituições, seja qual for. Em qualquer uma delas existem erros e acertos. Nas nossas mais caras e profundas instituições, seja a religião em que acreditamos, seja a nossa instituição médica, de advogado, em qualquer lugar vamos encontrar qualidades e defeitos. Atacar as instituições, na minha consideração, é ato ofensivo ao que estamos construindo com muito apreço, ao Estado Democrático de Direito e à Justiça. Por isso mesmo, quero repudiar, em relação a qualquer colega que esteja aqui e tenha se comportado dessa forma, as ações, as agressões e as ofensas feitas contra os nossos partidos. Há erros em todos os lugares, e temos de corrigi-los. Estamos em um tempo em que os erros estão aparecendo com mais ênfase, com mais intensidade que em tempos passados. Isso é ruim? Gostaria que esses erros pudessem vir à tona sem que expressassem escândalos. Gostaria de tratar essa questão nesse sentido: diante dos erros, que pudéssemos, dentro do princípio cristão, do ensinamento cristão, combater os erros, e não combater pessoas e instituições. Não tenho nenhuma dúvida de que o ataque a instituições é um ataque à democracia, um ataque a todos os esforços que fazemos. Estou muito preocupado com esse momento, pois vejo raiva, ódio, agressões absolutamente dispensáveis. Portanto quero deixar registrado que existem muitas Marias Terezas dentro do PT. São pessoas honradas, corretas, dedicadas e comprometidas. Quando o PT é atacado enquanto instituição, essas pessoas se sentem agredidas. Eu gostaria de não escutar aqui e em nenhum lugar esse tipo de ataque. Essa é a primeira consideração que quero fazer. Quero dizer ao Antônio Carlos Arantes - ele falou aqui ontem, mas quero deixar registrado - que também compartilho do sentimento de que esta Casa pode e deve - aqui há proposta nesse sentido - fazer esforço para promover e valorizar a nossa Epamig. A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais é patrimônio dos mineiros, é patrimônio nacional, é patrimônio científico de primeira grandeza. Temos de garantir, do ponto de vista da disponibilidade de recursos públicos, que ela e nossos pesquisadores tenham condições adequadas para fazer pesquisas tão significativas em nosso país. Não é confortável para nós escutar dos pesquisadores que, às vezes, por falta de capina ou de limpeza que nem têm condições de fazer sozinhos, pois são sozinhos, perdem pesquisas valiosas que estão sendo realizadas. É preciso repensarmos essa questão. Estou tratando da Epamig, mas pensando em todas as instituições com as quais este Parlamento tem um papel importante, porque podemos fazer a sua defesa. Sei que fizemos muita coisa importante aqui e estou muito orgulhoso de estar concluindo o mandato neste tempo. No tempo de Francisco, nosso papa; da aproximação entre Cuba e Estados Unidos; de conciliações importantes que não vislumbrávamos há pouco. Estamos vivendo um tempo muito interessante, muito rico. Isso me enche de orgulho, como me enche de orgulho estar nesta Casa. Estando nesta Casa, não posso deixar de agradecer, em primeiro lugar, os extraordinários servidores e servidoras de todos os lugares desta Assembleia, efetivos e contratados. Refiro-me aos servidores que aqui trabalharam durante o tempo de todos os nossos mandatos. Estou aqui há quase 24 anos, com poucos intervalos, e sou testemunha do trabalho extraordinário dos servidores da Assembleia de Minas. Por isso, quero esclarecer o que quis, ao colocar em foco e fazer retornar à discussão aquela proposição, deputado Wander Borges, ação a que podem ter atribuído um sentido agressivo, em relação ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Entendo que o Tribunal de Contas e a Assembleia devem se comportar como almas gêmeas, como complemento um do outro, sem se distanciarem. Mas o que estou vendo é que o Tribunal de Contas, até mesmo do ponto de vista das vantagens oferecidas a seus servidores, está se afastando da Assembleia. Isso pode ser devido a um erro nosso, mas não queria sair daqui pensando que foi por erro meu. Por isso, tomei essa medida, e eventualmente os servidores do Tribunal de Contas podem ter se sentido agredidos ou ofendidos com o meu gesto. Aquele número foi apenas uma medida para que o





processo voltasse ao espaço da discussão e do debate. Se há erros, peço perdão pelos erros cometidos, mas há também uma enorme vontade de fazer com que a Assembleia e o Tribunal de Contas andem juntos em tudo; de que o Tribunal de Contas não se afaste da Assembleia Legislativa e que esta Casa não deixe que ele se afaste. Então, essa discussão é necessária. Mas, vou além. Incluo-me entre os servidores deste Estado que têm salário muito diferenciado, mas entendo que neste país, do ponto de vista das ações de Estado, temos de discutir relações salariais. Não sei das questões específicas do tribunal, mas, desde que o deputado Sargento Rodrigues falou aqui dos salários que são pagos no Tribunal de Justiça Militar, mostrando dados da ordem de R\$80.000,00 a R\$100.000,00, tenho de dizer que isso não é aceitável, não é civilizatório, não é compreensível. Então, sempre propus - e coloco aí também a minha condição, como todas elas - que precisamos estabelecer, do ponto de vista civilizatório e da decência, relações salariais justas neste Estado brasileiro. Queria apenas esclarecer as minhas razões para a atitude que tomei quase ao final deste meu tempo. Quero dizer também do enorme orgulho que tenho de ter avançado na Assembleia Legislativa, e não apenas em função de nós, do PT, estarmos juntos. O maior orgulho que tenho é que em determinados momentos tenhamos estado todos juntos - PT, PSDB, PSB e até o DEM -, para podermos, em consenso, construir ações positivas em favor do Estado. Aí, temos de destacar, com o auxílio do presidente e seu acolhimento na primeira hora, um projeto que vai ser luminoso para o Estado de Minas Gerais e motivo de um ganho extraordinário para este país: o projeto Cidadania Ribeirinha, que concebemos e implantamos na calha do São Francisco, na região mais pobre, na divisa com a Bahia. Isso é muito bom. Também estou muito orgulhoso de ter participado, com o presidente e com o deputado Carlos Mosconi, do Mais Saúde. Nós somos a Assembleia de Minas, constituímos o principal sujeito que fez chegar ao Congresso Nacional mais de 2 milhões de assinaturas, das quais mais de 600 mil foram resultantes do esforço, do empenho desta Casa. Fizemos juntos. É o primeiro passo extremamente importante. Estou também orgulhoso de poder ter construído aqui, com o deputado Bonifácio Mourão, com todos os deputados ou com a imensa maioria dos deputados, a nossa frente parlamentar pela renegociação da dívida. Não tenho dúvida de que foi essa frente parlamentar, a nossa ação que se fez presente no Sul, em Porto Alegre; no Leste, em Vitória; em Brasília; em diversas regiões deste Estado; no Rio de Janeiro, ao colocarmos na pauta nacional o problema, os desafios que existem, o que era necessário e que resultou num documento muito importante, com apoio de técnicos especializados, enfim, o trabalho extraordinário que fizemos foi, não tenho dúvida, fator de motivação para que o Senado da República votasse, agora, a redução das taxas de correção da dívida pública em relação à dívida do Estado com a União. Isso é muito positivo, são ganhos, apesar da nossa pluralidade, das diferenças. E a diferença é que me enche de orgulho. Creio que hoje eu não tenho mais, Carlos Mosconi, nenhuma condição de ser prefeito porque as coisas lá ficam muito parecidas, de ser governo, de ser executivo. Eu quero ser legislativo no espaço plural, no espaço das diferenças, no espaço onde as diferenças são respeitadas, e delas a gente pode extrair consensos extraordinários na construção da Nação que nós queremos. É isso que a gente quer fazer. Esse é o trabalho. Então, aqui é o Parlamento, e estou sentindo cada vez mais que o Parlamento é meu lugar. E, sendo ele o meu lugar, sendo eleito agora a deputado federal - sou o único daqui que agora foi conduzido pelo apoio popular, pelo voto, a deputado federal -, tenho de dizer a esta Assembleia - porque ela me deu condições de fazer um bom combate, de me apresentar perante o povo de Minas -, quero dizer aos deputados todos, aos servidores da Casa, aos telespectadores, enfim, a todos que tenho enorme gratidão. E que, em função dessa gratidão, tenho maior responsabilidade de levar ao Congresso Nacional as reflexões necessárias e a luta para podermos continuar construindo o Estado Democrático de Direito e de justiça. E isso para podermos fazer valer o Parlamento, valorizar o Parlamento, porque o Parlamento é o espaço mais importante, mais rico na construção do Estado Democrático, da democracia. Então isso me honra muito, faz-me aqui vitorioso. Estou aqui vitorioso, vitorioso pelos mandatos que exerci aqui, vitorioso pelo tanto que aprendi aqui. Nenhum lugar da universidade me ensinou tanto como o espaço do Parlamento. Aqui é uma escola, uma grande escola. Saio daqui muito honrado, muito feliz. E digo a vocês: valeu a pena, até mesmo os bons combates, as diferenças, os votos diferenciados, os embates, os debates, as discussões que realizamos aqui. Eu não sei o quanto ensinei, mas posso dizer a vocês: sei o quanto aprendi. Aprendi com vocês todos, e aprendi muito. Então, neste diálogo vou passar a palavra, primeiro, ao deputado Carlos Mosconi, depois continuo minhas reflexões.

O deputado Carlos Mosconi - Caro Adelmo, estamos aproveitando esta reunião, que deve ser uma das últimas do Parlamento mineiro este ano, desta legislatura, para as despedidas. V. Exa. está saindo daqui para se dirigir, em seguida, ao parlamento nacional, à Câmara dos Deputados, para a qual V. Exa. foi eleito com brilhantismo e com amplo merecimento. Quero dizer, deputado Adelmo, que tivemos oportunidade de trabalhar juntos, tanto aqui no Plenário quanto na Comissão de Saúde, em outras comissões da Casa. Quero dizer que, dentro dessa pluralidade que V. Exa. salienta, V. Exa. se destacou por sua coerência, por sua maneira muito franca de abordar as questões. Posso dizer que nós nos respeitamos mutuamente nesse trabalho, guardando nossas diferenças políticas, partidárias, ideológicas, mas caminhamos no bom caminho, buscamos boa direção para nossos propósitos e caminhamos nessa área tão difícil no Brasil que é a saúde. Muitas vezes é um terreno muito fértil, porque podem crescer árvores muito frondosas em benefício da nossa população. Mas é preciso trabalharmos muito em cima disso. Vimos as dificuldades, mas valeu a pena. E quero aqui dar o testemunho de que valeu a pena trabalharmos com V. Exa. Percorremos o Estado de Minas Gerais na campanha do Mais Saúde, como V. Exa. salientou; fomos a Brasília, com o comando do nosso presidente Dinis Pinheiro; fizemos um trabalho consequente. Porque muitas vezes o Parlamento é subjetivo. Não que isso desmereça o Parlamento, não desmerece em nada, mas ele se perde algumas vezes na subjetividade das discussões que não acabam, que não têm fim, e tudo mais. Mas fomos consequentes porque fizemos o trabalho. Podíamos ter feito o trabalho e dizer que fizemos. Lutamos e levamos para Brasília o resultado da nossa luta. V. Exa. esteve lá conosco, fomos juntos a Brasília, e levamos o resultado desse trabalho. Mais de 700 mil assinaturas, que já se transformaram em 2 milhões. E V. Exa. terá a felicidade e a oportunidade de dar sequência a esse trabalho, que não terminou ainda, porque o projeto não foi votado. O projeto está lá, numa comissão especial, para aonde levamos essas assinaturas. Um projeto de iniciativa popular. Quero dizer que me sinto muito feliz e satisfeito de ter trabalhado na Comissão de Saúde com V. Exa. e com os outros companheiros da comissão, todos eles muito aguerridos. Grandes companheiros, todos eles muito sintonizados na gravidade das questões da saúde existentes em Minas Gerais e no País. Não será suficiente o embate partidário e político para que a sua solução apareça. É preciso muito mais do que isso. É preciso um descortino e um patriotismo muito grande para entendermos a situação de



penúria em que vive a população do nosso país, no que diz respeito à saúde, e quanto é que podemos caminhar. Mas esse caminhar, caro deputado, só será possível se fizermos fóruns necessários e capazes como este; se juntarmos as nossas forças. Porque o embate poderá dificultar ou até impedir esse caminhar. E sei que V. Exa., lá no Congresso Nacional, será um esteio na defesa desses valores que tão bem defendeu na Assembleia mineira. V. Exa. saiu daqui com os meus cumprimentos, os parabéns e o reconhecimento do trabalho que fez nesta Casa. Parabéns.

O deputado Adelmo Carneiro Leão - Obrigado, deputado Carlos Mosconi. A vida segue, e vamos continuar essa luta.

O presidente - Deputado Adelmo Carneiro Leão, só queria confirmar o combinado anterior. Iremos conceder a palavra àqueles deputados que estão se despedindo desta Casa. Já haviam solicitado a palavra o deputado Adelmo Carneiro Leão, a deputada Luzia Ferreira, o deputado Sebastião Costa e o deputado Jayro Lessa. Depois ouviremos o pronunciamento dos demais deputados. Acho que essa é a melhor maneira.

O deputado Hely Tarquínio - Estamos de acordo com a sua proposta.

O presidente - Porque estou vendo que a deputada Luzia Ferreira já saiu um pouco impaciente; e o deputado Sebastião Costa se encontra aqui.

O deputado Hely Tarquínio - Achamos razoável. Eu acho que é razoável.

O presidente - Acho ser o mais razoável, porque queremos ouvir todos os colegas.

O deputado Bonifácio Mourão - De acordo, presidente. Então vamos prover as nossas inscrições para todos os apartes.

O deputado Adelmo Carneiro Leão - Aguardo no coração o aparte de cada um. Sei do carinho, e agradeço. Para concluir, quero ainda informar que foi uma tentativa nossa - sei que, de tudo que fizemos, avançamos muito. Esta Assembleia está muito melhor, muito mais transparente, muito mais austera, muito mais equilibrada -, mas temos muito o que fazer. Então quero deixar aqui, como sugestão, uma questão que não concluímos, mas que foi discutida e em que avançamos muito na Casa. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, há mais de 20 mil leis no Estado de Minas Gerais. Quase a metade ou mais da metade dessas leis são de utilidade pública. Nas discussões que fizemos aqui, entre consultores e especialistas, estou convencido de que é possível traduzirmos todas elas numa única lei de utilidade pública. Isso significa um enorme avanço, uma economia extremamente significativa no Estado. Imaginem que, para cada lei de utilidade pública, há um processo, um consultor, uma reunião, um punhado de ações e processos aqui que custam. Se traduzirmos isso numa única lei... Ser de utilidade pública não é uma questão concreta e definitiva, mas um estar sendo permanente, ou seja, estar sendo, cumprindo determinados requisitos e finalidades. Estar na condição de utilidade pública é a condição necessária para ser um grande parceiro nas ações governamentais, na aplicação de recurso, no compartilhamento de ações de governo. Então quero deixar aqui registrado essa ideia e proposta de que, em vez de estarmos encaminhando para cada entidade uma lei de utilidade pública, criemos uma lei que possa valer para todas as entidades permanentemente. Isso significará uma grande economia. A outra questão exposta aqui, primeiro, é um fato, não tem que discutir. O Sargento Rodrigues não está aqui, mas é fato. Não votamos 32 projetos porque ele apresentou uma questão. Não discutirei se tinha interesse. É legítima, absolutamente legítima a atitude do deputado Sargento Rodrigues, mas o fato é que não foram votados mais de 30 projetos. Chegou num momento em que o obstáculo foi dele. Isso é fato. Dentre esses projetos, estava um de minha autoria, com a contribuição de muita gente: da Comissão de Saúde, todos se manifestaram favoravelmente, com elogio. Mas um trabalho que antecedeu e teve a participação de universidade, profissionais de alto nível, de grandes consultores. Depois, no final ainda, o aprimoramento na Comissão de Saúde, que foi o projeto de humanização do parto. Só quero dizer para vocês que a lei não é a única a dar a diretriz, mas dará alguns elementos e diretrizes importantes para avançarmos, a fim de construirmos no Brasil e no Estado de Minas Gerais a condição necessária para que o parto seja um ato celebrativo da vida, de respeito à dignidade humana e contra a violência obstétrica. Hoje podemos considerar - e tenho a impressão de que isso avançará com muito intensidade, Mourão - um parto por cesariana sem ser qualificado como tal, ou seja, fazer uma cesariana sem uma indicação tecnicamente correta é uma violência obstétrica, não é nada bom nem para a mulher nem para a criança. Em algumas situações, a cesariana é necessária, não temos dúvida de que é condição de vida da mãe e da criança. Quanto é a medida? Em torno de 15% dos partos estão dentro, ou menos que isso. É isso. Agora é absolutamente inaceitável, tendo a cesariana como uma ofensa à criança, como uma violência obstétrica, ela chegar a 50%, 60%, 80%, 90% dos partos. Isso atende a qual interesse? Do ponto de vista econômico, o resultado é profundamente negativo, Dalmo. Ameaça-se a vida da criança e a mortalidade é maior. O problema de doenças crônicas geradas pela prematuridade é um problema sério de saúde pública neste estado, de compromisso com a vida. Estamos preocupados com isso e queremos que o parto humanizado inclua também a cesariana quando necessária, quando médica e tecnicamente indicada. Fora isso, é o parto natural com a efetiva participação da mãe, ou seja, que ela participe do planejamento, da forma, da maneira e do jeito em que se fará o parto. A presença do médico é necessária, mas não é suficiente para isso. Queremos que alguém da família ou escolhido pela mãe esteja ali presente. É isso que queremos construir. Essa é a proposta que está no nosso projeto de lei que trata da humanização do parto. Não tenho dúvida de que é um projeto profundamente comprometido com a vida, a dignidade humana, a saúde e a economia do nosso país. Então foi com esse sentido, com esse intuito que queria encerrar a minha atividade na Assembleia, cumprindo também com o dever de defender os fundamentos da vida, da pessoa humana. Construimos muito. Saio daqui com o sentimento do dever cumprido. Não saio com a consciência tranquila não. Esse negócio de consciência tranquila não é para mim, acho que não é para ninguém que quer fazer mudanças diante de um mundo tão revoltado, tão inquieto, que está aí com tantos problemas. Então que a nossa consciência inquieta fique comprometida com as transformações que estão postas neste momento. Estamos vivendo momentos de crise, mas ela é para criar novas oportunidades; a crise é o momento de fazermos outro mundo possível, mais justo, mais próspero e mais solidário. Então quero, mais uma vez, dizer a vocês, meus colegas, deputados e deputadas, muito obrigado pelo convívio, muito obrigado pelas diferenças que temos aqui, pelos embates que fizemos, pela solidariedade dessa caminhada. Obrigado aos servidores desta Casa, obrigado ao pessoal da TV Assembleia, que é sempre um instrumento extremamente importante, que estende a nossa linguagem, o nosso trabalho para o território mineiro. Obrigado a todos os trabalhadores e um obrigado muito especial ao pessoal que trabalhou comigo, em alguns mandatos ou durante vários mandatos. Só



juntos podemos avançar mais na construção do que queremos, dos nossos sonhos de um mundo cada vez melhor. Um grande abraço. Levo comigo no coração um tempo de convivência, de trabalho e de serviço em favor de Minas e do Brasil. Muito obrigado.

O presidente (deputado Bonifácio Mourão) - Antes de apreciar o parecer de redação final, queremos desejar ao deputado Adelmo Carneiro Leão felicidades. Não vamos fazer uma faixa aqui porque estamos na linha sugerida pelo presidente, mas pedimos a Deus que ilumine o seu caminho, porque você merece por tudo que fez pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e pelo nosso povo.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 5.640/2014 (À sanção.).

O presidente - Tenho a honra de conceder a palavra, pela ordem, ao deputado Sebastião Costa.

#### Questões de Ordem

O deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas que acompanham os trabalhos pela TV Assembleia, Srs. Deputados que integram a Mesa, senhoras e senhores, boa tarde. Pedi ao Davi Costa, meu filho, que me enviasse a lista dos nomes dos colegas que estão concluindo esse mandato e não o renovou, por uma razão ou por outra para o próximo ano. Achei que era o meu dever e que seria prudente mencionar o nome de cada um. Como percebo que são muitos os nomes, quero fazer um registro especial da Luzia Ferreira, que há poucos instantes deixou este Plenário, mas que está também, como eu, se afastando do mandato parlamentar. Não quero dizer que estaremos nos afastando da política. Aqui, conosco, estão alguns colegas que, como eu, também estão se afastando do mandato, e não da atividade partidária e política. Inicialmente, quero inverter a ordem dos fatores. É comum agradecer no final da fala. Todavia, considerando este momento, quero fazê-lo no início. Quero agradecer a todos os servidores da Assembleia Legislativa, a todos os colegas, aos servidores que trabalham na limpeza, na Polícia Legislativa, na Consultoria, na assessoria, enfim, a todos aqueles que trabalham neste ambiente. E, diga-se de passagem, são muito dedicados os servidores aos quais estou me referindo. Quero agradecer, naturalmente para não ser injusto, aos eleitores de Minas Gerais, porque, durante seis mandatos - diria sete mandatos porque tive o primeiro mandato de prefeito, em Divino, lá na minha terra natal... Meu primeiro mandato de prefeito foi de 1982 a 1988. Depois de 1990, fui eleito, pela primeira vez, para vir para esta Assembleia Legislativa. Neste momento agradeço aos eleitores que votaram em mim para prefeito e depois para deputado. É um agradecimento que faço neste momento. Quero também, para não ser injusto, agradecer aos meus familiares, que participaram e me acompanharam. Faço isso da pessoa do Davi Costa, que está aqui presente, e peço-lhe que me represente junto aos demais. Tenho certeza de que ele fará isso, mesmo porque há entre nós não o relacionamento de pai e filho, mas de muita amizade e compreensão. Em 1990 cheguei à Assembleia Legislativa de Minas Gerais para o primeiro mandato. Claro, com muito entusiasmo - entusiasmo que tenho até hoje. Só que hoje tenho um entusiasmo mais comedido. O entusiasmo de 1990 era o entusiasmo em todos os aspectos: vigor físico, disposição física, coragem para a luta e, sobretudo, uma forte crença de que poderia fazer algumas transformações. Convivi, durante esse período de quatro mandatos... Aliás, seis mandatos, porque houve uma interrupção de dois anos, quando fui diretor do Sebrae. Tive uma experiência muito interessante neste Parlamento mineiro. De 1990 para cá, fui renovando os mandatos, participando do processo político, convivendo com governadores de diversos estilos. Costumo dizer que fortaleceremos muito o Parlamento mineiro com o brasileiro se realmente nos preocuparmos com nós mesmos. Temos o dever constitucional de acompanhar e fiscalizar o Executivo, e muito mais respeitá-lo, porque é necessário que haja respeito. É importante que saibamos que a nossa força passa pelas ações do Poder Legislativo. Como dizia, no início tinha muito entusiasmo, muita vibração, e, acreditando que poderia fazer grandes transformações, comecei com meu ímpeto de prefeito. Quem foi prefeito alguma vez na vida esteja certo de que tem alma de prefeito para o resto da vida, não se consegue mudar isso muito, adapta-se ao que pode e aprende a ouvir. O prefeito tem mania de decidir. Então comecei a achar que poderia resolver as coisas por mim mesmo. Mas nada melhor do que ouvir os mais experientes, e ouvia alguns amigos aqui. Tenho muitos amigos, inclusive o Prof. Bonifácio Mourão. Ouvia muito também o deputado José Bonifácio Filho, que era uma pessoa que vivia pensando, e prudentemente avançava. Ele costumava dizer: "Pense no tamanho do passo que você quer dar, vá devagar; aprenda que a atividade política ocorre em uma conjuntura de fatores, e não no seu desejo apenas". Acostumei-me com a ideia, sou bom aluno, aprendi a respeitar. Uma das coisas que mais significa para mim hoje nesta altura da vida é a certeza de que aprendi a conviver com as pessoas com diferentes pontos de vista. Conhecendo e sabendo respeitar o meu limite, fica fácil compreender o limite e os desejos dos outros. Como estou percebendo que todos estão muito atentos à minha fala, o que agradeço, aproveito para fazer uma observação. No parlamento, é preciso haver posições diferentes. Não é prudente nem inteligente a unanimidade. O crescimento só ocorre com a divergência respeitosa, nada pessoal. Fora disso, transforma-se em um viveiro de pássaros, em que pessoas que pensam diferente, com a convivência, abandonam seu modo de pensar e passam a pensar com o pensamento dos outros. Isso não tem acontecido no Parlamento mineiro, isso não tem acontecido com todos nós neste momento da minha vida pública. Ao finalizar, quero dizer a cada pessoa presente que, na atividade política, é preciso ter coragem, ousadia, mas sobretudo emoção. A emoção nos permite o encontro com nós mesmos. É fundamental haver emoção. Quero agradecer a cada pessoa presente, inclusive à Luzia, que retornou. Fiz menção a ela no início da minha fala, dizendo que ela pedira que eu dissesse que ela estaria torcendo por todos nós com o mesmo entusiasmo que todos estamos. Quero finalizar, porque sei que vocês já estão aqui há muito tempo, já trabalharam muito, houve intensos debates nos últimos dias, e é preciso neste momento que eu também reconheça que a sabedoria do orador não está no que vai falar, mas no que o ouvinte está disposto a ouvir. Finalizando, meu abraço a todos. Quero agradecer ao deputado. O deputado Wander Borges tem um chavão. Ele me pergunta como estou, e sempre digo: animado. Em qualquer situação estou animado, não tenho desânimo. Só para quebrar o gelo, sei que o deputado Lafayette de Andrada iria fazer menção a um fato que aconteceu comigo e o deputado José Bonifácio Filho. Ele era aquele cidadão que chegava em casa mais tarde. Chegou em casa e estava fazendo alguns torpedos, quando me ligou às 2 horas da madrugada. A essa hora costumamos ter de dar explicação a quem está perto, por que e de quem recebemos a ligação. É preciso ter essa sabedoria. Ele me ligou, falou, alongou bem a conversa, e já que havia me ligado, puxei conversa também. E conversamos por 40 minutos, mas falei: "Vou revidar. Sei que ele tem um telefone na cabeceira de sua cama. Vou ligar para ele aos 10 para 6 da manhã". Assim fiz. Levantei, lavei o rosto, peguei o telefone, não demonstrando voz de sono, e liguei para ele. Quando atendeu, já desconfiado, ele respondeu assim: "É o inconveniente do Sebastião Costa?". Respondi: "Você está entendendo que sou

inconveniente, mas não sou. Estou querendo conversar. Vamos conversar agora, e bastante”. Ele querendo descansar, eu insistindo para conversarmos. São detalhes que acontecem entre as pessoas que fazem o mesmo trabalho, as mesmas tarefas. Há momentos de debates acalorados, mas também momentos de alegria e prazer naquilo que se faz. Finalizando, quero dizer a cada um de vocês aqui presentes que fiz amigos, que fiz o que pude. Muita coisa precisava ter sido feita, não consegui, mas tenho consciência de que o que pude fazer eu fiz. Posso dizer: combati o bom combate. Não sei se acabei a carreira, porque vou virar cabo eleitoral, cabo eleitoral também é político. Combati o bom combate, tornei-me um cabo eleitoral e guardei a fé. Muito obrigado.

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luzia Ferreira.

A deputada Luzia Ferreira - Queria dizer que não gosto muito de despedidas porque é um momento em que a gente fica, como o Sebastião Costa falou, com muita emoção. Deputada Maria Tereza Lara, que já passou por aqui, sabe disso. Queria começar falando da minha alegria por ter convivido com Sebastião Costa no PPS, como integrante do meu partido, por cerca de 10 anos, que já vem disputando mandato aqui. Ele veio para o partido quando já tinha um mandato. Parece que era do DEM. Filiou-se junto a Márcio Kangussu. Passei a conhecê-lo. Tião, como presidente do partido, quero falar da alegria e honra de tê-lo conosco. Ainda é um filiado, membro da nossa executiva estadual. Você honra o voto de cada um que lhe confiou essa honrosa missão de representar o povo mineiro. Você está apenas deixando de disputar mandatos. Tem muita contribuição a dar, com sua experiência, com sua serenidade. Todos ficamos muito felizes por tê-lo aqui entre nós. Queria dizer aos companheiros que sempre fui militante política, desde muito jovem. Nossa geração nos impôs a missão de resgatar a democracia, as liberdades democráticas. Cheguei aqui em 1973 - sou do interior, de uma pequena cidade -, para estudar, para fazer faculdade. Eram tempos duros do governo Médici, de uma repressão imensa. Como estudante, no nosso espaço devido, começamos essa caminhada. Sempre digo a vocês que não sou nem do tempo do Aecinho, mas do de Tancredo Neves. Está aqui o deputado Wander Borges. Nessa caminhada da luta democrática, do MDB e da Arena, sempre tive esse lado, esse rumo na política de considerar a política um valor universal, de lutar por ela, arriscando naquele momento até a integridade física. Filiei-me ao MDB naquela época. Tive também minha fase do voto nulo, do protesto, de não votar em ninguém. Todavia, vi que o caminho para derrotar a ditadura era a união de forças, o de ganhar a população e, por meio das eleições, do processo democrático, da organização do povo, fazer retornar o País à via democrática. Quero dizer a vocês que naquela época eu era filiada ao MDB. Conheci muitos nessa luta. Outros, conheci aqui em Belo Horizonte, também na luta dos movimentos sociais, no trabalho da prefeitura, como vereadora, e agora como deputada. Tive uma honra imensa. Sou testemunha dessa trajetória toda, dos debates importantes que esta Casa travou nos últimos quatro anos e de que também participei, presidente Dinis. Queria dizer que tenho orgulho imenso de ter estado aqui pelo voto do povo. Estou saindo porque os votos não foram suficientes. Temos de ter clareza disso. Uma das minhas atuações mais importantes foi como relatora da comissão da reforma política, que, infelizmente, não andou, mas fizemos nossa parte. O deputado Mosconi já fez referência a essa comissão, ele foi seu presidente. Fizemos um amplo debate nesta Casa, um debate plural. Ouvimos todos os segmentos. Encaminhamos, ainda em julho de 2011, à comissão da reforma política do Congresso Nacional as propostas e as sugestões de Minas, mas, infelizmente, elas não andaram. Essa continua sendo uma das reformas mais urgentes que o Brasil precisa enfrentar, até para resgatar a confiança da população na democracia, aproximar os eleitos dos eleitores, resgatando, portanto, o valor do mandato popular. Depois tivemos a comissão especial, proposta e dirigida por nosso amigo Dalmo, que investigou a violência contra as mulheres. Também fui relatora indicada por essa comissão. Creio que isso é uma das chagas da nossa democracia. Além da sub-representação das mulheres no Parlamento, no espaço de poder, estamos convivendo com essa tragédia diária que é a violência doméstica. Ouvimos todos os segmentos, enumeramos um conjunto de sugestões que estão sendo, deputado Zé Maia, implementadas pelo governo do Estado, pelo órgão gestor que monitora a aplicação da Lei Maria da Penha. Cito uma delas: unificar os dados para se ter, de fato, a dimensão, as estatísticas confiáveis, até para fazer o planejamento das ações, que antes a gente não tinha. Por todo lado, se a mulher chegar para fazer sua denúncia, num hospital, num pronto-socorro ou numa delegacia, essa violência será registrada. Deverá haver também uso de torneleiras eletrônicas para monitorar as medidas protetivas de distanciamento. São duas propostas que discutimos na comissão. Quero dizer que participei também, com muito gosto, da organização do seminário que listou diversas sugestões, ainda em 2011, para erradicação da pobreza, dirigida pelo deputado André Quintão. Foi um momento importante da Casa, de encontro a uma das bandeiras mais relevantes que é a diminuição da desigualdade no nosso país, que vai e volta. Ainda temos várias pessoas vivendo na miséria, abaixo da linha de pobreza. Isso é inaceitável para um país com nossa riqueza, com nossa dimensão e com nossa construção histórica. Quero dizer que esta Casa viveu momentos muito importantes. Sou uma das mais presentes aqui, talvez por morar em Belo Horizonte, ter minha base eleitoral na região metropolitana, portanto minha abrangência está bem próxima de nós. Pude vivenciar esses debates tão relevantes. Quero agradecer a cada um de vocês, aos que já conhecia, aos com quem pude continuar a conviver. Agradeço o carinho e o respeito por mim. Agradeço aos que conheci aqui. Apesar das diferenças, sei que a essência do Parlamento, a diversidade e a pluralidade enriquecem. Sem isso teríamos um Parlamento morto, que talvez não representasse a cidadania e o aspecto político, social e ideológico que temos aí fora. Em alguns momentos, consideramos que há discussões estéreis aqui e ficamos pensando que não levamos em conta o interesse de todos lá fora. Isto também faz parte do processo: esse estica-puxa da disputa de espaço entre situação e oposição pelos interesses diversos. Devemos compreender que isso é da essência da pluralidade ideológica e política do parlamento. No geral, tivemos aqui momentos muito construtivos. Participei ativamente, concordando com a diretriz que da Mesa emanou, de se fazer uma pequena revolução no funcionamento do Parlamento, ao acabar com os chamados penduricalhos incorporados à vida, como os 14º e 15º salários e o fim do jetom e do voto secreto, que eram tradicionais aqui. Isso sempre fez parte da defesa da minha trajetória política e da do meu partido, o PPS. Deixo o meu abraço, o meu reconhecimento e o meu carinho a cada um de vocês. A partir de fevereiro, estarei na prefeitura. Recebi o honroso convite do prefeito Marcio Lacerda para fazer parte da sua equipe. Conheço muito aquele espaço. Estou em Belo Horizonte há 41 anos, já trabalhei 12 anos na prefeitura, fui vereadora por 6 anos. Com muita honra, servirei ao povo belo-horizontino. Espero continuar nos encontrando pelas ruas, pelos espaços democráticos, na luta democrática, para melhorar a qualidade de vida do nosso povo. Um grande beijo a todos. Carregarei no meu coração as eternas lembranças dessa convivência sadia, agradável e carinhosa com todos vocês. Muito obrigada.



A deputada Maria Tereza Lara - Deputada Luzia Ferreira, quero dizer que éramos apenas cinco mulheres neste Parlamento quando a deputada Ana Maria estava aqui. Pela amizade que nos une vou chamá-la de você. Você honra este Parlamento. Todas as mulheres que nos veem pela TV Assembleia podem estar certas disso. De fato, você representa a mulher neste Parlamento, defendendo e garantindo os seus direitos, como relatora da Comissão de Combate à Violência contra a Mulher, presidida pelo deputado Dalmo. Apesar das divergências partidárias, tenho o maior respeito pelo seu trabalho. Digo isso publicamente. Você não foi eleita como deputada federal neste momento, mas tem um papel muito importante. Isso ainda não foi divulgado, mas creio que seja na área social, pois esse é o seu perfil. Belo Horizonte precisa de você. Conte conosco onde estiver. Parabéns-a novamente e desejo-lhe um Natal profícuo com toda a sua família. Já mencionei anteriormente o deputado Adelmo, meu companheiro de partido, mas quero repetir que a sua presença em Brasília, além de nos honrar muito, é uma esperança muito grande de estreitamento dos laços entre a Assembleia e a Câmara dos Deputados. Será muito bom para Minas Gerais contar com toda a sua experiência e ética radicalizada. Isso ajudará muito o nosso estado e o nosso país em Brasília. Desejo-lhe um Natal de celebração de todo esse período em que você esteve aqui conosco, com a sua família, com os seus amigos. Agora, você tem uma nova missão mais ampliada, não digo que seja mais importante do que aqui. O deputado Sebastião Costa voltará a esta Casa. Uma das coisas que me chamou muito a atenção foi o fato de a família estar lá no momento de emoção. As pessoas trazem para o Parlamento o que vivenciam. O seu cuidado de pai de família é muito importante. Precisamos de pessoas e de famílias que possam ser exemplos, testemunhas para tantas outras famílias. Aqui no Parlamento, com o seu trabalho e a sua dedicação, vemos como ele é presente. Por isso, quero parabenizá-lo, bem como toda a sua família, desejando-lhes um Natal realmente com muitas bênçãos.

O deputado Célio Moreira - Obrigado, presidente. Quero cumprimentar os meus amigos deputados e deputadas. Presidente, só quero agradecer a parceria, a amizade de todos os parlamentares, bem como agradecer a todos os funcionários desta Casa que nos orientaram e nos deram ajuda. Quero aqui também deixar registrado e agradecer toda a nossa assessoria e aos 57.302 votos que obtivemos, mas que não foram suficientes para chegarmos ao sexto mandato. Deixo registrado que a luta continua e que vamos continuar fazendo o nosso trabalho em defesa da vida e da família. Não vamos parar. Agora teremos um tempo maior para visitar as bases. Não sabemos o que virá pela frente. Não vou me prolongar muito também. Quero dar o até-logo, até breve a vocês. Estarei na Casa me colocando também à disposição dos senhores e das senhoras para que possamos realmente trabalhar em união, juntos para que Minas Gerais seja uma referência em política. Quero desejar sucesso a todos. Que vocês possam trabalhar, propor, de fato, as leis que vão ao encontro do bem comum, fiscalizar e representar os municípios que lhes confiaram voto. Como já disse aos nossos prefeitos, vereadores e vice-prefeito, o trabalho continua, a luta continua. Mais uma vez quero agradecer a todos pelo apoio, carinho e amizade e pedir a Deus que os abençoe. Desejo a vocês e a seus familiares um feliz Natal, um ano novo com muita saúde, paz, alegria, prosperidade. Como eu disse aqui na despedida do nosso presidente Dinis Pinheiro, nos três mandatos que trabalhamos aqui, esta Casa foi referência para o Brasil. Graças a Deus não vimos nenhum escândalo, nenhuma denúncia contra deputados e deputadas. Todos aqui tiveram oportunidade de trabalhar. O nosso presidente deu essa oportunidade, deu estrutura, deu apoio para que pudessemos desenvolver um excelente trabalho nesta Casa, com muito respeito, com muito carinho e com muita amizade. Então quero agradecer a todos pelo apoio e pela amizade. Estarei torcendo para que vocês realmente brilhem. Feliz Natal e um ano novo com muita paz e muita alegria. Muito obrigado a todos.

O deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, de acordo com o entendimento sugerido por V. Exa., que aceitamos por unanimidade, vamos começar os apartes seguindo a ordem. Ouvimos os parlamentares que se despediam dos colegas que ficarão aqui por mais quatro anos. Início dirigindo as minhas palavras ao deputado Adelmo Carneiro Leão. Quero, nesta oportunidade, deputado Adelmo Carneiro Leão, testemunhar o convívio que tivemos. Lembro aqui uma frase sobre a qual, quando V. Exa. falava, eu refletia. Quando a tristeza se encontra com a alegria, fica um marco indelével no local. Hoje temos esse marco aqui, neste foro, que é o Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Divergimos muitas vezes, mas nossas convergências foram sempre maiores que as nossas divergências. Divergimos nos debates, neste Plenário, na Comissão Especial da Dívida Pública, que V. Exa. presidia e da qual tive a honra de ser o relator, mas sempre as nossas convergências foram maiores. Juntos, naquela comissão, fizemos um trabalho importante para Minas Gerais e para o Brasil. Com certeza, isso teve influência no projeto que a presidente da República sancionou e que vai beneficiar, de alguma forma, todos os estados brasileiros. Então, as nossas convergências são muitos maiores que as nossas divergências, e maior ainda é a nossa amizade. V. Exa., que conseguiu uma brilhante votação para deputado federal, leva todos os nossos votos de sucesso e êxito para que trilhe, no Congresso Nacional, um caminho semelhante àquele que trilhou aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Felicidades, deputado Adelmo Carneiro Leão. Dirijo-me, agora, ao meu ex-aluno - ex-aluno mesmo - na faculdade de direito de Governador Valadares, na disciplina de direito penal, deputado Sebastião Costa, hoje meu grande amigo. Meu caro amigo Sebastião Costa, ao ver aqui seu filho Davi Costa, lembrei-me de Victor Hugo, quando ele foi advogado do filho condenado à guilhotina durante a Revolução Francesa. O advogado de defesa foi exatamente o grande escritor universal Victor Hugo. Na defesa do filho, que acabou sendo guilhotinado - o filho dele era jornalista e havia criticado as arbitrariedades da Revolução Francesa e, por causa disso, foi condenado -, ele disse para o seu filho, para todos os que o julgavam e para todos os jurados que seu filho jornalista só fazia aquilo porque era seu filho, segundo o sangue e segundo o espírito. Então, é claro, nesta oportunidade, o seu filho, deputado, vai trilhar, com certeza, um caminho semelhante ao do pai, e já começou com uma arrancada de 43 mil votos. Seu filho Davi Costa, que aqui está, vai mostrar à Assembleia Legislativa e ao povo de Minas Gerais que é seu filho, segundo o sangue e segundo o espírito. Tomara que seja, Davi, porque a vida do seu pai, na Assembleia Legislativa e fora dela, tem sido um exemplo para todos nós, por sua competência, por sua grandeza, por seu bom-senso, pelo senso de humor, pelas vezes consecutivas em que conversamos, pelas vezes em que pegou carona comigo até sua casa, em que fui seu motorista. Tudo isso faz parte de uma amizade que Deus há de conservar pela vida afora. Felicidades, meu caro companheiro e amigo Sebastião Costa. Quero dirigir-me ainda à deputada Luzia Ferreira, que também está se despedindo de nós. Com muita galhardia, com muito respeito, com um espírito democrático muito elevado, tentou uma cadeira na Câmara dos Deputados, como é natural para todos nós. Não foi agora, mas, com certeza, sua vez vai chegar. Mas fica aqui a sua lição de mulher exemplar, democrática, trabalhadora, fiel a seus



princípios, honesta e honrada, com quem pudemos contar fielmente e de cuja participação precisamos em todas as horas, como líder de governo, para ajudar Minas Gerais, aprovando projetos importantes para vivermos em um estado melhor de se viver, como hoje é o nosso. Muito obrigado, e que Deus continue a iluminar o seu caminho. Também não posso me esquecer do deputado Célio Moreira, grande companheiro de todas as horas, também nas lutas difíceis e nos debates democráticos que aqui travamos. Fica aqui, Célio, a sua lição de trabalho. A imagem que você, nosso amigo, deixa para todos nós é a de um deputado aguerrido, sincero e transparente. Você já disse e, creio nisso plenamente, que está apenas dando um até logo. Você voltará mais cedo do que se espera a esta Casa e, com certeza, com a amizade e a admiração de todos nós. Quero me dirigir também aos deputados que não vieram se despedir da tribuna, mas que estão aqui - Zé Maia, Carlos Mosconi e Jayro Lessa -, e a tantos outros que não puderam vir aqui agora: deixo registrados o meu abraço e a minha admiração a todos vocês. Gostaria de falar mais, mas não posso ocupar o espaço dos meus colegas que estão na fila. De qualquer forma, deixo o abraço fraternal e registrados indelevelmente o meu respeito e a minha admiração por todos vocês. Muito obrigado.

O deputado Hely Tarquínio - Neste momento de homenagem e nesta solenidade já de despedida - mas ainda vamos continuar convivendo com uns e coexistindo com outros -, quero me dirigir, em primeiro lugar, ao meu colega e amigo deputado Adelmo Carneiro Leão, praticamente meu conterrâneo, já que se mudou muito cedo para Uberaba, cidade que deixei depois de formado. Quando estudantes, nossa via comum foi a Faculdade de Medicina de Uberaba, àquela época federal, onde o Adelmo se revelou um grande aluno que se transformou em professor. Mas um professor dos maiores, um professor que era um verdadeiro ícone da faculdade, um exemplo de homem que ensinou toda a ética profissional da medicina, na cadeira mais importante do segundo ano àquela época, que era a de fisiologia. O Adelmo conquistou a cátedra, transformou-se em catedrático e deu sequência a uma formação de médicos que se inspiravam nesse professor, paraninfo de tantas turmas. Paradoxalmente, era um homem fechado, mas fechado na grandeza de formar médicos para o Brasil, de ensinar às pessoas humanismos e humanidades, principalmente na medicina. E Adelmo assimilou aquela grande fisiologia que ensinava, como Hobbes fundou o Estado, no Leviatã, assunto de que o Sebastião Costa entende muito. Mas, Adelmo, você brilhou neste Poder Legislativo de Minas Gerais. Quando você veio para cá, já tinha a sua vocação ideológica e política. Formou-se cedo nesse mister e pôde conquistar os votos que o trouxeram pela primeira vez para esta Casa, aonde chegamos juntos. E aqui chegamos com aquele ideal a que o Sebastião se referiu: chegamos juntos, até querendo derrubar logo de início a Mesa. Convivemos desde essa época - embora eu tenha ficado na secretaria por quatro anos, após perder a eleição, quando exerci o cargo de secretário adjunto -, e aprendi muito com você, principalmente na Comissão de Saúde, onde, desde o início, você já revelou o lado da identidade. Como eu disse aqui, todos nós, deputados, trazemos as nossas diferenças, mas naquela busca da síntese do humanismo, de pensar que podemos, com as nossas semelhanças, sermos iguais; ou sermos iguais com as nossas semelhanças. É isso que você nos ensinou aqui, como todos os outros deputados. Mas lembro-me dos embates que aconteceram aqui durante todos esses anos. Terminando a sua fala, você citou a Epamig. Você pensa no Estado de uma maneira ideológica, mas como o todo. Essa é a nossa grande missão aqui: pensar no todo e não privilegiar parte. Podemos sustentar a parte, somar as partes de uma forma algébrica, em que o ser humano é mais importante que o ter humano. Estamos vivendo uma época do ter. Todos esses deputados que falaram aqui trouxeram seu ser para cá; e aqueles que não falaram também. Ser, existir, para o todo. Esse exemplo todos demonstraram nas suas comissões, porque, engraçado, trazemos a marca da profissão que vivemos, mas exatamente pensando numa sociedade mais justa, mais equilibrada. É o que absorvemos lá. Absorvi isso muito de V. Exa., trazendo seu ideal, do PT, que na verdade era uma social democracia franca naquela época. Depois as coisas vão transformando-se, o mundo virou uma aldeia, quase que um ciberespaço. Aí temos as nossas diferenças cada dia mais. A contemporaneidade muda muito as coisas. A cada 10 anos, mudamos o modo de pensar, e o nosso organismo também muda. A vida é cíclica, mas, dentro de toda essa complexidade, fica a personalidade de cada um, expressa no seu trabalho aqui dentro, nas comissões, no Plenário, no empenho de cada um. Entendo que todos aqui vieram para praticar o bem. Como assisti a muitos discursos aqui, nessa polêmica das contrariedades, em que escutamos: “tal presidente está roubando, o outro não vale nada”. Acho que precisamos refletir mais sobre isso com serenidade. A palavra “político” já engloba a *polis* lá da Grécia, quando pensamos no coletivo. Ninguém vem para cá para construir só o seu individualismo. Cada um com seu partido, num elenco do capitalismo ao socialismo; do estatal ao neocapitalismo, ao neoliberalismo, seja lá como for; todos deram o seu exemplo. Então vi o deputado Adelmo Carneiro Leão se preocupar com a Epamig, com a pesquisa, para proteger o campo, para proteger o produtor e também o empresário. Porque vivemos nesse leque do rico, do médio e do pobre, pensando, sim, como todos demonstraram na confecção dos projetos que aqui chegaram, em políticas públicas compensatórias. O Estado é que fará essa álgebra, mas há um objetivo lá na frente, que é o bem-estar de todos. Lógico que esse bem-estar é muito relativo. Então quero parabenizá-lo pela vida, pela sua trajetória aqui, que conheço bem. Você sempre exerceu todos esses mandatos com galhardia, com denodo, com compromisso, com serenidade, com convicção e, sobretudo, com honradez, dando o exemplo que sempre deu, como grande pai de família, como político, sobretudo como médico, professor, catedrático. Então que você seja feliz; que, em seu caminho, você possa encontrar os desafios; mas, com a sua iluminação, possa também levar luz ao Congresso. Você aumentará muito mais lá a experiência da consciência que adquiriu aqui, e ensinará também. Então um grande abraço, felicidades. Agora, vamos falar com nosso Sebastião Costa, falar do coração, Sebastião, do sentimento que temos de amizade e da minha admiração pela sua competência. O seu competente professor, aqui do nosso lado, lhe passou todo o conhecimento. Tenho certeza de que você chegou aonde ele chegou, pois deu verdadeiras aulas. Quando a coisa engrossa lá na Comissão de Justiça, dizem: “Chamem o Sebastião Costa”. O Sebastião Costa é o grande timoneiro, a grande luz de lá. Fique tranquilo, pois cumpriu toda a sua missão aqui dentro. Gostei da sua fala emocionada. Todos nós temos nossas razões, a racionalidade, mas a emoção toma conta, e nessa hora vem o sentimento. Do ponto de vista do seu compromisso e daquilo que nos ensinou, você foi um verdadeiro professor. Na sua inspiração, estive lá e briguei para ser presidente dessa comissão, porque cheguei analfabeto com relação a leis. Aprendi pelo menos alguma filosofia do direito para interpretar essa tríade tão complexa, quando falou de constitucionalidade. Você tem essa preocupação permanente. Você fala isso, vamos dizer assim, de graça, buscando sempre a constitucionalidade. Quando o governo tinha dificuldade, você achava um caminho, através dos pertuitos, das PECs, dos argumentos com que discutia com os consultores, e sua luz sempre mostrou o melhor caminho, a melhor



solução para a comissão, que, de agora para frente, pelo Regimento, será conclusiva. Pode estar certo de que deixou sua página de sabedoria como ensino para este Parlamento. Muito mais coisas você realizou nas diversas comissões. Seu exemplo deve ser seguido, e seu filho tão bem se iniciou agora na trilha do conhecimento do direito para que esse direito sirva para o todo. Um grande abraço, felicidades, Deus o proteja, muita saúde para você e sua família. Agora, nossa Luzia, a representante da mulher nesta Casa, que tem uma história de vida que não sabia. Pela informação do Rogério, você foi do PCB. Não é tão difícil porque, antes, ao se falar que o sujeito era comunista, pensavam: vai para o inferno e está se misturando com o capeta. Não é assim, num país como o nosso? Agora, graças a Deus, estamos tendo mais escolas, o povo está se esclarecendo mais. A Revolução Francesa está começando a se refletir aqui no Brasil, depois desses tantos anos. Você foi uma professora do direito do cidadão, do direito da coletividade e trouxe isso na sua vocação, para chegar ao Parlamento defendendo a mulher. Você falou da Lei Maria da Penha. Sabemos da sua atuação dando exemplo a todos nós. Temos certeza de que você continuará. Em qualquer caminho que tomar, a política estará em suas veias, correndo em seu corpo, irradiando a sua inteligência, sendo luz para todos os que estiverem juntos com você. Que Deus abençoe seu caminho. Continue nesse ideal, materializando sempre seus sonhos. Agora, vamos falar do Célio, com cuja pessoa tivemos a graça e a satisfação de trabalhar, pois já está aqui há três mandatos e trabalhou nas comissões, onde, da mesma forma, revelou sua vocação para servir. Todos nós trazemos nossa história de vida para cá, principalmente a da primeira infância, que é marcante. Nossas motivações, nossas intuições, nossas convicções surgem dessa vivência primeira da primeira infância. Mais tarde, aquilo se repete de outra forma, e vamos assimilando o mundo, mas, na hora de marcarmos presença, levamos a nossa convicção na realização dos ideais daquilo que sofremos e que achamos que pode se transformar em dias melhores não só para nós, mas para todos. Isso o Célio mostrou aqui, através do trabalho nas comissões, no Plenário, revelando-se um deputado competente, porque já passou pela Câmara de Vereadores, que não tem a mesma dimensão desta Casa, tem a dimensão municipal, mas a dimensão de uma cidade grande como Belo Horizonte. Não mudou muito de lá para cá. A diferença é que aqui foram assimilados todos os 853 municípios nas suas necessidades, é um pouco maior. Você trouxe a sua experiência, não chegou aqui por acaso e deu o seu exemplo. Já os números de uma eleição proporcional são às vezes definitivos, mas nem sempre fazem justiça. Por isso a minha opinião é que essa lei deve ser revista. Precisamos de uma reforma eleitoral e política para compor o Brasil, porque já exige isso pelo tempo em que existe. É como a Constituição: de vez em quando deve ser repensada, mas não com tanta PEC, porque os próprios juristas não gostam disso. O direito positivo no Brasil está com mais de 250 princípios constitucionais, é difícil, mas enquadra e faz justiça. V. Exa. deu seu exemplo, e pelo exemplo de pai vi sua emoção quando falou do seu filho na tribuna. Aquilo arrepiou a todos nós e dá força para continuarmos, porque a família está com você, os seus companheiros têm a compaixão da dor, todos nós sentimos por você, estaremos com você. Sempre temos obstáculos na vida e estamos aqui para ultrapassá-los com as nossas crenças e convicções. Que Deus lhe dê muita força, muita fé, muita razão para persistir nos seus ideais. Um grande abraço, que Deus o proteja. O Zé Maia, que também não falou, prestou o seu serviço tão importante na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, onde se faz a álgebra. É lá que se conhece a real saúde financeira do Estado e as perspectivas econômicas para administrar a vida de cada família nos 853 municípios - o Dinis Pinheiro vai visitar esses 853 municípios, pois é o caminho da sua candidatura para governador, se Deus quiser; você é um iluminado. Ao Zé Maia quero desejar felicidades. Que Deus o abençoe e a sua família. Você é um exemplo de pai e esposo e foi um exemplo para todos nós no Parlamento. O Carlos Mosconi foi embora - todos conhecem a sua história de muitos mandatos - e nos deu tantos exemplos na Comissão de Saúde, porque é vocacionado para a saúde. Conseguiu muita coisa, trouxe a sabedoria do Congresso Nacional e agora estava devolvendo novamente alguma coisa do nosso estado. Mas é o que disse: os números às vezes são carrascos diante de uma álgebra difícil de fazer. Justiça é como eu disse: o código de Deus é diferente do código dos homens. A todos vocês um grande abraço, e que o caminho de cada um seja iluminado por Deus. Muito obrigado.

O deputado Lafayette de Andrada - Serei breve. Os deputados que me antecederam falaram com muita propriedade, mas não posso deixar de fazer um registro de despedida, principalmente ao deputado Adelmo Carneiro Leão, que irá representar o povo mineiro em Brasília. Tive o prazer e a honra de ser seu colega na Assembleia. Só quero, deputado Adelmo, desejar-lhe boa sorte. Que a sua indignação em relação à injustiça social, principalmente no campo da saúde, em que atuou com mais afinco na Assembleia, seja levada para Brasília. Que a sua fala no Plenário do Congresso Nacional faça reverberar por todo o Brasil essa indignação correta em relação à forma com os nossos governos tratam os cidadãos mais pobres, principalmente na saúde. Seja bem-sucedido, boa sorte e defenda Minas Gerais no Congresso Nacional. Cara deputada Luzia, quero deixar um abraço muito carinhoso para a nossa deputada, presidente do PPS. Eu a conhecia como vereadora - ela não me conhecia -, como presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Quero dizer que aprendi muito, com sua presença, com sua serenidade, com sua atuação, às vezes discreta no Plenário, mas muito ativa nas comissões. Sempre nos trouxe ensinamentos importantes. V. Exa. deixará para todos nós muitas saudades. Temos certeza de que em breve estará conosco novamente e, quem sabe, no Congresso Nacional. Sei que foi um até-breve que você deu. Muito em breve estará atuando de novo na vida política. Quero fazer referência aos deputados Zé Maia e Célio Moreira, que são meus colegas de partido, bravos deputados Célio Moreira e Zé Maia. Tive o prazer de estar com o deputado Célio Moreira e com o deputado Zé Maia por dois mandatos. Pude ver no deputado Célio Moreira um homem do povo, com sua sinceridade, com sua maneira de se empenhar em tudo aquilo em que acredita, defendendo sobretudo seu Barreiro e, obviamente, o interior de Minas. Foi um deputado atuante, e a Assembleia vai saber fazer o registro, a história saberá fazer o registro de sua atuação aqui na Assembleia Legislativa. Desde que entrei aqui fui amigo do deputado Zé Maia na Comissão de Constituição e Justiça. Pude aprender como é a sua atuação. É um deputado firme na sua postura, na sua coragem, na sua determinação. É homem que muito honrou o Triângulo Mineiro aqui na Assembleia Legislativa. Caro Zé Maia, V. Exa. deixará saudades nos seus companheiros da Assembleia. Saiba que estaremos aqui sempre de portas abertas. Nosso gabinete será a extensão de seu gabinete, como sempre foi o seu com relação a nossa pessoa. Meu caro deputado Sebastião Costa, quero fazer aqui uma despedida um pouco mais emocionada e até mais pessoal. Será menos institucional e mais pessoal. O deputado Sebastião Costa teve a gentileza de citar meu tio, que foi colega dele, aqui na Assembleia. Temos pelo deputado Sebastião Costa uma amizade já antiga, já que existe há gerações. Com ele, aprendemos muito na Assembleia, foi nosso professor. Foi a nossa grande liderança, o nosso grande espelho. O deputado Sebastião Costa realmente deixará aqui, por



tanto tempo em que pisou neste Plenário, consignada uma página importante na história deste Parlamento. Se formos citar um parlamentar que sempre agiu com ponderação, com sensibilidade, com firmeza, com um jeito sereno, sempre nos lembraremos da figura do deputado Sebastião Costa e a citaremos. O que direi aqui serve para V. Exa. e para todos os demais. Diz um pensador argentino, González Pecotche, que gosto muito de citar, que a alegria do triunfo não existiria se não houvesse a luta, porque a luta é que propicia a oportunidade de vencer. V. Exas. são grandes vitoriosos. Deputado Sebastião Costa, meu respeito e minha admiração, porque você sabe o tanto que vou sentir sua ausência. Muito obrigado.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, presidente. Se é difícil externar o sentimento para um colega, calcule vocês quando me dirijo a esta constelação de estrelas de primeira grandeza do Parlamento mineiro, começando pelo nosso querido presidente, que recebeu todas as homenagens justas e merecidas nesta semana, assim como os demais companheiros que aqui se encontram nesta 80ª Reunião Ordinária do nosso Parlamento. Devo dizer a todos e à nossa querida deputada Luzia Ferreira que os depoimentos que aqui pudemos ouvir, que as falas de cada um nos sensibilizaram profundamente. Quero começar saudando a querida deputada Luzia Ferreira, com quem tive uma convivência muito próxima e respeitosa na comissão que tratou do combate à violência contra a mulher, na qual tanto trabalhou e dignificou sua conduta, como relatora. Não foi só isso. Em todas as ações relacionadas à voz da mulher, ela sempre esteve muito atenta, considerando-se sua experiência como vereadora. Particularmente aqui, no Parlamento mineiro, expresso a V. Exa., querida amiga, meu profundo reconhecimento por essa trajetória bonita e invejável que teve na bancada feminina, dignificando nosso Parlamento. Quero também me dirigir ao deputado Adelmo Carneiro Leão, médico inteligente, combativo e respeitoso nas suas reflexões e invejável por sua postura respeitosa nos apartes e nos debates. V. Exa. sempre nos trouxe sua experiência como catedrático, como cidadão e como parlamentar e tem uma vida extraordinária de serviços prestados ao nosso estado. Desejo a V. Exa. que os propósitos anunciados da tribuna, no seu discurso de despedida, tenham sucesso no Congresso Nacional, já que o estamos perdendo. O Congresso Nacional estará enriquecido com sua inteligência, sua ética e sua postura. Seja muito feliz ao representar Minas no Congresso Nacional. V. Exa. atuou no Parlamento Mineiro com muita dignidade. Quero também me dirigir ao companheiro - e por que não dizer querido amigo? - Célio. Faço isso não somente pela nossa bancada do PSDB. Sempre pude acompanhar seu espírito aguerrido, sua determinação, sua prática vicentina, como confrade - sempre fui assim também na minha querida Ouro Fino -, seu espírito devotado aos mais necessitados, ajudando-os por meio de asilos e creches, não somente no Barreiro mas também em todo o Estado. V. Exa. pôde enriquecer o Parlamento Mineiro com sua altivez, com sua dignidade, com sua postura. Ontem, caríssimo deputado Célio, emocionei-me, como V. Exa. também se emocionou, ao falar de sua vida, do passado e do seu filho. V. Exa. sempre foi para nós um exemplo de vida. Quero que leve da nossa Casa, deste parlamentar, a sincera gratidão pelo seu espírito fraternal e leal nas tratativas em todas as ações em que atuamos juntos. Quero me dirigir também ao deputado Zé Maia, que, conforme o deputado Lafayette de Andrada falou, conduziu, com muita maestria, a Comissão de Fiscalização Financeira. Ele foi relator de muitos projetos importantes do Estado e dos parlamentares, com sua voz eloquente, séria e coerente. Ele nunca, absolutamente, no comando da comissão, deixou para depois suas decisões. E por que não fazer uma saudação a ele também por tudo o que representou para sua querida Itapagipe e para seu querido Triângulo Mineiro e pelo trabalho extraordinário que fez no Parlamento Mineiro? Quero também me dirigir ao meu querido amigo e professor Sebastião Costa. Sempre tivemos uma amizade tão bonita como ele tem com o Davi e eu tenho com o Felipe. São dois parlamentares que têm dois filhos queridos e amados. Pude aprender muito com o Sebastião. Uma vez, o presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Joaquim Herculano, me relatou a vida do nosso querido deputado Sebastião Costa, que foi escrevente de um juiz de direito que se tornou presidente do tribunal, e relatou como pôde associar a vida extraordinária desse grande parlamentar, a história de vida que se comunga, se mistura com a sua dignidade, com o seu exemplo extraordinário como advogado e como grande parlamentar que soube dignificar o Parlamento mineiro. Ficamos seis anos na mesma bancada da Comissão de Constituição e Justiça. Ele sempre ao meu lado quando tínhamos dificuldades para discutir as matérias pertinentes. Eu e ele, ele e eu tocamos a Comissão de Constituição e Justiça. Nunca perdemos um prazo em nossa comissão. E V. Exa. sempre atento. E hoje sai do Parlamento mineiro como presidente na nossa Comissão de Constituição e Justiça. Quero render homenagem, sim, e com muita vênua, porque essa constelação, também pelo comando do nosso querido presidente... Fico muito feliz de ter convivido de ter aprendido com ele. E presto com certeza as minhas mais sinceras e profundas homenagens por todo o seu trabalho, pela sensibilidade e dedicação; por tantas e tantas oportunidades que tivemos juntos nos embates, nas discussões maiores em defesa do nosso povo e da nossa gente. Neste momento de saudosismo, no final desta reunião, quando todas as ações são convergentes, bem diferente de agora há pouco, nas divergências de opiniões, o nosso coração, o coração de todos os seus eleitores, de seus amigos, e das famílias estão centralizadas no parlamento. Essa despedida, de um até logo, um até breve, é para registrar em letras e também para ficar gravado no coração de cada um que o Parlamento mineiro teve o grande privilégio de ter V. Exas. trabalhando com tanta dignidade e amor. Com a permissão de todos, quero aqui fazer uma saudação a todos os deputados ausentes neste momento - com certeza alguns já estão na Câmara Federal, outros não retornando - na pessoa do deputado Carlos Mosconi, com quem sempre tive uma fraternal amizade. Vizinhos que somos do Sul de Minas, sempre tive por ele profundo respeito. Foi o meu deputado federal, depois trabalhamos juntos em Andradas e Poços de Caldas. Recentemente, no sábado, estive em sua terra, Poços de Caldas, para compartilhar também uma homenagem que ele recebeu do PSDB, das mais justas e emotivas. Na pessoa do Carlos Mosconi, também quero apresentar aqui a nossa gratidão pelo seu exemplo extraordinário de vida, pela sua dedicação à Assembleia Legislativa e por tudo que fez por nós e por Minas Gerais. Então ficam as minhas palavras carinhosamente e de voz embargada, assim como vi o Sebastião, como vi a Luzia, como vi o Célio, o Adelmo, enfim, todos vocês, de voz embargada, no alto desta tribuna, saudando, despedindo-se, demonstrando acima de tudo alegria de terem convivido. Mas queremos dizer "obrigado" a vocês pela convivência extraordinária que tivemos ao lado de cada um. Buscando agora o quinto mandato, com toda sinceridade, julgo-me neste momento muito agradecido a Deus, mais ainda por ter-me dado a oportunidade de conviver com V. Exas. no aprendizado, na ética, na condução dos trabalhos e principalmente no respeito a cada um, particularmente pelo que vocês fizeram. Rendo homenagens do fundo do meu coração e peço que sejam extensivas a suas famílias. Que Deus ilumine o caminho de cada um, de todos, que são merecedores, do





fundo do meu coração, pelo respeito, pela gratidão e pela fraternal amizade. Muito obrigado, fiquem com Deus. Feliz Natal a todos e que Deus abençoe cada um.

O presidente - Parabéns, deputado Dalmo. Teríamos a oportunidade de ouvir o deputado Gustavo Corrêa, mas vou furar a fila, perdoe-me. Serei muito breve, muito rápido, pois qualquer palavra aqui é pequenina para traduzir a trajetória virtuosa de todos que estão sendo homenageados neste instante. Falo que tenho muita alegria por tudo que esta Casa me propiciou, por tudo que ela oferta a Minas Gerais. É Casa decente, digna, transparente, honrada. Isso é fruto do quê? Da grandeza, da estatura moral e da sabedoria singular dos deputados. Eles são os caminhantes dessa belíssima estrada que está nos levando para o avanço, para frente, para um belo futuro, acima de tudo, para aquilo que persegue. Persegue-se com dureza, mas consegue-se com determinação, que é a justiça social. Temos de ter amigos, Tião Costa. Tem de haver o que você disse: emoção. Vida boa é essa. Vida gratificante é essa. O coração tem de estar sempre palpitando mais forte, tem de estar sempre encharcado de alegria, de sentimentos, dos sentimentos puros e, acima de tudo, de emoção. Falo com enorme sinceridade, a felicidade só aparece para aqueles que têm emoção, para aqueles que choram, para aqueles que buscam, para aqueles que tentam sempre. Essa é a vida verdadeira e auspiciosa. A vida boa é quando temos oportunidade de reconhecer aqueles que caminharam, que estão caminhando pela vida. É por isso que falo que sou um ser humano privilegiado, muito feliz, muito grato a Minas porque tive uma escola extraordinária, que é a Casa de Minas. Então, devo muito a esse conjunto de deputados, a cada um de vocês. Se cheguei a algum lugar, quero aqui, mais uma vez, externar a minha gratidão por todos. Cada um com seu jeito, com seu saber, foi me lapidando. Então, quero aqui manifestar minha profunda gratidão e reconhecimento ao Adelmo, esse homem de estatura moral singular. Tenho por ele apreço formidável, gosto de conversar com ele, de ouvi-lo. É um homem muito sereno, muito equilibrado. Que Deus o abençoe nesta caminhada. Cumprimento o amigo, irmão Célio Moreira, combativo, com essa vida transparente, clara, com espírito de luta invejável, comprometido com seu ideal, com seus objetivos; uma vida talhada no suor, na raça, na labuta; que nunca desistiu e nunca desiste. Está sendo empurrado por esse espírito de luta que realmente muito nos encanta. Então, a você, Célio, meu mais puro agradecimento. Que Deus abençoe toda a sua família. Agradeço à Luzia. Quando a vida pública tem a presença de uma mulher de fé, destemida, abnegada, idealista, a vida pública se torna mais sortuda, mais realizadora, transforma para valer. Luzia tem participado de forma destacada dos grandes acontecimentos de Beagá e de Minas. Tenho certeza absoluta de que vai continuar brilhando e prestando serviços altamente relevantes ao nosso povo, à nossa gente. Obrigado por tudo, pela compreensão, pela palavra amiga, de incentivo, de alento. Isso tudo vai sendo guardado no coração. Quero agradecer também e parabenizar o deputado Zé Maia, que tem uma família abençoada - conheci seus pais, sua esposa e suas filhas - e uma das trajetórias mais lindas desta Casa. Um deputado que brilhou para valer nesta Casa, na comissão, enfrentando as mais duras e desafiadoras missões, sempre com amor a Minas, com responsabilidade e conectado com o futuro. Você realmente engrateceu e engratece a vida de cada um de nós. Deixo um abraço muito afetuoso e fraterno a toda a sua família, que me deu uma recepção encantadora, que ficou marcada até hoje. Admiro aquela união, aquele ambiente tão familiar, de fé, religiosidade e alegria. Tenho absoluta certeza de que você vai continuar fazendo o bem, transformando o Triângulo e dando a sua contribuição para Minas Gerais. Dirijo-me também ao deputado Rômulo Viegas, outro paladino desta Casa, simples, muito ético, um homem de atitude e lucidez. Nosso amigo, irmão. Quero abraçar a cada um de vocês que estão se despedindo por um insucesso eleitoral ou por terem buscado outro caminho. Quero dizer a todos o que sempre digo acerca da vitória: pessoalmente, adquiri uma belíssima vitória, Weliton, porque andei por Minas e sempre recebi aquele sorriso, aquele carinho, aquele aconchego - até mesmo no Triângulo, região onde eu tinha poucas afinidades. Isso realmente me dá um ânimo de luta impressionante. E uma boa pátria se constrói pelo ânimo de luta dos seus filhos. Então, haverá esse tempo de continuar a caminhada e aprender com cada um de vocês, buscando o seu saber e sua solidariedade, como relembra aqui o Mosconi, que certamente não se faz presente por causa da palavra "emoção", acho que se poupando deste momento. Aproximei-me muito do Mosconi nesta Casa. Que alma generosa! Assim como a de sua esposa e de filhos. Fiz, Adelmo, essa caminhada com ele, no Assine + Saúde, e sou testemunha de sua vida pública realmente primorosa. Um grande pai, um amigo, uma pessoa muito instruída e inteligente, de uma vida limpa e pura, que vai fazer muita falta a cada um de nós. Como digo, o Mosconi sempre me inspirou. Tenho por ele muito carinho, e toda a minha família gosta muito dele. Lembro-me de que pedi a uma prima para votar no meu irmão, Toninho Pinheiro, mas, quando ela me disse que estava querendo votar no Mosconi, disse-lhe para votar no Mosconi e ainda achar mais votos para ele. Disse isso porque ele é realmente um ser humano admirável, abençoado; uma alma boa. Conversar com o Mosconi é muito bom - sempre se aprende muito com ele. Então, quero deixar esse abraço muito afetuoso ao Mosconi, de quem quero sempre estar ao lado, também para aprender. Quero reiterar o nosso carinho por essa mulher de fibra e de fé que aqui retorna, a Tereza Lara. Todo mundo é fã dessa mulher religiosa, dessa mulher extraordinária, dessa notável cristã. Já falei sobre o Neider hoje, em aparte, ressaltando a sua vida reta. Quero abraçar a todos, e, por último, a esse amigo, esse irmão, esse paizão. Fico olhando o Davi e relembro o meu início: empolgado, jovem, com aquele entusiasmo, carregando aquele belo sonho de ser útil e fazer algo bom pra o próximo. Davi, você vai brilhar para valer, meu amigo. Aliás, já está brilhando. Até porque tem um pai maravilhoso, uma família maravilhosa, abençoada. Continue; vá em frente; estaremos juntos. Você merece. Um belíssimo futuro o aguarda. Preste atenção: você é privilegiado, porque é filho desse paizão, que realmente mexe com o coração da gente. O Tião é uma pessoa diferente. Ele conseguiu, Adelmo, prover-se, de forma diferente, de todos aqueles ornamentos que realmente dão luz a qualquer ser humano. Ele conseguiu reunir em uma única pessoa tantos valores! Isso é algo raro. Se você quiser ver a humildade, olhe para o Tião; simplicidade, olhe para Tião; a sabedoria, olhe para o Tião; o espírito generoso, olhe para o Tião; o bom caráter, olhe para o Tião; se você busca aquele valor que nos empurra, a fé, olhe para o Tião. Então o Tião realmente consegue agregar todos esses valores de forma realmente impressionante. Sebastião, um abraço, obrigado por tudo. O Tião é muito experiente. Falei aqui, e é verdade, sempre gosto de ouvir o Adelmo, gosto de ouvir essas pessoas mais experientes. É bom quando temos oportunidade de buscar aquele equilíbrio, com aquela garra, aquela juventude, aquele ímpeto criativo e sonhador do jovem; mas também ter a oportunidade de contar, Zé Maia, com a sabedoria dos mais vividos. E ele carrega uma sabedoria realmente diferente, ele é sábio. Sobretudo nos momentos de maior turbulência, sempre gostei de ligar para o Tião, de incomodá-lo, de pedir o seu aconselhamento. Portanto, Sebastião Costa, tenho muito orgulho da sua vida e da sua história, porque todos nós temos muito orgulho da sua vida e da sua história. Todos nós. Você



realmente consegue certa unanimidade por sintetizar todos esses valores sublimes e sagrados dos mineiros e das mineiras. Portanto deixo um abraço superespecial a todos. Vamos continuar por aí. Cada um de um jeito, cada um na sua trincheira, mas todos carregando esse belo ideal. Esse belo e abnegado jeito de servir, de fazer o bem, de ajudar, de construir uma vida melhor para quem precisa, sobretudo. Todos nós estamos no exercício da vida pública para servir, Duarte, acima de tudo aos mais pobres, acima de tudo aos mais carentes, acima de tudo àqueles que mais precisam. Às vezes nossos problemas aparecem pela frente; e falo que felizes não são aqueles que não têm problemas, felizes são aqueles que sabem enfrentar e superar os problemas. Essa é a beleza da vida, essa é a grande virtude de qualquer ser humano. Portanto, desejo-lhe um Natal maravilhoso e abençoado. Obrigado por tudo. Peço desculpas, peço perdão, porque tenho um evento às 19h30min e estou muito atrasado. Gostaria ainda de ouvir todos os apartes em relação aos nossos queridos colegas, mas digo, cada dia mais forte, cada dia mais revigorado, Wander, que estou muito feliz por tudo que vocês fizeram pela Assembleia, por tudo que estão fazendo pela Assembleia, por Minas. Aí fico muito à vontade para andar por Minas, para andar pelo Brasil, e falar que a Assembleia de Minas realmente é a melhor Assembleia do Brasil. Qualquer um de nós aqui pode debater com qualquer jornalista, com qualquer cidadão, com qualquer pessoa, e terá orgulho em verificar os aspectos em que tivemos os avanços partilhados por esta Casa, sob qualquer aspecto, sob qualquer prisma. Qualquer um de nós pode debater, com muita energia e com muito entusiasmo, sob qualquer ponto de vista, que tenho certeza absoluta de que a Assembleia sempre inspirará o próximo, que a Assembleia sempre inspirará as instituições, que a Assembleia sempre será a avalista das liberdades democráticas, que a Assembleia sempre será parte não de problema, mas de solução. Solução essa que haverá de garantir dias de prosperidade, de alegria, de decência e, acima de tudo, de justiça social para todas as mineiras e para todos os mineiros. Um grande abraço, que Deus abençoe vocês. Vamo-nos encontrar pela vida afora. E parabéns, parabéns a todos vocês, que fizeram parte e que estão fazendo parte dessa história belíssima, dessa saga belíssima e abençoada, que engrandeceu e engrandecerá ainda mais a nossa querida e amada Minas Gerais. Faça o favor, deputado Hely Tarquínio. Muito obrigado, um abraço.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa - Procurarei ser extremamente breve e rápido nas minhas colocações, até porque todos nós tivemos uma semana de muito trabalho, de muita luta, de grandes embates. Mas eu não poderia deixar de utilizar deste microfone para fazer algumas colocações, sobretudo em função de vários amigos e companheiros que se despedem momentaneamente deste Parlamento. Quero começar pegando, deputado Dalmo Ribeiro Silva, uma deixa na sua colocação. Você dizia que ali tínhamos uma constelação. Aproveitando o bom momento que o futebol mineiro me deu no ano de 2014, posso dizer que temos uma seleção de craques. Na zaga, começamos com dois grandes zagueiros que jamais se furtaram de suas obrigações, de suas responsabilidades, sobretudo de suas lealdades: os deputados Zé Maia e Célio Moreira. O deputado Zé Maia, durante 12 anos, aliás, 8 anos, presidiu de forma brilhante a comissão que posso dizer, se não a mais delicada, a que exatamente procura e gere os recursos em nosso estado, fazendo com que sejam mais bem-aplicados, principalmente em benefício da população. Quero, deputado Zé, dizer publicamente que tenho certeza de que a vida pública ainda lhe guarda grandes momentos, mas quero dizer sobretudo que leve sempre a minha admiração pela forma correta e íntegra e pela dedicação com que vestiu a camisa deste governo que ora se encerra, em 31 de dezembro. Da mesma forma, esse grande amigo, esse grande companheiro. Temos certeza de que, como todos desta Casa, continuaremos essa amizade que construímos. Digo sempre que o Célio é um sujeito diferente, um sujeito que gosta das coisas boas, gosta de viajar, tem o coração maior do mundo, a alma pura, espírito cristão, é um excepcional pai de família, um grande amigo e um grande companheiro. Tenho certeza, Célio, da mesma forma que os outros, de que sua ausência nesta Casa será momentânea, mas que essa amizade que construímos, como praticamente vizinhos de gabinete, vai prosperar pelo resto de nossa vida. Vou continuar sempre aprendendo com você, ouvindo seus conselhos, suas ideias, puxando minhas orelhas quando tinha de puxar. Que Deus continue o iluminando e protegendo. No meio de campo, temos esses dois grandes baluartes: os deputados Adelmo e Tião. Depois vou falar um pouco de cada um. No ataque, duas mulheres, até porque os louros têm de ser sempre delas. Digo, Luzia, sem falsa modéstia, quem dera se na vida pública tivéssemos mais mulheres. Vocês, mulheres, você, Maria Tereza e outras tantas que aqui já estiveram, são muito mais sensíveis que nós, homens, e têm uma alma e uma vontade de servir muito maiores do que qualquer um de nós. Você aqui chegou fruto do seu trabalho, da sua dedicação, da sua experiência como presidente de um parlamento e sabe que era fundamental administrar as diferenças e as divergências partidárias. Nesta Casa você sempre se colocou muito bem, de forma tranquila, defendendo suas ideias e seus ideais. Tenho certeza de que - e dizia isso ao prefeito Márcio Lacerda nesta semana - você será extremamente útil não à administração do prefeito, mas sobretudo aos belo-horizontinos e aos mineiros, porque, querendo ou não, Belo Horizonte é a capital do nosso estado e a vida pública certamente lhe irá proporcionar grandes alegrias e grandes vitórias. Em relação ao Adelmo e ao Tião, digo que os dois têm muitas afinidades. Sempre que assomavam a esta tribuna, o deputado Adelmo muito mais que o deputado Sebastião Costa, eu fazia questão de estar aqui, sentado, ouvindo e aprendendo. O deputado Adelmo sempre com suas colocações serenas, tranquilas, nos embates mais duros, trazia aquela palavra que nos levava a uma reflexão maior. Adelmo, foi uma vitória em que fiquei feliz em ver um colega que nos abandona, mas irá a Brasília e continuará representando Minas Gerais na Câmara Federal. Sua vitória foi uma vitória com garra e dedicação. Lembro, quando disse que enfrentaria essa jornada, que falou: "Gustavo, acho que já cumpri meu dever. Se os mineiros entenderem e se for da vontade deles que devo representá-los em Brasília, será assim. Senão, vou continuar ao lado da minha esposa e da minha família". Saiba que aprendi muito com você. Temos as nossas diferenças partidárias, mas temos várias ideias em comum. Você foi, sem dúvida alguma, um grande professor que aqui tive. Que Deus continue iluminando-o e protegendo-o.

Com relação ao Tião, vou fazer duas confidências, as quais fiz hoje pela manhã, na Comissão de Constituição e Justiça, mas agora vou fazer para você também, Davi. A primeira delas, deputado Wander Borges, é algo que carreguei com muito sofrimento dentro do meu coração, porque de forma involuntária prejudiquei ou atrapalhei a continuidade do mandato eletivo do deputado Sebastião Costa. Nas eleições de 2002, ele ficou como suplente, e eu fiquei como suplente à sua frente. Por razões extrapartidárias e extrapolíticas, o deputado Sebastião Costa foi obrigado a ficar dois anos como suplente de deputado da coligação àquela época. O deputado Hely Tarquínio lembrava hoje que ele foi o quinto suplente, então acabei prejudicando-o indiretamente também. Carreguei isso dentro de



mim por muitos anos. Fiquei pensando: o deputado Sebastião Costa, tão experiente, iria fazer falta no Parlamento; ele seria útil ao governador Aécio naquela época, mas estava sendo penalizado em função deste jovem que se iniciou na vida pública. Lembro-me, como se fosse hoje, deputado Sebastião Costa, de que, em 2004, quando já sabia que assumiria o mandato em função das eleições para prefeito, quando gozava férias em uma praia no estado do Rio de Janeiro, estava conversando entre amigos e conheci uma moça, que disse que estava agoniada porque precisaria ir embora da praia, pois seu pai iria tomar posse como deputado. Eu perguntei quem era, e ela disse que era o deputado Sebastião Costa. Então eu disse: vou começar a pagar os meus pecados agora. No dia em que eu for embora você irá comigo, porque eu também vou tomar posse juntamente com seu pai. Então, Tião, espero, de alguma forma, tê-lo aliviado. Há outra coisa que com certeza nos une e na qual me espelho. Da mesma forma como você fez com Davi, eu também cheguei a este Parlamento por meio do meu pai. Um belo dia, ele me perguntou se eu gostaria de enfrentar a vida pública. É uma situação um pouco diferente da sua, pois meu pai já havia se ausentado do Parlamento há 12 anos. No entanto, assim como você fez com Davi - e tenho certeza de que se orgulha muito disso, até porque eu também me orgulhei -, meu pai me pegou, andou por Minas Gerais do meu lado, apresentando-me a seus amigos e pedindo que eu representasse o povo mineiro. Como eu disse, quiseram os mineiros que naquele momento eu não chegasse aqui. Quem sabe, Davi - tenho certeza disso -, daqui a um, dois, três, quatro anos estaremos aqui, eu e você, lembrando esse caso? Você é um menino de ouro; mais do que isso, puxou as virtudes do seu pai e as qualidades da sua mãe. Tião, saiba que você foi um professor para mim, a nossa amizade extrapola este Parlamento, e tenho certeza do que construímos nos últimos quatro anos. Quando o meu telefone tocava - não me levem a mal os pares, mas não tenho o hábito de atender o telefone - e via que era o deputado Sebastião Costa, jamais deixava de atender, porque era sempre um conselho e uma opinião extremamente útil para o meu futuro. Obrigado, Tião, por tudo. E vou terminar dizendo uma palavra que você fala sempre: "bão".

O deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, deputada Luzia, amigos deputados Célio, Adelmo, Zé Maia e querido Sebastião Costa. Cito esses parlamentares porque estamos aqui fazendo as nossas menções especialmente a eles neste momento de despedida. Quero me dirigir a todos, ao conjunto, não como os demais pares fizeram, individualmente. Quero falar da minha emoção particular, do meu sentimento, a todos juntos. Não quero particularizar a história e a vivência de cada um. Quando aqui chegamos, não sabemos de quem seremos mais amigos. A conquista, sem ser notada, vai se construindo. Ela vai se dando pelas ações que cada um tem na Casa, daqueles que gostam mais das atribuições de Plenário e de comissões. Cada um dos senhores e das senhoras tem seu valor e sabe o quanto foi útil durante o mandato nesta Casa. O Adelmo está indo cumprir uma missão ainda maior no Congresso Nacional. A deputada Luzia tentou o mesmo caminho, mas não foi ainda desta vez que teve sua passagem tirada para, em Brasília, representar os mineiros. Célio e Zé Maia tentaram a reeleição, mas não foram felizes. O deputado Sebastião Costa tentou que o Davi ficasse em seu lugar, cumprindo aqui o papel que o Sebastião realizou com denodo, com honradez, com carinho. Olho, Sebastião, um deputado do PT, que é o André Quintão, e vejo o carinho, a atenção e o respeito que ele tem por V. Exa., em razão do zelo pela comissão, talvez uma das mais importantes desta Casa, que é a CCJ. Lembro-me, deputado Sebastião Costa, de determinado momento dessa comissão. Eu não era membro dela, mas estava ali representando um dos pares. Lá fora havia algumas placas zombando de V. Exa. Falavam sobre idade. Talvez aquelas pessoas fossem contrárias ao pensamento de V. Exa. como membro da CCJ, espinhosa que é. V. Exa. olhava a placa, que dizia que alguém que já tinha ido embora viria buscar V. Exa., em razão da idade que tinha. V. Exa. lia e brincava conosco, aceitando, com espírito altruísta, a brincadeira da pessoa que estava zombando de você. Célio Moreira, lembro-me perfeitamente quando estivemos em uma penitenciária fazendo visita em representação a esta Casa. Lembro-me de cada parte, de cada momento que vivi com os senhores e com a senhora, deputada Luzia Ferreira, neste ambiente de trabalho. Trouxe-lhes um poema de Henfil que sintetiza este momento: "Se não houve frutos, valeu a beleza das flores. Se não houve flores, valeu a sombra das folhas. Se não houve folhas, valeu a intenção da semente". Tenho certeza de que as sementes que a senhora deputada e os senhores deputados plantaram geraram muito fruto. Tenho certeza, Adelmo, que desta vez não vamos discordar nesse pensamento porque todos os senhores plantaram, plantaram, colheram e deram flores e frutos. Esta Casa e o povo de Minas, a todo instante, reconhecerão o que os senhores e as senhoras fizeram pelo bem dos mineiros e desta Casa. A todos o meu reconhecimento e a minha gratidão pelo excelente trabalho que aqui realizaram e pelo que deixaram construído a favor de Minas e dos mineiros. Parabéns a todos. Sentirei muito a falta de cada um de vocês no convívio nesta Assembleia. Que Deus os proteja.

O deputado Rogério Correia - Deputado Hely Tarquínio, quero também, bem brevemente, fazer uma homenagem a todos os companheiros que saem da trincheira do Parlamento para outras lutas. Quero lembrar-me de cada um deles com aquilo que deixaram de positivo para nosso povo, para nossa luta. Deputado Zé Maia, aqui presente, espero que consigamos avançar mais na reforma tributária, sobre a qual V. Exa. tanto falou, para valorizar os municípios e os estados. Precisa haver, de fato, igualdade maior entre os entes federados. Adelmo tentará nos ajudar nisso. Não é coisa fácil. Quero lembrar Zé Maia nessa luta. Sua bandeira sempre esteve presente na Comissão de Fiscalização Financeira. Tomara que possamos avançar mais nesse sentido. Gostaria de lembrar também o companheiro Célio Moreira. Quando lembramos Célio Moreira, lembramos o Barreiro, o metrô que não foi feito, que precisa chegar até lá. Tomara que tenhamos mais felicidade nessa luta do Célio. Ele vai continuar lutando lá no Barreiro. Vamos nos lembrar de você sempre que essa pauta estiver aqui. Lembro-me da Luzia já no PCB. Éramos bem radicais, não é, Luzia? Eu continuei um pouco mais radical, e você ficou mais madura. Não é a idade, Luzia, já estou passando da idade. A Luzia é companheira de lutas, de liberdades políticas. No Parlamento tivemos algo em comum. Eu e ela praticamente ficávamos sozinhos como puxadores. Agora vou precisar de apoio na defesa dos homossexuais, dos travestis. É uma luta que precisa ser encarada porque a homofobia é muito grande. Bolsonaro existem por todos os lados. Luzia foi uma guerreira, e eu buscava acompanhá-la. Acho que é uma luta difícil, é incompreendida. Há muitos preconceitos, e a Luzia estava sempre presente. Quero me lembrar de vocês sempre que essa pauta estiver aqui. Meu amigo Tião Costa teve meu voto para o Tribunal de Contas, mas não foi desta vez, não é, Tião? Quero me lembrar do Tião quando eu for à Zona da Mata. Vou me lembrar dos agricultores familiares. Sou nascido em Belo Horizonte, mas minha família é de São João do Manhuaçu. Sempre brinco com o Tião perguntando-lhe como está nossa Zona da Mata, para que ele possa continuar ajudando a região da Zona da Mata, que precisa muito. Sempre que esse assunto surgir aqui, Tião, vamos nos lembrar de você. O companheiro



Adelmo vai tomar posse em Brasília, e, por falar nisso, a presidenta Dilma está sendo diplomada agora. Um abraço para nossa presidenta Dilma, mulher e presidenta da República pela segunda vez. Ela foi a primeira mulher a se eleger no Brasil e agora é eleita pela segunda vez. O deputado Adelmo vai chegar lá com tarefas importantes com a presidenta diplomada. Ela agora também é presidenta do Mercosul. Esse assunto foi muito discutido pelo deputado Adelmo. Adelmo, V. Exa. vai nos ajudar lá, vai ajudar Minas Gerais nas tantas obras do PAC. A presidenta Dilma está comemorando este ano os R\$1.000.000.000,00 de obras do PAC no governo dela. Você fica com a tarefa de trazer algumas delas para cá, como o metrô, que já lembrei, o Anel Rodoviário e a continuação da BR-381. São lutas importantes, e vamos nos lembrar do deputado Adelmo. É isso. Queria dizer aos companheiros que as lutas que vocês travaram aqui continuarão. Vocês foram peças fundamentais em todas elas. Parabéns e obrigado pela convivência.

O deputado Antônio Carlos Arantes - Queria manifestar minhas palavras de carinho e respeito pelos amigos que estão deixando a Casa. Deputado Adelmo, se há uma coisa que admiro nas pessoas é elas terem rumo. V. Exa. não anda em zigue-zague, marca o rumo, e podemos confiar. Passei a admirá-lo muito por vários motivos. Um deles foi que V. Exa., naturalmente, não seria um deputado do PT que levantaria a luta pela negociação da dívida pelos estados. V. Exa., com muita frequência e com muita vontade, levantou a bandeira da negociação da dívida dos estados, a inviabilidade de estados e municípios com esse modelo de distribuição, de cobrança de juros sobre as dívidas dos estados. Isso me marcou muito. É a nossa luta juntos pelo queijo, na defesa dos mais humildes das feiras livres, que precisavam vender seu produto e que tinham dificuldade devido a uma legislação burra. Você também estava muito do nosso lado, ajudando-nos bastante. E tivemos vitórias. Parabéns, o Congresso ganhará um grande político, um homem preparado. Você está no ponto, está maduro para ir para Brasília. Acho até que a capital federal é um lugar mais importante para você do que aqui. O deputado Sebastião Costa é esse homem de fala mansa, um verdadeiro mineiro, humilde, mas um dos homens mais preparados para legislar. Falo, deputado Sebastião Costa, que eu tinha muita vontade de ter esse seu lado também. Mas Deus dá os dons de cada um. Você é um homem por quem tenho uma admiração muito grande. Você é um verdadeiro legislador, cumpriu seu trabalho, sua missão. Parabéns. Que Deus o proteja e que essa sua marca passe para o seu filho, que, se Deus quiser, chegará aqui também, e não demorará muito. Agora foi a primeira tentativa, mas ele virá também. Queria também manifestar o meu carinho pela deputada Luzia Ferreira, que conquistou não só a mim, mas a nós todos com esse jeito de acolher as pessoas, de ciscar para dentro, de chamar para perto. Esse seu lado fez muito bem para esta Casa, fez muito bem para quem você representa. Graças a Deus, temos muita esperança de que você ainda representará muito. O futuro ainda espera de você muita contribuição para as pessoas que mais precisam. Estaremos torcendo muito por você. Tenho certeza de que continuará fazendo o bem e fazendo bonito. Que Deus a proteja também. O deputado Célio Moreira também foi uma surpresa. Você corria muito, deputado Célio Moreira, tinha muito apoio, mas as urnas não foram verdadeiras com você. Mas você fez por onde. Andei muito nos seus rastros e vi o tanto que trabalhou. Vi aqui também muita determinação na defesa do meio ambiente, que está precisando de tantos defensores. Você não se omitiu, fez o seu trabalho, fez a sua parte. Tenho certeza de que você também ainda tem muito pela frente, muito a contribuir; é uma questão de passagem. Não tenha dúvida de que continuará atuando e terá outras grandes oportunidades. Saiu daqui há pouco a deputada Maria Tereza Lara, pessoa também muito séria. É gostoso estar perto dela, conversar, ver suas atitudes também. Ela não tinha radicalismo, é uma pessoa muito equilibrada. O deputado Zé Maia também fará muita falta. Deputado, você é uma das pessoas que mais contribuíram nesses oito anos que estive aqui. Antes eu não estava, mas estava vendo o seu trabalho. Ele é um homem preparadíssimo. Foi uma pena. O nosso Parlamento perde um grande estadista, um homem que, nos momentos em que o Parlamento passava por dificuldades, teve um papel fundamental. É até uma pessoa peituda, como dizem na roça, que enfrenta os desafios, os problemas. Da mesma forma, é novo, preparado e não tenho dúvida de que ainda poderá contribuir muito. O deputado Carlos Mosconi, que acabou de sair, é uma pessoa que contribuiu muito para a saúde brasileira. Ele nos faz refletir se vale a pena ser político. Ele passou por muitas dificuldades maldosas, mas é um homem que fez tão bem para a saúde e faz tão bem para as pessoas. E ainda houve pessoas que quiseram prejudicá-lo. É um homem que só faz o bem, não prejudica ninguém. Mas temos de pensar no lado bom. O deputado Carlos Mosconi tem uma história de família, de seu pai, o Sr. Alcides Mosconi. Ele, como parlamentar, também fez um grande trabalho. Que Deus proteja cada um de vocês e suas famílias. Aqui é uma passagem, haverá muito ainda pela frente. Muito obrigado a todos.

O deputado Fred Costa - Boa noite a todos e a todas. Vou ser bem breve para dar oportunidade ao Alencar de também fazer uso da palavra o quanto antes. Isso demonstra inclusive como nossos pares que ora se despedem desta Casa são admirados e contam com o respeito dos demais deputados, não só daqueles aqui presentes, mas de todos que já externaram seu sentimento com a perda que vai representar a ausência de cada um dos senhores e das senhoras no Parlamento estadual. Rapidamente gostaria de me dirigir a cada um, podendo não só lembrar de passagens, mas de suas qualidades marcantes. Não por acaso, até pelo fato de ter convivido mais tempo nos parlamentos - aí se vão 10 anos, uma década -, tive o prazer de estar ao lado da Luzia Ferreira. Muito mais que uma deputada, é uma militante política e ideológica. Através da sua vontade, do seu idealismo, conseguiu o que é raríssimo no mundo e num país que ainda é preconceituoso, mesmo tendo uma mulher à frente da Presidência da República: não só foi a primeira vereadora a presidir a câmara municipal como também a primeira mulher a assumir, mesmo que por um período efêmero, a prefeitura da nossa querida capital, Belo Horizonte. E por onde passou, deixou uma de suas marcas fundamentais: a cumplicidade com o projeto político. Sempre se caracterizou por ter um lado e ser fidedigna a ele, até impondo a si própria algum sacrifício. Portanto, Luzia, quero cumprimentá-la verdadeiramente. Sem sombra de dúvida, você fará muita falta nesta Casa pela sua capacidade e - vou me utilizar até de uma metáfora - pela sua luz, que realmente ilumina seu redor. Sempre tive um carinho especial por você, mesmo que, em determinados momentos, tenhamos tido discussões acaloradas quando você era presidente e eu vereador da câmara. Naquela oportunidade, em certos momentos, me opus com veemência aos projetos do Executivo, mas sempre com respeito mútuo. Desejo, não para você, porque talvez seja um sacrifício, mas para a sociedade, que você possa brevemente exercer seus préstimos relevantes a serviço da coletividade.

### Encerramento

O presidente - Esgotada a hora destinada a esta reunião, a presidência a encerra, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 19, às 9 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

### ATA DO EVENTO REALIZADO NA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/12/2014

#### Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Ivair Nogueira

Sumário: Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários - Apresentação Musical - Composição da Mesa - Registro de Presença - Exibição de Vídeo - Palavras do Deputado Dinis Pinheiro - Homenagem do Centro Mineiro de Referência em Resíduos - Palavras do Deputado Ivair Nogueira - Palavras do Deputado Wander Borges - Palavras do Deputado Gil Pereira - Palavras do Deputado Alencar da Silveira Jr. - Palavras da Deputada Liza Prado - Palavras do Deputado Ulysses Gomes - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Palavras da Deputada Luzia Ferreira - Palavras do Deputado Carlos Pimenta - Palavras do Deputado Luiz Humberto Carneiro - Palavras do Deputado Antonio Lerin - Palavras do Deputado Gustavo Corrêa - Palavras do Deputado Hely Tarquínio - Palavras do Deputado Dilzon Melo - Palavras do Deputado Célio Moreira - Palavras do Deputado Romel Anízio - Palavras do Deputado Luiz Henrique - Palavras do Deputado Rômulo Viegas - Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes - Palavras do Deputado Duarte Bechir - Palavras do Deputado Bonifácio Mourão - Palavras do Deputado Arlen Santiago - Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão - Palavras do Deputado Zé Maia - Palavras do Deputado Carlos Mosconi - Palavras do Deputado Paulo Lamac - Palavras do Deputado Lafayette de Andrada - Palavras do Deputado Vanderlei Miranda - Palavras do Deputado Cássio Soares - Palavras do Deputado Sebastião Costa - Palavras do Deputado Paulo Guedes - Palavras do Deputado Rogério Correia - Palavras do Desembargador Herbert José Almeida Carneiro - Palavras do Sr. Leonardo Vieira Costa.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião ao pronunciamento de agradecimento do deputado Dinis Pinheiro pela convivência fraterna com deputados e servidores durante sua trajetória nesta Casa.

#### Apresentação Musical

O locutor - Ouviremos a Orquestra Jovem Viola das Gerais, interpretando a música *Cálix bento*, canção folclórica adaptada por Tavinho Moura.

- Procede-se à apresentação musical.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. José Geraldo de Oliveira Prado, secretário de Estado de Saúde; e Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de justiça de Minas Gerais; as Exmas. Sras. conselheira Adriene Andrade, presidente do Tribunal de Contas do Estado; e Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado; os Exmos. Srs. desembargador Herbert José Almeida Carneiro, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis; José Alves Viana, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado; deputado federal Weliton Prado; vereador Wellington Magalhães, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; e deputados Ivair Nogueira, Hely Tarquínio e Alencar da Silveira Jr.; e a Exma. Sra. Adriana Moreira Pinheiro, esposa do deputado Dinis Pinheiro.

#### Registro de Presença

O locutor - Registramos e agradecemos as presenças da Sra. Ione Pinheiro, deputada eleita para a 18ª Legislatura; do Exmo. Sr. Professor Wendel, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; do Exmo. Sr. Cloves Benevides, subsecretário de Políticas sobre Drogas; e da Exma. Sra. Gláucia Brandão, secretária municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte.

#### Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo sobre a trajetória política do deputado Dinis Pinheiro.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor - Ouvimos o coral de alunos do 2º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Professor Leon Renault, da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana B, e o coral de alunos do 2º e 4º anos do ensino fundamental da Escola Estadual Jornalista Jorge Paes Sardinha, da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C, que interpretaram a música *Amigos para sempre*, de Carlos César.

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Dinis Pinheiro.

#### Palavras do Deputado Dinis Pinheiro

O Cerimonial já me conhece - não vou usar isso aqui -, por isso, me perdoem, mas vou quebrar as formalidades. Este é o Dinis Pinheiro. Quero saudar cada um de vocês: obrigado, obrigado, obrigado. Palavra tão singela, pura, que traduz minha gratidão a cada um de vocês. Obrigado, Minas. Obrigado, amada Minas Gerais. Eu gosto de alegria. Sintam-se à vontade, vocês estão em casa. Não é, Lindenberg? Não é, Márcio? Alegria, para cima.

Deputado Mosconi, estou relembrando o dia em que fui a Poços de Caldas. Havia algumas pessoas, moças, moços - você se lembra, tio Vavá? - com rostinhos tristes. Foi logo depois do 1º para o 2º turno, e eles me abraçavam. Mas eu falei: "Eu não quero isso. Não foi dessa maneira que vocês me encantaram. Eu quero alegria, força, vibração, energia". É ou não é, deputado Mosconi? Não é isso?

Ao preparar-me para a reunião de hoje, às vésperas do encerramento da 17ª Legislatura, projetou-se em minha tela mental, como verdadeiro filme, a visão retrospectiva dos últimos 20 anos de minha vida pública. Falo que ingressei na vida pública desde o nascimento. Nessa visão o que mais me emocionou foi a constatação de que nunca me vi sozinho em jornada que já completa duas décadas. Senti essa solidariedade, Amilcar, desde que aqui cheguei, nos idos de 1994, sendo o mais jovem parlamentar eleito para

aquela legislatura. Nessa retrospectiva do caminhar, no exercício da função que me fora confiada pelos mineiros, na condição de empregado que sou, superando os desafios, vi reforçado meu ideal: lutar por aqueles que, no limiar da exclusão, não tinham vez nem voz. Relembro, Mourão, os primeiros passos ao revisitar minha singela história de vida, as dificuldades, os percalços, os momentos em que a exaustão dava sinais de alerta e aqueles onde a prece ao Pai Celestial se fazia presente: “Dai ao vosso servo a vossa força”.

Filho de um simples e exemplar aluno da escola da vida, aprendi com meu amado pai, Tonico Pinheiro, que a política nobre e dignificante é o instrumento mais vigoroso, Ademir, de transformação dessas pessoas. Aprendo ainda com minha querida e amada mãe, Profª. Irene Pinheiro, que a vida só é verdadeiramente vivida quando se destina à felicidade dos outros. Sedimentado nesse alicerce familiar, percorremos o caminho que nos trouxe a este momento.

Foram anos de luta e superação - viagens sucessivas, compromissos constantes, noites indormidas, outras passadas sob cochilo no carro, na privação do convívio com os queridos familiares -, mas um tempo movido, permanentemente, pela fé, pelo entusiasmo e pelo superior amor a Minas. Sentimentos diversos se fazem presentes no percurso do passado, que podem ser sintetizados nas palavras do grande Nelson Mandela: “Após atingir o topo de uma alta colina, tudo o que descobrimos é que há muitas outras colinas por escalar”. Sim, outras colinas e caminhos haveremos de escalar e percorrer, se Deus assim o permitir, sempre acalentados pelo mesmo sonho de partilhar de uma Minas mais fraterna, solidária e cristã.

Deixo este Parlamento, ao final de janeiro próximo, com o sentimento do dever cumprido e com a consciência tranquila.

Procurei fazer o melhor, buscando ser um bom empregado do povo mineiro, buscando sempre o acolhimento, pelo Legislativo, dos mais pobres.

Na minha caminhada houve, sim, erros e faltas, mas posso afiançar-lhes que nenhum deles, nenhuma delas aconteceu de forma voluntária. Impõe-se, todavia, o meu pedido de perdão pelas falhas cometidas, pelas palavras inúteis, pelas mágoas que tenha causado.

Movido por ideais aos quais outros se somaram, pude concretizar o sonho de abrir as portas da Assembleia à gente simples e humilde que aqui agora encontra seu lugar no Estado democrático.

Tivemos a oportunidade de concretizar, entre tantas iniciativas, o seminário Pobreza e Desigualdade; a campanha nacional para aplicação de 10% da receita da União na saúde pública; a campanha de combate às drogas, especialmente ao *crack*; a renegociação das dívidas estaduais; a criação das Comissões permanentes de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas; a instituição do ICMS Solidário; a Bolsa Reciclagem, André, em apoio aos catadores de resíduos; o Observatório do Idoso, o Fundo Estadual do Idoso, a implantação do passe livre intermunicipal e o incentivo à vida, o incentivo à doação de órgãos.

Foram, pois, muitas frentes de luta, de realizações e de conquistas neste quadriênio, sem deixarmos de lado o reconhecimento à memória e à história, aos nossos bens culturais. Inauguramos o Memorial da Assembleia e instituímos o Dia do Barroco Mineiro, assim como celebramos, neste ano, os 200 anos da morte de Aleijadinho, exaltando sua admirável obra de arte, sua obra imortal.

A abolição do voto secreto nesta Casa; as medidas de austeridade e transparência adotadas neste Parlamento, com extinção de salários e gratificações extras, assim como, caro amigo Correia, o impedimento da contratação pelo Estado de pessoas que não tenham a ficha limpa são outras tantas iniciativas asseguradas por esta legislatura.

Estivemos presentes em todas as regiões do Estado, com as audiências públicas e as reuniões de prestação de contas, ampliando, constantemente, os meios de interação e de comunicação entre o Legislativo e a sociedade. E assim, Srs. Deputados, devo tudo a vocês.

E, assim como o papa Francisco, posso dizer que “as alegrias mais belas e espontâneas que vi ao longo da minha vida são as alegrias de pessoas muito pobres que têm pouco a que se agarrar...”.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras, senhores, servidores desta Casa, mineiros, mineiras, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, lideranças, amada Minas, querida imprensa, no embalo de tantas lembranças, dentro de mim foi também surgindo, naturalmente, uma forte expressão de gratidão, inscrevendo naquela tela mental, em letras douradas, um amplo, geral e irrestrito “muito obrigado”! Que começa pelo Pai Celestial, por tudo que fiz, pelo trabalho que realizei; aos meus familiares, ao berço em que nasci, na querida Ibirité natal, a que se juntam Sarzedo e Mário Campos, porque lá se iniciou esta história genuína da família Pinheiro, que teve como precursor o saudoso paizão, Tonico Pinheiro.

Agradeço aos amigos presentes, aos que já partiram, aos que estão distantes, àqueles que pude ajudar, compartilhando a vida, o trabalho, a dor e a alegria. Gratidão, amigo Ivan, que se estende ao apoio e à força de minha querida e amada esposa, Adriana, e dos amados filhos, Dinis Samuel e Ana Clara; aos meus irmãos, a todos os familiares, aos nobres colegas de Parlamento, aos dedicados servidores do gabinete, à grande colaboradora Margarete, esta mulher de fibra; enfim, a todos os funcionários desta Casa.

Dinisinho já me ensinou, ali: não lhes vou dizer adeus nesta hora, Maria Elvira, porque esta minha despedida do Palácio da Inconfidência nos promete novos encontros no cenário político.

Senhoras, senhores, amada Minas Gerais, nas últimas eleições, amigo Ivair, o resultado eleitoral adverso não empanou, de modo algum, a vitória interior que senti com a generosidade do povo mineiro. As demonstrações, amigo deputado federal Weliton - cheio de Prados, grandes irmãos -, de carinho, de apreço, de apoio, de incentivo que recebi em todos os recantos de Minas Gerais, antes, durante e, sobretudo, após as eleições de outubro passado, são manifestações solidárias com as quais jamais sonhara; estão aqui guardadas. Essa experiência intensamente vivida me enriqueceu e me fortaleceu tanto politicamente como moral e espiritualmente. Gestos espontâneos, amigo Célio, naturais, de idosos e de crianças, da juventude mineira, olhos nos olhos, Carlinhos, Luís, de nossa gente boa e simples me fizeram sentir-me mais mineiro do que nunca. Aprendi, Wander, portanto, que a verdadeira vitória - prestem atenção, amigos, irmãos -, que a verdadeira vitória está na grandeza da dignidade, na colheita dos frutos que pudemos captar e perceber em toda a extensão das nossas Alterosas. Senti, pois, que soube, como sempre almejei, ser um bom mineiro nesta Assembleia e na presidência desta Casa, sentimento traduzido em cada sorriso, nas demonstrações de alegria e contentamento de nossos encontros, nos apertos de mãos sinceros, amigo Duarte, no abraço sentido e forte.



Não conheço, deputados; não conheço, deputadas; não conheço, amigos, irmãos, mineiros e mineiras, meu futuro, mas o sonho de partilhar de uma Minas melhor permanece, consciente de que minha vida e meu caminho, somente o supremo Criador sabe onde irão chegar. Mas sei de algo que irei cumprir à risca, Pinheirinho, firmemente, sob as bênçãos de Deus, neste futuro próximo, movido pelo pensamento; melhor ainda, pelo sentimento que irá levar-me a renovar vínculos e ampliar o círculo de amizades em todos os 853 municípios, descobrindo e identificando novos sonhos e as maiores aspirações de nossa gente.

Dizem na França que um político sem mandato terá, Dra. Christiane, Dra. Adriane, de fazer sua “travessia no deserto”, numa alusão ao Êxodo da Bíblia, à jornada de Moisés com o povo hebreu. Hoje, em Minas Gerais, posso dizer que irei fazer a travessia de um imenso pomar, cultivado com frutos e flores, rodeado por belo jardim, construído e formado pelo trabalho que conta com a colaboração de muitos e que foi realizado ao longo dos últimos 20 anos.

E assim o farei, Dr. Carlos André, voltando... Olhe que satisfação, a imprensa tanto me questionando! Anote, aí, querida imprensa, que assim o farei voltando a atravessar vales e montanhas, rios e cerrados, nas planuras e nos alcantilados, por esta nossa Minas Gerais afora.

Senhoras, senhores, queridos deputados, quero dar-lhes neste momento, amigo Dalmo, uma palavra que traduz minha inabalável convicção de absoluta confiança nos destinos de Minas Gerais e do Brasil. Antes de torcer contra o êxito de qualquer novo governante, penso que, em primeiro lugar, cabe-nos o dever cívico de torcer pelo sucesso do Estado e do País. Oposição, sim, mas vigilante, séria, firme, patriótica, comprometida com o bem comum.

No horizonte presente e no tempo futuro, o controle e o combate à corrupção continuam sendo questões centrais de nossa República. Uma república que precisa ser reconstruída para oferecer saúde que dê dignidade à vida de cada cidadã e cidadão deste país. República que precisa repensar e reestruturar sua segurança pública visando ao respeito à vida e ao direito do cidadão. República que necessita expandir por todas as partes, em todos os níveis, uma educação que seja, de fato, capaz de formar uma nova cidadania, consciente de seus direitos e de seus deveres, de sua participação na vida política. Uma república de fato democrática e cidadã, onde os sofridos municípios sejam reconhecidos e tratados como base viva da Federação brasileira, eis o que mais precisamos em nosso tempo, nesta hora!

Quero, novamente, expressar meu renovado muito obrigado. Muito obrigado a Minas; aos ex-governadores Anastasia e Aécio; ao estimado amigo governador Alberto Pinto Coelho; aos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, lideranças; a todos os mineiros; à nossa imprensa livre e democrática; aos meus fiéis eleitores, que me confiaram, nas últimas eleições parlamentares, a maior votação no Estado.

Agradecimento que se renova aos mineiros, ao incentivar a participação, na 18ª Legislatura, de minha irmã Ione Pinheiro, uma mulher lutadora, de garra, determinada. Irmã não somente de sangue, mas também de ideais, sob o ideal maior de bem servir ao povo mineiro. Com a mesma alegria, vejo outro irmão, o caro Toninho Pinheiro, que, com sua incansável determinação em busca do melhor, exercerá mais um mandato como deputado federal em Brasília.

Senhoras, senhores, queridos deputados, hoje começa um novo tempo e amanhã, um novo dia. Haveremos de nos reencontrar muitas vezes no vasto e desafiador campo da atividade política. Confiando no processo de engrandecimento do País e de superação de suas mazelas e nele disposto a continuar contribuindo, porque cada um de nós sabe o que deve fazer e o que precisa ser feito. Elevo meu pensamento a Deus, ao plano altíssimo do Criador, cuja luz haverá de continuar iluminando os caminhos futuros de Minas e do Brasil; e oxalá assim seja! De nossa marcha também.

Até sempre! Até sempre, amigas e amigos de uma mesma caminhada, repetindo alto e bom som a voz forte do poeta, como uma palavra de ordem: “Na esperança dos que nada têm nos é dada a valentia e a coragem de lutar para a construção de um mundo melhor para todos!”. Obrigado, querida e amada Minas Gerais. Deus lhe pague. Até um dia.

#### **Homenagem do Centro Mineiro de Referência em Resíduos**

O locutor - Neste momento, ao som da música *Romaria*, de Renato Teixeira, interpretada pela Orquestra Jovem Viola das Gerais, D. Geralda, catadora de materiais recicláveis da Asmare, faz a entrega ao deputado Dinis Pinheiro de uma imagem de Nossa Senhora Aparecida feita com material reciclado, obra do artista Oceano Cavalcante, como homenagem do Centro Mineiro de Referência em Resíduos e dos catadores de materiais recicláveis do Estado de Minas Gerais.

- Procedeu-se à homenagem ao deputado Dinis Pinheiro.

O locutor - Assistimos à performance de Giulia Torres, do professor de música Medina de Oliveira, da Escola Estadual Professor Leon Renault, e da Orquestra Jovem Viola das Gerais, que interpretou a música *Oh! Minas Gerais*.

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Com a palavra, o deputado Ivair Nogueira.

#### **Palavras do Deputado Ivair Nogueira**

Meu amigo deputado, irmão, presidente Dinis Pinheiro, ao cumprimentar-lo, quero também cumprimentar todos os seus amigos que vieram prestar-lhe essa homenagem maravilhosa. Sei que problema cardíaco você não tem. Eu, que não sou homenageado, fiquei realmente arrepiado e emocionado. Imagino você ao receber uma homenagem tão maravilhosa como essa. Dinis, seu sucesso não foi à toa. Você tem a seu lado sua esposa maravilhosa, a Adriana. Você vem de uma família pela qual todos nós temos o maior respeito. Eu particularmente o tenho pela figura simpática da sua mãe, a D. Irene, que, naquela época de grandes dificuldades, em que não havia escolas para estudar, quando ela dirigia a Fazenda do Rosário em nossa querida Ibirité, duas irmãs minhas tiveram o privilégio de ali se formarem professoras, virarem diretoras de escola e conduzirem sua vida.

Tive oportunidade de conhecer um grande político, seu saudoso pai Tonico Pinheiro, que foi vereador de Betim quando Ibirité pertencia a Betim. Ele contribuiu de forma bastante positiva, levando água para a cidade, que na época não a tinha, porque vinha dos lados de Sarzedo e Ibirité. Então Betim buscou a capacitação de água com a participação de seu pai. Hoje você tem uma família que tem tradição na política, começando por você, o Toninho Pinheiro, a Ione, que vai fazer parte da Assembleia Legislativa conosco, e o Pinheirinho, prefeito de Ibirité.



Quero lhe dizer, Dinis Pinheiro, que você teve todo esse sucesso porque sempre foi humilde e soube compartilhar as facilidades que teve ao longo de sua carreira política. Você conquistou prefeitos e vereadores e teve o sucesso de uma grande equipe de trabalho. Queria cumprimentar a Margareth, a Flavinha e os demais funcionários de seu gabinete, pois fazem parte do grande sucesso que implantou. Digo, com muito orgulho, que você assumiu a presidência da Assembleia Legislativa e implantou uma nova era de administração moderna do Poder Legislativo mineiro. Você colocou, nesta Casa, atos que propiciaram a recuperação do prestígio político da Assembleia Legislativa. Você colocou o povo mais perto da Assembleia, começou a ir para o interior, a interiorizar as ações da Assembleia.

Amigo Lindenberg, você sempre ajuda a divulgar as coisas boas de Minas Gerais. O Dinis teve o privilégio de conduzir esta Casa e saber, com muita competência, que esta Casa, além de hoje ter os melhores profissionais, tem de ter um grande administrador. Você, sem dúvida alguma, deu demonstração dessa competência, e, acima de tudo, dessa grande humildade, com a qual sempre conduziu os trabalhos. Mesmo estando em lados opostos, apoiando outros candidatos ao governo e fazendo parte de outra chapa, vi a demonstração de que, na política, se pode estar em lados opostos sem ser inimigo. E, da mesma forma, continuamos a nossa amizade.

Pude perceber, Dinis, que, em tantos projetos que trouxe para esta Casa, um deles teve um significado muito importante: o Mais Saúde. Sem dúvida alguma, você conduziu esse projeto e rodou por todo o Estado, levando um tema de fundamental importância. Com certeza, o legado que você deixa nesta Assembleia terá um valor muito importante. Dinis, o mais importante é que você participou de uma campanha política como candidato a vice-governador. Em muitas cidades do interior de Minas, ouvimos do povo e de algumas lideranças que você deveria ser o cabeça de chave da chapa e era o elemento ideal, pois é jovem. Claro que respeito o outro candidato, pois também é muito bom, mas, na campanha política, você saiu de cabeça erguida.

E vejam o resultado de tudo isso, companheiro e irmão Dinis Pinheiro. Hoje, mesmo tendo perdido na política e não tendo sido eleito vice-governador, você é lembrado por todos nós, deputados estaduais e federais e lideranças, que reconhecem, na sua ação, visão política, na sua competência e, acima de tudo, no seu vislumbamento, que o futuro lhe reserva algo promissor e que, com certeza, irá galgar cargos importantes num futuro muito próximo, exercendo-os em Minas Gerais e dando prosseguimento ao que plantou nesta Assembleia Legislativa.

Neste momento, Dinis, não vou me alongar, porque outros companheiros fazem questão de manifestar seu apoio e sua solidariedade a você. Posso lhe dizer que tive a honra e o privilégio de ocupar, ao seu lado, o cargo de 1º-vice-presidente da Assembleia. Muita gente diz que temos de colocar os jovens para aprender com os mais experientes, mas comigo foi o contrário. Eu também sou jovem, mas tenho uma idade mais avançada que o Dinis, que ainda é muito jovem, mas pude aproveitar um pouco da sua experiência e da sua competência e aprendi muito com ele.

Dinis, que Deus lhe abençoe e lhe reserve caminhos e fortunas que você merece. Parabéns a toda a sua equipe. Muito obrigado, Amílcar, nosso ex-deputado, sempre atuante nesta Casa. Obrigado e que Deus o abençoe, Dinis.

#### **Palavras do Deputado Wander Borges**

Boa tarde. Prezados amigos e companheiros, presidente Dinis e esposa, demais autoridades da Mesa, minhas palavras serão breves. Um trecho do livro *Ricardo, coração de leão* diz: “Andaremos mil léguas com sua imagem no coração”. Receba o nosso carinho, o nosso apreço, a nossa admiração e, sobretudo, o nosso respeito por tudo o que você construiu, não só na Assembleia, mas no Estado de Minas Gerais. A nossa querida e amada terra Vila Real, da Nossa Senhora da Conceição, do Sabarabuçu, aqui presente, rende-lhe homenagem sincera. Conte conosco, estaremos juntos. Como se diz na vida pública, a derrota às vezes significa uma grande vitória, um grande aprendizado, e a sua juventude ainda irá ecoar por essas Minas Gerais. Estaremos juntos nas novas empreitadas. Saúde e paz, e que Deus o acompanhe. Muito obrigado.

#### **Palavras do Deputado Gil Pereira**

Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar e pedir uma salva de palmas para a D. Irene, essa mulher maravilhosa, mãe do nosso grande amigo Dinis Pinheiro. E você, Dinis, está ao lado de outra grande guerreira, a Adriana.

Nós tivemos o privilégio de conviver com você nesta Casa por 20 anos, e aprendemos muito. Primeiramente, por sua simplicidade, por sua humildade, pelo seu caráter, que é muito importante. Nós temos a tradição de Minas, e você sabe honrar as melhores tradições de Minas. Você chegou à presidência da Assembleia pelo seu mérito, pelo seu trabalho, por sua luta e pela amizade que construiu com todos os 76 deputados desta Casa. Portanto, nessa passagem pela presidência, pelo parlamento, você encantou não somente Minas Gerais, mas também encantou como presidente do colegiado a todos os brasileiros, a todos os parlamentos mineiros e brasileiros. Você soube mostrar Minas além das Gerais.

Quero parabenizá-lo e dizer que temos orgulho de ser seu conterrâneo, porque você recebeu o título da minha cidade de Montes Claros, que o adora. Não só Montes Claros, mas todo o Norte de Minas o aplaude em pé, com muito respeito quando você vai lá. Não tenho dúvida de que você ainda galgará muitos outros títulos de Minas Gerais, outros parlamentos, a Câmara Federal, o Senado e certamente chegará ao Palácio da Liberdade para alegria de todos os mineiros, porque você merece, tem capacidade e é reconhecido. Falo em meu nome e de nosso PP, pois temos a honra de tê-lo como um dos grandes líderes de Minas Gerais e do Brasil, e do nosso governador, Alberto Pinto Coelho, seu amigo fraterno, que lhe manda um abraço especial. Não tenho dúvida, e vocês podem ter a certeza de que Dinis Pinheiro será governador de Minas Gerais um dia, para o bem de nosso estado. Parabéns, Dinis, parabéns, porque o nosso estado merece.

#### **Palavras do Deputado Alencar da Silveira Jr.**

Nossos amigos, nossas amigas, amigas e amigos do Dinis Pinheiro, não olharei para ele. Quero lembrar-me daquele menino que chegou aqui, há 20 anos. Estou chorando à toa ultimamente. Chegou aqui aquele menino vindo de Ibirité, com um terninho xadrez, um chininho havaianas, mas com um detalhe, com um ferrinho, porque a bolinha do chinelo havia acabado. Nas suas havaianas, ele precisava colocar um preguinho. O menino falou: “Estou chegando de Ibirité agora. Você é o moço da rádio?” Disse: “Sou”. Ele, então, disse-me: “O senhor me dá um autógrafa? Tenho de levá-lo para Ibirité, para meus conterrâneos. Você é muito famoso. Estou chegando aqui agora para fazer a diferença aqui dentro. Sou um homem solteiro e quero fazer por Minas Gerais o que aprendi com





minha família”. Começou a trabalhar e chegou à presidência desta Casa, construiu uma família em toda Minas Gerais, construiu uma família ao lado da Adriana, com seus filhos.

Hoje estamos aqui para dizer-lhe “até breve”. Estamos aqui para dizer que foi muito bom conviver com você nestes 20 anos. Foi muito bom participar do dia a dia, da intimidade da presidência, quando tive oportunidade de estar com você na Mesa. Foi muito bom conhecê-lo e poder dizer que a Assembleia de Minas, os funcionários deste Estado, os funcionários desta Casa e a população sentirão muita falta de você nos próximos quatro anos. Sentirão falta de você aqui dentro, orientando, falando, brincando, chamando a atenção e mostrando que podemos fazer uma política diferente. Lá fora, estaremos andando, viajando, trabalhando por Minas Gerais. É muito bom, meu irmão. Foi muito bom e será muito bom porque ainda temos muitos caminhos a percorrer. Depois de morro, vem morro. Estaremos juntos. Você, eu e grandes companheiros, grandes colegas desta Casa estaremos juntos. Você sabe que pode contar com seus amigos. Um beijo no coração. Que Deus continue protegendo você e sua família. Obrigado.

#### **Palavras da Deputada Liza Prado**

Dinis, percebemos, por este Plenário cheio, que, por onde você passa, você planta amizade, deixa uma palavra de carinho. Quando aqui cheguei, passei pelo momento mais difícil de minha vida, mas encontrei, por intermédio de suas mãos, a ajuda de que precisei. Você tem minha eterna gratidão, meu respeito e minha amizade. Sua família é cristã e tem entusiasmo. Adriana, entusiasmo é Deus no coração. Somente a fé pode mover um trabalho social como o que é desenvolvido por toda Minas Gerais, com muito amor. Muitas pessoas aqui estão, independentemente de partido político. Como todos sabem, apoiamos o Fernando Pimentel. Ele foi o nosso candidato, mas respeitamos o Dinis o tempo todo, porque ele consegue tirar de todos que aqui estão, independentemente de cor partidária, o que as pessoas têm de melhor.

Dinis, que Deus o abençoe. Continue sendo essa pessoa humilde, essa pessoa simples, essa pessoa que gosta de gente, essa pessoa que não teme, ao defender e ajudar alguém que precisa. Você é dessas pessoas que nos fazem lembrar que vale a pena viver neste mundo. Que Deus o abençoe. Continue sempre assim. É isso que desejo a você e à sua família.

#### **Palavras do Deputado Ulysses Gomes**

Querido amigo presidente Dinis, amigos e amigas, deputados e deputadas, tive oportunidade, em minha primeira legislatura, de contar nesta Casa com sua compreensão, com sua amizade. Independentemente das questões e posicionamentos políticos e das divergências naturais de um processo político, a sua relação sempre amiga, sempre de companheiro, é um registro que com certeza terei em minha trajetória política. Espero, obviamente no futuro, que esse seu trabalho possa voltar a ser construído.

Não poderia deixar, em nome do nosso mandato e do nosso bloco de oposição, que tenho a honra de liderar neste momento, de fazer este agradecimento, este reconhecimento ao seu trabalho à frente desta instituição. Como disse e registro, independentemente de qualquer questão política, sua atuação aqui deixa uma marca, um exemplo, que merece o reconhecimento de nossa parte. Parabéns. Com certeza, nossa amizade prevalecerá acima de tudo. Muito sucesso e muito obrigado.

#### **Palavras do Deputado André Quintão**

Querido presidente, deputado, posso dizer, amigo Dinis Pinheiro, temos uma fila de deputados que desejam se manifestar, mas vou ser breve. Teria muitos argumentos que justificariam esta homenagem.

O vídeo sintetizou muitas das realizações nesta legislatura, mas queria mencionar uma que me toca muito. Sou militante político desde os 15, 16 anos de idade. Fui secretário, vereador e deputado por três mandatos em Belo Horizonte e sempre acompanhei o trabalho desta Assembleia. Queria dizer, em tom de reconhecimento, que nunca a Assembleia Legislativa abriu tanto espaço para que os segmentos excluídos, os mais pobres, os quilombolas, os indígenas e os catadores de materiais recicláveis fossem ouvidos, respeitados e tivessem resultados efetivos. Eles conquistaram esse espaço na Assembleia sob a direção do presidente Dinis Pinheiro. Esse é um reconhecimento, Dinis, é um legado que V. Exa. deixa nesta legislatura. Conquistaram a abertura e a escuta da Assembleia aqueles segmentos que não têm a facilidade de chegar ao gabinete do governador, que não conseguem, muitas vezes, falar como uma autoridade. Institucionalmente, a Assembleia colocou processos e procedimentos para essa escuta.

Queria fazer esse registro, porque é uma questão de justiça. Fico também à vontade, mas não somos do mesmo partido. Institucionalmente desenvolvemos aqui uma parceria em nome dos excluídos. Tenho muito orgulho de ter compartilhado esta quadra da história da Assembleia de excelentes resultados, que têm sua marca, a marca da sua família, da sua equipe, na pessoa da Margarete.

Que Deus ilumine todos. Espero que onde estivermos possamos estar juntos, em nome de Minas Gerais.

#### **Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva**

Muito obrigado, amigos, amigas, querido presidente Dinis Pinheiro, Adriana, sua esposa, nossa amiga. Nossa saudação à D. Irene e a todos os amigos que hoje se encontram para festejar este momento tão importante e tão emocionante dentro do nosso coração.

Digníssimas autoridades que estão nos prestigiando, o que dizer deste momento? Estamos passando uma página bonita do Parlamento mineiro, uma página em que vocês são testemunhas oculares da vida de um homem correto, probo, exemplar e ético, que hoje recebe, não somente do Parlamento mas também de toda Minas Gerais, esse carinho extraordinário por tudo o que fez ao longo de sua vida nesses 20 anos.

É muito fácil falar do nosso presidente. Eu particularmente tenho por ele um carinho especial. Estou aqui militando na mesma trincheira há 16 anos. Ele muito me ensinou com os seus conselhos, sua postura, sua ética e sua história de vida. Aqui, meu querido Dinis, não queremos derramar uma lágrima de saudade. Talvez a nossa fala fique embargada para dizer o quanto você foi importante para Minas Gerais, o quanto você foi importante para este Parlamento mineiro, o quanto você percorreu todos os cantos de Minas levando a sua voz, a sua amizade e principalmente o seu exemplo como político e cidadão. Hoje, você recebe esta homenagem de tantas pessoas que estão aqui para abraçá-lo. Devo dizer particularmente que quero abraçá-lo com muito carinho em nome do meu Sul de Minas, que tanto o ama, que o conheceu bem de perto e pôde abraçá-lo, ouvi-lo e recebê-lo. Quero, sim, estar sempre ao seu lado nesse projeto extraordinário que você construiu para Minas. Certamente, todos que o conheceram tiveram o prazer, assim com eu, de estar sempre ao seu lado na reta. Você sempre foi um farol, representou um balizamento de conduta, de moral e de ética no



Parlamento mineiro. Peço que Deus o proteja, que a sua padroeira Nossa Senhora lhe dê muita força ao lado da Adriana, essa companheira extraordinária, da sua mãe e dos seus filhos. Tenha a certeza de que o parlamento sempre lhe será muito grato.

Neste momento, em meu nome e no nome de todo o povo sul-mineiro, peço ao Felipe que entregue a você, querido Dinis, uma lembrança da nossa região, preparada com muito carinho. Um abraço. Fique com Deus.

- Procede-se à entrega do presente.

#### **Palavras da Deputada Luzia Ferreira**

Esse é o manto sagrado do Dinis Pinheiro. A sua foto em preto e branco já indica um grande simbolismo em Minas.

A característica mais marcante do Dinis é a liderança e a capacidade de relacionar-se com a população. Isso você faz como ninguém.

Mas também queria dizer que é muito difícil tornar-se líder. Como você disse, há 20 anos está aqui, chegou muito novo. É esse tempo mesmo. Um tempo que se gasta para construir essa imagem pública, o reconhecimento, vincular-se a causas, a bandeiras.

Gostaria de dizer que o país que não tem líder não é capaz de ter também foco, resultados e objetivos. Você construiu essa liderança em contato direto com o povo, vem de uma família simples. Quer dizer, sua simplicidade é uma qualidade, porque isso é que te aproxima do povo, você não coloca barreiras. Sua mãe, a Adriana e seus filhos estão aqui. É uma grande qualidade você não ter mudado, ter saído de Ibirité e ter chegado aqui a presidente, a vice-governador, continuando do mesmo jeito. Isso o aproxima das pessoas, é uma grande qualidade em um país que se ressentia muito de lideranças jovens capazes de encantar e de conduzir o nosso povo.

Uma outra qualidade sua dita pelo deputado André Quintão: você foi capaz de entender perfeitamente o papel do parlamento, a pluralidade que só ele tem. Aqui é o espaço da diversidade e onde acontecem todos os debates que interessam a todas as representações da sociedade. Você não excluiu, não impôs nenhuma barreira. Isso também é muito relevante. Outra característica em seus quatro anos de presidente: você também elaborou uma pauta que interessa, que dialoga com a sociedade, que, às vezes, era vista com muito tabu no Parlamento.

Quero dizer a vocês que sua gestão acabou com o 14º e 15º salários, prática consolidada aqui, com os *jetons* das reuniões extraordinárias, com o auxílio-moradia para quem mora em Belo Horizonte e na região metropolitana ou para quem é do interior e tem imóvel na capital, e com o voto secreto. Hoje, em qualquer veto ou projeto, o cidadão tem direito de saber e acompanhar o voto do seu deputado. Enfim, acho que você colocou essa pauta que muitas vezes era difícil de enfrentar no Parlamento por já serem práticas consolidadas. Mas, nesses quatro anos, além da pauta geral que já foi dita aqui, esta última também reconcilia o Parlamento com a sociedade, que considerava isso um privilégio, já que os trabalhadores não têm 14º, 15º salários, não têm *jetons* nem o privilégio do auxílio-moradia mesmo para quem tem moradia em Belo Horizonte.

Portanto, quero cumprimentá-lo e lhe desejar sucesso. Você tem um grande futuro pela frente. Como falei, liderança demora a se formar. Digo mais: se seu partido, o PP, não acalantar seus sonhos, pode vir para o PPS, que o receberemos de braços abertos.

#### **Palavras do Deputado Carlos Pimenta**

Meu caro amigo Dinis, em sua pessoa e na de sua esposa, quero cumprimentar todas as autoridades presentes, os convidados, a multidão de Ibirité que está aqui em massa e, de maneira muito especial, sua mãe, D. Irene, que está aqui presente, irmãs, sobrinhos, enfim, essa família maravilhosa que é a família Pinheiro.

Gostaria, Dinis Pinheiro, em rápidas palavras, de também fazer coro com os inúmeros deputados que aqui estiveram e externaram, acima de tudo, o sentimento do coração de cada um pela sua passagem como deputado, em especial como presidente desta Casa Legislativa. Vocês não sabem o quanto é gratificante, depois de 20 anos de vida pública, uma pessoa se despedir do parlamento com apoio e carinho tão grandes como este.

Estamos vivendo no País um período em que as autoridades políticas muitas vezes são confundidas e se igualam, diante da opinião pública, a verdadeiros marginais.

É bom ver um parlamentar da qualidade do deputado Dinis Pinheiro, homem simples, humilde, jovem ainda, que, nessas últimas eleições, com mandatos tranquilos em qualquer área - para deputado estadual ou federal -, emprestou seu nome como nosso candidato a vice-governador de Minas, embora contrariando a maioria desta Casa, que o queria como nosso candidato a governador. (- Palmas.) Você hoje dá um aceno, um até breve, um até logo a nós, seus amigos, e ao povo de Minas Gerais. Não sei, deputado Dinis Pinheiro, o seu futuro, como você próprio disse, mas tenho certeza absoluta de que, pela sua postura, pela condução que tem da sua vida, você tem os ingredientes do sucesso na vida pública, você tem postura, credibilidade e uma coisa muito mais importante: laços familiares importantes que impulsionaram sua vida como deputado estadual. Receba o nosso muito obrigado e o nosso abraço.

Eu o conheço há 20 anos. Vejo aqui companheiros como os deputados Ivair Nogueira, Hely Tarquínio e vários outros parlamentares que chegaram em 1994. Você era praticamente um garoto, o mais jovem da Casa. Com o seu trabalho, mostrou que tem um alicerce familiar, que tem inteligência e, acima de tudo, vontade de vencer. Você é um vencedor, deputado Dinis Pinheiro, porque tem uma bela família, porque tem muitos amigos e porque sai de cabeça erguida, momentaneamente, da vida pública, coisa que muitos poucos podem fazer neste país. Que Deus o abençoe.

#### **Palavras do Deputado Luiz Humberto Carneiro**

Deputado Dinis Pinheiro, estou aqui, como todas essas pessoas que vieram hoje, não para me despedir, porque as pessoas vieram para festejar com você todo esse sucesso pelo período que você passou nesta Casa.

Fiquei feliz quando vi aqui a orquestra de violinos de Uberlândia, essa dupla fantástica que veio trazer para você o reconhecimento, o abraço do Tarcísio, “nego velho”, companheiro nosso de Uberlândia que aqui está também - não é, Tarcísio? - prestando essa homenagem.

Deputado Dinis Pinheiro, queria primeiro dizer-lhe que o deputado Alencar da Silveira Jr. chegou bem antes de mim. Quando cheguei aqui, você já não usava aquelas roupas mais, a Adriana já o havia lapidado, já havia mudado seu manequim. Mais que isso, nesta Casa você já era um professor. Estou aqui hoje para agradecer-lhe a amizade, o companheirismo, todas as horas em que



estivemos juntos, você sempre firme, com coragem e determinação, mais que isso, com essa amizade que você tem por todos nós. Por isso esta Casa hoje lotou, para comemorarmos. Mais uma vez, volto a dizer, deputado Dinis Pinheiro, muito obrigado por tudo. Temos certeza de que não estamos nos despedindo de você, até porque, com essa juventude, com toda essa coragem e competência, não é a hora para isso. Ainda teremos de festejar muitas outras vitórias com você. Deputado Dinis Pinheiro, obrigado por tudo. Um abraço para você, para a Adriana, para toda a família.

#### **Palavras do Deputado Antonio Lerin**

Melhor do Brasil. Obrigado. Quando cheguei a esta Casa, chamei o Dinis Antônio Pinheiro de deputado. Hoje tenho orgulho de chamá-lo de amigo, pela sua liberdade, pela sua lealdade, pelo seu jeito de ser. Caminhamos juntos por várias cidades de Minas Gerais. Fiquei atento, presidente, no seu discurso. Você se colocou à disposição para percorrer os 853 municípios de Minas, e gostaria de fazer parte de sua caravana.

Vi muitos aqui dizendo um até breve, e vou dizer até a próxima. Quem sabe, em 2016, Belo Horizonte o espera e, em 2018, Minas o espera.

A única verdade, presidente, é que você soube conquistar amigos. Os 77 deputados desta Casa sentem-se orgulhosos de poder tê-lo como amigo, bem como a sua família, a esposa Adriana, os seus filhos. Percorremos várias regiões juntos. E esse seu carinho, esse calor humano, é fundamental. Falamos muito na política sobre cheiro do povo e você, Dinis, tem o cheiro do povo. Pode ter a certeza de que, no momento oportuno, Deus está guardando o melhor para você, seja em 2016 ou em 2018, e o povo estará ao seu lado. Parabéns por sua gestão, por sua competência, por sua capacidade, mas, acima de tudo, por sua humildade, pela luta pelos menos favorecidos do nosso estado. Que Deus continue abençoando-o. Para continuar vendo Minas Gerais com bons olhos e só colocar uma gota de Lerin. Que Deus o abençoe.

#### **Palavras do Deputado Gustavo Corrêa**

Meu caro amigo, presidente Dinis Pinheiro... Vou aqui, Adriana, como diz o deputado Alencar da Silveira, tentar fazer algumas brincadeiras exatamente para não me emocionar. O deputado Alencar da Silveira, todas as vezes em que sobe à tribuna desta Casa, faz questão de dizer que, há 18 anos - e ele não se esquece da data porque é o dia do aniversário da esposa dele -, criou a TV Assembleia. Então hoje tenho a certeza de que toda a Minas Gerais acompanha esta homenagem ao nosso presidente Dinis Pinheiro com uma tecnologia mais avançada, deputado Alencar da Silveira, uma tecnologia digital, que foi mais uma das inúmeras ações que o presidente Dinis Pinheiro, juntamente com toda a Mesa da Assembleia, realizou nesses quatro anos. Assim, tenho a certeza de que os mineiros hoje veem a TV Assembleia com uma qualidade bem melhor e poderão, como todos nós que aqui estamos, se emocionar, sobretudo com as homenagens que foram feitas, mais do que justas.

Dinis, certamente vou sentir saudades das nossas conversas pessoalmente e diárias. Onde quer que esteja, conte sempre com a minha amizade, com a minha lealdade, sobretudo com a minha gratidão. Que Deus o ilumine e o proteja. Vamos juntos, pois tenho a certeza de que o futuro será muito melhor para você.

#### **Palavras do Deputado Hely Tarquínio**

Meu amigo Dinis Pinheiro, meu presidente exemplar desta Casa, essa hora de homenagem não é de despedida, pois sei que vai continuar sempre no nosso meio. Logicamente o horizonte vai descortinar-lhe muitos caminhos. E saiba que o seu é de subida a cada dia. V. Exa. é aquele cidadão que tem respaldo da família, uma família afetiva, que cuidou de você para que tivesse esse dom que Deus lhe deu, essa liderança pujante que demonstrou desde que aqui chegou, quando aqui já estávamos. Você foi crescendo, cada dia mais, em espírito, em verdade, em competência, em sabedoria, ultrapassando muitos que aqui estavam no quesito da liderança. É um vencedor. Na sua sabedoria, em todas as vertentes da sua vida, revelou-se um sábio, um construtor da sociedade, sobretudo com a marca da justiça social. E com isso temos paz. Então você buscou a paz para Minas Gerais. Suas palavras estão impregnadas de um sentimento que você vive todo dia, o qual aprendeu na intimidade da sua família, no cuidado que o seu pai, sua mãe, sua esposa e seus filhos, seus irmãos têm com você, e que V. Exa. passou para o Parlamento, com esse espírito que chamamos de deontológico, do dever moral, de construir uma sociedade mais justa.

Por meio de seus projetos - lembro do Robin Hood -, quantas cidades você percorreu para proteger os que têm menos? Você nunca fez a álgebra do grande, do capitalismo voraz. Você sempre quis repartir o pão com os municípios. Isso ficou marcado para nós. Começou no Robin Hood - eu me lembro - e depois com os projetos de reciclagem, os projetos em que você buscou aproximar os estratos sociais e diminuir a diferença oceânica que existe no Brasil. O André disse que é parceiro nas ações dos mais excluídos. Eu também sou seu parceiro nesse sentido. O mundo está vivendo muitas dificuldades exatamente porque pouca gente tem visão da vida coletiva. Você é um predestinado. Você tem sua vida com sua família, sua vida particular, mas é sobretudo ético com o coletivo na confecção das leis.

Muita coisa passa pelo presidente. O sistema presidencialista tem marcas muito fortes. Vivemos quatro anos sob a égide desse homem que é jovem, mas é um cidadão completo, um político completo. Ontem a Assembleia estava toda travada. Ele me telefonou cedo e disse que ia fazer uma reunião de manhã, pois à noite precisaríamos continuar nossos trabalhos. Ele buscou os outros poderes de forma bastante democrática e dialética, buscando a variável do entendimento. Assim conseguimos fazer as votações com algum sucesso. Conseguimos vencer as paixões das recentes eleições, em que um lado se coloca de forma radical e outro também. Não podemos esquecer o povo. Essa foi sua ética. O cuidado com cada um e com todos. Esse é o Dinis Pinheiro. Esse é o Dinis Pinheiro com quem convivemos aqui nesses quatro anos. Temos certeza de que muita coisa no futuro o aguarda. Hoje vimos, nesta solenidade, que foram buscar sua história, escrita de forma tão bonita, tão exemplar, tão afetiva. As palavras dos deputados trouxeram a este cenário a história, a memória do que vivemos neste Plenário, que é testemunha das ações dos deputados que se entregam para viver uma vida coletiva para o povo de Minas Gerais.

Deputado Dinis Pinheiro, não vou me prolongar, pois outros companheiros querem falar. Quero dizer que você é predestinado a fazer justiça social. A sua marca é essa. A sua marca é fraternidade, também na legislação, socialização do direito. Só assim, com sentimento de humanidade, podemos ter - o que ele revelou aqui - identidade com as diferenças para construirmos um mundo melhor.



Que Deus lhe abençoe e a sua família. Tenho certeza de que seu futuro será pontilhado de vitórias. Podemos fazer a seguinte previsão: você ainda será um grande estadista. Muito obrigado.

#### **Palavras do Deputado Dilzon Melo**

Boa tarde a todos. Dinis, vou falar pouco, pois não vou fazer discurso. Cumprimento você e a minha querida irmãzinha Adriana e, em nome dela, saúdo toda a família.

Muito antes de fazer um discurso, quero dar um testemunho, não como o deputado mais velho da Casa, mas como o deputado que tem mais mandatos e que, certamente, pela experiência, sabe avaliar todos os que passaram por aqui. Quero falar também como um deputado mais velho, espero que você chegue lá.

Vou falar também, Dinis, em nome do partido que presido em Minas Gerais, o PTB. Mas não vou falar do Dinis deputado ou presidente, porque os programas que a Assembleia desenvolveu ao longo desse tempo vão falar desse Dinis e dos compromissos que ele teve: o combate à pobreza e às drogas; a defesa da educação; o programa que fizemos na região ribeirinha; e tantos outros programas vocacionados àqueles mais pobres e humildes, razão pela qual também eu estou nesta Casa, comungando com você desse princípio, para que possamos sair de cabeça erguida. Não vou falar desse Dinis.

Vou falar do Dinis presidente do qual tive o prazer de ser o 1º-secretário durante esses quatro anos. Como vocês sabem, nós dois somos os ordenadores de despesa desta Casa; somos os responsáveis pelos gastos e pagamentos, por tudo o que acontece aqui, administrando um orçamento de muitos milhões de reais. E o meu testemunho, Dinis, é que, lastreado pela formação que tem, pela família que tem, pelo lugar de onde veio e pelas dificuldades que enfrentou em sua vida, e a par de tudo isso, está também um homem transparente, trabalhador e honesto. Também um grande e belo patrão.

É a terceira vez que estou na função de 1º-secretário, e, posso dizer a vocês, com muito orgulho, que nesse período nunca recebi de Dinis um pedido sequer do tipo “quebra o meu galho, quebra essa, acerta isso para mim, vamos passar por cima disso ou daquilo”. Não. A tranquilidade que me faz estar aqui como 1º-secretário e sair de cabeça erguida é que fizemos tudo da melhor maneira possível, pautados nos princípios de transparência e honestidade, que nos regem. Nunca tivemos um senão ou uma discordância nesse sentido. Podemos ter tido em outro sentido; em questões de pontos de vistas, não comportamentais, não de administração.

Fato é que esta Casa teve um presidente que nos enche de orgulho por podermos dizer, com alegria, que foi pautado no caminho do bem. Nunca recebi um pedido como “quebra esse galho” ou “olha isso para mim”. Estou dando o meu testemunho, meu amigo, de 1º-secretário e de um ordenador de despesa com você, sabendo que vamos responder pelo resto da vida pelos nossos atos. E certamente não teremos nada a responder, pela maneira como tudo foi feito.

Quero dizer ainda que aprendi muitas coisas com você, porque a vida nos ensina, mesmo. Mas partilhamos juntos as mesmas dificuldades. Temos passagens e caminhadas juntos, trocando ideias, superando dificuldades. O destino nos leva a pontos diferentes, mas cada um com a sua missão. E sabemos que a nossa missão não se encerra e que, pela bondade de Deus com que fomos criados, ao final dessa missão todos temos de dar o nosso “de acordo” e “fizemos o que pudemos”.

Você ainda não fez tudo o que pode fazer. Vai fazer muito mais, porque muitos desafios o esperam. Mas podemos nos orgulhar do presidente que tivemos, do amigo que tivemos, do irmão que tivemos. Não sei o que vai ser do seu futuro; depois pergunto à Adriana o que ela vai deixá-lo ser. Que Deus o abençoe.

#### **Palavras do Deputado Célio Moreira**

Boa tarde a todos e a todas. Quero aqui, na pessoa da D. Irene, cumprimentar toda a família Pinheiro, cumprimentar o meu amigo - que posso dizer amigo - Dinis Pinheiro, a Adriana, e, na pessoa deles, cumprimentar toda a Mesa aqui representada.

Serei breve. Todos aqui falaram, sendo que alguns ainda terão oportunidade de se manifestar. Tenho, realmente, Dinis como amigo, com quem aprendi muito. Dinis é um parlamentar que respeitou a opinião de todos os parlamentares. Soube falar sim e falar não; deu liberdade e estrutura a esta Casa para ela trabalhar, receber o povo e trabalhar com ética, transparência e verdade. A Assembleia de Minas Gerais é referência no Brasil. Graças a Deus, pelo menos nesses três mandatos em que trabalhei aqui, esta Casa não viveu nenhum momento de escândalo, esta Casa trabalhou com muita transparência.

Sou uma pessoa muito objetiva também. Às vezes eu e Dinis gritamos, um grita com o outro, mas falamos tudo para acertar. E Dinis sempre falava comigo: “Olha, acho que isso não está certo, mas respeito sua opinião”. Chegava-se a outro parlamentar e também dizia isso. Então, aprendemos muito. Peço a Deus que o futuro presidente se mire na transparência, na ética com que Dinis conduziu esta Casa. E precisamos, sim, recuperar a política, que está muito maculada, manchada, desacreditada. Dinis era uma esperança que tínhamos no Estado de Minas Gerais.

Vou dizer uma coisa que quase todo mundo aqui, na Casa, fala pelos cantos, dentro dos gabinetes, mas não tem coragem de falar em público, e eu vou falar: Pimentel é um homem de sorte. Desejo a ele pleno êxito na sua administração, mas, se Dinis fosse o nosso candidato, a história seria outra.

A escolha foi errada. Escolheram errado, e precisamos reconhecer isso. A escolha não foi correta, errar é humano. Tenho certeza de que Minas perdeu, o Brasil perdeu, porque, se Dinis fosse o nosso candidato majoritário, a história seria outra no Estado e no País. Mas é como o Dinis disse aqui - logo que ele entrou, as pessoas aplaudiam, e eu até brincava com a Liza, as pessoas ficaram naquele momento um pouco daltônicas, enxergando tudo sem cores, mas depois o Dinis fez todos abrirem um sorriso, um sorriso colorido de primavera e de esperança -, enfim, ao dizer que vai percorrer os 853 municípios de Minas Gerais. E isso é uma esperança para todos nós.

Então, quero dizer a vocês que a luta continua, que estamos dando um até-breve, um até-logo. Eu também não tive êxito nessas eleições, mas tive uma excelente votação. Tive mais votos do que 27 deputados eleitos, mas a legenda é alta e, infelizmente, não conseguimos. Faltaram setecentos e poucos votos, mas nosso trabalho vai continuar. Vou rodar, e, como Dinis disse, agora teremos mais tempo para ouvir nossas cidades, nossas lideranças e trabalhar com afinco dando continuidade a esse trabalho de transparência, de luta por um Estado e um Brasil bem melhor.



Peço a Deus, Dinis, que lhe dê muita saúde, muita paciência, como você teve; muita paciência principalmente nesses últimos dias. Que dê muita paciência a você, à Adriana, a seus filhos, porque a vida de um parlamentar só quem está aqui sabe como é. Desculpe-me, mas preciso dizer isto a vocês. O meu filho mais novo, o Flávio, uma vez, chegando da escola, perguntou-me: “Pai, o senhor é ladrão?”. Eu falei: meu filho, por que você está perguntando isso? Ele falou: “Porque o pai do meu amigo da escola falou que todo político é ladrão, e o senhor é deputado”.

Estive na escola conversando com a professora e pedi para chamar os pais dessa criança, que não sabia o que estava falando. O pai exagerou, falou isso ao filho, e deu nisso. A visão do povo lá fora é que todo político é corrupto, ladrão, sem-vergonha, safado, mas sabemos que há homens e mulheres comprometidos com a ética e com a verdade.

Graças a Deus, guardo o que o meu pai, que já faleceu, disse-me: “Célio, a riqueza do homem está no seu nome. Faça de tudo para não manchar o seu nome, porque o homem que tem o nome limpo tem crédito e acesso”. Não estou dizendo que sou santo. Tenho as minhas dificuldades, como todo mundo aqui. Mas, graças a Deus, ninguém poderá dizer que participei de alguma maracutaia, de alguma corrupção nesses cinco mandatos. Trabalhei com ética, com transparência, e fiz aquilo que é meu dever. Hoje algumas pessoas estufam o peito para dizer que são éticas, transparentes. É dever de todo mundo ser honesto. E, nesta Casa, aprendi, com vários parceiros, como fazer política e não fazer politicagem. Aprendi muito isso com o Dinis, com a sua simplicidade, com a sua honestidade. E peço a Deus que lhe dê muita força e sabedoria. O futuro só a Deus pertence. Sucesso para você, para sua família, e muito obrigado por tudo que fez por mim.

#### **Palavras do Deputado Romel Anízio**

Presidente Dinis Pinheiro, prezada Adriana. É um momento muito feliz, meu caro presidente, cercado pelos seus amigos, pelos seus familiares, por aqueles que veem em você a grande liderança deste Estado; enriquecido com uma Mesa como esta, com a presença do procurador-geral de justiça do Estado de Minas Gerais, Dr. Carlos André Bittencourt; enriquecida com a presença da ilustre presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Adriene; enriquecida com a presença do nosso secretário de Saúde, que em tão curto espaço de tempo à frente daquela pasta mostra a sua competência e a sua capacidade; enriquecida com a presença do nosso querido Doutor Viana, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; com a presença da Mesa que o cerca, do carinho e do calor humano dos seus companheiros, que vieram de todos os cantos do Estado trazer a você o aplauso, o incentivo e o entusiasmo, mas, acima de tudo, a gratidão por tudo que fez ao longo de uma história tão bonita, nesses 20 anos de vida pública. Nascido num berço de homens públicos, cujo pai teve uma trajetória brilhante e sua mãe até hoje nos dá ensinamentos, presidindo a Fundação Helena Antipoff. Tive o prazer de conviver com ela na fase de estadualização das universidades em Minas Gerais.

Meu caro Dinis, ao longo da minha caminhada como homem público, tive o prazer de ter como presidente o nosso saudoso Luiz Eduardo; o nosso Michel Temer presidindo a Câmara dos Deputados; o nosso querido Aécio Neves. Posso dizer que a grande experiência que carrego sai enriquecida desta Casa nesses quatro anos. Enriquecida porque conheci um presidente com um lado humano extraordinário, um carisma que sensibiliza a todos, mas, acima de tudo, com a missão mais difícil de conviver tão bem com o contraditório.

Dinis, que Deus o ilumine nessa caminhada. Tenho certeza, pela sua juventude e por tudo que você construiu ao longo dessa vida pública, que começou tão cedo - às vezes tão cedo quanto a minha -, de que essa última eleição, disputada como candidato a vice-governador, pode ter sido a grande escola, meu caro companheiro. A escola da convivência com todos os cantos de Minas Gerais, ouvindo as várias Minas, as Minas do Norte, do Triângulo, do centro. Afinal de contas, Minas são várias.

Dinis, que Deus continue iluminando-o nessa caminhada. Se Deus quiser, quero ainda ter a alegria de estar com você em outras tantas e tantas caminhadas que possa vir a enfrentar. Muito obrigado.

#### **Palavras do Deputado Luiz Henrique**

Prezado amigo Dinis Pinheiro e sua esposa Adriana, gostaria de iniciar agradecendo à D. Irene por nos ter dado esse grande homem público e que é um exemplo para todos nós. Tudo já foi dito aqui, Dinis, mas, nos últimos tempos, tenho refletido sobre uma frase que você tem usado em seus discursos e que diz o seguinte: “a única derrota que existe é aquela que reduz a nossa dignidade”.

Dessa última fronteira você sai muito mais digno. Adriana, você é de sorte, pois terá dois anos para conviver com seu marido, que, antes de se despedir de todos nós aqui, já está causando saudade. Teremos mais tempo, Dinis, para convivemos juntos e em família. Daqui a dois anos, tenho certeza de que Minas estará cobrando de você um posicionamento. Aliás, essa é a verdade de um homem público, que é conduzido pelas massas - e você é amado por elas, o que é o mais importante. Portanto fica aqui o meu agradecimento pelo convívio e grande aprendizado. Muito obrigado, Dinis Pinheiro.

#### **Palavras do Deputado Rômulo Viegas**

Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o nosso presidente Dinis Pinheiro, a sua esposa Adriana, a sua mãe D. Irene e os demais familiares. Com o formalismo que entendo necessário para o momento histórico, quero destacar os membros da Mesa que até agora estão conosco, honrando este momento histórico do Parlamento mineiro. Cumprimento a excelentíssima conselheira, Sra. Adriene Andrade, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; o conselheiro Doutor Viana, nosso ex-colega aqui; a Sra. Christiane Neves Malard, nossa defensora pública; o Dr. Carlos André Bittencourt, procurador-geral do Estado; o nosso grande amigo José Geraldo, secretário de Saúde, que tem realmente realizado um trabalho diferenciado; os demais colegas parlamentares, deputadas e deputados; os senhores convidados.

Dinis, entendo a política como uma ciência dinâmica e muito bonita. Ao longo da minha vida pública, tenho também a visão de que, em todos os partidos políticos, sem exceção, temos homens de bem e pessoas que praticam a política realmente como a ciência de procurar o bem-estar da nossa sociedade. Aqui, nesta Casa, temos essas figuras políticas, e você sintetiza isso, pois é praticamente a síntese desse conjunto de forças políticas que quer o bem da nossa sociedade. Aprendi muito com você. Na primeira vez que cheguei aqui, no primeiro ano de mandato, vi todo seu potencial de articulação, carinho e amizade com que trata a todos nós e as pessoas que vêm a esta Casa.



Tivemos momentos interessantes aqui, com debates, a sociedade se posicionou, veio para apresentar suas demandas, às vezes num momento mais calmo, noutros um pouco mais diferenciados, mas você nunca perdeu a calma nem a elegância política para tratar com as pessoas que aqui vieram. Portanto, eu o considero, sim, um homem verdadeiramente grande pelas suas virtudes e notável pelos seus conhecimentos.

Quero encerrar desejando-lhe uma bênção especial do nosso Deus, de Jesus Cristo, ao lado de sua família. Que você continue nesse caminho porque precisamos de você e estaremos ao seu lado, pode estar certo disso. Uma grande salva de palmas para o nosso presidente Dinis Pinheiro.

#### **Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes**

Gostaria de cumprimentar as autoridades da Mesa, já nominadas anteriormente, as autoridades presentes, amigos e amigas do nosso amigo presidente Dinis. Cumprimento também toda a sua família.

Presidente Dinis, palavras como “humildade”, “lealdade”, “solidariedade” e “igualdade” dão liga com V. Exa., vestem o seu corpo. O cargo, o meu, o seu e o dos nossos deputados, parceiros, só tem valor se for transformado em instrumento que melhore a vida das pessoas. Você olha para trás, vê a sua marca e as pessoas melhores, graças a sua ação. Você é campeão nisso, tem feito muito para melhorar a vida das pessoas, principalmente a dos mais humildes.

Ao falar de humildade, de pessoas mais simples, de pessoas mais pobres, do catador de lixo - aliás não vou falar de lixo, não, acho que deprecia -, catador de material reciclável, você estava ao seu lado. E não foi só com fala, foi ação e resultado, melhorou a vida dessas pessoas. Falo porque em minha cidade melhorou a vida deles com a cooperativa. Eles têm um salário extra graças ao Bolsa-Reciclagem, em que acreditamos e apoiamos, mas foi V. Exa. o piloto, o autor, o criador, para ajudar essas pessoas mais humildes.

O câncer do mundo, a desgraça do Brasil chama-se *crack*. Você, presidente, nunca se omitiu frente a isso, foi para a rua vestido com a camisa, para as campanhas, mostrando que a Assembleia estava presente e que precisa ser feita muita coisa para combater essa desgraça que ronda os nossos meios.

A saúde é também o mal do Brasil, está mal. Tem o Mais Saúde, do qual você, Mosconi, foi também grande parceiro. Fizemos um belo trabalho, com vocês dois pilotando. Melhorou, sim, houve avanços, mas precisamos avançar mais.

Para encerrar, presidente, porque há muitos companheiros ainda para falar, quero cumprimentá-lo pela história de vida e pela família. Aliás, quebrei o protocolo trazendo aqui um grande amigo seu para o abraçar, o Dr. Salvador, dono do Mater Dei. Você nasceu nos braços dele. Eu caminho com ele de madrugada, e ele diz isso. Ele tem um carinho especial por você e não poderia ir embora sem lhe dar um abraço. Ele fala muito de você e da sua mãe, que é referência para as pessoas como mãe, mulher e educadora e gerou essa família de pessoas que trabalham para o nosso povo. Então, parabéns.

Se pudéssemos voltar no tempo, corrigiríamos uma série de erros. Mas, infelizmente, quando você erra, o tempo não volta. Errei com V. Exa. na hora do calor, com o sangue quente, vendo algo que não gostei politicamente, fui agressivo com V. Exa. Poderia ter manifestado o meu sentimento de que não havia gostado daquilo, mas não daquela forma.

Então, diante deste público, peço-lhe desculpas, com toda a humildade, porque você pregou, nesta Casa, a igualdade. Falhas todo mundo tem, mas, quando a pessoa pensa e faz maior, como V. Exa. fez, temos de ter muito cuidado. Por isso, peço-lhe desculpas. Que Deus proteja V. Exa. e toda sua família, porque nossa Minas Gerais ainda poderá contar muito com sua liderança e sua capacidade de trabalho. Muito obrigado.

#### **Palavras do Deputado Duarte Bechir**

Meu caro presidente, deputado Dinis Pinheiro, quero saudar a sua família, em nome da sua mamãe, D. Irene, as representações de todos os poderes constituídos na Mesa, os senhores deputados, as senhoras deputadas, gente querida de Minas Gerais e, de forma muito especial, os servidores da Assembleia Legislativa aqui presentes. Caro presidente Dinis Pinheiro, extrai-se do livro *O pequeno príncipe* a seguinte afirmação: “Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”. V. Exa. deixa para os deputados, para a história desta Casa e para os mineiros um exemplo que vai ficar por muitos anos de um homem que conduziu os destinos da Assembleia, com muita determinação, muita garra, muito empenho e muito zelo. Ouvi dizerem que, quando precisava chamar a atenção de alguém, V. Exa. não titubeava e assim o fazia, dando mostras de que, para presidir esta Casa, é preciso ter todas essas qualidades.

Queria trazer aos presentes um fato ocorrido na noite de ontem e na tarde de quinta-feira passada, ou seja, aquele lance, aquele clarão que nos dá e nos diz: “Faça isso”. V. Exa. chegou à Casa dizendo, na segunda-feira: “Quero fazer uma reunião. Vou chamar os representantes de todos os poderes, das lideranças de oposição e do governo, porque é impossível que esta Casa permaneça sem votar desde junho. Não podemos abrir mão da nossa responsabilidade com os poderes constituídos e com Minas Gerais”. V. Exa. fez o chamamento na quinta-feira.

Fiz questão de, na segunda-feira, ser um dos primeiros deputados a chegar à Casa. Sou apenas vice-líder, mas fui participar da reunião. E lá estava o senhor a fazer uma abertura. Estão aqui a presidente do Tribunal e o representante do Ministério Público, que estavam presentes. Na abertura, considerando-se a forma como V. Exa. deu o recado, chamando à responsabilidade todos os presentes, senti que a Assembleia abriria suas portas e a este Plenário compareceriam os deputados, e iríamos votar. No exemplo de ontem, mais de 70 deputados estavam presentes, e votamos. E falta muito pouco para colocarmos um ponto final na votação, no que esta Casa tinha como sua obrigação.

Então, presidente, em tudo que foi dito aqui e naquele filme que passou, que contou a história do menino, do moço, do político e, hoje, do presidente desta Casa, temos duas palavras a lhe dizer: muito obrigado. Pedimos que Deus, em sua imensa bondade, faça, como tem feito até hoje, esse instrumento do bem que V. Exa. é, ao lado da família e dos amigos, especialmente na defesa dos interesses maiores do povo de Minas Gerais. Tenho certeza de que o futuro guarda para o nosso presidente outras responsabilidades ainda maiores, o que fará deste estado um estado grande, de lutadores, como V. Exa. sempre foi nesta Casa. Parabéns, amigo, presidente e deputado Dinis Pinheiro.



### **Palavras do Deputado Bonifácio Mourão**

Vou falar para o meu presidente. Quero saudar o meu presidente e os meus afilhados de casamento, Dinis Pinheiro e Adriana. Saudar sua distinta mãe, D. Irene, e, na pessoa da Margarete, saudar toda a sua assessoria. Há menos de uma semana, o Brasil inteiro assistia à despedida de Pedro Simon, de 60 anos da vida pública, com mais de três horas de duração. Hoje, estamos aqui, a contar dos belos momentos da entrada nesta Casa, há mais de três horas. V. Exa., com certeza, não está se despedindo da vida pública, está apenas fazendo um discurso aparteado por todos os seus colegas e amigos. Não sei a hora em que vai terminar esta solenidade, mas sei, deputado Dinis Pinheiro, meu grande amigo e parceiro desde os seus primeiros momentos nesta Assembleia Legislativa, que lá em Brasília estrelas da constelação nacional apartearam o grande senador Pedro Simon, e aqui, em uma constelação menor, é verdade, não temos estrelas nacionais, mas estamos iluminados pela presença do povo de todas as regiões deste estado. Do Norte, do Sul, do Leste e do Oeste, de Divinolândia, de Novo Cruzeiro, com Jason Capotão, com Aécio, de Ladainha, de tantos e tantos, todas as regiões de Minas Gerais. Você, meu presidente, plantou e regou uma terra fértil, e agora está colhendo os frutos.

Por isso, meu presidente, meu amigo Dinis Pinheiro, estou aqui partilhando com meus colegas estes belos momentos que estamos vivendo. Hoje, nesta tarde, vivemos momentos de alegria, de energia, de emoção, de entusiasmo. Você, meu presidente, falou no seu bellissimo e histórico discurso, lembrou os franceses quando disseram que o político sem mandato caminha no deserto. Mas no deserto há areia, há pedras e sol. Mas foi das pedras que Deus mandou Moisés tirar água, e de lá jorrou muita água. Com certeza, se você der mais alguns passos no deserto, jorrará muita água nele. Você disse no seu belo discurso, meu amigo, meu companheiro e meu presidente Dinis Pinheiro, que você vai caminhar em um pomar cercado de árvores, flores e frutos. Mas no pomar também há espinhos. E como dizia La Fontaine, não há caminhos de flores que conduzam à glória.

Quero terminar as minhas palavras com o abraço que você sabe que é amigo, fraternal, mas lhe dizendo: caminhando com as flores ou com espinhos, eu estarei sempre ao seu lado.

### **Palavras do Deputado Arlen Santiago**

Caro presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, Adriana, componentes da Mesa e Dr. Herbert, presidente da Amagis; caro amigo Dinis, hoje está sendo feita uma festa em que você dá um até logo na Assembleia. Aqui na Assembleia pode ser até um adeus, mas na vida pública é um até logo, porque, com certeza, uma pessoa com a sua capacidade não poderá deixar de fazer política, essa política do bem que você faz e que deixa marcas indelévels na nossa sociedade.

Aqui, na Assembleia, principalmente, você buscou um caminho que às vezes não agradava a todos, o caminho de cortar na própria carne, o caminho de fazer acontecer as votações que a sociedade almejava.

Dinis, você está deixando aqui vários amigos. Os que estão saindo, assim como você, são também seus amigos. Tenho certeza, Adriana, de que muitos embates virão, os quais mostrarão, cada vez mais, a pessoa que é o Dinis, o seu carisma, a sua competência, a sua capacidade. Estaremos aplaudindo o trabalho que você fez e, principalmente, o trabalho que ainda fará.

Deus o abençoe. Vamos continuar as votações. Tomara que possamos contar com a solidariedade de todos para votarmos a PEC nº 69. Você é filho de uma professora, eu sou filho de um professor. Devemos fazer justiça a esses efetivados que serão demitidos se não pudermos votar a PEC nº 69, que é muito importante para mais de 80 mil pessoas. Deus o abençoe.

### **Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão**

Quero cumprimentar todos e todas da Mesa. É, para mim, uma honra poder participar deste momento da história da Assembleia de Minas. Dinis, não estamos do mesmo lado, mas devo dizer que, pelo seu talento, pelo seu trabalho, pela sua atitude de perseverança, de acolhimento e de humildade, você é um construtor da democracia. Talvez o espaço mais adequado para a democracia seja este, da Assembleia de Minas. O trabalho aqui é feito de maneira plural, com diferenças. Não estamos do mesmo lado, mas pelo menos estamos constituindo os lados que conduzem os rios ao mar. É essa a construção que queremos.

Em primeiro lugar, quero dizer que o trabalho que você fez na Assembleia Legislativa tornou esta Casa mais democrática, deu a esta Casa a dimensão que ela deve ter, como espaço e poder mais importante na construção da justiça e do Estado Democrático de Direito. Você engrandeceu a Assembleia com seu trabalho, com sua dedicação, com seu empenho, enfim, com tudo que fez por esta Casa, até mesmo com as medidas de austeridade tomadas aqui. Em primeiro lugar, quero dar-lhe parabéns. Manifesto meu reconhecimento por seu trabalho.

Quero também citar aqui algumas ações. O fato de sermos diferentes e de pensarmos de forma diferente é uma riqueza. Isso não nos faz menores, aliás isso é que faz grande a Assembleia de Minas Gerais. Tivemos a oportunidade de construir juntos ações que são do mais alto interesse deste Estado. Trataremos aqui do projeto Cidadania Ribeirinha. Observaremos como você foi acolhedor no momento em que, concebido o projeto, olhando para os vales dos nossos rios, para todos os vales de Minas e, de modo muito especial, para o Vale do São Francisco, vendo lá tantos desafios e necessidades, acolheu, na primeira hora, esse projeto que, espero, a partir da Assembleia Legislativa, possa ser transformado num projeto nacional capaz de fazer do Vale do São Francisco, assim como de todos os outros vales, espaços de cidadania. Estou muito honrado por você ter, na primeira hora, implantado, na Assembleia Legislativa, o Cidadania Ribeirinha.

Trabalhamos juntos. Todos sabem das nossas diferenças e das lutas que realizamos nesta Assembleia em relação ao governo de Minas e ao governo federal. O trabalho que realizamos juntos fez uma diferença extraordinária e está hoje no Congresso Nacional, com mais de 2 milhões de assinaturas. O principal sujeito dessa história foi a Assembleia do Estado de Minas Gerais, que se fez presente nos mais diferentes locais de Minas, buscando ser um espaço promotor, motivador e incentivador do povo brasileiro, um espaço de acolhimento do povo, para dizer que nós, povo de Minas, queremos mais saúde.

Entendemos que, apesar das responsabilidades dos municípios e dos estados, o governo federal, a União, é o maior responsável. Ele deve cumprir seu dever constitucional e ser o provedor dos recursos necessários para fazer da saúde um direito fundamental da pessoa humana.

Também quero dar-lhe os parabéns, porque V. Exa. foi um sujeito ativo na Assembleia Legislativa, foi presente e atuante, e agora está compartilhando com o povo este momento tão significativo. Queremos mais da União, seja ela governada por qualquer partido ou



por qualquer ideologia. É ela a responsável por prover as condições necessárias para fazer uma melhor saúde no nosso país. Quero, nesse contexto também, citar aqui o deputado Carlos Mosconi, que foi parceiro e um bravo companheiro de luta, ou seja, mesmo sendo diferentes, podemos fazer coisas em comum. Isso é muito positivo. E fizemos uma outra coisa. Primeiro, a Assembleia Legislativa pautou essa questão, depois a pautou nacionalmente. Fomos ao Rio Grande do Sul, ao Espírito Santo, ao Rio de Janeiro, a Brasília, a diferentes lugares, e convencemos as assembleias estaduais de que os estados brasileiros necessitavam - como ainda necessitam - rever seu endividamento em relação à União. Certamente foi o trabalho iniciado aqui, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o principal motivador de um projeto de lei gerado no Congresso Nacional, através do Senado. Depois ele foi sancionado pela presidenta Dilma, o que tornou mais suave o peso das dívidas públicas nos estados em relação à União.

Esse trabalho também foi feito aqui. Parabéns por tudo que foi feito, pelo trabalho, pela austeridade construída, pelo seu empenho, pelo seu carinho e pela sua tolerância. É uma honra poder construir este Estado Democrático de Direito. Em qualquer lugar onde estiver - tenho a convicção disso -, o Dinis Pinheiro, independentemente das nossas diferenças, será um construtor da democracia. E através dela vamos construir um Brasil melhor, mais justo, mais próximo e mais solidário. Parabéns, Dinis.

#### **Palavras do Deputado Zé Maia**

Meu caro presidente Dinis Pinheiro, tenho a firme convicção de que nossa história haverá de registrar que sua trajetória, neste parlamento, foi uma das mais marcantes da história dos parlamentares que passaram por aqui, e que, através do seu trabalho, construiu-se uma Minas melhor. Poderemos falar isso com convicção depois da sua trajetória neste Parlamento, especialmente nesta última fase, como presidente desta Casa. As ações aqui empreendidas, certamente, melhoraram muito a vida dos mineiros.

Caro presidente, das várias qualidades que admiro em V. Exa., certamente as que mais me chamaram a atenção foram: a capacidade de separar a militância partidária, o trabalho de representação política da sua base de atuação parlamentar e sua posição como presidente de um dos poderes do Estado. Porque são coisas absolutamente diferentes: na representação política da sua área de atuação, da sua região, quando defende os interesses específicos daquela região; na militância partidária, de defender sua ideologia, seu grupo político; e na presidência deste parlamento. A presidência desta Casa exige uma qualidade rara e, muitas vezes, cega aquele que preside um poder dessa importância. Ao ser a pessoa alçada à condição de presidente de um poder, pode essa condição cegar sua atuação.

O que é mais importante e o que você mais fez nesta Casa foi ser equânime. Isso é muito difícil, porque aqui há vários parlamentares, de vários partidos, de vários matizes, de várias regiões. Saber interpretar esse conjunto de anseios com isenção, como você fez, é realmente um grande aprendizado, uma grande escola que fica para a história deste parlamento. Essa tarefa é muito difícil, meu caro Dinis. Sem dúvida alguma a equanimidade é uma das virtudes mais difíceis de ser colocada em prática. Acho que ninguém pode acusá-lo de não ter tido paciência, tolerância e companheirismo para olhar cada um com atenção e carinho especial. Foi essa a sua dedicação a cada parlamentar desta Casa. É uma história que certamente ficará registrada.

Nas visitas feitas ao Triângulo, por onde passou, você cativou os corações da nossa gente. Sempre que saía, ouvíamos elogios à sua forma atenciosa, à sua fala mansa, objetiva, honesta e correta. Sem dúvida alguma, você soube cativar. E olha que cativar o coração dos triangulinos é uma tarefa muito difícil. Certamente isso também contará na sua trajetória política.

Finalmente, quero agradecer-lhe a experiência que tive ao seu lado em 12 anos. Certamente saio daqui maior do que entrei, exatamente por conviver com figuras do seu nível, meu caro amigo, meu presidente Dinis Pinheiro. Qualquer que seja o seu caminho político, saiba que poderá contar conosco no Triângulo, em Minas e no Brasil. Sempre estaremos ao seu lado, ao lado de sua família, dos seus amigos, da Adriana, que soube de forma extraordinária ser a primeira-dama do Parlamento mineiro, com toda a galhardia, colocando a sua simpatia a favor do bom trabalho, a favor de Minas. A presença aqui de representantes de vários poderes, como a da Adriene, do Tribunal de Contas; do meu caro Doutor Viana, ex-membro desta Casa e agora no Tribunal de Contas; do Dr. Herbert, presidente da Amagis, nosso parceiro de tantas jornadas; da Dra. Christiane, defensora pública-geral; do Dr. Carlos André, procurador-geral do Ministério Público; do nosso caro José Geraldo Prado, secretário de Saúde e um dos mais brilhantes assessores deste parlamento; além de vários amigos e parlamentares que vieram prestigiá-lo, mostra a importância deste momento. Meu caro Dinis, tenha uma vida longa. Que Deus esteja sempre com você. Tenho certeza de que seu futuro será brilhante e, ainda mais que isso, importante para Minas e para os mineiros. Sucesso.

#### **Palavras do Deputado Carlos Mosconi**

Meu caro presidente Dinis Pinheiro, sua esposa Adriana, seus filhos que aqui estão e demais parentes, componentes da Mesa que já foram nominados, deputados e deputadas, amigos e amigas do deputado Dinis Pinheiro que vieram de diversas regiões do nosso Estado. Quero parabenizá-lo por seu trabalho como presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Já passei por algumas presidências no Legislativo. Estou encerrando o meu sexto mandato agora.

Naturalmente, quem chega a essa posição de presidente de uma casa legislativa possui qualidades inegáveis para tal. De uma maneira geral, todos cumprem bem o seu papel., mas V. Exa., meu caro Deputado Dinis Pinheiro, conseguiu imprimir ao seu trabalho um estilo muito peculiar. Na maioria dos seus atos, V. Exa. procurou deixar a formalidade um pouco de lado, deixar a liturgia do cargo e a importância dele para correr atrás, ir em busca das necessidades do povo de Minas Gerais, presidindo, com absoluta autoridade, tranquilidade e serenidade, a Casa, fazendo um convívio aqui muito fraternal entre os pares, apesar das divergências, que são muitas e a toda hora são colocadas neste Plenário.

No entanto, com a sua tranquilidade, com a sua experiência, com o seu caráter, com o seu temperamento, V. Exa. conseguiu fazer com que tivéssemos aqui uma convivência harmoniosa, corajosa. Com sua visão, correu em busca, foi atrás dos problemas que afligem o povo de Minas Gerais. E V. Exa. conseguiu isso com grande maestria. Inúmeros foram os temas que colocou aqui na pauta da Casa para que pudéssemos discutir não só entre nós, mas em inúmeras audiências públicas aqui e fora, percorrendo o Estado inteiro, com a participação do povo de Minas, para que chegássemos a soluções que, de alguma maneira, pudessem melhorar a condição de vida do povo de Minas Gerais.



Poderia citar inúmeros casos como esse, mas vou referir-me a dois porque deles participei mais intensamente. Um deles foi a comissão especial de reforma política, um tema que ainda hoje está na pauta. Não sei se algum dia vai sair, porque quem deve fazer a reforma resolveu não fazê-la nunca. Porém cumprimos o nosso papel graças à determinação do presidente Dinis Pinheiro. Fizemos aqui uma comissão especial, que tive a honra de presidir, e uma série longa de audiências públicas, com especialistas, lideranças, membros da sociedade, enfim, com toda a representatividade que poderíamos ter, e tivemos, naquela oportunidade, tanto de Minas Gerais quanto de fora dela.

Não paramos por aí, fizemos um trabalho. E o que fizemos com o nosso trabalho? Esta também é uma característica de V. Exa.: o trabalho não ficar no meio do caminho. Não é apenas uma fachada: “Olha aqui, a Assembleia está fazendo isso”. Ele faz mesmo. Pegamos aqui o resultado desse trabalho depois de mais de um ano de funcionamento da comissão e levamos para a comissão especial que cuidava desse tema em Brasília. Lá tivemos oportunidade de ter voz, de poder apresentar esse trabalho e lá dizer aos parlamentares que Minas Gerais tinha feito o seu trabalho e que estava levando ali o seu resultado. Ouvimos ali, meu caro presidente, que a única Assembleia do Brasil a fazer isso foi a Assembleia mineira.

Depois vivíamos falando aqui questões da saúde e tudo o mais na Comissão de Saúde, todos trabalhando bastante. A Casa é muito sensível a essas questões da saúde, realmente um grande problema do Brasil. Houve lá a aprovação da Emenda nº 29, mas também o veto presidencial no que diz respeito à contribuição do governo federal dos 10%. Aqui começamos a nos manifestar a esse respeito, e V. Exa. resolveu fazer essa campanha do Assine + Saúde.

Fiquei empolgado com a ideia, fizemos algumas reuniões, trouxemos aqui para uma reunião inicial lideranças de Minas Gerais inteira, para que todas elas tivessem ciência da questão. Mais do que isso, trouxemos os presidentes das comissões de saúde das assembleias do Brasil inteiro para uma reunião histórica na Assembleia de Minas Gerais, a fim de que todas elas aderissem a esse grande programa. Portanto, as coisas não ficaram só na grandiosa dimensão do nosso estado, foram para o Brasil inteiro. Conseguimos depois de andar por Minas Gerais inteira. V. Exa. disse: “Deputado Carlos Mosconi, carregue o piano, que vou tocá-lo”. E ele é bom pianista, sabe realmente tocar bem o piano, que não era tão pesado de carregar também, não. Andamos por Minas Gerais inteira, foi uma campanha maravilhosa. Pude ver como o deputado Dinis Pinheiro é conhecido e admirado no Estado inteiro. Todo mundo conhece o deputado Dinis Pinheiro, todo mundo queria vê-lo, todo mundo queria falar com ele. Isso ficou muito evidenciado para nós.

Pois bem, depois dessa vitoriosa campanha, saímos de Minas e fomos para outros estados, fizemos audiências em assembleias de vários estados do Brasil, conseguimos fazer uma caminhada numa avenida de Brasília que apareceu num filme bonito. Conseguimos levar para o Congresso Nacional 800 mil assinaturas do povo de Minas Gerais para que este movimento se transformasse, como se transformou, num projeto de lei de iniciativa popular, a fim de que o governo contribua com aquilo que deve ser sua obrigação, os 10% para a saúde. Os outros estados ficaram comovidos com esse movimento e conseguiram levar depois mais de 2 milhões de assinaturas para Brasília. Isso está lá, caro presidente, para votar. Portanto, o trabalho ainda não acabou, e acho que haverá um bom final, até porque ouvi do deputado Adelmo Carneiro Leão, meu companheiro que assumirá uma cadeira lá, que ele dará sequência a esse trabalho que fizemos aqui e de que ele também participou.

Não me alongarei mais, mas queria dar este testemunho, deputado Dinis Pinheiro, caro presidente, do seu trabalho consequente, responsável, sensível em benefício do povo de Minas Gerais. V. Exa. envolveu a todos com sua competência, com sua disposição de participação coletiva neste mandato que foi tão profícuo, graças, em grande parte, a essa competência de V. Exa. Meu caro, não temos de lamentar nada, as coisas acontecem, passam. V. Exa. é jovem, este que fala nem tanto, mas espero ainda estar caminhando. Teremos muitas caminhadas, V. Exa. com essa sua juventude, só dará um tempo agora, mas terá muita caminhada pela frente.

Quero dizer, encerrando minhas palavras, que não sei o que o futuro reserva a V. Exa. nem sei o que reserva a mim, mas espero estarmos juntos novamente nessa política. Outro dia fizemos aqui um breve convite, singelo, pensando que, de repente, pudéssemos rever a questão partidária. Na mesma hora, todos assinaram um abaixo-assinado. Foi rapidíssimo. É assim mesmo. E acho que, se outros partidos fizerem, acontecerá a mesma coisa.

Quero que o deputado Dinis Pinheiro saiba... Perfeitamente. E já me chama a atenção também.

É o que eu disse, está vendo, se bobear saem três, quatro abaixo-assinados aqui agora de todos os partidos da Casa. Deputado Dinis Pinheiro, vamos lá, vamos estar juntos. Quero que o deputado Dinis Pinheiro, meu amigo, saiba que pode contar com minha admiração, com meu respeito, com minha solidariedade e com minha lealdade. Um abraço. Muito obrigado.

#### **Palavras do Deputado Paulo Lamac**

Muito boa tarde a todos e a todas aqui presentes. Caro presidente Dinis Pinheiro, a exemplo dos meus colegas de partido que me antecederam aqui, deputados Ulysses Gomes e Adelmo Carneiro Leão, fico bastante à vontade de me manifestar, até porque, pelo fato estarmos em polos opostos nesta Casa, certamente temos o distanciamento necessário para apresentar um ponto de vista distante das paixões partidárias que entendo seja necessário neste momento.

Uma marca bastante importante e notável: 20 anos de mandato do deputado Dinis Pinheiro, com dois mandatos à frente desta Mesa de trabalhos, num período bastante conturbado da política brasileira e também de muitos questionamentos no nosso estado. Durante a presidência de V. Exa., presidente, pudemos perceber toda a tranquilidade, toda a capacidade de conduzir debates que, muitas vezes, foram acalorados, situações que, muitas vezes, poderiam mesmo sair de controle. Tivemos uma legislatura bastante organizada, em que esta Casa funcionou de maneira eficaz. Evidentemente, tivemos momentos de divergência de conteúdo, como os que tivemos recentemente, e, com a iniciativa e a participação notável de V. Exa., conseguiu-se desbloquear a pauta desta Casa. Mas mesmo nos momentos de pauta bloqueada e de abstenção, que são mecanismos legítimos da democracia e do parlamento, o respeito imperou e prevaleceu nesta Assembleia Legislativa.

Gostaria de deixar o meu testemunho, como parlamentar em primeiro mandato, o qual estou concluindo agora, da acolhida recebida aqui nesta Assembleia. Fomos vários novatos que entramos nesta 17ª Legislatura e tivemos aqui a acolhida necessária para que pudéssemos desenvolver, com competência e com efetividade, o nosso mandato.



Quero compartilhar com as senhoras e com os senhores que estão aqui que tive, pessoalmente, a oportunidade de presidir uma comissão especial que considero muito importante, o embrião da hoje Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, presidida, com brilhantismo, pelo deputado Vanderlei Miranda. Tivemos aqui a criação desta comissão especial, por determinação do presidente Dinis Pinheiro. Essa comissão colocou Minas Gerais no mapa do debate parlamentar no Brasil e fora dele. Tivemos a oportunidade de desenvolver um trabalho absolutamente suprapartidário. Na nossa comissão, tínhamos a participação do PMDB, do PSDB, do PSD, do PT, meu partido, do PSB, além da participação efetiva de vários outros partidos por meio de seus representantes eleitos pela população. Conseguimos desenvolver um trabalho de altíssima qualidade que acabou resultando, entre várias outras medidas, na criação da primeira comissão permanente que trata da questão do *crack* e das políticas sobre drogas em todo o País.

O Estado de Minas Gerais foi pioneiro e ainda é precursor, referência no que diz respeito à discussão no parlamento acerca dessa temática. Foi algo em que o presidente Dinis Pinheiro se envolveu pessoalmente, a que deu toda condição estrutural e todo apoio político extremamente necessários, inclusive no momento em que aquela comissão especial era presidida por um deputado da oposição. Tivemos toda a condição necessária do governo do Estado para que esse trabalho pudesse frutificar e trazer benefícios à população de Minas Gerais.

Gostaria de deixar esse registro porque a atuação objetiva no que diz respeito a esse conteúdo acredito ser realmente diferenciadora do que serão os rumos das políticas sobre drogas no nosso Estado de Minas Gerais. Certamente, ela não se limitou à questão do *crack*, das políticas sobre drogas. Tivemos a oportunidade de acompanhar de perto a atuação do presidente Dinis Pinheiro.

A mobilidade urbana é um desafio real da população brasileira e da população mundial, principalmente nosso, aqui no Brasil, porque temos, no próximo ano de 2015, uma data em que todos os municípios com população superior a 20 mil habitantes deverão ter planos municipais de mobilidade urbana, algo muito técnico, muito difícil, especialmente num estado como o nosso, com tantos municípios. Então, repito, o desafio de Minas Gerais é muito grande.

Mais uma vez a Assembleia Legislativa colocou-se um passo à frente, em parceria com o governo do Estado, com o Ministério Público e com o Ministério das Cidades, e realizou no Plenário desta Casa um fórum técnico sobre mobilidade urbana. Esse fórum reuniu autoridades, a sociedade civil e técnicos da mais alta capacidade em debates de extrema qualidade que resultaram, através da TV Assembleia e da estrutura do portal da Casa, em cursos a distância para ajudar a qualificar os gestores públicos mineiros e a sociedade civil no desafio dos planos municipais de mobilidade urbana. Isso é produto concreto colocado à disposição da população mineira. É preciso registrar que temos contribuições efetivas. Isso tudo se deu em função da atuação republicana, da abertura de espaço promovida pela Mesa e pelo seu presidente Dinis Pinheiro, permitindo aos deputados, mesmos os de oposição, que realizassem com efetividade seu trabalho. Há de se saudar, há de se reconhecer o republicanismo, a capacidade de dialogar com o plural, com o diverso, que foi demonstrada com muita tranquilidade, respeito e carinho pelo presidente Dinis Pinheiro.

Além de tudo, é importante falarmos aqui que, na sua presidência, protagonizou e capitaneou o fim da votação secreta nesta Casa, neste Plenário. Quando aqui cheguei, existiam situações específicas de voto secreto no Plenário da Assembleia Legislativa. Hoje a população mineira conhece os votos dos parlamentares em qualquer situação. Considero isso um avanço importante que, indiscutivelmente, não fosse a atuação da presidência desta Casa, definitivamente não teria acontecido.

Presidente, fico muito à vontade para fazer este reconhecimento. Quero agradecer as oportunidades que foram importantes para o exercício do nosso primeiro mandato. Também quero desejar-lhe sucesso e força nessa luta. Que continue levando esse ideal de bem comum. O presidente sempre coloca de maneira reiterada a visão do bem comum, pelo bem das pessoas menos favorecidas, que em várias oportunidades encontraram nesta Casa espaço para suas manifestações. A sintonia da Assembleia com a população se manifestou nas marchas contra o *crack*, manifestou-se em movimentações que envolveram escolas, que envolveram o estudantado em diversas situações. Aliás, no ano passado a população da capital acolheu a Assembleia como principal espaço natalino. Novamente este ano percebemos o afluxo da população a esta praça e a esta Casa como um marco do período natalino. Ano passado, dezenas de milhares de estudantes por aqui passaram, visitando não só a iluminação, mas o cenário disponibilizado nesta Casa às escolas, principalmente as públicas.

Há de se registrar a aproximação da população mineira, que é a razão de ser da existência do Parlamento e do exercício da democracia no Estado de Minas Gerais e foi muito bem conduzida por V. Exa. Quero expressar meu reconhecimento, meu agradecimento e meu voto sincero de muito sucesso. Parabéns, presidente.

#### **Palavras do Deputado Lafayette de Andrada**

Caro presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro; D. Adriana, demais familiares e amigos presentes; autoridades da Mesa, já nominadas, serei breve.

Meu caro presidente Dinis, da constelação de homens públicos mineiros produzidos na atualidade, o seu nome com certeza fulgura como uma das estrelas mais brilhantes. A sua caminhada de homem público como parlamentar nesta Casa foi coroada com grande êxito com a sua gestão na presidência do Parlamento mineiro. Participamos hoje de um momento histórico, de um até breve, de uma, temos certeza, breve despedida de um presidente que procurou levar a Assembleia ao interior de Minas, ao coração dos mineiros. Também de um presidente que, com muita sabedoria, serenidade e sensibilidade, soube transpor graves momentos de tensão, como a ocasião em que o Plenário desta Casa foi tomado por populares. Foi um momento de tensão em que, não fossem o seu espírito democrático e de conciliação e a sua sabedoria, serenidade e sensibilidade, não sabemos que rumos poderiam ter sido tomados. Mas, graças a sua condução, tudo terminou de maneira muito pacífica.

Os deputados que me antecederam recordaram vários feitos de V. Exa. à frente deste Parlamento, e quero dizer, meu caro amigo e presidente Dinis, que o até breve que V. Exa. nos dá agora nos remete ao soldado que recolhe a sua barraca, não para retornar ao lar, mas para enfrentar novos desafios. Relembrando a frase do poeta “caminhante, não há caminho; caminhante, o caminho se faz ao caminhar”, sou dos que acreditam que construímos o nosso próprio futuro, que cada um de nós pavimenta a sua própria estrada. O



futuro que você construiu e a estrada que V. Exa. pavimentou na vida pública indiscutivelmente levam-no para caminhos altos, para brilhar à frente.

Despeço-me da sua presença física neste Parlamento, por uns breves dias, Dinis, dizendo a V. Exa que pode partir com a consciência tranquila do dever cumprido. Poucos tiveram a oportunidade de desenvolver um trabalho como o que V. Exa. desenvolveu à frente da Assembleia Legislativa. Austeridade foi o nome que você elevou como suprema meta, que foi atingida, foi alcançada.

Mas, neste momento de despedida, em que mais uma vez quero redobrar, assinalar e sublinhar a minha admiração, peço licença para fazer também uma breve despedida a companheiros que, como V. Exa., também abrilhantaram a 17ª Legislatura.

Quero me referir aqui aos companheiros Sebastião Costa, Jayro Lessa, Tenente Lúcio, Liza Prado, Luzia Ferreira, Leonardo Moreira, Célio Moreira, Romel Anízio, Zé Maia, Antônio Genaro, Tony Carlos, Maria Tereza Lara, Almir Paraca, Duílio de Castro, Pompílio Canavez, Neider Moreira, Marques Abreu, Rômulo Viegas, Rômulo Veneroso, Hélio Gomes, Gustavo Perrella, Adelmo Carneiro Leão, Pinduca Ferreira, Luiz Henrique e Carlos Mosconi, que me antecederam. Todos esses fazem parte de uma plêiade de homens que fizeram parte da história deste Parlamento. Certamente cada um seguirá seu destino, todos eles com a tranquilidade de terem honrado seu mandato.

Caro Dinis, receba do seu amigo e admirador um grande abraço, com a plena convicção de que, na estrada da vida, na próxima curva, vamos nos deparar com o Dinis Pinheiro maior e agigantando-se pelo nosso caminho. Parabéns! Muito obrigado a todos vocês.

#### **Palavras do Deputado Vanderlei Miranda**

Caro presidente, dileto amigo Dinis Pinheiro, creio que, apesar de tudo que já foi dito aqui, ainda que não tenha esgotado tudo aquilo que poderia ser dito, e por mais que eu queira acrescentar alguma coisa, não conseguirei fugir à redundância. Por isso não quero fazer aqui um discurso político, mas tentar falar ao amigo, à pessoa do companheiro Dinis Pinheiro.

Muitos que passaram por esta tribuna teceram elogios maravilhosos a sua pessoa, mas, na nossa vida, Dinis, há mais. Eu, no sábado próximo passado, precisamente no dia 13 de dezembro, completei 39 anos de casado, e sei que muito da minha caminhada ao longo desse tempo de casamento sempre foi sustentado por uma mulher que poucas pessoas veem. As pessoas veem muito o Vanderlei, mas veem muito pouco aquela que sustenta a minha caminhada. Por isso quero dirigir-me à Adriana para dizer-lhe: com toda certeza, Adriana, todos esses elogios dirigidos ao Dinis, não tenha nenhuma dúvida, só puderam ser produzidos porque, ao lado dele, você tem estado como aquela mulher bíblica, uma grande ajudadora.

Por falar nessa mulher bíblica, da grande ajudadora, há uma curiosidade de que às vezes falo em celebrações de casamento que tenho a oportunidade de realizar. Para os que não sabem, junto do mandato que exerço, também carrego a responsabilidade ministerial como pastor. Assim, em algumas oportunidades, coloco um questionamento. O corpo humano tem mais de 200 ossos, e nós, cristãos que cremos no criacionismo, cremos que Eva, como diz a Bíblia, foi tirada da costela. Entre mais de 200 ossos, Deus não tirou a Adriana da cabeça para não fazê-la maior que você; não a tirou dos pés, para não fazê-la menor, mas tirou-a da costela, que fica bem do lado onde está, de fato, a companheira, como está agora aí, a seu lado, costela com costela.

Não tenho dúvida de que o seu sucesso está sustentado pela vida da mulher que Deus lhe deu, a mãe dos seus filhos, a sua companheira, a sua guerreira, a sua sustentadora. Naqueles momentos em que nós, deputados, companheiros seus nesta Casa, não vemos, ela, com certeza, já deve ter enxugado as suas lágrimas lá no secreto da sua casa, em determinados momentos da sua caminhada até aqui.

Por falar em caminhada, é claro, você tem uma longa caminhada pela frente, e sabemos disso. No convívio com você na Casa, Dinis, já foi dito aqui que uma das características que carrega é a humildade. Essa palavra tem tido, de certa forma, uma interpretação um pouco equivocada. Algumas pessoas confundem humildade com pobreza, e, às vezes, ao se referirem à sua origem, querendo dizer que vieram de lares pobres, dizem que vieram de um lar humilde. Não, humildade não tem a ver com pobreza. Conheço pobres soberbos e ricos humildes, e conheço o inverso. Humildade é uma palavra que tem, na sua raiz, outra, a palavra “húmus”, que, por consequência, fala de terra. E falando de terra para nós, que também cremos no criacionismo, fala da nossa origem. Se cremos no criacionismo, cremos que fomos feitos do pó. E a palavra “húmus” nos remete ao pó, leva-nos a encarar do que somos feitos, de onde viemos e para onde, fatalmente, voltaremos. A partir desse entendimento, a vida, com toda certeza, tem de nos fazer humildes.

Debatemos muitas coisas nesta Casa. Concordamos em muitas coisas, discordamos em muitas coisas. Mas uma coisa que pude perceber também na sua personalidade eu poderia destacar aqui num pensamento de Voltaire, que diz, em certo momento: “Não concordo com uma palavra do que você diz, mas defenderei até a morte o seu direito de dizer”. E assim tem sido a sua conduta nesta Casa, muitas vezes não concordando, mas defendendo o direito de dizer. E quero crer que é isso que faz este Parlamento grande e democrático.

Lembro-me, Dinis, que, quando eu ainda era vereador, em Belo Horizonte, assim que eleito deputado, recebi um único telefonema desta Casa. Do outro lado da linha uma voz estereofônica, de rádio, saudava-me e me dava as boas-vindas a esta Casa. Aquilo me impressionou de tal maneira que nunca mais me esqueci. Foi o único telefonema, deputado Duarte Bechir, que recebi desta Casa, quando eleito deputado. Era, àquela época, o secretário Dinis Pinheiro me telefonando para me dar as boas-vindas. Aquilo de fato marcou a minha chegada nesta Casa. E tem sido esse convívio fraterno, esse convívio amigo.

Eu não poderia deixar de citar aqui Santo Agostinho, e quero crer que você faz parte dessa linhagem de homens a que Santo Agostinho se refere quando fala dele próprio, dizendo que prefere aqueles que o criticam e o ajudam a se tornar uma pessoa melhor a aqueles que o bajulam com a intenção de corrompê-lo. Quero crer que esta também tem sido a sua marca: saber aceitar as críticas e ter serenidade para refletir sobre essas críticas, de maneira que cada um daqueles que convivem com você pode perceber claramente que esse pensamento de Santo Agostinho é uma realidade no seu viver diário.

Por fim, não poderia deixar de citar um último personagem conhecido da nossa história, da história mundial, para falar desse lapso ou parêntese de tempo que você abre a partir do final deste mandato na sua vida pública nesta Casa. É um parêntese que se abre e que, mais adiante um pouquinho, se fechará, quando, com certeza, estaremos vendo e podendo compartilhar da sua capacidade e do seu compromisso na vida pública.



Quero lembrar, querido amigo Dinis, o que Winston Churchill respondeu a um jornalista quando, depois de ter ganhado a guerra para a Inglaterra, lançou-se deputado e perdeu a eleição. O jornalista, então, sem entender, perguntou-lhe: “Mas como é possível, *Sir* Winston Churchill? O senhor ganhou a guerra para a Inglaterra e perde a eleição?”. Ele lhe respondeu: “Meu filho, na guerra você só morre uma vez; na eleição e na política você morre muitas vezes e volta muitas vezes”. Na eleição seguinte o povo foi buscá-lo em casa e o elegeu.

Fica aqui o registro, o meu muito-obrigado por esse convívio fraterno e amigo e esse tempo de caminhada juntos, em que certamente, não diferente dos outros, também aprendi bastante. Muito obrigado.

#### **Palavras do Deputado Cássio Soares**

Muito boa tarde, meu caro presidente e dileto amigo Dinis Pinheiro. Cumprimento também a Adriana, primeira-dama deste Poder Legislativo, e, de igual modo, todos os membros dos Poderes aqui representados, como o Dr. Herbert Carneiro, desembargador e presidente da Amagis, a Dra. Christiane, defensora pública-geral, bem como o Sr. José Geraldo Prado, secretário de Saúde, enfim, todos os nobres colegas parlamentares aqui presentes.

Meu caro presidente e amigo Dinis, posso dar o meu testemunho aqui, como estou no meu primeiro mandato, recém-chegado a esta Casa, de que tive algumas alegrias quando comecei minha atividade parlamentar na Assembleia Legislativa. Uma delas foi compor a Comissão de Justiça e ser presidido pelo nobre colega Sebastião Costa, deputado de grande honra e sabedoria. A maior alegria que tive nesta Casa foi ser presidido pelo senhor nos quatro anos que estou completando neste primeiro mandato. Tenha certeza de que muito aprendi, assim como todos os demais deputados que estão exercendo o seu primeiro mandato na Casa. Nessa condição do senhor de acessível a qualquer tempo e hora em que o procurávamos, éramos muito bem atendidos e sempre atendidos. Deixo aqui o meu muito-obrigado por esse carinho e zelo com que o senhor sempre nos tratou.

Tenho certeza de que nos encontraremos por tantas e tantas vezes. A política mineira precisa do deputado Dinis Pinheiro. Estendo esse cumprimento também a toda equipe do senhor na pessoa da chefe Margarete, assim como a todos os funcionários que nos recebiam na presidência e que tinham a mesma condição que o senhor impunha: acessibilidade, respeito, carinho e zelo com o povo mineiro.

Caro Dinis, meus parabéns pela gestão, meus parabéns pela trajetória, que, se Deus quiser, será duradoura em nossa querida Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

#### **Palavras do Deputado Sebastião Costa**

Sr. Presidente, componentes da Mesa, deputados, senhoras e senhores, antes de mais nada quero agradecer ao deputado Lafayette de Andrada a referência a mim e aos colegas.

Quero também agradecer ao deputado Cássio e dizer que foi uma alegria trabalhar com ele, aproveitando do seu entusiasmo, da sua dedicação e, sobretudo, da sua visão de futuro.

Quero ainda aproveitar, presidente, para dizer a cada pessoa presente que as faixas colocadas neste cenário e a presença de todos revelam a sintonia entre o seu trabalho e a esperança de cada um aqui presente.

Prometo que minha fala será breve. Rápidos são os anos que passamos na política. Já tenho 30 anos de mandato. É bastante tempo. São 24 anos como parlamentar e 6 como prefeito da minha terra. Quero lembrar aos presentes uma coisa curiosa. Ando carregando esta pasta, e muita gente fica curiosa do por quê desta pasta. Tem hora que quase resolvo abandoná-la, mas ela é oportuna para alguns momentos. Há momento em que ela é interessante e, neste, diria que dentro dela veio um artigo que se aplica a este momento, intitulado *O grande homem*. Diz o autor: “O grande homem mantém seu modo de pensar independentemente da opinião pública. É tranquilo, calmo, paciente, não grita nem se desespera. Pensa com clareza, fala com inteligência, vive com simplicidade. É do futuro, não do passado. Sempre tem tempo. Não despreza nenhum ser humano. Causa a impressão dos vastos silêncios da natureza, como o céu. Não é vaidoso. Como não anda à cata de aplausos, jamais se ofende. Possui sempre mais do que julga merecer. Está sempre disposto a aprender, mesmo com as crianças. Vive dentro de seu próprio isolamento espiritual, aonde não chega nem o louvor nem a censura. Não obstante, seu isolamento não é frio: ama, sofre, pensa, compreende. O que você possui: dinheiro, posição social, nada significa para ele, só lhe importa o que você é. Despreza a opinião própria tão depressa verifica o seu erro. Não acata usos preestabelecidos e venerados por espíritos tacanhos. Respeita somente a verdade. Tem mente de homem e coração de menino. Conhece-se a si mesmo, tal qual é, e conhece a Deus”.

Este pequeno texto sintetiza o pensamento, as virtudes e a dedicação que o presidente Dinis Pinheiro tem demonstrado na vida pública, não como presidente de Poder apenas, mas como ser humano, como chefe de família e, sobretudo, como cidadão de Minas Gerais. Que este estado possa, no futuro, ter novamente a oportunidade de conviver com os mais novos e ainda comigo, porque, para mim, o ingresso à política só tem uma porta: a de entrada.

A partir daí, a mim resta apoiar alguém, buscar apoio, mas, sobretudo, acreditar que, por meio do serviço e do mandato públicos, podemos fazer transformações que, sem isso, não conseguiríamos.

Parabéns à Assembleia Legislativa por este momento. Parabéns a sua liderança, que mantém, ao seu lado, outras autoridades de estado neste momento. Vamos à frente, porque temos certeza de que, por meio do trabalho e da simplicidade, seremos vitoriosos em breve. Obrigado.

#### **Palavras do Deputado Paulo Guedes**

Meu amigo, presidente Dinis Pinheiro. Queria, nesta rápida fala, nesta linda cerimônia de sua despedida nesta Casa, relembrar a minha chegada. V. Exa. foi uma das primeiras pessoas que conheci nesta Casa, que nos ensinou muito, com seu jeito simples, acolhedor, sempre respeitando seus colegas, independentemente da questão partidária. Aprendi muito com V. Exa., com sua forma de agir e respeitar os companheiros.

Hoje, vendo toda a Casa, companheiros e inúmeros amigos aqui lhe prestigiando nesta tarde, também quero fazer parte desses amigos que têm boas lembranças da sua passagem nesta Casa, não só no Legislativo, mas na 1ª-secretaria e na presidência. Enfim, queria deixar meu abraço fraterno e dizer que quero continuar fazendo parte do seu grupo de amigos.



Vi tantas homenagens aqui hoje. Uma delas de uma senhora que lhe entregou uma belíssima imagem de Nossa Senhora Aparecida, da qual sou devoto. Espero que ela guie seus passos daqui para frente, sempre pregando e fazendo o bem, como sempre fez nesta Casa. Espero que tenha muito sucesso no que desejar fazer daqui para frente. Você deixa muitos amigos e muitas lembranças boas aqui. Muito obrigado e parabéns, meu amigo Dinis Pinheiro.

O presidente - Muito bem. Os deputados mexendo com o coração muito mais do que com a alma. Muito obrigado. Inicialmente, disse, devoto a esta Casa e ao conjunto dos deputados, a minha mais viva gratidão. Há pouco tempo, falei para a imprensa que a Assembleia ficou melhor. A Assembleia evoluiu, cresceu, e cada um deu a contribuição do seu jeito. Pediram-me para sintetizar as conquistas da Assembleia. Falei que eram tão ricas, tão intensas, que era difícil traduzi-las por meio do sopro das palavras.

De uma coisa tenho consciência: a Assembleia, de verdade, está mais ética, mais dinâmica, mais moderna, mais justa, mais sábia e mais cristã. Isso é obra de vocês, dos deputados e dos servidores desta Casa, com a participação ativa e inteligente de Minas Gerais, do meu irmão Djalma Diniz. Conforme disse, estou saindo, estou me despedindo com consciência tranquila e o sentimento do dever cumprido. Como a Assembleia Legislativa melhorou, acho que o Dinis Pinheiro também melhorou. Continuo, da mesma forma que vocês, amigos deputados, seja da situação ou da oposição, carregando o mesmo ideal: edificar, para valer, uma Minas mais próspera, que possa garantir às próximas gerações um futuro de dignidade e de justiça social. É para isso que estamos na vida pública.

Portanto, diante de tantas orações e tantas palavras encantadoras, quero reafirmar, mais uma vez, meu agradecimento aos deputados. Aqui cheguei muito cedo, aqui cheguei jovem. Havia tantos parlamentares, amigo Rogério Correia, muito mais qualificados para ocupar a função desafiadora de presidente desta Casa, e vocês me escolheram, mas acho que consegui honrar essa escolha. Diante das limitações e das fragilidades, prevaleceu minha determinação, meu suor, minha labuta, ao lado sempre dos sábios conselhos de cada um de vocês.

Sempre procurei, com muita humildade, escutar; sempre procurei captar e compreender tudo de bom que cada deputado sempre ofertou a esta Casa e a Minas. Essa, provavelmente, foi a minha grande virtude. Tive a oportunidade de captar o desejo, o sentimento e o sonho de cada um de vocês, por isso, com enorme orgulho, como mineiro e empregado de Minas, falo que a Assembleia de Minas é a melhor Assembleia do Brasil.

Com a palavra, o deputado Rogério Correia.

#### **Palavras do Deputado Rogério Correia**

Um aparte - não é, Dinis? Queria me inscrever, mas estava ao telefone, porém não poderia deixar de prestar uma homenagem pessoal a você, pela nossa convivência durante todo esse período na Assembleia Legislativa. Pelo menos duas coisas ficam bem claras aqui. A primeira é que estamos ficando mais velhos, e ver chamarem você de senhor para lá, senhor para cá, é sinal de que estamos ficando mais velhos. A segunda questão são os mandatos e a carreira vitoriosa que você tem como político e parlamentar, um exemplo para todos os parlamentares, independentemente dos partidos políticos, das visões ideológicas e pragmáticas, um exemplo de perseverança e de servir ao nosso povo com muita determinação. Quero de coração deixar um grande abraço, na certeza de que você nos ensinou muito no Parlamento mineiro.

O presidente - Obrigado, Rogério, e me despeço dos deputados e de cada um de vocês. Obrigado. Agradeço à minha família, que Deus lhes abençoe, paz e saúde. Acho que saio desta Casa mais mineiro, porque o mineiro é isso, presidente Herbert, o mineiro é generoso, é trabalhador, é tímido, simples, humilde. Ele cativa os bons valores, ele é abnegado, tem uma vocação bela e irresistível de servir. Foi isso que procurei fazer, andei muito por Minas, convivi muito com os deputados, com os mineiros, com as lideranças. Com muito esforço e com muita dedicação, e é isso o que levo para casa, estou mais mineiro, estou muito grato a cada um de vocês, amigo Helder, por tudo que vocês fizeram por mim. Deus lhes abençoe, muita paz, muita saúde, um Natal maravilhoso. Que este Natal possa ter um significado ainda mais forte na vida e no coração de cada um de nós. Que possamos nos reencontrar com o nosso pai, que possamos redescobrir os nossos valores, que possamos revigorar, amiga Luzia, os nossos sentimentos de fé e religiosidade, e que possamos cumprir a nossa missão aqui de forma louvável, amigo Dedé, fazendo o bem, ajudando, compreendendo, estendendo a mão. Até porque vida boa é aquela totalmente voltada ao próximo, totalmente entregue ao semelhante.

#### **Palavras do Desembargador Herbert José de Almeida Carneiro**

Sr. Presidente, quebrando o protocolo, gostaria de fazer um registro definitivamente não de despedida, porque um homem público da dimensão política, da estatura moral de V. Exa., não se despede da vida pública. Falo em nome pessoal, falo em nome da Associação dos Magistrados Mineiros - somos mais de 1.500 juízes no Estado -, e falo também, pela afinidade e proximidade que tenho, pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Pedro Carlos Bittencourt Marcondes. Há pouco estávamos em Ituiutaba - falamos sempre ao telefone, e você sabe disso -, fizemos uma viagem rápida para chegar aqui, na Assembleia, e o desembargador precisa estar à frente de uma audiência no tribunal. Fiz questão de vir e prometo ser breve, embora tomado de emoção e de gratidão acima de tudo.

Quero fazer um registro, primeiro para dizer, em nome do Poder Judiciário, o que representou e tem representado Dinis Pinheiro, que é merecedor de toda deferência, de todo reconhecimento, de todo carinho, de toda gratidão do Poder Judiciário mineiro. Tive o privilégio de estreitar relações pessoais com sua excelência, o presidente Dinis Pinheiro, em 2013, e, mais profundamente, em 2014. Pude constatar e confirmar tudo isso que hoje aqui foi dito - diria - pela unanimidade dos parlamentares. Somente de um político diferenciado, de um homem público iluminado é que se ouve o grau de depoimento prestado aqui hoje, por todos os deputados de todos os partidos da Casa.

Certo deputado teve sua representação e falou em nome pessoal e em nome do partido, deixando claro que você é daqueles que converge mesmo nas divergências, que não se satisfaz só com a vivência. Você pede sempre mais. Você quer mais que a vivência, quer a convivência entre as pessoas. Isso é importante, e o Poder Judiciário, na minha modestíssima pessoa, por dever, afeto e gratidão, para afagar meu próprio coração e minha alma, faz aqui o reconhecimento público de que Dinis Pinheiro, nos últimos tempos, diria nos últimos seis meses, nesta Casa, proporcionou ao Poder Judiciário mineiro a tramitação de uma lei de organização e



divisão judiciária que contribuiu fundamentalmente para o aprimoramento da prestação jurisdicional, para a valorização da magistratura mineira.

Meu caro amigo e irmão, é assim que temos nos tratado. Quero, nesta oportunidade, em nome do Poder Judiciário, agradecer a dimensão infinita desse grande homem, que passou pela presidência desta Casa, que passou pelo Parlamento, como bem dito aqui. Você não deixa a vida pública, porque, repito, homens da sua dimensão moral, da sua envergadura não deixam a vida pública, porque a vida pública também não os deixa.

Quero também, caro deputado Dinis Pinheiro, em nome da Associação dos Magistrados Mineiros, deixar meu registro. Da parte do Tribunal e da parte da associação, você já recebeu todas as medalhas, todas as láureas que o Poder Judiciário e a associação têm, mas a maior de todas as láureas, a maior de todas as homenagens é aquela que fala do coração. E aqui quem fala é o presidente da associação, é o representante do Poder Judiciário, mas, acima de tudo, é o modestíssimo concepcionense Herbert Carneiro, que ganhou, em 2014, com essa afinidade que tivemos com o Parlamento, um amigo e um irmão. É assim que o terei, é assim que quero encontrá-lo sempre. Quero estar na fileira daqueles que naturalmente, quando convocados, estarão sempre batendo continência para sua excelência, deputado Dinis Pinheiro.

Deputado Dinis Pinheiro, você é homem sem igual, daqueles que, na poesia de Fernando Pessoa, pode dizer, para seu coração e para sua alma, que na sua vida tudo valeu a pena, porque você nunca teve uma alma pequena. Que Deus o abençoe juntamente com sua família. Desejo a vocês um santo Natal e um próspero 2015. Posso atestar que o Poder Judiciário vai sempre respeitar V. Exa. e contar com a amizade e o carinho de Dinis Pinheiro. Muito obrigado por tudo, meu amigo e irmão, Dinis Pinheiro. Que Deus o abençoe juntamente com sua família.

O presidente - Para encerrar, Leozinho, veja se você alcança esse microfone. Não sei se é deputado ou senador, Rogério.

#### **Palavras do Sr. Leonardo Vieira Costa**

Boa noite, Dinis Pinheiro. É um prazer muito grande estar nesta Casa. Quando cheguei aqui pela primeira vez, não conhecia ninguém. Fiz amizade com o deputado Luiz Henrique. Cheguei, me apresentei e falei: “Fui muito bem-vindo aqui. Respeito todas as pessoas que me receberam e me acolheram”. Gostaria de agradecer à minha deputada, que está lá atrás, a Regina. Ela me acolheu e me recebeu nesta Casa. Agradeço a ela ter-me acolhido e me recebido no seu gabinete, Dinis. Quando cheguei, tomei meu café, comi meu bolo, e disse para todos: “Aqui sou bem-vindo, com o respeito do meu amigo Luiz Henrique e dos demais deputados da Casa”.

Gostaria de lhe agradecer, Dinis, por tudo. Você me acolheu nesta Casa quando eu não conhecia ninguém. Hoje sou um estudante, um batalhador. Sou candidato a vereador em Santa Luzia. Sou atleticano e nunca deixarei de ser. Queria lhe dizer muito mais, Dinis. Gostaria de ser um vereador e trabalhar por Belo Horizonte, junto com você e com sua esposa Adriana e queria trazer minha mãe aqui para lhe dar um abraço.

Muito obrigado, Dinis, que Deus o abençoe sempre na sua caminhada e que você volte a esta Casa para trabalhar conosco de mãos dadas, e com minha escola, que se chama Escola Estadual Padre Francisco, situada na Avenida Itaituba. Vou trazer minha professora aqui, a Vilma. Vou trazer também meu boletim com as notas, que estão sensacionais.

Quero subir aí para lhe dar um abraço, Dinis, e lhe agradecer por tudo, por todos os meus amigos, pelos prefeitos que me acolheram. Obrigado a todos. Que Deus os abençoe.

O presidente - Leozinho, prepare-se porque no ano que vem vou vir aqui para tomar um cafezinho com você e comer um bolinho. Trabalhar no seu gabinete, não sei se será possível, porque ainda estou avaliando. Já há alguns encaminhamentos dos deputados Alencar da Silveira, Hely e Ivair. Estou avaliando. O Alencar está ofertando um VL 4 horas. Ele está muito rigoroso, vamos refletir.

Quero, com a voz do coração, agradecer a vocês. Obrigado por tudo. Mais uma vez, perdão pelas falhas, pelos erros. Saio daqui feliz, renovado, revigorado. Foi bom, foi legal, a Assembleia evoluiu. Certamente saio muito mais obediente ao ideal superior, que é a fé, porque somente a fé empurra, somente a fé confia, somente a fé nos inspira a cumprir dignamente nossa missão. Obrigado, Dr. Herbert, pela palavra tão fraternal e tão amiga, amigo, irmão. Obrigado, Dra. Cristiane. Sou fã, da mesma forma que os mineiros, da Defensoria Pública-Geral, que tem a mesma vocação de cada um de nós, que é cuidar com carinho dos mais pobres, dos mais carentes. Enfim, de forma genuflexa, quero reafirmar aqui minha gratidão a cada um de vocês. Viva a Assembleia, viva Minas Gerais. Um Natal maravilhoso e abençoado para todos. Um beijo no coração. Até a próxima. Deus lhes pague. Valeu.

### **ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/12/2014**

#### **Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Adelmo Carneiro Leão**

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do deputado Wander Borges; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.541 e 5.469/2014; aprovação - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 5.587/2014; encerramento da discussão; votação do parecer; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação - 2ª Fase: Questão de Ordem - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013; inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.640/2014; discursos dos deputados Wander Borges e João Leite; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

#### **Comparecimento**

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino -



Fábio Cherem - Fred Costa - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

#### Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- O deputado João Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o deputado Wander Borges.

O deputado Wander Borges - Sr. Presidente, demais deputados, quero discutir o Projeto de Lei nº 5.499/2014, de iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referente ao ano de 2014. Ontem, durante o dia, foi feito um acordo para a votação de diversos projetos. Logo no início da reunião da noite, o deputado Gilberto Abramo solicitou um requerimento para inversão de pauta, o que não foi questionado, mas sim aceito, e estávamos acompanhando tudo. Quando estávamos avaliando o projeto no período da noite, vimos que entrou em pauta o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 5.499, e - pasme, deputado Luiz Humberto Carneiro! - o Tribunal de Contas do Estado, que tem orçamento próprio, como acontece com o Tribunal de Justiça, mais precisamente com o Projeto de Lei nº 3.507, no tocante aos concursados, enviou para esta Casa uma revisão salarial de míseros 6%, ou melhor, de 5,91%, que na realidade nada mais é do que o INPC. Agora vejam a emenda que foi feita no valor de 1,99%, com todo o respeito, pelo deputado Adelmo Carneiro Leão, que no ano que vem estará no Congresso Nacional lutando pela municipalização das verbas e por mais recursos para o Estado e para as prefeituras. Não estou entendendo mais nada: profissionais do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais estão reduzindo o salário dos servidores com essa revisão feita pela presidente do Tribunal, por meio do projeto de lei que tramita nesta Casa e que precisa ser votado. Aliás, esse projeto deverá voltar às comissões para ser apreciado, para não atrapalhar mais as coisas e trazer mais dificuldade. Ele também não foi publicado no *Diário do Legislativo* para ser discutido na comissão, agora pela manhã. Assim que for discutido, voltará ao Plenário para que os deputados rejeitem ou não a emenda e o projeto continue seguindo o seu caminho. Mas o pior é que o projeto ainda está tramitando em 1º turno, ainda não foi enviado para votação em 2º turno, mas já poderia ter passado, como aconteceu com outros projetos. É lamentável a redução de salário dos profissionais do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Infelizmente, o ano está acabando, e diversos projetos nossos não serão votados. Não quero acreditar que existem vozes estranhas atuando no Parlamento.

Não quero acreditar que questões ocultas perpassam pelo tapete vermelho e, como consequência disso, as coisas não caminhem. Isso é inadmissível. Sobre o projeto do TJ, à minha direita, vejo que as moças estão fazendo aniversário, pedindo a compreensão mínima, deputado João Leite, para que se possa votar aquilo que é direito. A moça ali estudou, estudou e passou em 14º lugar no concurso público. Não é justo o que estamos fazendo. Ontem assistimos nesta Casa à turma dando-lhe um abraço merecedor. Muitos colegas disseram que o ano foi frutífero para a Assembleia, mas não foi. O ano foi triste. Vamos olhar para trás, fechar o ano e dizer: "Não foi desse jeito que construímos. Não foi desse jeito que queríamos construir". O Parlamento tem que ser diferente. O Parlamento tem que ser ousado, responsável e respeitado e, sobretudo, deve ajudar a construir Minas que tanto queremos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente - Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

##### Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.541 e 5.469/2014 (À sanção.).

O presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 5.587/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O deputado Gilberto Abramo - Peço verificação do projeto do Tribunal de Contas, Sr. Presidente.

O presidente - É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O presidente - Votaram "sim" 40 deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação do parecer. À sanção.

##### 2ª Fase

O presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.



### Questão de Ordem

O deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, meus caros colegas deputados, deputadas, meu abraço especial ao deputado Wander Borges. Quero iniciar, Wander, dizendo que o meu tempo de deputado federal ainda não chegou. A partir do dia 1º de fevereiro, estarei no Congresso Nacional, aliás, a sua disposição. Continuarei fazendo lá o que tenho feito aqui a minha vida inteira: servir o meu Estado, a minha gente. Quero responder ao deputado Wander Borges em relação ao salário do Tribunal de Contas. Compreendo que sua defesa seja tão veemente, até porque V. Exa. também é membro honrado do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e concursado. Defender a sua corporação é algo absolutamente legítimo. Também defendo que todos os servidores e trabalhadores de todos os lugares - e quem me acompanha aqui sabe disso - tenham condições dignas de trabalho. Certamente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais é um desses órgãos em que o conjunto dos servidores, de ponta a ponta, está bem atendido do ponto de vista dos direitos e das condições salariais. A emenda que encaminhei a esta Casa colocando número arbitrário, não sei se seria 1,91%, se 2%, se a correção inflacionária, se mais que a correção inflacionária ou se nada... O que tenho discutido nesta Casa sempre, em todo o tempo, é que é necessário - e passa por esta Casa essa responsabilidade - debater e discutirmos relações salariais neste Estado. A proposta que fiz foi não votar o projeto, porque existe um acordo de governo de que esse projeto tinha de ser colocado na pauta. E a proposta foi atendida. O governo cumpriu com o seu dever. O que não quero é que seja votada uma proposta discriminando os demais entes do Estado. Não apresentamos aqui reajuste salarial para os professores; para servidores de saúde. Não atendemos a diversos segmentos. Não é justo, e não há motivo para nos precipitarmos e fazermos com que o reajuste do Tribunal de Contas se realize de maneira diferenciada, até para que seja cumprido um desmando e uma ilegalidade desse órgão do Estado de Minas Gerais, não é, deputado Wander Borges? O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais determinou um aumento, no ano eleitoral, não autorizado por esta Casa. A primeira irregularidade não é nossa. É preciso fazer uma discussão. Segundo, não tenho dados, mas informações. Gostaria de saber quais são os salários do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Quero saber quais são as relações salariais que justificam nos precipitarmos e garantirmos o aumento do salário dos servidores do Tribunal de Contas antes dos demais. Deputado Wander Borges, quero discutir isso, e teremos tempo. Isso não será feito assim. Não há nenhuma agressão ao Tribunal de Contas. Quero saber quais são as relações salariais. É preciso que esta Casa discuta uma questão fundamental neste Estado: relações salariais. Como o poder público estadual, governo, Assembleia, tribunais, Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça Militar, paga os seus servidores? Quais são as relações justas, civilizadas e próprias de um processo de desenvolvimento? Essa é a questão que tem de ser apresentada. Não se trata de números. A questão fundamental é a discussão sobre relações salariais. Quero discutir isso, mas dizem: "Tem de haver aumento". Ora, tem de haver aumento salarial também aqui na Assembleia Legislativa. Como o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pode tratar os seus servidores de maneira diferenciada em relação aos servidores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais? Essa questão também tem de ser discutida. Proponho que a Assembleia Legislativa discuta essa questão do ponto de vista da valorização, das competências, das responsabilidades dos servidores de todos os órgãos de Estado, de modo muito especial. Quais são as relações salariais dos servidores do Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa e que tem servidores que eram desta Casa? Sabendo disso, faremos o ajuste. Teremos recursos ou continuaremos repassando recursos próprios da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para atender às demandas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, as quais põem os seus servidores em uma relação diferenciada e acima dos servidores da Assembleia Legislativa? Como servidor da Assembleia Legislativa, tenho o direito de fazer a defesa corporativa. Se é assim, quero fazer a defesa corporativa dos meus colegas, companheiros trabalhadores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Proponho que os recursos destinados a pagar os trabalhadores e trabalhadoras do Tribunal de Contas e da Assembleia Legislativa, que constituem em seu conjunto um Poder de Estado, sejam distribuídos de forma justa, equânime e igualitária e que o tratamento seja isonômico. Nesse contexto, poderemos fazer a mudança. Não quero que tratem do número apresentado, que foi mesmo arbitrário. Pode haver um erro grave. Não tem problema, pois não será discutido o número. Não estou trabalhando com o conteúdo nem a quantidade, mas com o método. Do ponto de vista metodológico, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais não pode ser tratado de maneira diferenciada quanto a salários, se comparado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

### Discussão e Votação de Proposições

O presidente - Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

A presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para a votação de proposta de emenda à Constituição, mas que há para a apreciação da matéria constante na pauta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.640/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 21.095, de 30/12/2013, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Wander Borges.

O deputado Wander Borges\* - Sr. Presidente, sem querer polemizar, é um desastre. A preocupação é com quem ganha mais um pouco. Ora, tem de ter preocupação com quem ganha menos. Esse é o meu pensamento. Quanto ganham os funcionários dos demais Poderes com exceção do Executivo? Sabem porque a questão salarial está achatada neste país, nos estados e nos municípios? Porque o dinheiro produzido pelo suor do povo brasileiro está todo em Brasília, na mão do governo federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal já chegou no ponto máximo. Existe uma compressão em relação às receitas correntes líquidas. Agora, se hoje o salário do Tribunal é um pouco melhor, é porque as pessoas daquela época lutaram e se organizaram para isso.

Não estou defendendo nenhuma ilegalidade, estou defendendo uma reposição salarial com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC -, que é um direito legítimo do servidor. Aliás, deputado Cabo Júlio, concordo plenamente com aquilo que o senhor me falou: o Tribunal não pode dar aumento, que, aliás, tem de passar por esta Casa Legislativa. Queria que o aumento de 4,69% retroativo a outubro fosse votado aqui, mas não foi. Precisamos organizar essa questão. E não é só em relação ao Tribunal de Contas, mas ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, à saúde, à educação. Já fiz várias perguntas aqui na Assembleia, e uma





delas é a seguinte: o que o Brasil quer para a educação dos seus filhos se não consegue pagar o salário porque está todo em Brasília? Abra mão um pouco daquilo que foi feito na Petrobras que tem dinheiro para pagar o pessoal aqui embaixo.

Agora, o que está acontecendo é que não querem votar nada. Até doação de imóvel do coitado de um prefeito que está lá longe, esperando para chegar ao cartório de registro de imóveis e apresentar ao MEC ou ao Ministério da Saúde e dizer “está aqui; o imóvel é meu; posso construir”, também está parado. Deputado Adelmo Carneiro Leão, respeito V. Exa., sei que o seu mandato vai até o final de fevereiro, mas espero que, ao chegar em Brasília, lute para corrigir isso, porque aí, quando vier qualquer proposta de aumento salarial ou a colocação dos pobres concursados, que o governo tenha sensibilidade e diga: “Vou votar o projeto porque a mocinha lá fez cursinho de noite, trabalhou o dia inteiro no primeiro emprego, passou em 3º, 4º, 5º, 7º, 8º lugar”.

A Assembleia tinha a obrigação moral de dar um presente de Natal para esse pessoal que está aqui nos acompanhando nas galerias o ano todo, deputado Inácio Franco. É como a questão da PEC nº 69 e da Lei nº 100. Aqui estava cheio, todo mundo fez discurso. Em alguns discursos, a veia do pescoço subia tanto que o sujeito poderia ter tido até um infarto do miocárdio, médico deputado Carlos Pimenta, mas, depois, como se nada tivesse acontecido, disseram: “Não, acabou. Sou contra isso”. É uma incoerência, uma falta de respeito para com o cidadão. O Brasil precisa de agente público que tenha serenidade, responsabilidade, amor ao próximo. Esse é o caminho. Agora, negar o aumento? Está bom, não vamos dar aumento para o Tribunal. Então, vamos abaixar o salário de todos aqueles que ganharam na Justiça o direito de receber acima do teto e todos que ganham até o teto do ministro do Supremo Tribunal Federal. Vamos equilibrar todo mundo e igualar os salários daqui e de lá. Então, mude tudo, mude a regra do jogo. É uma questão de coerência.

O Tribunal de Contas do Estado mandou para cá um projeto de lei reajustando os salários dos servidores do Tribunal em 5,91%. Não quero saber se ganham mais ou se ganham menos. Não estou dizendo isso porque sou funcionário daquele tribunal há 20 anos. Não é por causa disso. Apesar de ter 20 anos de tribunal, há 19 anos, 11 meses e 20 dias estou licenciado cumprindo mandato de deputado. Estou indo para o 6º mandato, entre mandatos de prefeito e de deputado. Estou aqui para manter a coerência daquilo que construí com os servidores do tribunal, deputado Carlos Pimenta. Aí, somos surpreendidos, deputado Vanderlei Miranda, deputado Gustavo, com um substitutivo que diminui o índice de reajuste, fixando-o em 1,91%. Era preferível que o projeto tivesse sido votado em 1º turno e o segurássemos no 2º turno. Seria mais coerente.

Foi uma covardia o que fizeram com os servidores do Tribunal de Contas e seus familiares. Espero que isso não aconteça nesta Casa nos próximos anos, espero que os aumentos salariais que vierem para cá não sejam de 1,91% nem de 5,91%, mas que a correção seja o índice do INPC mais aumento real, porque os servidores merecem isso.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Obrigado, deputado Wander Borges. Gostaria de manifestar a minha tristeza pelo que está acontecendo nesta Casa Legislativa nos últimos dias. Estamos aqui há muitos anos, tomaram posse na mesma época que nós o deputado Ivair Nogueira, o próprio Dinis Pinheiro, o deputado Dilzon Melo, decano da Casa, que pode relatar, com mais propriedade, o que é habitual nesta Assembleia. Estamos vendo um estado de exceção aqui. Ontem, estavam presentes nas galerias, deputado Wander Borges, com muita propriedade e muito direito, os representantes do Ministério Público, querendo discutir o repasse, as questões relacionadas com a instituição. Na semana passada, todos os desembargadores vieram a esta Casa. O mesmo ocorreu com os representantes do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.

Esta Casa está impedida de votar matérias que são frutos do trabalho dos parlamentares no último ano. Por exemplo, chegou a esta Casa um projeto do deputado Doutor Wilson Batista. É um projeto espetacular, que prevê a criação no Estado de um programa destinado à reconstrução mamária de mulheres que perderam o seio em consequência de câncer. Elas merecem esse tratamento diferenciado. Um médico oncologista, com estágios internacionais, apresenta um projeto fundamentado, presidente Dinis Pinheiro, com experiência adquirida na Itália, onde ficou durante muitos anos. É uma peça espetacular que vai agregar valor à Assembleia, ao governo de Minas. Apesar disso, o projeto não vai ser votado, Doutor Wilson Batista. O futuro governo baixou decreto, colocou lá o carimbão: não votem nada na Assembleia de Minas.

Estamos trabalhando há muitos anos em muitos projetos. Há um projeto que cria obrigatoriedade da presença de um profissional de saúde treinado em eventos. Muitas vezes vemos em grandes eventos uma ambulância, mas não há um profissional para acompanhá-los. Esse projeto também não vai ser votado. Estou apavorado com o que está acontecendo nesta Casa. Estou antevendo que, no ano que vem, esta Casa vai se transformar em um ringue. Quem sabe, o deputado Dinis Pinheiro compre um bocado de luvas para que possamos digladiar. Vai haver cacetada durante todo o dia nesta Casa. Não há preocupação de se aproximar dos parlamentares. Acho isso estranho, porque o Pimentel é um homem sensato. Há poucos dias estava apoiando o PSDB, que, por sua vez, o apoiava. É uma pessoa diferenciada. Agora estamos vendo esse arrepio das coisas. Não se consegue dialogar, conversar com as pessoas.

Estou preocupado, porque não gostaria de ser deputado na próxima legislatura para estar aqui atacando e defendendo e estamos caminhando para isso. Adelmo, o senhor está feliz, vai para Brasília onde, parece, o ambiente é mais tranquilo. O que acontecerá aqui não será nada tranquilo. Estamos vivendo num estado que está na penúria, que caminha a duras penas. Esta é a casa do diálogo, precisamos dele.

A questão das funcionárias, como você disse, é um absurdo. São 14 funcionárias que fizeram o concurso, estudaram, investiram, perderam noites de sono. O que isso significa para o estado? Alegam que há possibilidade de acabar com o Tribunal de Justiça Militar. Entretanto, se acabar antes que elas tomem posse, aí que nunca mais conseguem tomar posse. Se, pelo menos, elas tomarem posse, poderão ser remanejadas para outro órgão e exercer o direito sagrado de trabalhar. A coisa mais importante que temos na nossa vida é o trabalho. E querem tirar essa possibilidade dos funcionários. Temos muitas observações, o Adelmo tem razão, o orçamento do Tribunal de Contas está junto com o da Assembleia de Minas. Se há distorções, não é possível reduzi-las terminando com o que já está reconhecido.

Dinis, o senhor fez muito por isso e tomara que o próximo presidente que terá assento nesta Casa possa dedicar um capítulo à parte aos nossos funcionários. Quando viemos para cá o funcionário da Assembleia ganhava razoavelmente bem e hoje está com o salário

defasado. Não temos que diminuir o de lá, temos que aumentar o daqui. E nunca conseguimos chegar no teto da Assembleia. Estamos sempre cedendo, cortando privilégios, se é que existiam, e fazendo isso e aquilo.

Encerro meu aparte, parabenizando-o. A partir do ano que vem, acho que teremos dias negros. No dia primeiro, o governo entrará aqui com o pé esquerdo. Ele está estabelecendo um confronto com esta Casa. Meu partido, o PDT, lá em cima, apoia a presidenta Dilma. Poderíamos até ter uma proximidade com esse governo, mas o que estão fazendo, Rodrigues, é rechaçando, estão falando claramente que não querem o PDT, o PV e o PSD, que devemos ficar do lado de lá. Quem pariu Mateus que o balance. Que eles tomem conta do governo, mas respeitem a Assembleia de Minas.

O deputado João Leite (em aparte)\* - Obrigado, deputado Wander Borges. Sempre o parabenizo por sua luta, sua coragem. Novamente, V. Exa. está na tribuna, defendendo os valores mais caros de Minas Gerais. Ressalto e reconheço a fala do deputado Carlos Pimenta, experiente nesta Casa e no parlamento, que tão bem serviu a este governo que encerra seus trabalhos. Ressalto, ainda, a luta do presidente Dinis que enfrentou esse lado ditatorial do PT, esse lado que não reconhece as instituições. Esse ranço autoritário, ditatorial.

Imaginem que, na tarde de ontem, estava aqui o futuro Poder Executivo de Minas Gerais para dizer o que poderia ser votado pela Assembleia Legislativa. É o fim do parlamento. Esta Assembleia já foi fechada uma vez na ditadura militar. Agora, o PT quer fechar novamente o parlamento mineiro? Não é possível! Nós vamos resistir, nós vamos resistir ao PT e a esse lado autoritário, ditatorial, que quer passar por cima do Parlamento, dos representantes. O poder mais forte tem de ser o Legislativo, que representa as pessoas. Não nos curvaremos ao PT e não estamos à venda como no Congresso, onde foi repartido dinheiro. Aqui, não. Queremos lamentar.

Deputado Wander Borges, aqui está a Dra. Christiane, defensora pública-geral do Estado, há não sei quantos dias. O que ela veio pedir? Que votemos o projeto de advogado de graça para a população carente. E o PT meteu o pé no barranco até hoje, não aceitando votar. Queria fazer apelo ao deputado Sargento Rodrigues. Temos de votar o projeto da defensoria. É ele que V. Exa. está discutindo, o advogado de graça, estrutura para a defensoria em Minas Gerais. Líder Bechir, trata-se de atender à população mais carente, que bate à porta em busca de advogado de graça. Não temos direito de obstruir, de paralisar, de fazer o que o PT está fazendo. Quero ver em 1º de abril, parece até mentira, líder Lafayette, o próximo governador, se tomar posse, pois as contas do Pimentel foram rejeitadas, de plano, pelo Tribunal Regional Eleitoral. Será que ele vai tomar posse? Então rasga-se tudo neste Estado. Será que ele vai tomar posse, depois de colocar na sua campanha R\$10.000.000,00, que ninguém sabe de onde vieram e não estavam previstos? Se ele tomar posse será o descrédito total das instituições de Minas Gerais. Apareceram R\$10.000.000,00 da campanha do Pimentel. Deputado Wander Borges, que autoridade ele tem para governar o Estado? Enquanto isso, vamos negar advogado de graça às pessoas carentes de Minas Gerais? Eles vieram aqui buscar o direito de defender as pessoas carentes do Estado. Não temos o direito de obstruir uma necessidade que não é do defensor, mas da população carente de Minas Gerais.

Deputado Wander Borges, quero encerrar, mas antes gostaria de homenagear o Tribunal de Justiça Militar. Imaginem que o PT já conseguiu desarmar a população do Brasil. Quero aqui fazer mea-culpa. Lutei pelo desarmamento e me arrependo. Tirei uma foto da arma que os criminosos mais gostam de usar hoje, que está entrando pelas nossas fronteiras. Tirei a foto e quero mostrá-la. É um fuzil portátil calibre 5,7 X 28mm, uma metralhadora atirando. Os criminosos estão utilizando essa arma, mas a nossa polícia não. A nossa população está desarmada, e os criminosos armados. Agora o PT fala em desmilitarização. Querem acabar com a Polícia Militar no Brasil. Vamos ficar com quem? Quem vai defender a população? Agora também falam em acabar com o Tribunal de Justiça Militar.

Essas meninas estão aqui, há não sei quanto tempo, esperando que o PT autorize votar projetos nesta Casa, o que é lamentável. Isso é um ranço de ditadura, um ranço autoritário. Acham que mandam nas pessoas, que vão massacrar o Parlamento de Minas Gerais. Nós vamos resistir, nós vamos vir para cá e começar a obstruir. Vamos caminhar com as pessoas que trabalharam por 15 ou 20 anos neste Estado. Em 1º de abril, 70 mil servidores do Estado serão colocados na rua, não sei se pelo Pimentel. Se ele tomar posse, é o descrédito total das instituições em Minas Gerais. O confronto está estabelecido. E estamos prontos para enfrentar o PT, o autoritarismo e isso que está acontecendo aqui. Imaginem que uma comissão de transição é quem diz o que a Assembleia Legislativa vai votar. Isso não é possível, deputados, não é possível, deputados. Quem nos colocou aqui foi o povo de Minas Gerais, e não é um partido, não é um ditador qualquer que vai dizer o que a Assembleia vai votar.

Quero propor, deputado Sargento Rodrigues, nosso líder, darmos à Defensoria Pública as estruturas que ela está buscando para defender a população mais carente. E estou com V. Exa.: estamos em obstrução. É preciso votar a PEC nº 69, que trata do direito de aposentadoria do trabalhador, do direito de o trabalhador aposentar-se. Como se tira um direito do trabalhador de se aposentar?

Deputado Wander Borges, V. Exa. tem o meu apoio. Nós estamos juntos, mas quero fazer um apelo a todos os deputados: vamos votar o projeto da Defensoria Pública. Vamos votar os projetos, pois há pessoas aguardando. A Assembleia não pode se dobrar a uma comissão de transição, composta por pessoas totalmente estranhas. As pessoas que vieram aqui não foram eleitas pelo povo de Minas Gerais, e estão dizendo o que a Assembleia pode votar. Vamos resistir. Muito obrigado.

O deputado Wander Borges\* - Apenas a título de informação, é importante ressaltar que esta Casa tem hoje, salvo melhor juízo, em torno de 5.196 projetos de lei em andamento. Obviamente, de zero a 100, há projetos que tratam de tudo quanto é coisa, mas temos de pinçar aquilo que é importante e tentar avançar.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Obrigado. Deputado Wander Borges. A fala de V. Exa., nesta manhã, de quarta-feira é momentosa e nos remete aos dias que virão, de muitas preocupações, se não forem tomadas as devidas providências que o momento requer.

Os deputados Adelmo Carneiro Leão, Maria Tereza Lara, Rogério Correia, Sávio Souza Cruz estão presentes, militam hoje na oposição e, a partir de janeiro, serão o governo. Chamo a atenção deles para o que está se construindo neste momento e que pode vir a ser muito perigoso.

A fala do deputado Carlos Pimenta, ex-secretário de Estado, um deputado experimentado nesta Casa, demonstra por si só a preocupação de muitos deputados neste final de legislatura. E por quê? Deputado Wander Borges, os projetos que estão sendo proibidos de entrar na pauta são de deputados. Eles tramitaram na Casa, têm o aval de todas as secretarias, são doações, estão prontos



para serem votados, mas estão sendo retirados da pauta sem o mínimo, deputado Adelmo Carneiro Leão, sem o mínimo de explicação, que possa ser convincente, sobre o motivo por que não está sendo colocado na pauta.

Ontem, ficamos aqui até quase 11 horas da noite, tentando construir uma pauta mínima. O presidente da Casa, já esgotado, nesse dia de muito trabalho, acompanhou todos os momentos, na expectativa de que construíssemos uma pauta que desse aos parlamentares a garantia do exercício do mandato na sua plenitude, que é de apresentar projetos de lei. E isso não está acontecendo.

Dezembro está terminando. Será difícil nos reunirmos novamente aqui até o final do mês. Acho que isso está cada vez mais difícil. Devemos aproveitar o momento em que esta Casa está com a maioria de seus parlamentares para construir uma pauta que leve em consideração aquilo que o deputado plantou durante todo o seu mandato. É o mínimo que devemos construir. Não estou dizendo isso talvez com a bravura e decisão do deputado Carlos Pimenta, mas acho que a fala dele nos remete a uma situação de muito perigo, que está próxima de acontecer.

Deputado Sávio, vamos abrir o diálogo, vamos conversar mais, vamos colocar a democracia acima dos ideais partidários. O deputado Sargento Rodrigues está à disposição para conversar, portanto, vamos - todos nós - conversar, vamos esgotar o que temos de mais importante nesta Casa, que é o diálogo. Vamos construir uma pauta respeitando todos os parlamentares.

Quanto a esse pessoal que está aqui, há tanto tempo, pedindo cinco vagas no Estado... O que cinco vagas representam de aumento para o governo? Presidente Dinis Pinheiro, não podemos fugir da nossa responsabilidade, e aqueles que assumirão o governo em breve não podem deixar de discutir conosco e construir uma pauta mínima. Peço aos líderes do PT e do PMDB: não criemos, nesta Casa, o ambiente que está próximo a surgir. Vamos conversar, vamos ajudar Minas e o próximo governo, mas façamos isso com diálogo, e que a decisão seja tomada pelo Colégio de Líderes desta Casa, e não por quem está fora e não sabe o que ocorre aqui dentro. É isso, presidente, que gostaria de dizer.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Deputado Wander Borges, agradeço-lhe a possibilidade desta intervenção; serei breve, não tomarei o seu tempo.

Farei três reflexões sobre o jogo gravíssimo que aqui ocorre. A primeira delas: a Assembleia de Minas votou, ontem, suplementações orçamentárias milionárias para o Tribunal de Justiça, para o Tribunal de Contas, para o Ministério Público e para a própria Defensoria Pública. E estamos nos furtando a votar o projeto de lei do Tribunal de Justiça Militar para nomear 10 funcionários. Qual a razão disso? Tenho a convicção de que o PT, que foi votado nas urnas, nas últimas eleições, não é o mesmo que está agindo aqui hoje. A população votou no PT que prometeu, que veiculou a expectativa de melhoria, de aumento para o servidor público. E o PT vem aqui impedir a votação da recomposição salarial relativa à inflação até outubro. A Assembleia não fará essa votação. Foi esse o PT em que a população votou? Tenho a convicção de que não. Acho que o povo de Minas, vendo o que está acontecendo aqui e como o PT está se comportando após vencer as eleições, encontra-se profundamente arrependido. Não foi no PT que pensa em diminuir o aumento dos servidores do Tribunal de Contas que a população votou. Acho que o PT está se apequenando; utiliza-se de truculência e do fato de a Assembleia se encontrar a três dias do encerramento de seus trabalhos e, jogando com o tempo a seu favor, oprime a população mineira.

Deputado Wander Borges, temo pelo que virá pela frente. Acho que haverá uma grande decepção por parte da população mineira. O PT que está agindo nesta Casa não é aquele em que o povo votou. Muito obrigado.

O deputado Cabo Júlio (em aparte)\* - Deputado Wander Borges, louvo o papel de representatividade de V. Exa. por sua competência e por ser um parlamentar aguerrido. Disse-lhe qual é a minha posição a respeito do projeto do Tribunal de Contas. Eu, particularmente, não sou contra a correção de distorções ou de aumentos salariais. Não podemos tratar a Assembleia, o Ministério Público, a Defensoria Pública de um jeito, e o Tribunal de Contas de outro. Ou tratamos igualmente a todos ou os tratamos desigualmente. Disse claramente a V. Exa. que o Tribunal de Contas do Estado é um órgão acessório da Assembleia Legislativa, portanto não tem o poder de conceder aumento sem que isso passe pela Assembleia. Portanto, é legítima a posição de V. Exa.; conte com o meu voto e apoio para corrigir essa distorção.

Respondendo a alguns deputados, acho que fugi da escola, fiquei burro e faltei à aula de matemática. Nós somos 77 deputados; 23 da oposição, 54 do governo. Vamos culpar a oposição por tudo de ruim que aqui ocorreu ou por que não houve votação? Nós não votamos projetos de deputados porque somos idiotas. Votamos projetos de todo mundo e nos esquecemos dos nossos. Fazemos chamadas para segunda, terça, quarta à noite, quinta à noite, sexta e votamos os de todo mundo, mas não os nossos. Se verificarmos, votamos muito mais projetos do Executivo ou de qualquer outra autoria que dos próprios deputados. A culpa pela pauta é nossa, e acho, sim, que temos de discutir a inclusão dos projetos dos deputados nela.

O deputado Lafayette também disse o seguinte: "Não foi esse o PT em que nós votamos". Quero apresentar uma fala ao inverso. Não foi esse o PSDB, que o povo rejeitou nas ruas, o PSDB que não pagou o prêmio de produtividade do servidor e que vai sair deixando a dívida do 14º de 2013, que deveria ter sido pago até março de 2014. Não foi o PSDB, que foi rejeitado nas urnas, que, segundo os jornais, não está pagando fornecedores. Não foi o PSDB, que foi rejeitado nas urnas, que não tem gasolina para pôr nas viaturas. Enfim, não nos cabe fazer um terceiro turno eleitoral aqui.

Não sou do PT, mas do PMDB; não sou base aliada, sou governo. Não é culpa do PT que o projeto do Tribunal de Justiça não está sendo votado, porque ele está aqui há muito tempo. Aliás, o presidente Dinis Pinheiro se empenhou pessoalmente com o presidente do tribunal para tentar chegar a um acordo para votação. Não é culpa nossa não ter votado, não houve consenso para votar. Mas querer culpar 23 deputados em relação a 54, que são a maioria, meu amigo, não dá.

Não temos nenhuma posição contra a Defensoria Pública, muito pelo contrário. Todos votamos os projetos de interesse da defensoria por entendermos ser importante o papel daquele órgão. Não entendi essa fala querendo nos culpar por sermos contra a Defensoria Pública. Em nenhum momento vi o bloco posicionando-se contra a defensoria, pelo contrário. Estamos abertos e realizamos votações todo o tempo.



Agradecendo ao deputado Wander Borges a paciência, só quero deixar clara essa questão do Tribunal de Contas. E aí falo por mim: o servidor tem de ser tratado igualmente. Não podemos abrir a caixa para um e fechar a porta para outros. V. Exa. conta com o meu apoio. Muito obrigado.

O deputado Wander Borges\* - Perfeitamente. Quero abordar outra questão, que considero importante. Infelizmente, o que está acontecendo é que o País, o Congresso Nacional, o governo federal não tomou juízo sobre a matriz orçamentária. O que ocorre? Qualquer situação macroeconômica que afete as receitas que são repartidas mensalmente, principalmente do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios - que nada mais é que o somatório do Imposto de Renda e o IPI -, fere de morte estados e municípios. E não é só Minas Gerais, mas todos os estados do Brasil. A grande maioria dos municípios brasileiros sequer tem condição de arcar com suas despesas de custeio. Por quê? Volto a repetir, o País precisa discutir a matriz orçamentária. Chega de o dinheiro ficar na mão do governo federal e ser gasto ao bel-prazer. O dinheiro tem de estar no caixa do Estado para fazer face às suas despesas mensais. Tem de estar nas prefeituras, para fazer face às suas despesas mensais. O que se vê é uma concentração permanente do dinheiro público - e com a má qualidade do gasto - em nível federal.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Serei breve, deputado Antônio Carlos Arantes. É apenas para fazer coro com V. Exa., mas com um princípio diferente. Tenho defendido com os colegas que, quando se trata de negociação entre instituições ou casas - no caso, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública -, ela tem de ocorrer na esfera das presidências, ou seja, daqueles que escolhemos para nos representar. Se houve negociação entre a presidência da nossa Casa e a presidência do Tribunal de Contas, foi estabelecido o valor ou a porcentagem do reajuste e tudo ficou definido. Se dei ao presidente desta Casa, por dois anos, uma procuração para que me representasse, então está definido. Esse é o valor que tem que ser; não é um caso que cabe a cada um de nós. Na minha opinião, é uma seara que cabe aos representantes das instituições. Então, faço coro com V. Exa. no que diz respeito a não concordar com uma emenda feita de última hora, que baixa de forma significativa aquilo que havia sido negociado entre as casas, entre as presidências, entre as instituições.

Agora, além disso, passando à frente, temos ali, há mais de 30 dias, cerca de 10, 15 servidores concursados do Tribunal de Justiça Militar nos acompanhando - estão dizendo que é um ano. Mas o que estou querendo falar é que não haverá impacto para o governo do Estado, porque são poucos os funcionários. Os salários, na maioria dos casos, são muito baixos para os novos servidores. Existe uma discussão na Casa, caro deputado Wander Borges, daqueles que são favoráveis ao Tribunal de Justiça Militar e daqueles poucos que são contrários ao Tribunal de Justiça Militar. Porém, não será o caso desses poucos novos servidores que vai definir se o Tribunal de Justiça Militar vai ou não acabar. Não será a aprovação desse projeto de lei que vai resolver esse problema. Essa é uma seara muito mais complexa, que demandará muito mais tempo, assim como vem demandando ao longo dos anos, porque essa discussão não é de hoje aqui nesta Casa. Há de se manter o Tribunal de Justiça Militar, se a demanda existe para se manter ou não. Esse é outro problema. Mas o caso delas não pode ficar preso a essa disputa dos que são favoráveis à permanência do Tribunal de Justiça Militar e daqueles que são contra. Existia uma resistência do deputado Sargento Rodrigues, que já não existe mais. Depois de um substitutivo construído a muitas mãos aqui nesta Casa, o deputado Sargento Rodrigues já não é mais empecilho. Mas surgiram outros poucos, e temos que vencer essa resistência.

Concluindo, faço coro com o deputado Lafayette de Andrada e o deputado João Leite: muito me assusta, a praticamente 15 dias da posse do governador, como a incoerência já tomou conta do discurso dos novos ou futuros membros da situação desta Casa. Propagaram aos quatro cantos do Estado - e aqui nesta Casa, de maneira incansável ao longo dos últimos 12 anos - que seriam os guardiães, os defensores dos servidores públicos desta Casa. E um dos projetos em que estamos enfrentando inúmeras dificuldades para colocar em pauta, por resistência do PT e dos seus partidos aliados que comporão o novo governo, é o do reajuste de 4,6% retroativo a outubro, dos servidores de todas as áreas do Estado. E mais: eles propagaram ser defensores dos servidores da educação, em especial. Há 90 mil servidores da área da educação que estão completamente desesperados por causa de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que, em vez de ter sido jurídica foi política, e nós temos a possibilidade de resolver esse problema, mas não o fazemos pela PEC nº 69, porque há uma resistência do Partido dos Trabalhadores.

Está ficando clara a incoerência do discurso entre a oposição de hoje enquanto era candidato e o que já se propõem a fazer antes da posse, em 1º de janeiro. Faço um alerta aos deputados que estão tendenciosos a criar o tal bloco independente - que de independente não tem nada, porque na política não existe independência; ou se está de um lado, ou se está do outro - para que façam, nesses 15 dias que temos de festas de final de ano, uma análise para ver se valerá a pena estar com esses que já estão com um discurso totalmente incoerente antes mesmo da posse.

No mais, deputado Wander Borges, conte conosco para tentar rejeitar a emenda apresentada de última hora ao projeto de V. Exa., para que possamos fazer justiça àquilo que havia sido combinado entre as instituições. Muito obrigado.

O deputado Wander Borges\* - Outra coisa importante a ser dita é que o Tribunal de Contas do Estado não teve data-base em 2013, em 2014 e nem agora, em 2015, ao contrário da Assembleia Legislativa, que teve todas as suas datas-bases garantidas.

O deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)\* - Cumprimento o companheiro Wander Borges, que faz uma explanação importante. Confesso que estava muito ansioso e agoniado por ver a pauta travada. Somos funcionários públicos, somos servidores do povo, recebemos dinheiro público, salário pago pelo povo, mas não estávamos tendo produtividade, não estávamos evoluindo. Depois de tantas conversas, depois de tantos entendimentos, chegou-se a um acordo, destravou-se a pauta e rapidamente votamos vários projetos importantes. Achei que iríamos corrigir as falhas daquele momento passado e que fecharíamos o ano limpando a pauta, uma bela pauta, por sinal, que foi apresentada na última semana. Mas hoje, com surpresa, vemos que há apenas dois projetos na pauta para serem votados. Tudo foi retirado da pauta. Isso é muito ruim porque a PEC nº 69 busca fazer justiça com um público que, se for para a rua, terá dificuldade de ser inserido no mercado de trabalho. Haverá um problema sério pela frente, que não é meu, não é do Pimentel, não é de vocês, mas de todos nós. Temos de buscar, por meio do entendimento, uma saída para as pessoas que contribuem tanto para a educação do nosso Estado, mas poderão ficar ao léu, sem nenhum respaldo para voltar ao trabalho. Isso é uma preocupação.



Há um projeto de minha autoria que direciona 10% do orçamento para a Epamig, não o orçamento do Estado, mas o orçamento que vai para a pesquisa. Essa é a melhor empresa do Estado na área de pesquisa agropecuária, e a Fapemig nem sempre repassa os valores necessários para dar prosseguimento à pesquisa. Um exemplo: fazem plantio de batata-semente, buscam uma nova variedade e vão pesquisar sobre isso. Quando chega o momento da colheita daquela batata, não há dinheiro para contratar pessoal para fazer a colheita, a contagem, a identificação da praga, a identificação do tamanho, a produtividade, a qualidade. Como falta dinheiro para a Epamig, contratam algumas pessoas sem nenhuma especialização, o que é mais barato, e aquela batata vira simplesmente uma batata para consumo. Ou seja, perdemos toda a dedicação necessária para a pesquisa, que se torna uma pesquisa que tem começo e meio, mas não tem fim. E aí, perde-se tudo. Meu projeto salva isso, porque a Epamig saberá quanto poderá gastar até o final do ano, portanto vai dimensionar os projetos de pesquisa em relação ao seu orçamento. Assim, o dinheiro público não será jogado fora, como tem ocorrido.

Fizeram uma manifestação aqui, dizendo que o ano foi perdido. Acho que poderia ter sido muito melhor, mas tivemos projetos importantes aprovados neste ano, inclusive alguns de minha autoria, que V. Exa. pôs em tramitação nesta Casa - agradeço muito ao presidente -, o que trouxe uma nova realidade. Hoje existe uma lei que dá legitimidade ao queijo de Minas artesanal, que antes era produto clandestino. A legislação anterior era incompatível com a realidade do produtor artesanal, caro companheiro Wilson. A legislação que temos hoje, inclusive a de minha autoria e aprovada por V. Exas., oferece uma condição de produção com qualidade, dentro da própria residência do produtor. Com uma queijaria muito mais simplificada, mas com todos os cuidados necessários em termos de assepsia para produção do queijo, produz-se um produto de ótima qualidade. Assim é que, a partir do nosso projeto, presidente, o queijo de qualidade triplicou, quadruplicou e até quintuplicou de preço. Queijos que custavam R\$15,00, hoje custam R\$200,00 porque é um queijo diferenciado. Esta semana, com o trabalho do Sebrae, da Aproccamp de São Roque de Minas, do prefeito, dos vereadores, do IMA, que ajudou muito - quero também reverenciar o trabalho de toda a equipe do Ministério da Agricultura -, tivemos o projeto aprovado. E hoje temos um queijo produzido dentro de uma legislação compatível com a identidade geográfica de Canastra. O queijo da Canastra foi valorizado, e o produtor ficará numa condição muito melhor.

Mas o que eu peço e apelo aos nobres colegas é que votem. Ainda estamos em tempo de votar, não só o projeto de pesquisa de minha autoria, como projetos importantíssimos para que possamos avançar. Temos o projeto do Tribunal de Justiça Militar e tantos outros. Falando de justiça, nesta semana tivemos a felicidade de inaugurar um fórum novinho em São Sebastião do Paraíso com a presença do Tribunal de Justiça, do Desembargador Pedro Bitencourt e de vários parceiros, do Desembargador Kelsen. Temos também reivindicações de concursados que já passaram nos concursos, mas continuam trabalhando como contratados, e daqueles que ainda não estão trabalhando. São ações que temos por que lutar.

Para encerrar, quero deixar registrado que neste ano fiquei muito feliz porque aprovamos outro projeto de minha autoria, que coloca pessoas com neurofibromatose nas mesmas condições das pessoas com deficiência física. O Dr. Wilson é médico, conhece esse assunto, nos ajudou bastante e hoje as pessoas portadoras de neurofibromatose têm as mesmas condições e benefícios de um deficiente físico.

Agradeço e espero que cheguemos a um entendimento e possamos votar hoje, amanhã, sexta-feira, segunda-feira, terça-feira ou, se for preciso, depois do Natal, mas precisamos limpar a pauta e fazer justiça com o nosso povo.

O deputado Wander Borges\* - Perfeitamente, deputado Antônio Carlos Arantes.

Outra questão a ser colocada é que o governo termina agora e outro governo se inicia, mas com um detalhe. Em 1997, eu recebi das mãos do meu antecessor a Prefeitura Municipal de Sabará o poder para governar. Naquela época, não existia a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como não havia nenhum inconveniente, os prefeitos deixavam dívidas e entrávamos com o orçamento totalmente comprometido. Não adianta criarmos problemas aqui para, no ano que vem, dizer que o estado está isto, está aquilo, que não faz, que não sei o quê. Quem entra assume ônus e bônus. Essa é a regra da governabilidade. Sendo assim, deputado Célio Moreira, sai o CPF, volto a repetir, de Alberto Pinto Coelho, e entra o CPF de Fernando Pimentel, mas o CNPJ representa o povo do Estado de Minas Gerais através do governo. Então, esse encaminhamento tem que ser muito lúcido.

Quero agradecer essa oportunidade e finalizar com esse raciocínio: quisera que essa recomposição salarial, companheiro e amigo deputado Sargento Rodrigues, fosse da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e alguém aqui ousasse diminuí-la. Fica aqui o registro, e espero que possamos encontrar caminhos com serenidade, com responsabilidade para realmente atender às demandas da sociedade dentro do equilíbrio das contas públicas.

Estamos chegando ao final do ano e quero deixar um abraço carinhoso a todos. Muito obrigado, presidente.

O presidente - Quero informar aos deputados que a presidência vai promover o chamamento dos deputados para quinta-feira e sexta-feira e também para sábado e domingo, se houver necessidade, conforme lembrado pelo deputado Sargento Rodrigues. É fundamental. Conto com a compreensão e com o esforço de todos. Vamos elaborar uma pauta. Existem projetos importantíssimos para serem votados. A dificuldade existente no projeto do Tribunal de Justiça Militar já foi superada, então não vejo por que deixar de votar esse projeto. Aliás, quero reverenciar as militâncias que há muito vêm demonstrando muita dedicação e notável espírito de luta. É fundamental cumprir o nosso dever. Assim sendo, solicito aos deputados, de forma especial aos líderes, que promovam a construção de uma pauta inerente aos projetos dos deputados. Este é o apelo da presidência: a Assembleia vai promover convocação para quinta-feira, sexta-feira, sábado e domingo, para que possamos finalizar a votação de todos esses importantes projetos.

Com a palavra, para discuti-lo, o deputado João Leite.

O deputado João Leite\* - Obrigado, presidente deputado Dinis Pinheiro. Na tarde de ontem, não tive oportunidade de homenageá-lo por seu mandato tão competente à frente da Assembleia de Minas, mas gostaria de reconhecer os méritos do nosso presidente, sobretudo o diálogo franco e aberto que promoveu com todos os setores da sociedade de Minas Gerais e as bandeiras que ergueu em nome do nosso povo. Bandeiras importantes foram erguidas especialmente junto ao presidente da Comissão de Saúde, o ilustre deputado Carlos Mosconi. Esta Casa foi pioneira na luta por mais recursos para a saúde. Também não poderia deixar de mencionar a



competência e a liderança do deputado Dinis Pinheiro à frente do Colegiado dos Presidentes das Assembleias do Brasil, trazendo à discussão o pacto federativo e a importância de os estados e os municípios receberem os recursos devidos.

Deputado Dinis Pinheiro, neste momento, a luta de V. Exa. é cada vez mais importante, visto que o governo federal está atrasado com o repasse de mais de R\$2.000.000.000,00 para Minas Gerais. Aliás, esse dinheiro poderia ajudar muito os nossos servidores e a nossa população. As lutas e as bandeiras de V. Exa. foram todas muito corretas. Lembro-me de quando V. Exa. ergueu a bandeira da revisão e distribuição do ICMS no Estado de Minas Gerais, que julgava impossível. Após 1997, quando o ex-governador Eduardo Azeredo propôs a chamada Lei Robin Hood, de distribuição do ICMS entre os municípios de acordo com algumas ordenanças, como cultura, meio ambiente e a presença de nações indígenas nos municípios, V. Exa. conseguiu nos liderar em prol de uma grande transformação do ICMS, que atendeu especialmente àquela população mais carente e necessitada de Minas Gerais, melhorando a vida dos mineiros e das mineiras.

Quero ainda reconhecer, presidente, o seu papel de importante liderança na luta por algo que vem infelicitando o nosso país, que é o problema das drogas, até mesmo no meio infanto-juvenil. V. Exa. assumiu a liderança dessa luta em Minas Gerais, ao criar nesta Assembleia, sob a presidência do ilustre deputado Vanderlei Miranda, a Comissão de Combate ao Crack e Outras Drogas, que vem fazendo um trabalho digno de reconhecimento de todos nós. V. Exa. também teve a sensibilidade de reconhecer o papel fundamental das comunidades terapêuticas, muitas vezes totalmente desconhecidas do poder público, que não consegue respeitar a participação popular.

É interessante que temos um governo que fala muito em participação popular, mas, quando existem organizações e igrejas que querem trabalhar com essa questão, pois esse serviço faz parte da vocação de vida das pessoas, esse governo rechaça totalmente a participação dessas instituições. É muito interessante que, às vezes, cobram dessas instituições que elas sejam como as de assistência à saúde, como um hospital. Lamentavelmente por falta de recursos, nossos hospitais estão fechando. Como cobrar de uma instituição de tratamento de usuários e dependentes que ela tenha a mesma estrutura que a de um hospital, se este próprio não a possui? Os hospitais não conseguem ter essa estrutura por falta de financiamento da saúde.

Com muito prazer concedo um aparte ao ilustre deputado Vanderlei Miranda, presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas da Assembleia Legislativa de Minas. Por favor, quero ouvi-lo.

O deputado Vanderlei Miranda (em aparte)\* - Obrigado, deputado João Leite. Quero parabenizá-lo por abordar mais uma vez essa questão que sabemos é tão delicada e constrangedora para todos nós como sociedade e país de família. A comissão realmente trabalhou muito nestes dois anos que se completam agora no final do próximo mês. Mais uma vez quero registrar o importante apoio do presidente Dinis Pinheiro, que deu à comissão todas as condições para que ela pudesse realizar seu trabalho. Viajamos o Estado de norte a sul e de leste a oeste, conhecendo muito de perto a realidade cruel que têm sido as drogas como um todo no Estado.

Quando V. Exa. fala das comunidades terapêuticas, essas tão perseguidas, combatidas, criticadas e mal-compreendidas, quem está por fora do processo - e esse não é o caso de V. Exa., que conhece muito bem essa realidade - tem a impressão de que as comunidades terapêuticas são lugares para se amontoarem pessoas, fazer-se uma lavagem cerebral nessas pessoas, para depois devolvê-las a suas famílias. Na verdade, isso é um mito. Sabemos que 80% das comunidades terapêuticas - e posso dizer isso sem medo de errar - trabalham e funcionam em razão da abnegação, dedicação, amor e zelo daqueles que lá estão sem receber um único centavo.

Faço uma crítica às três esferas de governo: elas não recebem um único centavo do governo municipal, do governo estadual e do governo federal. Hoje, para que uma comunidade possa adequar-se ao perfil a fim de receber algum recurso, é criada uma teia de dificuldades. Hoje de 10% a 20%, no máximo, das comunidades no Estado de Minas Gerais conseguem ainda assim extrair algum recurso do poder público, e isso tem sido cruel porque vemos, a cada dia mais, aumentar o número de dependentes químicos no Estado. Hoje não existe no Estado, deputado João Leite - e V. Exa. muito bem sabe disso -, nenhum município e nenhum distrito aonde lamentavelmente a droga não tenha chegado. Essa é a realidade que temos no Estado, é o flagelo.

Já não suportamos ver pais e mães de famílias desesperados a tal ponto de acorrentar seus próprios filhos dentro de casa para que não sejam mortos por causa da dívida com o tráfico. Sabemos que no tráfico apenas existem dois tipos de pagamento: ou se paga com dinheiro ou com algum objeto ou se paga com a vida. Não há conversa. Não dá mais para ver o desespero de dependentes que não encontram lugar adequado para sua internação e pedem para serem acorrentados em casa, tamanho o desespero. Isso é cruel. Quero crer que temos muito a avançar e teremos muito a discutir, deputado João Leite, a partir do próximo ano nesta Casa. Teremos muito a cobrar dos três níveis de poder, porque os municípios têm sido omissos nessa questão. A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte não tem um programa, uma secretaria, uma superintendência para tratar da questão das drogas na capital dos mineiros. Às vezes é preferível fazer aquilo que eles se recusam a aceitar, mas que é uma realidade: a faxina humana na cidade; tirar as pessoas à força das ruas quando vai acontecer algum evento de grande porte, para não deixar ninguém perceber que há falhas do poder municipal nessa questão das drogas.

Então, é preciso nos ombrear nessa questão, e vamos fazer isso, cobrando ações dos 853 municípios, do governo do Estado e do governo federal. Esperamos que os recursos sejam disponibilizados e cheguem até a ponta, para que possamos dar a nossa contribuição não para acabar com esse flagelo, porque seria utópico da minha parte imaginar que acabaremos com as drogas, pois ela está presente na vida dos homens há milênios, mas para diminuir esse flagelo e a dor das famílias. Muito obrigado pelo tempo que me foi cedido.

O deputado João Leite\* - Muito obrigado. Essa é uma matéria sobre a qual a Assembleia Legislativa vem se debruçando e discutindo. Eu, como presidente do Fórum Nacional de Comissões de Segurança Pública, e o deputado Sargento Rodrigues, como secretário-geral, tivemos a oportunidade de ir à Amazônia e à fronteira com a Bolívia e o Paraguai para conhecer a realidade da entrada das drogas no Brasil.

Deputado Vanderlei Miranda, V. Exa. me fez lembrar do presidente da Comissão de Segurança Pública do Ceará. O delegado Cavalcante disse que os governos federal e estadual, durante todos esses anos, falharam em levar água ao sertão cearense, mas o



*crack* já chegou lá. Aonde a água não chegou, os traficantes conseguiram levar o *crack*, a droga. O sertão cearense está cheio de usuários.

V. Exa. bem lembrou que todos os nossos municípios convivem e sobrevivem com essa luta contra as drogas; que as nossas estradas e fronteiras estão totalmente abertas para a entrada das drogas. Chamou-nos a atenção algo na fronteira do Brasil com a Bolívia: às 20 horas, a Polícia Federal fecha seu posto de reconhecimento de entrada de estrangeiros no Brasil, só que a estrada continua aberta. Infelizmente, o País está sofrendo muito com esse total abandono da segurança pública pelo governo federal.

Concedo aparte ao deputado Lafayette de Andrada, que domina essa matéria por ter sido secretário de Defesa Social em Minas Gerais e por ter sofrido com essa total ausência do governo federal na segurança pública. Por favor, quero ouvi-lo.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Quero rememorar o período em que estive à frente da Secretaria de Defesa Social. Recordo-me de que o governo de Minas investia em segurança pública e investiu, ao longo desses quatro anos, algo em torno de 13% ou 14% do seu orçamento. É o estado da Federação que mais investe em segurança pública - e sabemos que é insuficiente -, mas 14% do seu orçamento é destinado a segurança pública. Já o governo federal destina menos de 1% à segurança pública. No ano em que eu estive lá, recordo-me bem, pois fiquei lá por um ano e meio, o governo federal investiu zero vírgula quarenta e poucos por cento, menos de 0,5%. Esse era o investimento do governo federal em segurança pública.

Qual é o resultado disso nessa linha em que V. Exa. estava falando? Minas Gerais é o estado brasileiro com a maior malha viária federal. Como nosso Estado é grande e fica no centro do País, praticamente todas as rodovias federais cortam o seu território. E a polícia estadual é impedida de entrar nessas rodovias. A Polícia Militar e a Polícia Civil não podem entrar, pois a Polícia Rodoviária Federal não permite. Eles dizem que, de acordo com a Justiça, ali somente a federal pode atuar.

Em Minas Gerais, há menos de 800 homens da Polícia Rodoviária Federal para quase 11.000km de rodovias federais. Para terem uma ideia, do Rio de Janeiro a Brasília, há menos de 40 homens para vigiar a rodovia. Qual é a consequência disso? O governo federal não vigia e não permite que os governos estaduais o façam. Então, a rodovia é transformada em um corredor protegido para a bandagem. Como o governo federal não vigia e não permite que o Estado faça esse trabalho, os traficantes pensam: “É por aqui que vamos passar, pois temos convicção de que aqui nada acontecerá”. O resultado é o tráfico de armas, de pessoas e de drogas por nossas rodovias federais, que estão praticamente desprotegidas pelo governo federal.

Essa era a pequena intervenção que gostaria de fazer, pois creio que essa reflexão é importante. Muito obrigado, deputado João Leite.

O deputado João Leite\* - Muito bem. Agradeço a sua intervenção, pois os dados são muito importantes. Do Rio a Brasília, há mais de 1.000km de rodovia, e, com 40 homens, a conta não fecha, deputado Doutor Wilson Batista. Realmente estamos abandonados.

Gostaria de falar sobre o Projeto de Lei nº 5.640, em apreciação, que altera uma legislação. A Assembleia Legislativa já havia se manifestado em relação a essa matéria. Foi necessária uma pequena alteração. Isso é o que estamos votando, ou seja, uma alteração para beneficiar a nossa Defensoria Pública. A Defensoria Pública-Geral se faz presente na pessoa da Dra. Christiane Procópio Malard e da Dra. Diana, que permanentemente acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa. Imagino que elas tenham muitas atribuições, mas estão preocupadas com a luta pela nossa Defensoria Pública, que conseguiu esse crédito de R\$1.000.000,00 para aplicar na modernização da sua administração no Estado de Minas Gerais.

Neste momento, estamos sem votar algo que beneficiará pessoas que não podem vir à Assembleia Legislativa, pois não têm condições. Talvez a única condição que essas pessoas tenham é de ir até a defensoria para reclamar da sua situação. Há várias situações: algumas mulheres são abandonadas, depois de terem seus filhos, por homens sempre muito irresponsáveis. A Defensoria Pública, em nome dessas mulheres carentes, solicita que seja paga a pensão alimentícia àquelas crianças. Essa mãe deve estar agora na Defensoria Pública. A Defensoria Pública-Geral, Dra. Christiane, está tentando modernizar a defensoria, para tornar mais rápido o atendimento dessa população. Ela enfrenta dificuldades, pois a nossa máquina está ultrapassada e antiga e precisa ser melhorada. Estamos aqui metendo o pé nesse dinheiro da Defensoria Pública, dinheiro quer seria usado na agilização do atendimento do hipossuficiente, do carente, da população de Minas Gerais, que sente todas as necessidades. É a porta em que ela bate permanentemente é a da Defensoria Pública.

Não temos o direito de obstruir e de impedir a votação desse projeto tão importante. Repito: as pessoas que serão alcançadas por esse projeto não têm condições de vir à Assembleia Legislativa. Elas abarrotam as nossas defensorias espalhadas pelas comarcas do Estado de Minas Gerais. Vão até o nosso advogado de graça, servidor dessa população mais carente do Estado, para solicitar o patrocínio desse defensor. Então, temos que votar esse projeto. Esperamos que haja acordo para a votação dele.

Quero lamentar esse final de legislatura. Parece que não teremos final de legislatura por causa da inflexibilidade do PT. Hoje, Doutor Wilson Batista, estamos sob a orientação de um governo que ainda não tomou posse. É muito interessante ouvirmos o seguinte nas comissões e no Plenário: “Ah, sobre isso temos de conversar com a comissão de transição”. A legislação determina a constituição de uma comissão de transição para receber informações. Outro dia, na votação em uma Comissão, queriam encaminhar para a comissão de transição para ver o que ela opinava. É lamentável que isso esteja acontecendo em Minas Gerais. Que ranço autoritário do PT, que coisa impressionante! Achava que essas coisas tinham passado com o tempo. Quando era atleta, Doutor Wilson Batista, fui muitas vezes à chamada Cortina de Ferro jogar futebol. Algumas coisas nos machucam até hoje, especialmente o sofrimento das crianças que viviam naquele mundo comunista. Lembro-me que, na Romênia, ficamos em um hotel que tinha um pequeno *shopping* onde podíamos comprar produtos estrangeiros com dólar. Se tivessem dólar, os romenos podiam entrar lá e comprar. Enchia os bolsos do meu agasalho de treinamento e comprava chicletes, goma de mascar e levava para as crianças romenas que ficavam atrás do gol, no treinamento, apanhando a bola para me devolver. Elas me ajudavam, porque, normalmente, o goleiro é quem tem de buscar a bola. Quando chegava, gritavam: “Leite, *gum*, *gum*”. Enchia os bolsos de chicletes e dava para aquelas crianças romenas que iam se assentar, encostadas naquelas árvores atrás do gol, para mascar chiclete. Os olhinhos delas até viravam sentindo o gosto do chicletes. No comunismo, as crianças não tinham condições de comprar um chiclete. Como médico, o Doutor Wilson Batista até não recomenda muito por causa do açúcar, das cáries, mas faz parte também da infância. Imaginei que isso tivesse ficado no tempo, porque o sonho



das pessoas, na Romênia, era fugir daquele sistema. Depois, fui jogar em Berlim e vi aquele muro vergonhoso que impedia as pessoas de ir e vir, de ter os seus direitos, de atravessar o muro e ir para a parte ocidental da Alemanha, a parte ocidental de Berlim, mas não podiam. Como aqui, hoje estamos vendo esse ranço de autoritarismo, desse chamado socialismo, comunismo. Querem impedir a Assembleia Legislativa de votar. Imaginem, isso é coisa ultrapassada. As pessoas já deveriam ter aprendido que o ser humano não consegue viver prisioneiro, que o bem maior que Deus deu para o ser humano é a liberdade. Liberdade de irmos aqui, como aquele senhor ali, que está aqui acompanhando a reunião. Quando cansar de ouvir o deputado João Leite, vai sair, vai embora para a sua casa ou para onde quiser. Ninguém pode impedir isso. Ninguém pode impedir que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que as deputadas e os deputados votem os projetos de alguém fora da Assembleia. A única coisa que podem fazer é exercer o direito de se manifestar na Assembleia em relação aos deputados, como estão fazendo aquelas jovens. É um direito delas cobrar votação, permanecer aqui. Fomos colocados nesta Casa pelo povo de Minas Gerais, somente o povo pode interferir na Assembleia Legislativa, somente o povo pode falar na Assembleia, e não alguém que ainda vai tomar posse como governador. Temos de ouvir o Sr. Pimentel para ver se ele quer que votemos. Estamos imaginando o que eles vão dizer: “Pegamos um Estado tão desorganizado”. Conhecemos a ladainha do PT. Eles tinham solução para tudo, mas quando assumem, começam a colocar a culpa na herança maldita.

Há 12 anos o Fernando Henrique Cardoso foi para casa, mas até hoje se lembram dele. Lembro-me de Fernando Henrique Cardoso quando vou ao Sul de Minas e vejo a BR-381, que ele duplicou. Foram 600km duplicados. Só me lembro de Fernando Henrique Cardoso quando vou à Vila Oeste e vejo a estação do metrô, uma das que ele construiu. As últimas nove estações do metrô de Belo Horizonte foram inauguradas por Fernando Henrique Cardoso, pelo PSDB. Depois não foi construído sequer 1m de linha de metrô em Belo Horizonte. Lembro-me de Fernando Henrique Cardoso por causa das últimas duas hidrelétricas construídas em Minas Gerais: Miranda e Igarapava. Foram construídas por Fernando Henrique Cardoso. Lembro-me dele por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal; lembro-me dele por causa do Plano Real, implantado por ele e por Itamar Franco. Lembro-me disso.

O PT nos faz lembrar sempre de propaganda. Vão assumir em 2014 falando da herança maldita, gostam de propaganda. Está aqui: sob o governo do PT, o governo de Dilma, as estatais federais aumentaram em 25% os gastos em propaganda - foram R\$1.387.000.000,00 por ano. Essa quantia poderia ter sido usada na saúde, na tabela do SUS. O deputado Doutor Wilson Batista sobe a esta tribuna e alerta que é preciso investir mais na saúde, mas o PT investe por ano R\$1.387.000.000,00 em propaganda. Em 2015 vamos ter mais propagandas.

É interessante que alguns *blogs* e revistas recebem propagandas. Há uma revista denominada *Carta Capital*. Se fizermos um levantamento, vamos concluir que quase ninguém a lê. Ela é que recebe mais dinheiro do governo federal. Às vezes, as pessoas leem as revistas *Veja*, *Isto É* ou *Época*, mas a *Carta Capital* é a que recebe mais dinheiro do governo federal. O *blog* é do Paulo Henrique Amorim, o *Conversa Afiada*. Há também o *blog Brasil 247*. Não os conheço, não os leio. São financiados com o dinheiro dos cidadãos. Cidadã, cidadãos, 40% do valor pago pelo biscoito que vocês comeram hoje cedo é de imposto.

É de 65% o aumento de gastos do governo federal no governo do PT. Quando Fernando Henrique Cardoso saiu do governo, o PT aumentou em 65% os gastos com propaganda. Todos esses valores são oficiais. Houve um aumento de 25% acima da inflação no governo do PT. Três estatais são as campeãs disparadas nos gastos com publicidade: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e “Petebras”. Mudaram o nome da Petrobras, agora é “Petebras”. O PT denunciava que o PSDB queria privatizar a Petrobras, mas o PT a privatizou, ficou dono dela. Esse é o maior escândalo, o maior roubo da história de um país democrático. O que aconteceu na Petrobras é o maior roubo da história de um país democrático. Nunca, jamais na história, nunca antes na história de um país democrático se roubou tanto de uma empresa pública como roubaram da Petrobras. Ainda não sabemos tudo que foi roubado. No Paraná, o juiz está fazendo o levantamento. Ainda faltam os políticos, falta saber quem meteu a mão no dinheiro da Petrobras, no seu dinheiro, cidadão. A Petrobras era do povo brasileiro; agora, é do PT, que colocou esse povo lá, transformando-a numa vergonha nacional. Era a empresa que nos dava mais alegria, de que enchíamos o peito para falar a respeito. Hoje temos vergonha. Nas páginas dos principais jornais do mundo, está a vergonha da Petrobras.

A Caixa Econômica Federal é a campeã absoluta em gasto com propaganda, com uma média anual de R\$463.000.000,00. Ela foi pensada para construir casas para a população mais carente, saneamento para a população mais carente. Líder Zé Maia, a Caixa Econômica Federal gasta R\$463.000.000,00 com propaganda. Isso é um escárnio, uma vergonha com o pobre brasileiro. Durante o governo Lula, a média anual de gastos publicitários foi de R\$320.000.000,00. Temos todo o levantamento de gastos do governo federal. Sabem como descobrimos isso? A Secretaria de Comunicação do governo do PT não aceitava informar os dados. Isso só foi possível com uma sentença judicial; o PT só confessa com sentença judicial. Apenas dessa maneira foi possível saber quanto do seu dinheiro o PT gasta com propaganda.

O que está acontecendo com o nosso país é uma vergonha. Um partido se apropriou dos bens dos brasileiros; um partido se apropriou das empresas brasileiras; um partido ficou dono da Petrobras.

É interessante o ocorrido ontem na Rússia, em que a moeda teve uma monumental desvalorização. O presidente da Rússia resolveu colocar dinheiro numa empresa russa que está com muitas dificuldades. Qual foi a reação no mundo? A queda da moeda e uma valorização fortíssima do dólar. Vocês imaginavam que íamos fechar este ano com o dólar a R\$2,74? Ah, vai alegar que dólar é negócio para estrangeiro, que é para quem viaja para fora. Não é não: o trigo do pãozinho de sal é importado, é pago em dólar. Preparem o bolso, brasileiras e brasileiros. O que foi alcançado pelos brasileiros que apoiaram o Plano Real... Não adianta só o governo. A população brasileira apoiou o Plano Real, que trouxe conquistas para os brasileiros. O Plano Real é a maior conquista do País. O Plano Real trouxe a estabilidade da moeda brasileira. O que o Plano Real trouxe de ganho para nós foi a diminuição da inflação. Antes do plano, o PMDB estava no governo. Lembro-me muito bem do Sarney no governo e de 80% de inflação. Quando chegava o final do mês, o trabalhador não tinha mais aquele salário do início do mês. A inflação era tão alta que acabava com o salário dos trabalhadores brasileiros. Essa foi uma conquista. O Plano Real foi uma conquista dos brasileiros. Naquele momento do plano, controlamos a nossa inflação, passamos a ter outra cultura no País, a cultura de podermos planejar.





Quando o dólar sobe, aponta-se uma inflação mais alta, algo que dói muito em todos nós. A cada manhã, estamos acordando mais pobres, estamos mais pobres por conta da inflação.

Estamos acordando mais pobres. Não adianta falar que dólar é para fora. Hoje o Brasil, lamentavelmente, é dependente de importações. Temos de importar tudo.

Para conhecermos os dados da propaganda do PT, só com decisão judicial. O governo do PT apresentou vários recursos para não apresentar os dados do que gasta no governo federal com propaganda. É lamentável o que estamos vivendo no Brasil e na Assembleia de Minas. É um desrespeito com a população, com esses jovens que vêm aqui há um ano querendo a votação de um projeto, não apenas desse projeto, mas de vários outros. E vem alguém de fora, de uma comissão de transição, dizer a pauta desta Assembleia. É lamentável esse ranço autoritário e ditatorial do PT.

O deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - Deputado João Leite, estou aqui ouvindo atentamente o seu pronunciamento, que deveria ser para discutir o Projeto de Lei nº 5.640. Mas, como V. Exa. está desvirtuando o assunto e usando do tempo de quase 1 hora para tentar desqualificar, a todo custo, o governo da presidente Dilma e incriminar, de forma desleal, o nosso partido, sinto-me na condição de pedir esse aparte e discordar de V. Exa.

Todos nós estamos acompanhando atentamente as manchetes dos jornais, as ações da Polícia Federal e do Ministério Público em relação à corrupção em algumas empresas, entre elas, a Petrobras, como V. Exa. citou, e as empresas envolvidas no metrô de São Paulo, um estado governado pelo PSDB, onde há um inquérito em fase mais adiantada. Por dois anos, o Ministério Público deixou engavetado um pedido da Suíça para que se investigasse o desvio de bilhões de reais do metrô de São Paulo.

Deputado João Leite, quero dizer que existe, sim, corrupção no País, em todos os setores. Temos de lutar e unificar as nossas forças, seja no PT, no PSDB, em qualquer partido. Temos de unificar a nossa sociedade para combater, a qualquer custo, a corrupção, seja onde for. Por isso estou aqui. Quero defender a presidente Dilma e o nosso partido. Nunca se combateu tanto a corrupção no País, como nos últimos anos. Foram os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma que disponibilizaram os instrumentos claros e a liberdade para que a Polícia Federal e o Ministério Público pudessem enfrentar o problema da corrupção no País.

Há corrupção no País, mas apesar de haver má-vontade da imprensa em querer colocar isso no colo do PT, fazendo ligações, não existe, em momento algum, deputado João Leite, nesse processo, algo que incrimine a presidenta ou o nosso partido. Vários depoimentos de servidores públicos ou ocupantes de cargo de confiança da Petrobras, e muitos deles servidores de carreiras que estão lá há 30 anos, que vieram a público, deixam claro que a corrupção na Petrobras existe há mais de 30 anos, desde a época do governo militar, não só neste governo. Mas durante todo esse período foi colocado debaixo do tapete, deputado João Leite. Agora, como a presidenta Dilma não teme e nunca temeu, nem ela nem Lula, nenhuma CPI, nenhuma investigação, estamos tendo a oportunidade de passar este país a limpo, de varrer a corrupção. E não será fácil varrer essa corrupção tão cedo, porque para varrer de verdade a corrupção do País, temos de realizar reformas profundas. Entre elas, caro deputado João Leite, a reforma política. Não dá mais para continuarmos no País com esse sistema político que aí está, com financiamento empresarial. Precisamos ter financiamento público, precisamos ter regras claras. Também defendo outras mudanças, como o voto em lista, votar no partido. Com o voto na pessoa, os parlamentos ficam indefesos, ficam devendo obrigações às empresas. Essa é a realidade atual.

Aproveitando o momento em que o senhor toca nessa questão, quero solicitar a realização de um debate mais coerente. Já que estamos falando de corrupção, vamos enfrentá-la, porque a corrupção está em todos os governos, em todos os poderes. Há corrupção no Ministério Público, nas polícias, no setor empresarial, no setor público. Temos de enfrentar isso com clareza, porque a corrupção está em todos os poderes.

Precisamos mudar as regras e fazer esse enfrentamento, como o Lula e a Dilma que tiveram a coragem de realizar algumas mudanças, criando leis e mecanismos para que as pessoas pudessem ter acesso e investigar com mais autonomia, como estão fazendo hoje a Polícia Federal e o Ministério Público. Vamos fazer um debate mais coerente.

Se falarmos de corrupção, de aparelhamento do Estado, como V. Exa. mencionou, por exemplo, em Minas Gerais, há muito a investigar, porque durante 12 anos de governo de Aécio e do seu grupo político não se investigou nada. Várias denúncias chegaram a esta Casa, e aqui foi proibido expressamente que se investigasse qualquer coisa, qualquer escândalo que acontecesse em Minas Gerais, no Mineirão, na Cidade Administrativa, na Codemig, na Cemig, nos aeroportos e em tantas outras empresas, como nas rádios que o senador tem em Minas e que receberam recursos do Estado. Há uma série de irregularidades. Portanto, gostaria que realizássemos um debate mais claro.

Não podemos aceitar que V. Exa. use da tribuna para achar que quem inventou a corrupção no Brasil foi o PT. Muito pelo contrário, o PT enfrenta a corrupção de frente. Se houver alguém do PT envolvido, nós expulsamos do partido e queremos que ele seja punido exemplarmente. É assim que o PT faz.

Muito obrigado.

O deputado João Leite\* - Obrigado, deputado Paulo Guedes. Essa não é a realidade, deputado. O Supremo disse que o seu partido criou uma quadrilha. Os líderes do seu partido estão presos e não foram expulsos do PT. V. Exa. confunde as coisas. O governo de Minas, e eu fui secretário do governador Aécio Neves, é diferente do PT.

É interessante, vocês falavam que eram diferentes, eram vestais, que não havia corrupções com vocês...

Sr. Presidente, estou com a palavra. Eu ouvi o deputado Paulo Guedes. Ele tem esse ranço autoritário também. É impressionante. Gostaria que V. Exa. garantisse meu tempo, inclusive.

O presidente (deputado Adelmo Carneiro Leão) - Está garantido seu tempo.

O deputado João Leite\* - Muito obrigado. Gostaria de dizer que nenhum dirigente do PT foi expulso do referido partido, ao contrário, José Dirceu e José Genuíno entraram aplaudidos na Papuda. Essa é a verdade. Aquele partido que apontava o dedo para todo o mundo, que acusava a todos, foi chamado, no Supremo, de quadrilha.

Deputado Paulo Guedes, V. Exa. não tem a palavra, e conhece as regras de um parlamento. V. Exa. não pode me interromper; já lhe concedi o aparte.



O senhor tem de entender que o nosso governo, em Minas Gerais, foi diferente. Quando assumi a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, deputado Paulo Guedes e Srs. Deputados, o governador Aécio Neves criou uma auditoria em que cada órgão da minha secretaria reunia-se, de 15 em 15 dias, com os auditores. Portanto, sabia onde haveria problemas no processo e agia imediatamente. Os auditores, escolhidos pelo auditor-geral do Estado, apresentavam-me permanentemente relatórios. Isso é gestão moderna. Está aqui o deputado Cássio Soares, que foi secretário de Desenvolvimento Social, pergunte-lhe como isso funciona. Havia uma auditoria permanente, o que impede a ocorrência de roubos. É diferente. Vocês estão colocando tranca na porta depois que roubaram a Petrobras inteira. Isso é incompatível com a gestão moderna, que se baseia em auditoria durante o processo, e na qual conhecemos o que está acontecendo. Mas, depois, quando já roubaram tudo...

Uma coisa interessante é que após roubarem a Petrobras ainda lá se encontram a sua presidente e seus diretores. Eles erraram e permanecem na companhia. Não posso acusar as pessoas já que para isso haverá um julgamento. Mas, que se trata de uma gestão atrapalhada e ultrapassada, isso é fato. É uma gestão em que não há auditoria, não há controle durante o processo, e isso é ultrapassado. O governador Aécio Neves implantou uma gestão moderna em Minas Gerais, em que há avaliação de todos os contratos no processo. Havia auditor no Mineirão, auditor na Utramig e, portanto, eu sabia tudo o que estava ocorrendo. E se não tomasse providências em qualquer possibilidade de desvio de dinheiro público, eu era responsabilizado. E não fui eu quem escolheu os auditores, os contadores. Quem o fez foi o auditor-geral do Estado de Minas Gerais.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Deputado João Leite, o jornal *O Tempo*, de hoje - quarta-feira, 17 de dezembro -, na coluna da jornalista Raquel Faria, diz: "Se o *impeachment* de Dilma fosse submetido hoje ao plenário da Câmara Federal, ele seria aprovado." Sabem de quem é essa avaliação, deputado João Leite? Do deputado Weliton Prado, do Partido dos Trabalhadores.

Lemos, depois: "Petrobras se desvaloriza 40%. As ações da Petrobras já se desvalorizaram 40% no ano, e voltaram aos níveis de 2005." Estamos em 2014, quase entrando em 2015. Uma empresa, cujo valor de mercado foi de mais de R\$500.000.000.000,00, hoje vale R\$165.000.000.000,00. O Ministério Público já pediu o ressarcimento de R\$1.800.000.000,00, que foram roubados da Petrobras por seus diretores, gerentes, funcionários etc, para abastecer o caixa de um partido político. Agora as denúncias chegam às portas da presidente da Petrobras. Dizem que ela foi alertada. Alguns alegam que foi alertada apenas este ano, outros que foi há algum tempo, há mais de um ano. Mas as denúncias já chegaram à porta do gabinete da presidenta da Petrobras. E vamos discutir que o PT não tem nada a ver com a corrupção?

A deputada Liza, irmã do deputado Weliton Prado, preocupada, pode ler aqui, se desejar. O deputado Paulo Guedes pediu para que eu lesse a segunda parte, o que vou fazer. (- Lê:) "De fato, o *impeachment* é desejo de muitos no Congresso". Vejam só, ela vai tomar posse no dia 1º de janeiro, e a maioria do Congresso espera cassá-la. São palavras do deputado Weliton Prado, do PT. Continuando: (- Lê:) "Entretanto, ainda não tem como se materializar." Ainda, deputado João Leite. "Falta à causa algo essencial: um motivo para embasar o pedido e ganhar endosso das demais instituições." A instituição Congresso Nacional, como dito aqui, já se definiu. "Para frustração dos congressistas, até agora a presidente segue limpa e fora do petróleo. O que não quer dizer, é claro, que ela vá continuar assim".

Está aqui, li na íntegra, deputado Paulo Guedes. É o partido de V. Exa., é a sua presidenta. Vai assumir um segundo mandato de forma melancólica. A esperança do primeiro governo não existe no segundo. O entusiasmo, o otimismo do brasileiro quando do primeiro governo não existirá no segundo. Serão quatro anos que demorarão a passar.

Quero fazer um alerta aos mineiros, aqueles que democraticamente escolheram que seu novo governador seja também do PT. Pimentel é PT, sempre foi.

O deputado João Leite\* - Pimentel é do PT?

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - É do PT, é colega dessa turma que está envolvida com petróleo, com João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, e tudo mais. Pimentel é PT. É esse o governo que assumirá no dia 1º de janeiro. Nós, deputado João Leite - tenho certeza de que V. Exa. também -, cobraremos de maneira firme os compromissos, as promessas assumidas não só durante os três meses de campanha, mas ao longo dos últimos 12 anos de oposição nesta Casa. Tacar pedra é muito fácil. Construir é difícil. O cobertor é sempre curto. O dinheiro falta.

Um deputado do PT estava concedendo uma entrevista fora do Plenário e dizia que falta gasolina às viaturas do Estado. Não vejo isso. O Estado está funcionando normalmente, os servidores recebendo o 13º de maneira integral em dezembro, o salário em dia, todos os compromissos sendo cumpridos. Quero ver se isso continuará a partir de 1º de janeiro. E estão usando da pior das ferramentas para iniciar um governo: não querem a aprovação do orçamento de 2015 nesta Casa, para que possam, assim que assumirem, dizer o seguinte: "Estamos pegando uma herança maldita. Estamos pegando um estado quebrado, nem orçamento temos", o que não é verdade. E a população mineira, consciente e sabedora do que foi feito no Estado ao longo dos últimos 12 anos, dará a resposta já nas eleições municipais de 2016.

Agradeço a V. Exa. o aparte e vou levar o jornal à deputada Liza, para que ela veja que não menti.

O deputado João Leite\* - Obrigado, deputado Valadares. Vejam, o PT agora fica defendendo financiamento público de campanha. O Ministério Público acaba de pedir o bloqueio das contas de José Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras, e da Andrade Gutierrez. Vejam que coisa. As empresas estão envolvidas com a Petrobras, e o PT vem falar em financiamento público de campanha? Os presidentes dessas empresas estão presos por causa do esquema delas e do PT na Petrobras. Agora veio o bloqueio de bens da Andrade Gutierrez junto com o de José Sérgio Gabrielli, que teve a ousadia de tirar de Ibitiré o polo acrílico da Petrobras, ali próximo à Refinaria Gabriel Passos. Ele o retirou dali e o levou para a Bahia, estado dele. Tirou dos mineiros, de Ibitiré, uma cidade carente. É inaceitável o que o PT fez. Tirou a Fiat de Minas Gerais e levou para Pernambuco. O PT não tem autoridade de pedir financiamento público de campanha. Eu pergunto aos cidadãos e cidadãs de Minas Gerais se vocês vão dar dinheiro público para o PT fazer campanha.

A deputada Liza Prado (em aparte)\* - Querido deputado João Leite, agradeço o aparte. Você sempre é democrático.



Foi citado o nome do deputado federal Weliton Prado e foi citada a coluna da jornalista Raquel Faria, que prezo muito. Ela, na verdade, não disse que ele seria favorável. João, sei que estamos num momento difícil em que há uma discussão muito grande sobre corrupção e a população desacreditada em relação aos políticos, e com razão, mas é muito complicado falar as coisas, porque o PSDB também recebeu R\$160.000.000,00 dessas mesmas empresas. Isso quer dizer que o Aécio compactua com a corrupção? Acho que não.

O deputado João Leite\* - Há uma diferença aí porque o Aécio não é presidente da Petrobras.

Deputado Paulo Guedes, eu não lhe concedi aparte. Presidente, deputado Adelmo Carneiro Leão, peço a ajuda de V. Exa. porque o deputado Paulo Guedes está raivoso e está me interrompendo, aos berros, por várias vezes. Ele tem que me respeitar.

Lamento, deputada Liza Prado. O senador Aécio Neves não é presidente da Petrobras. Quem tem o domínio de obras não é ele. Lamento V. Exa. entrar por esse campo.

A deputada Liza Prado (em aparte)\* - Deputado João Leite, me desculpa mudar o campo, mas só fiz um comentário. Quero falar sobre o deputado Weliton Prado. Eu não sou do PT, não falo em nome do PT, sou do Pros, mas o deputado Weliton Prado não está presente e merece defesa. Ele defende a presidente Dilma e em nenhum momento fala que compactua com o *impeachment*. Até porque acho que *impeachment* é golpe, e não concordo.

O deputado João Leite\* - Então o PT deu um golpe no Collor quando fez o seu *impeachment*.

A deputada Liza Prado (em aparte)\* - Deputado, estou fazendo a defesa do deputado Weliton Prado porque ele não está presente. Ele é do PT, defende a presidente Dilma. Nós apoiamos Fernando Pimentel, apoiamos o governo. Não sou do partido, mas quero fazer a defesa do deputado. A Raquel disse que, de fato, o *impeachment* é desejo de muitos no Congresso, entretanto ainda não tem como se materializar. Falta causa, algo essencial; falta o motivo para embasar o pedido e ganhar endosso das demais instituições. Na verdade, em nenhum momento, a coluna fala que o deputado federal é favorável. Só queria esclarecer isso. O deputado Weliton Prado defende a presidente Dilma e acho que pedir *impeachment* não procede.

Este momento está muito acirrado, o que é uma pena para o nosso Estado. Obrigado, deputado João Leite, pelo aparte.

O deputado João Leite\* - E esse momento ficará ainda mais acirrado porque em Minas Gerais e no Brasil aconteceu um gol de mão. Imaginem: vem o PT pedir financiamento público de campanha. Na prestação de contas do Sr. Pimentel, em Minas Gerais, aparecem R\$10.000.000,00. Ele não tinha esse dinheiro que apareceu de repente. De onde ele apareceu? As contas dele estão rejeitadas pelo Tribunal Regional Eleitoral. A nossa população tem que saber quanto gastei na minha campanha, está na minha declaração. Agora, de repente, temos um candidato que pode gastar R\$10.000.000,00 a mais do que previsto. Isso, lamentavelmente, é fazer gol de mão. É inaceitável que isso aconteça. E estão querendo financiamento público de campanha. Quem disse isso foi o Supremo. E, agora, quem disse isso foi o juiz Sérgio Moura, do Paraná. Uma quadrilha foi feita dentro da empresa dos brasileiros chamada Petrobras, para roubá-la. Uma quadrilha foi feita.

#### Questão de Ordem

O deputado João Leite - Sr. Presidente, V. Exa. pode ver, de plano, que não há quórum para a continuidade dos trabalhos. Peço o encerramento e a garantia do meu tempo para depois continuar a falar. Peço o encerramento, de plano, da reunião, Sr. Presidente, e aguardo a resposta.

O presidente - Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a presidência solicita à secretária que proceda à chamada dos deputados para recomposição de quórum.

A secretária (deputada Liza Prado) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 15 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

#### Encerramento

O presidente - A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/12/2014, às 9h40min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2014.

Zé Maia, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

## PARECER SOBRE A MENSAGEM Nº 721/2014

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária  
Relatório

De autoria do governador do Estado, essa mensagem encaminha, nos termos do § 1º do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, exposições de motivos da Secretaria de Estado de Fazenda a respeito da concessão de tratamento tributário diferenciado a diversos setores da economia mineira em decorrência da unilateral concessão de benefícios fiscais em matéria de ICMS por outros entes da Federação, sem prévia aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 18/11/2014, a proposição vem a esta comissão para receber parecer, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

## Fundamentação

O objetivo da proposição em exame é encaminhar 21 exposições de motivos da Secretaria de Estado de Fazenda - SEF - relativas a concessões de tratamentos tributários diferenciados em matéria do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - a diversos setores da economia mineira, como frigoríficos, beneficiador de arroz, de laticínios, de polpa, extrato, suco ou molho de tomate, de farinha de trigo, prestadores de serviço de transporte rodoviário de cargas e aéreo regular de passageiros, de trens, locomotivas e vagões, de carroceria de caminhões e automóveis, reboque e semi-reboque, indústria naval, petrolífera, pedras ornamentais, entre outros.

O art. 225 da Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, faculta ao Poder Executivo adotar medidas para proteção da economia do Estado, caso outra unidade da Federação conceda benefício ou incentivo fiscal ou financeiro-fiscal não previsto em lei complementar ou convênio devidamente celebrado. Nos §§ 1º e 2º, determina que a SEF deve enviar exposição de motivos para adoção de medidas do gênero para ratificação da Assembleia Legislativa, no prazo de 90 dias, por meio de resolução e, no § 6º, que cabe à SEF, ainda, o envio trimestral à Assembleia da relação das medidas adotadas e dos contribuintes sobre os quais elas incidiram.

Segundo as exposições de motivos da SEF, a concessão de benefícios fiscais em matéria do ICMS de forma unilateral por determinada unidade federativa, ou seja, sem a aprovação do Confaz, além de afrontar o art. 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Constituição da República e a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, afeta a livre concorrência, uma vez que confere melhores condições de competição para as empresas situadas nessa unidade, em detrimento das situadas nas demais.

As exposições de motivos defendem a reação rápida do governo estadual para neutralizar os efeitos econômicos e sociais negativos da competição desleal e proteger a economia mineira, fortalecendo o mercado interno e preservando a capacidade de ocupação de mão de obra e da produção e, conseqüentemente, a arrecadação do ICMS pelo Estado. Contêm as medidas de proteção adotadas em cada decreto, os setores beneficiados, os benefícios fiscais irregulares de outros estados que motivaram os tratamentos e os respectivos instrumentos legais. Ressaltam que a legislação citada pode ser alterada a qualquer tempo pelas unidades federadas instituidoras, levando à adaptação da legislação mineira. Salientam que a adoção de medidas de proteção por meio de decreto traz publicidade e transparência. Tendo em vista o caráter geral, abstrato e impessoal dos decretos que concedem os tratamentos tributários não é possível a elaboração de relação de contribuintes beneficiados, sendo, portanto, inaplicável o disposto no § 6º do art. 225 da Lei nº 6.763, de 1975.

Passemos ao exame de cada um dos tratamentos tributários dispostos nas exposições de motivos.

O tratamento tributário diferenciado, disposto no art. 1º do Decreto nº 45.587, de 15 de abril de 2011, tem como objetivo manter a competitividade das empresas mineiras do setor de produtos alimentícios resultantes do abate de galos e galinhas, inclusive os frangos, e de carne bovina. O tratamento, estabelecido por meio da alteração do RICMS, consiste em:

1 - dispor que a redução da base de cálculo nas operações com produtos alimentícios resultantes do abate de galos e galinhas, inclusive os frangos, alcançará somente as mercadorias produzidas no Estado (item 19 da Parte I e subitens 60 e 62 da Parte 6 do Anexo IV do RICMS);

2 - ampliar o alcance da aplicação da redução de base de cálculo relativa à carne bovina produzida no Estado para aquela que teve parte de sua produção realizada em outra unidade da Federação, conforme disposto em regime especial de tributação concedido ao contribuinte signatário de protocolo firmado com o Estado (subitem 19.9 da Parte I do Anexo IV do RICMS);

Conforme a exposição de motivos, a medida visa a assegurar a competitividade do contribuinte mineiro no mercado interno, já que benefícios fiscais concedidos pelos Estados de São Paulo e do Paraná, por meio dos Decretos nºs 54.643, de 5/8/2009, e 1.980, de 21/12/2007, respectivamente, têm inviabilizado a venda das mercadorias produzidas no Estado.

O tratamento tributário diferenciado adotado por meio da publicação do Decreto nº 45.787, de 1º de dezembro de 2011, tem como objetivo alterar o Anexo IX do RICMS para autorizar apropriação, de uma só vez, dos créditos relativos aos bens adquiridos diretamente do estabelecimento fabricante localizado no Estado e imobilizados, nas seguintes hipóteses:

1 - contribuinte que tenha por atividade o abate de aves (item 202 da Parte 6 Anexo IX do RICMS, em vigor no período de 2/12/2011 a 31/5/2014);

2 - contribuinte classificado no código 3511-5/01 da CNAE (geração de energia elétrica), que gere energia elétrica a partir de biomassa resultante da industrialização e de resíduos da cana-de-açúcar e que esteja credenciado perante a Secretaria de Estado de Fazenda, nos termos de disciplina por ela estabelecida (inciso VI do art. 499 e art. 499-A da Parte I do Anexo IX do RICMS, em vigor no período de 2/12/2011 a 31/5/2014).



Segundo a exposição de motivos, a medida visa a estabelecer tratamento idêntico ao do Estado de São Paulo, que autorizou tal medida, com a edição do Decreto 54.422, de 5/6/2009, e alterações posteriores. O tratamento autorizado pelo governo paulista vem causando prejuízo à economia mineira, sobretudo porque incentiva o industrial a adquirir bens somente de fornecedores daquele Estado, aumentando a capitalização da indústria paulista em detrimento da indústria mineira.

O tratamento tributário diferenciado disposto no art. 2º do Decreto nº 45.515, de 15 de dezembro de 2010, tem como objetivos dispor que:

1 - a isenção nas operações com leite pasteurizado tipo “A”, “B” ou “C” ou leite UHT (UAT) alcançará somente as mercadorias produzidas no Estado e será aplicada também nas operações promovidas pelo estabelecimento atacadista (item 13 da Parte 1 do Anexo 1 do RICMS);

2 - a redução da base de cálculo nas operações com leite e seus derivados e com produtos alimentícios resultantes do abate de gado bovino e suíno alcançará somente as mercadorias produzidas no Estado (item 19 da Parte 1 e nos subitens 6, 7, 60 e 61, da Parte 2, do Anexo IV do RICMS);

Conforme a exposição, o tratamento tributário em relação ao leite é uma resposta aos benefícios fiscais concedidos pelos Estados de São Paulo, Goiás, Distrito Federal e Rio de Janeiro. Em São Paulo, o RICMS foi alterado de forma a conceder, entre outros: redução da base de cálculo na operação interna com queijos; redução da base de cálculo no leite esterilizado (longa vida) produzido em território paulista; crédito presumido para o estabelecimento produtor de queijo e requeijão no estado, de forma a anular a tributação dos queijos e a reduzir significativamente a tributação do requeijão produzido naquele estado; isenção do imposto na saída interna de leite cru, pasteurizado ou reidratado, sendo permitida a manutenção dos créditos. No Estado de Goiás, a Lei nº 13.453, de 16 de abril de 1999, institui: crédito outorgado do ICMS na operação interna com leite em estado natural, pasteurizado ou esterilizado (UHT) e nas operações interestaduais com produto de fabricação própria, em cuja industrialização tenha sido utilizado leite como matéria-prima; isenção do ICMS na operação interna com leite em estado natural na saída de produção própria do estabelecimento do produtor com destino a industrialização, inclusive permitindo a manutenção dos créditos. No Distrito Federal - DF -, o Decreto nº 29.179, de 19 de junho de 2008, aplica percentuais fixos sobre o valor das mercadorias para apuração mensal por contribuintes do DF, conforme a atividade, reduzindo a alíquota do leite e dos laticínios nas operações interna e interestadual. O Estado do Rio de Janeiro, nos termos do Decreto 29.042, de 27 de agosto de 2001, alterado pelo Decreto nº 42.035, de 16 de setembro de 2009, concedeu para o estabelecimento industrial crédito presumido do valor correspondente ao ICMS incidente nas operações em que promover a saída de produto industrializado derivado de leite, de forma a anular a tributação.

Com relação à carne, a exposição esclarece que as medidas adotadas decorreram dos benefícios concedidos pelos Estados de São Paulo e Paraná. No Estado de São Paulo, os Decretos nºs 54.643 e 54.897, ambos de 2009, concedem, ao estabelecimento abatedor paulista, 7% de crédito presumido na saída interestadual de carne e demais produtos comestíveis resultantes do abate de aves, frescos, resfriados, congelados, salgados, secos, temperados ou defumados para conservação, desde que não enlatados ou cozidos, em substituição ao aproveitamento de quaisquer outros créditos. No Paraná, o Decreto nº 1.980, de 2007, concede crédito presumido nas saídas de carne e produtos comestíveis resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino ou suíno, frescos, resfriados, congelados, salgados, secos, temperados ou defumados para conservação, e seus industrializados, mesmo que enlatados ou cozidos, promovidas por estabelecimento abatedor que efetue ou encomende o abate naquele Estado, ou que realize a desossa de carne recebida de outros estabelecimentos em operação interna ou interestadual, em montante equivalente ao que resultar da aplicação do percentual de 7% sobre o valor dessas saídas, em substituição ao aproveitamento de quaisquer outros créditos.

O tratamento tributário diferenciado adotado por meio da publicação do Decreto nº 45.688, de 11 de agosto de 2011, que tem como objetivo alterar o Regulamento do ICMS para, no item 62 da Parte 6 do Anexo IV, estabelecer que a redução da base de cálculo nas operações com produtos comestíveis resultantes do abate de perus e peruas somente se aplica aos produtos produzidos no Estado.

Segundo a exposição de motivos, a medida visa a assegurar a competitividade do contribuinte mineiro no mercado interno, já que os benefícios fiscais concedidos pelos Estados de São Paulo e do Paraná, por meio dos Decretos nº 54.643, de 5/8/2009, e nº 1.980, de 21/12/2007, respectivamente, têm inviabilizado a venda das mercadorias produzidas no Estado.

O tratamento tributário diferenciado disposto no Decreto nº 45.630, de 7 de julho de 2011, conforme a exposição de motivos, tem como objetivo acrescentar o Capítulo LXVII ao Anexo IX do RICMS, para autorizar a apropriação integral do crédito vinculado à operação com bem adquirido diretamente do estabelecimento fabricante localizado no Estado e destinado à integração ao ativo imobilizado dos estabelecimentos industriais adquirentes com atividade relacionada na Parte 6 do referido Anexo. Com isso, o crédito do imposto destacado no documento fiscal poderá ser apropriado integralmente e de uma só vez, no tocante às aquisições de bens do ativo imobilizado ocorridas no período de 1º de agosto de 2011 a 31 de dezembro de 2012. A medida é uma resposta ao benefício fiscal concedido pelo Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 54.422, de 5 de junho de 2009.

O tratamento tributário diferenciado está disposto no Decreto nº 46.269, de 3 de julho de 2013, que acrescenta o art. 527 à Parte 1 do Anexo IX do RICMS para estender à operação de importação de mercadoria de país signatário de acordo internacional o mesmo tratamento tributário previsto para a operação interna com mercadoria similar nacional, quando o acordo internacional contiver a previsão de aplicação à operação interna ou interestadual subsequente o mesmo tratamento da mercadoria similar nacional. O parágrafo único do art. 527 estabelece que, na hipótese em que o tratamento previsto para a operação interna seja mais benéfico do que o tratamento previsto para a operação interestadual com mercadoria similar nacional, será aplicado à operação de importação o tratamento previsto para a operação interestadual. Segundo a exposição, essa medida busca evitar que seja dispensado ao produto importado um tratamento mais benéfico do que o dispensado ao produto originário de outros Estados da Federação, o que representaria uma afronta à proibição de discriminação em função da origem das mercadorias, prevista no art. 152 da Constituição da República e poderia acarretar distorção concorrencial, também vedada pela Carta de 1988 (art. 170, inciso IV).

Conforme a exposição de motivos, o tratamento tributário recíproco a ser observado pelos membros do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade) - GATT - e, posteriormente, da Organização Mundial do Comércio - OMC - é



aplicável na comercialização interna ou interestadual da mercadoria importada, não se aplicando ao ICMS devido na operação de importação. Em outras palavras, o tratado ou acordo internacional será aplicado somente após a internalização da mercadoria em território nacional. Para corroborar esse entendimento, a exposição cita o artigo III:2 da Parte II do GATT 1994, que estabelece a obrigação de “tratamento nacional”, em tradução de seu texto original:

"Art. III - Tratamento Nacional em Regulação e Taxação Interna

(...)

"2 - Os produtos originários do território de qualquer parte contratante, importados para o território de qualquer parte contratante, não deverão se sujeitar, direta ou indiretamente, a impostos internos ou outros encargos internos de qualquer espécie em excesso àqueles aplicados, direta ou indiretamente, aos produtos nacionais similares. (...)"

A obrigação de tratamento nacional, normalmente referida como a obrigação de TN, determina que os membros do GATT/OMC não discriminem produtos importados após esses produtos terem entrado no mercado doméstico, ou seja, o artigo III:2 relaciona-se apenas a medidas internas (impostos internos ou outros encargos internos de qualquer espécie) e não a medidas de fronteira. A exposição conclui que o mencionado artigo não se refere aos impostos incidentes na importação de mercadoria do exterior (Imposto de Importação e ICMS devido na operação relativa à circulação de mercadoria ocorrida na importação), devendo ser aplicado somente aos tributos incidentes nas operações que ocorrerem em território nacional, ou seja, após a internalização da mercadoria.

No entanto, segundo alega a exposição, alguns estados estendem à operação de importação os tratamentos tributários previstos para as operações internas, como é possível verificar em trecho da Consulta nº 30/2004, de 12 de maio de 2004, respondida pelo Estado de São Paulo, reproduzido abaixo:

“Preliminarmente, esclarecemos que os benefícios previstos para operações internas são igualmente aplicáveis às importações, uma vez que o vocábulo “operações” se refere tanto a saídas quanto a entradas (decorrentes de importações) e por “internas” devemos entender aquelas situações nas quais, cumulativamente, o fato gerador ocorre dentro dos limites deste Estado - por contingência geográfica ou por atribuição legal - e, nas mesmas condições, o destinatário da mercadoria se localiza em território paulista. Por outro lado, o termo “saídas” não engloba as importações.”

O entendimento paulista é reafirmado, segundo a exposição, nas respostas às Consultas Tributárias nºs 176/2010, de 19 de agosto de 2011, e 364/2011, de 29 de agosto de 2011.

O tratamento tributário diferenciado disposto no Decreto nº 46.253, de 6/6/2013, tem como objetivo isentar do ICMS as operações internas ou interestaduais com matéria-prima, material secundário, embalagens, partes, peças, máquinas e equipamentos a serem empregados na fabricação, manutenção ou reparação de trens, locomotivas ou vagões destinados às redes de transportes públicos de passageiros sobre trilhos. Segundo a exposição de motivos, a isenção aplica-se à importação das mercadorias ou bens sem similar produzido no país e ao imposto relativo ao diferencial de alíquota na aquisição, em operação interestadual, das mercadorias ou bens, não se aplicando às operações com energia elétrica e com outros insumos energéticos. É assegurada a manutenção dos créditos relativos às mercadorias saídas com isenção. A motivação da medida, conforme a exposição, é o Decreto nº 58.492, de 26/10/2012, do Estado de São Paulo. Embora a legislação paulista tenha concedido a isenção somente nas operações internas, a isenção adotada no Estado, relativamente às operações interestaduais, visa a defender a economia do Estado, permitindo ao contribuinte mineiro a concorrência com o paulista em igualdade de condições.

O tratamento tributário diferenciado adotado por meio do Decreto nº 46.124, de 4/1/2013, conforme a exposição de motivos, tem como objetivo tornar sem efeitos a revogação da alínea “b” do inciso XV do art. 43 do Regulamento do ICMS, promovida pelo Decreto nº 45.946, de 2 de abril de 2012, que estabelece como base de cálculo do imposto, na saída ou no fornecimento de programa para computador destinado a comercialização, o montante de duas vezes o valor de mercado do suporte informático. A manutenção da medida, segundo a exposição, decorre da existência de previsão semelhante na legislação do Estado de São Paulo (Decreto nº 51.619, de 27 de fevereiro de 2007).

O tratamento tributário diferenciado disposto no Decreto nº 46.575, de 5 de agosto de 2014, segundo a exposição de motivos, visa a reduzir a base de cálculo do ICMS nas saídas internas do industrial fabricante com destino ao transportador rodoviário de cargas, resultando em carga tributária de 12% nas operações com carroceria para caminhões e automóveis, reboque e semirreboque, sem a exigência do estorno proporcional do crédito. Outro objetivo é autorizar a apropriação de crédito de 1/12 ao mês, ao estabelecimento prestador do serviço de transporte rodoviário de cargas, nas aquisições, no Estado, de caminhão e demais implementos rodoviários destinados ao ativo imobilizado. De acordo com a exposição de motivos, a redução da base de cálculo é uma resposta à edição, pelo Estado de São Paulo, do Decreto nº 60.064, de 2014, que acrescentou o art. 65 ao Anexo II do seu Regulamento do ICMS, reduzindo a base de cálculo para 12% das mercadorias mencionadas. Já o creditamento de bens adquiridos para o ativo imobilizado foi motivado pela edição, pelo Estado de Santa Catarina, da Lei nº 13.790, de 2006, que autorizou às suas transportadoras a mesma forma de apropriação de créditos.

O tratamento tributário diferenciado disposto no Decreto nº 46.517, de 28 de maio de 2014, de acordo com a exposição de motivos, tem dois objetivos.

O primeiro deles é alterar o Anexo XVI do Regulamento do ICMS para estabelecer que, na entrada no estabelecimento de contribuinte que adquirir ou receber arroz em operação interestadual ou decorrente de importação do exterior, o imposto devido pela operação subsequente será recolhido pelo destinatário até o momento da entrada da mercadoria no território mineiro, a título de antecipação. Nessa antecipação, os percentuais de margem de valor agregado estipulados pela Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais - Saif - são de 44,3% para o arroz integral e de 26,4% para os demais tipos de arroz. Segundo a exposição, a antecipação do recolhimento do ICMS tem por objetivo proteger a economia mineira, assegurando isonomia e igualdade competitiva para o arroz produzido em Minas, tendo em vista a concessão, pelo Estado do Rio Grande do Sul, de crédito presumido às indústrias beneficiadoras de arroz, nas operações interestaduais, de até 7%, a partir de 1º de dezembro de 2013, por meio do Decreto nº 51.076, de 2013. A título de ilustração do potencial lesivo do benefício gaúcho, a exposição de motivos cita medida implementada pelo Estado



de Goiás que, em defesa de seus contribuintes, instituiu mecanismo de antecipação do imposto, nas entradas de arroz em operação interestadual, calculado com uma margem de valor agregado de 130%.

O segundo objetivo é acrescentar o Capítulo IV ao Anexo XVI do Regulamento do ICMS, para autorizar a apropriação, integral e de uma só vez, do crédito vinculado à operação com bem adquirido diretamente do estabelecimento fabricante localizado neste Estado e destinado à integração ao ativo imobilizado dos estabelecimentos industriais adquirentes com atividade relacionada na Parte 2 do referido anexo. A medida é justificada, conforme a exposição, pelo benefício fiscal concedido pelo Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 54.422, de 5/6/2009, e do Decreto nº 58.761, de 20/12/2012. Segundo a exposição, o tratamento tributário diferenciado assegura isonomia e igualdade competitiva na aquisição pela indústria mineira de bens de capital produzidos no Estado, permanecendo em vigor enquanto vigorar o benefício paulista.

O tratamento tributário diferenciado adotado por meio da publicação do Decreto nº 46.586, de 20/8/2014, tem como objetivo assegurar, a estabelecimento de extração e beneficiamento de ardósia, granito e mármore ou de aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras, o estorno de débito do imposto incidente nas operações internas e interestaduais com mercadorias produzidas no Estado pelo próprio estabelecimento, de forma que o recolhimento efetivo do ICMS resulte nos seguintes percentuais:

- 7% do valor da operação, nas saídas de chapas polidas, escovadas, jateadas, apicotadas e flameadas;
- 5% do valor da operação, nas saídas de pisos e revestimentos;
- 3% do valor da operação, nas saídas de bancadas, pias e mesas.

Para o efeito do cálculo do imposto devido nessas operações, será considerado o valor total da base de cálculo da operação, sendo desconsiderada qualquer redução de base de cálculo prevista na legislação. É vedado o aproveitamento de quaisquer créditos vinculados às referidas operações.

Segundo a exposição de motivos, o tratamento é opcional para os contribuintes mineiros que se sentirem prejudicados por benefícios fiscais concedidos pelo estado do Espírito Santo ao setor de rochas ornamentais por meio do inciso II do art. 530-L-G-A do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002, na redação dada pelo Decreto nº 3.014-R, de 22 de maio de 2012. Ainda segundo a exposição, esses benefícios têm prejudicado drasticamente a competitividade das empresas mineiras do setor.

O tratamento tributário diferenciado disposto no Decreto nº 46.538, de 11/6/2014, que altera o § 2º do art. 4º da Parte 1 do Anexo XVI do Regulamento do ICMS, na redação dada pelo Decreto nº 46.517, de 28/05/2014, tem o intuito de explicitar a forma de cálculo da antecipação do imposto nas operações de entrada de arroz, levando-se em conta a redução da base de cálculo, de que trata o item 19 da Parte 1 do Anexo IV do Regulamento, e a dedução do imposto destacado na nota fiscal relativa à entrada da mercadoria, na forma do disposto no subitem 19.4 da Parte I do Anexo IV e o § 3º do art. 4º do Anexo XVI. Outro objetivo da alteração promovida é deixar claro que, tanto o imposto destacado na nota fiscal de entrada do arroz, quanto o valor pago antecipadamente, constituem crédito para o adquirente no Estado.

A antecipação prevista tem por objetivo proteger a economia mineira, tendo em vista a concessão, pelo Estado do Rio Grande do Sul, de crédito presumido de até 7% às indústrias beneficiadoras de arroz nas operações interestaduais, por meio do art. 32, inciso XXXIII, do Regulamento do ICMS, alterado pelo Decreto nº 51.076, de 2013, com vigência a partir de 1º de dezembro de 2013.

O tratamento tributário diferenciado previsto no Decreto nº 46.545, de 26/6/2014, tem como objetivo conceder crédito presumido do ICMS ao estabelecimento industrial fabricante de polpa, extrato, suco ou molho de tomate, inclusive *ketchup*, de forma que a carga tributária resulte em 2% do valor da operação tributada, proporcionalmente às aquisições de tomate em operação interna, vedada a utilização de quaisquer outros créditos relativos à operação alcançada pelo tratamento. De acordo com a exposição de motivos, a medida tem por finalidade proteger a economia mineira, uma vez que o contribuinte industrial estabelecido no Estado tem suportado prejuízos concorrenciais com contribuintes estabelecidos no estado do Rio de Janeiro, em virtude de benefício semelhante concedido por meio da Lei nº 5.636, de 6/1/2010.

O tratamento tributário diferenciado adotado por meio do Decreto nº 46.452, de 28/2/2014, incide sobre o setor de comercialização de farinha de trigo e de mistura pré-preparada de farinha de trigo, pela alteração das alíneas "c" e "d" do subitem 19.4 da Parte I do Anexo IV do Regulamento do ICMS. O referido subitem dispõe que, na hipótese de aquisição de produto alimentício no item 19, com carga tributária superior a 7%, estando a operação subsequente beneficiada com a redução de base de cálculo prevista no dispositivo que resulta em carga tributária de 7%, o adquirente deve efetuar a anulação do crédito, de forma que a sua parte utilizável não exceda a 7% do valor da base de cálculo do imposto considerada na aquisição da mercadoria, exceto relativamente a alguns produtos, entre eles farinha de trigo e mistura pré-preparada de farinha de trigo. Conforme a exposição de motivos, a alteração promovida tem como objetivo deixar claro que a exceção relativa à anulação do crédito aplica-se somente aos produtos adquiridos de fabricante ou de centro de distribuição a ele vinculado, desde que ambos estabelecidos no Estado.

Como justificativa para a medida, são apresentados dispositivos presentes nas legislações estaduais, especialmente dos estados de São Paulo e Paraná. São Paulo editou o Decreto nº 52.585, de 2007, em que estabelece, no § 3º do art. 2º do Anexo II do Regulamento do ICMS que, relativamente às aquisições interestaduais de farinha de trigo e de mistura pré-preparada, o "crédito fiscal fica limitado ao correspondente a 7% do valor da operação...", sendo que, no § 2º, diz-se que não se exigirá o estorno do crédito nas aquisições internas. Já o Paraná, no item 26 do Anexo III do Regulamento do ICMS (Decreto nº 6.080, de 2012), concede 10% de crédito presumido, cumulado com os demais créditos, ao fabricante paranaense de farinha de trigo e mistura pré-preparada de farinha de trigo, resultando em carga tributária de 2% nas operações destinadas aos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Com isso, alega a exposição, o contribuinte mineiro fica em situação de desvantagem em relação aos seus concorrentes paulista ou paranaense nas vendas para aqueles Estados.



O tratamento tributário diferenciado adotado por meio do Decreto nº 46.544, de 25/6/2014, conforme a exposição de motivos, tem como objetivo atualizar o tratamento tributário nas operações relacionadas com a indústria naval e com a indústria de produção e de exploração de petróleo e de gás natural, pelo acréscimo do Capítulo V à Parte 1 do Anexo XVI do Regulamento do ICMS.

O Convênio ICMS 33/77, regulamentado em Minas Gerais no item 66 da Parte 1 do Anexo I do Regulamento do ICMS, explica a exposição, isenta as saídas de embarcações construídas no País e isenta a aplicação, pela indústria naval, de peças, partes e componentes utilizados no reparo, conserto e reconstrução de embarcações. Segundo a exposição, a maioria das unidades da Federação extrapola o alcance do convênio, ampliando o conceito de embarcações e concedendo isenção na saída de mercadorias para utilização no reparo, conserto, reconstrução, fabricação, modernização, transformação e conservação de embarcações. Por outro lado, conforme a exposição, o Convênio ICMS 130/2007, implementado em Minas Gerais pelos itens 178 e 179 da Parte 1 do Anexo I e pelos itens 57 e 64 da Parte 1 do Anexo IV, todos do Regulamento do ICMS, autoriza os estados e o Distrito Federal a conceder isenção, sem direito à manutenção do crédito correspondente, e redução de base de cálculo do ICMS em operação com bens ou mercadorias destinadas às atividades de pesquisa, exploração ou produção de petróleo e gás natural. Ao extrapolar o alcance do Convênio ICMS 33/77, a isenção concedida pela maioria das unidades de Federação, com manutenção do crédito correspondente, alcança a saída de tubos para construção de plataformas, produtos para construção de unidades flutuantes e produtos para construção de outras plataformas, geralmente utilizados para exploração e produção de petróleo ou de gás natural, que seria disciplinada pelo Convênio ICMS 130/07. Além disso, ainda conforme a exposição, a maioria das unidades da Federação desonera as saídas antecedentes à operação interestadual de remessa de mercadorias para estabelecimento operador/ concessionário contratado por pessoa jurídica domiciliada no exterior - operação também disciplinada pelo Convênio ICMS 130/2007 -, com diferentes tratamentos tributários (diferimento, isenção, crédito presumido e redução de base de cálculo) e reconhecem essa operação interestadual como sendo operação de “exportação ficta”, o que não é o caso de Minas Gerais, conforme Instrução Normativa SUTRI nº 004/2005.

As legislações de outras unidades da Federação que foram utilizadas como paradigmas para a concessão de medida de proteção da economia do Estado, conforme a exposição, são as seguintes:

- Decreto nº 48.115/2003, do Estado de São Paulo, que alterou a redação do § 1º do art. 107 do Anexo I do Regulamento do ICMS, concedendo benefícios fiscais que extrapolam o alcance do Convênio ICMS 33/77, relativamente ao conceito de atividades naval e correlatas e de embarcação, com prejuízo às indústrias mineiras de ferro ou aço e demais peças, partes e componentes para o setor naval, bem como isenção ou redução de base de cálculo do ICMS devido no desembarço aduaneiro de bens ou mercadorias importados para utilização em instalações de produção de petróleo e gás natural, em equipamentos de uso exclusivo na fase de exploração de petróleo e gás natural, em equipamentos de uso interligado às fases de exploração e produção ou em plataformas de produção enviadas para reparos ou manutenção em unidades industriais;

- Decreto nº 10.119/2014, do Estado do Paraná, que deu nova redação ao Regulamento do ICMS para introduzir o Capítulo LI “Do Complexo Naval no Estado do Paraná e Atividades Correlatas”, bem como o § 6º do art. 633 do Decreto nº 10.119/2014, relacionado ao conceito de atividades naval e correlatas e de embarcação;

- Decreto nº 58.388/2012, do Estado de São Paulo, que disciplina o Programa de Incentivo à Indústria de Produção e de Exploração de Petróleo e de Gás Natural no Estado de São Paulo, nos moldes do regime aduaneiro especial Repetro, desonerando as saídas antecedentes à operação interestadual de remessa de mercadorias para estabelecimento operador/concessionário contratado por pessoa jurídica domiciliada no exterior;

- Decreto nº 10.119/2014, do Estado do Paraná, que dá nova redação ao Capítulo LI do Regulamento do ICMS, que disciplina o tratamento tributário dispensado às empresas do complexo naval paranaense, concedendo isenção na saída de mercadorias destinadas à construção, conservação, modernização e reparo de embarcações;

- Decreto nº 3.166/2010, do Estado de Santa Catarina, que introduz no Regulamento do ICMS a Seção XXXIX do Capítulo V do Anexo 2, também extrapola o alcance do Convênio ICMS nº 33/77 ao disciplinar o tratamento tributário dispensado às empresas do complexo naval, concedendo isenção na saída de mercadorias destinadas à construção, conservação, modernização e reparo de embarcações;

- Decretos nºs 1.457-R/2005 e 2113-r/2008, do Estado do Espírito Santo, que, respectivamente, introduzem no Regulamento do ICMS nova redação ao art. 5º, LXXXI, para isentar a saída de embarcações, de bens e mercadorias destinadas a estabelecimento da indústria naval, e o Capítulo XLII-H no Título II, para conceder benefícios fiscais semelhantes aos das demais unidades da Federação nas operações com bens ou mercadorias destinadas às atividades de pesquisa, exploração ou produção de petróleo e gás natural;

- Decreto nº 50.652/2013, do Estado do Rio Grande do Sul, que introduz no Regulamento do ICMS nova redação aos itens LVIII e LIX da Seção I do Apêndice II, com benefícios fiscais semelhantes aos das demais unidades da Federação;

- Decreto 23.082/1997, do Estado do Rio de Janeiro, que extrapola o alcance do Convênio ICMS nº 33/77 nas operações internas e na importação de insumos, materiais e equipamentos para construção, conservação, modernização, reparo e conservação de embarcações;

- Decreto nº 41.142/2008, também do Rio de Janeiro, que concede isenção e redução de base de cálculo do ICMS em operação com bens ou mercadorias destinadas às atividades de pesquisa, exploração ou produção de petróleo e gás natural, inclusive a isenção nas operações antecedentes à saída destinada a estabelecimento operador/concessionário contratado por pessoa jurídica domiciliada no exterior;

- Decreto nº 29.592/2006, do Estado de Pernambuco, que disciplina a tributação do ICMS relativa ao Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco - Prodinpe -, extrapolando o alcance do Convênio ICMS nº 33/77;

- Decreto nº 32.018/2008, de Pernambuco, que concede isenção do ICMS à saída interna de matérias-primas e demais insumos destinados a estaleiro naval, bem como concede isenção na saída interna e interestadual de peças, partes e componentes utilizados no respectivo reparo, conserto e reconstrução, promovida por estaleiro naval;





- Decreto nº 34.545/2010, também de Pernambuco, que introduz no Regulamento do ICMS isenção, redução de base de cálculo do ICMS e a dispensa da cobrança antecipada do imposto, relativa ao diferencial de alíquota, nas operações com bens ou mercadorias destinadas às atividades de pesquisa, exploração ou produção de petróleo e gás natural.

Tendo em vista os benefícios acima referidos, conforme a exposição de motivos, Minas Gerais tomou as seguintes medidas:

- alteração do conceito de embarcação, com o objetivo de incluir as estruturas flutuantes ou plataformas flutuantes ou submersíveis listadas na Parte 3 do Anexo XVI, por meio do art. 10 do Capítulo V da Parte 1 do Anexo XVI do Regulamento do ICMS;

- aplicação do diferimento do lançamento do ICMS na saída de matéria-prima, de produto intermediário e de insumo de produção própria do estabelecimento industrial fabricante deste Estado, para estabelecimento industrial fabricante de mercadorias mencionadas no art. 12 do Capítulo V do Anexo XVI para conferir isonomia tributária das indústrias mineira com relação a outras unidades da Federação, por meio do art. 11 do mesmo capítulo;

- isenção relativa ao ICMS, com manutenção do crédito, das saídas promovidas pelo industrial fabricante do Estado de peças, partes e componentes para emprego na fabricação, reparo, conserto, reconstrução, modernização, transformação e conservação de embarcações; de tubos e perfis ocios sem costura dos tipos utilizados em oleodutos ou gasodutos, tubos para revestimento de poços, de produção ou suprimento, e hastes de perfuração, dos tipos geralmente utilizados na extração de petróleo ou de gás; e de equipamentos relacionados na Parte 10 do Anexo IV do Regulamento do ICMS, por meio do art. 12 do Capítulo V da Parte 1 do Anexo XVI do Regulamento do ICMS;

- redução da base de cálculo do ICMS, de forma que a carga tributária seja equivalente a 7,5%, com manutenção do crédito correspondente, ou, alternativamente, de forma que a carga tributária resulte em 3%, sem apropriação do crédito correspondente, na saída de partes, peças e componentes relacionados na Parte 5 do Anexo XVI do Regulamento, por meio do art. 13, inciso I, do Capítulo V da Parte 1 do Anexo XVI do Regulamento do ICMS;

- redução da base de cálculo do ICMS na entrada decorrente de importação, quando sem similar produzido no País, para emprego como matéria-prima, produto intermediário ou insumo na industrialização de mercadorias mencionadas no item anterior, por meio do art. 13, inciso II, do Capítulo V da Parte 1 do Anexo XVI do Regulamento do ICMS.

Com as medidas adotadas, conforme a exposição, o industrial fabricante mineiro pode adquirir matéria-prima e insumos com diferimento e aplicar a isenção com manutenção do crédito correspondente na saída de partes, peças, componentes, equipamentos, tubos e perfis ocios sem costura, tubos para revestimento de poços, de produção ou suprimento e hastes de perfuração, dos tipos geralmente utilizados em oleodutos ou gasodutos e na extração de petróleo ou de gás, quando destinados a estabelecimento habilitado ao Repetro, a estabelecimento operador/concessionário contratado por pessoa jurídica domiciliada no exterior ou a estaleiro não habilitado ao Repetro, inclusive a depósito alfandegado, quando houver a interveniência deste na logística da operação. Nas operações com esses equipamentos, peças, partes, tubos e perfis ocios sem costura e hastes de perfuração, aplica-se também a redução da base de cálculo do ICMS, com manutenção do crédito correspondente. Há ainda a redução da base de cálculo do imposto, com manutenção do crédito correspondente, na entrada decorrente de importação do exterior quando essas mercadorias não tiverem similar produzido no País, para emprego como matéria-prima, produto intermediário ou insumo na fabricação de equipamentos, peças, partes, tubos e hastes de perfuração.

O tratamento tributário diferenciado disposto no Decreto nº 46.436, de 5/2/2014, tem o objetivo de conceder crédito presumido aos produtores e às cooperativas de produtores de alho, nas saídas do produto, de acordo com a exposição de motivos, por meio da alteração da data de eficácia do benefício, disposta no inciso XXIV do art. 75 do Regulamento do ICMS, para 1º de janeiro de 2015. A vigência do dispositivo retroage a 1º de janeiro de 2014 para não haver descontinuidade do benefício, que originalmente terminaria em 31 de dezembro de 2013. A concessão do benefício, segundo a exposição, é decorrência de benefício idêntico concedido pelo Estado de Goiás, desde 1998, nos termos do disposto no inciso X do art. 11 do Anexo IX do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás.

O tratamento tributário diferenciado adotado por meio do Decreto nº 46.500, de 5/5/2014, consiste na redução da base de cálculo do imposto em 76%, no fornecimento de querosene de avião para contribuinte prestador de serviço de transporte aéreo de passageiros regular, para abastecimento de aeronaves em aeroporto mineiro, bem como na operação interna de transferência da mercadoria para o estabelecimento fornecedor. É assegurada a manutenção integral dos créditos decorrentes da entrada da mercadoria. Com o benefício, a carga tributária nessas operações resulta no equivalente a 6%. Para fazer jus ao benefício, o prestador de serviço deve firmar protocolo com o Estado e prestar o serviço de transporte aéreo de passageiros regular em, no mínimo, dez municípios no Estado. Além disso, o benefício está condicionado à concessão de regime especial pela Superintendência de Tributação e à adesão do fornecedor da mercadoria.

Segundo a exposição de motivos, a medida é decorrência de benefícios fiscais concedidos por outros estados, descritos a seguir:

- carga tributária equivalente a 5% na saída de querosene de aviação para aeronaves em voos regionais, sem a necessidade de apresentação de contrapartidas pelo beneficiário, concedida pelos Estados do Paraná, por meio da Lei nº 17.276, de 31/7/2012, e do Rio Grande do Sul, por meio do inciso LXVII do art. 23, Notas 1 e 2, do Livro I do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26/8/1997, com a redação dada pelo Decreto nº 50.681, de 26/9/2013;

- carga tributária equivalente a 3,25% na operação de entrada de querosene de aviação, sem a necessidade de apresentação de contrapartidas pelo beneficiário, concedida pelo Estado de Santa Catarina, por meio do inciso XI do art. 23 do Anexo 2 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001;

- redução da base de cálculo de modo que a carga tributária resulte em 15%, dispensado o estorno do crédito, ou carga tributária equivalente a 3%, desde que atendidas condições dispostas em regime especial, pelo Estado de Goiás, por meio dos incisos XXVII e LIII do art. 8º do Anexo IX do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.852, de 29/12/1997;

- redução de base de cálculo resultando em carga tributária variável entre 7 e 14%, dependendo do número de municípios atendidos pela empresa aérea, por meio do inciso XVIII do art. 268 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.780, de 16/3/2012.



Conforme a exposição, a grande maioria dos estados da Federação concedem benefícios fiscais para prestador de serviço de transporte aéreo de passageiros regular, reduzindo drasticamente a carga tributária normalmente aplicável nas operações com o querosene de aviação, seja por meio de redução da base de cálculo, seja pela concessão de crédito presumido. Estados como Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia e Rondônia, por exemplo, concederam expressivos benefícios fiscais ao setor de aviação comercial, objetivando o incremento de voos para o interior do Estado, buscando beneficiar regiões turísticas, em desenvolvimento industrial ou em bases estratégicas.

A política de investimentos das empresas aéreas, explica a exposição, leva em consideração a expectativa do número de voos, que está diretamente relacionado ao número de passageiros. O número de passageiros, por sua vez, varia de acordo com o preço das passagens, que podem tornar-se mais acessíveis com a redução do custo de aquisição do querosene de aviação, produto que representa 40% do custo da passagem aérea. Assim, a concessão do benefício favorece, em princípio, passagens mais acessíveis, o que permite fomentar o fluxo de usuários que exploram o turismo local, o comércio local, as operações de importação e exportação de mercadorias para os municípios atendidos. Além disso, o benefício tributário estimula o prestador de serviço de transporte aéreo de passageiros a manter regularidade de voos, propiciando comodidade aos usuários e estímulo à instalação de empresas na região.

De acordo com a exposição, o tratamento tributário diferenciado assegura isonomia e igualdade competitiva para empresas aéreas que operam com voos regionais no Estado.

O tratamento tributário diferenciado disposto no Decreto nº 46.590, de 1º/9/2014, segundo a exposição de motivos, altera o § 1º e revoga os §§ 2º a 5º do art. 1º do Decreto nº 46.458, de 2014, para retirar restrições à utilização do crédito presumido, concedido ao estabelecimento industrial fabricante de pá carregadeira, escavadeira hidráulica, retroescavadeira e motoniveladora, nas vendas realizadas em operações internas destinadas a usuário final ou em operações interestaduais. Conforme alega a exposição, a medida é motivada pela necessidade de assegurar ao contribuinte mineiro condições isonômicas de competitividade, tendo em vista benefício idêntico concedido por outras unidades da Federação. Como exemplo é citado o Estado do Paraná, que autoriza a manutenção integral dos créditos por entradas relacionados com as saídas beneficiadas, conforme Nota nº 5 relativa ao art. 22-A do Anexo III do Regulamento do ICMS.

O tratamento tributário diferenciado disposto no Decreto nº 46.495, de 29/4/2014, tem como objetivos promover:

- as alterações necessárias no art. 1º do Capítulo I do Anexo XVI do Regulamento do ICMS, no sentido de assegurar crédito presumido do ICMS, de forma que a carga tributária efetiva resulte no percentual de 0,1% nas saídas de carne e produtos comestíveis resultantes do abate de gado suíno, frescos, resfriados, congelados, salgados, secos, temperados ou defumados para conservação, e seus industrializados comestíveis, mesmo que enlatados ou cozidos, promovidas por estabelecimento abatedor que efetue ou encomende o abate neste Estado ou que realize a desossa de carne recebida de outros estabelecimentos, ou por indústrias de transformação ou processadores de carnes, relativamente às operações interestaduais.

- os ajustes necessários na alínea “b” do inciso III do § 2º do art. 75 do Regulamento do ICMS, para estabelecer a aplicação do benefício do crédito presumido quando o abate de aves, gado bovino, equídeo, bufalino, caprino, ovino ou suíno não for realizado no Estado, contanto que o processamento, desde a desossa, seja realizado no Estado pelo próprio contribuinte e a mercadoria seja destinada a pessoa jurídica, contribuinte ou não.

Segundo a exposição de motivos, o primeiro objetivo da medida é justificado por significativos benefícios concedidos pelos Estados da Bahia e do Rio de Janeiro ao setor de abate e fabricação de produtos de carnes, prejudicando drasticamente a competitividade das empresas mineiras que atuam neste setor. Já o segundo objetivo é motivado por benefícios fiscais concedidos pelo Estado da Bahia, por meio do § 1º do art. 271 do Capítulo IX do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.780, de 2012, na redação dada pelo Decreto nº 14.254, de 28 de dezembro de 2012, e pelo Estado do Rio de Janeiro, por meio do § 3º do art. 1º do Decreto 44.658, de 17 de março de 2014.

O tratamento tributário diferenciado disposto no Decreto nº 46.596, de 11/9/2014, tem como objetivo, por meio de nova redação ao Capítulo III da Parte I do Anexo XVI do Regulamento do ICMS, dar mais clareza sobre procedimentos para fruição do benefício fiscal, explicitar a quem ele é aplicável e tratar casos mais específicos, tais como as hipóteses de importação de arroz e de sua aquisição por empresa optante pelo regime do Simples Nacional.

Para tanto, deixa claro que:

- o recolhimento do imposto conforme previsto no capítulo, quando se tratar de arroz importado, deverá ser efetuado no momento do desembaraço aduaneiro da mercadoria;

- na hipótese de adquirente mineiro ser microempresa ou empresa de pequeno porte, optante pelo regime do Simples Nacional, o imposto recolhido conforme previsto no capítulo será definitivo em relação às operações subsequentes;

- na hipótese de remetente de outro Estado ser microempresa ou empresa de pequeno porte, optante pelo regime do Simples Nacional, a dedução no valor a recolher será obtido mediante a aplicação da alíquota interestadual sobre o valor da operação;

- no cálculo da antecipação prevista no capítulo, o estabelecimento industrial não poderá aplicar a redução de base de cálculo prevista no item 19 da Parte I do Anexo IV do RICMS, em razão do disposto no item 19.7;

- o valor do imposto a ser pago antecipadamente será informado em campo da NF-e, obrigatória para todos, retirando menção à nota fiscal modelo I ou I-A;

- a antecipação prevista no capítulo não se aplica à aquisição de mercadoria em operação de importação alcançada pelo diferimento;

- a antecipação prevista no capítulo aplica-se ao recebimento da mercadoria em transferência, devendo esse dispositivo retroagir a 29 de maio de 2014, data de vigência do Decreto nº 46.517, de 2014.

Conforme a exposição de motivos, o benefício, instituído pelo Decreto nº 46.517, de 2014, é motivado pela concessão, pelo Estado do Rio Grande do Sul, de crédito presumido às indústrias beneficiadoras de arroz, nas operações interestaduais, de até 7%, nos termos do art. 32, inciso XXXIII, do Regulamento do ICMS, Decreto nº 37.699, de 1997, com vigência a partir de 1º de dezembro de 2013.

O tratamento tributário diferenciado disposto no Decreto nº 46.488, de 11/4/2014, tem como objetivos:



- conceder tratamento tributário para assegurar crédito presumido do ICMS de forma que a carga tributária efetiva resulte no percentual de 0,1% nas saídas de carne e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, caprino ou ovino, frescos, resfriados, congelados, salgados, secos, temperados ou defumados para conservação, e seus industrializados comestíveis, mesmo que enlatados ou cozidos, promovidas por estabelecimento abatedor que efetue ou encomende o abate neste Estado, ou que realize a desossa de carne recebida de outros estabelecimentos, ou por indústrias de transformação ou processadores de carnes, relativamente às operações interestaduais;

- estabelecer regras de transição para os contribuintes detentores de regime especial de caráter individual, que concedem crédito presumido equivalente ao débito do imposto nas operações interestaduais, ou seja, resultando em carga tributária efetiva igual a zero, tendo em vista a superveniência do art. 1º do Anexo XVI do Regulamento do ICMS, passando a prevalecer a carga tributária de 0,1%;

- promover os ajustes necessários no art. 75, inc. IV e § 2º, do RICMS, para explicar que a desossa está compreendida no conceito de processamento, independentemente do local do abate, tendo em vista as alterações promovidas no art. 32-C da Lei nº 6.763, de 1975, pela Lei nº 20.540, de 2012, bem como restringir o benefício relativo ao processamento às operações entre contribuintes (arts. 2º e 6º).

A motivação para a implementação da medida, de acordo com a exposição, é a concessão de significativos benefícios fiscais pelo Estado do Paraná, por meio do item 15 do Anexo III do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.080, de 29 de setembro de 2012, na redação dada pelo Decreto nº 8.648, de 31 de julho de 2013, ao setor de abate e fabricação de produtos de carnes, prejudicando drasticamente a competitividade das empresas mineiras que atuam neste setor.

#### Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela ratificação dos tratamentos tributários diferenciados concedidos a diversos setores da economia mineira, por meio do projeto de resolução a seguir apresentado.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº ... /2014

Ratifica tratamentos tributários diferenciados concedidos a setores da economia mineira, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão dos tratamentos tributários diferenciados, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 721/2014, instituídos pelos seguintes decretos, para contribuintes mineiros dos setores mencionados:

I - Decreto nº 45.587, de 15 de abril de 2011, para o setor de produtos alimentícios resultantes do abate de galos e galinhas, inclusive os frangos, e de carne bovina;

II - Decreto nº 45.787, de 1º de dezembro de 2011, para o setor de abate de aves e de geração de energia elétrica a partir de biomassa resultante da industrialização e de resíduos da cana-de-açúcar;

III - Decreto nº 45.515, de 15 de dezembro de 2010, para o setor de leite e seus derivados e de produtos alimentícios resultantes do abate de gado bovino e suíno;

IV - Decreto nº 45.688, de 11 de agosto de 2011, para o setor de produtos comestíveis resultantes do abate de perus e peruas;

V - Decreto nº 45.630, de 7 de julho de 2011, para o setor industrial com atividade relacionada na Parte 6 do Anexo IX do Regulamento do ICMS - RICMS -, aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002;

VI - Decreto nº 46.269, de 3 de julho de 2013, para o setor importador de mercadoria de país signatário de acordo internacional;

VII - Decreto nº 46.253, de 6 de junho de 2013, para o setor de fabricação, manutenção ou reparo de trens, locomotivas ou vagões destinados às redes de transportes públicos de passageiros sobre trilhos;

VIII - Decreto nº 46.124, de 4 de janeiro de 2013, para o setor de programas para computador;

IX - Decreto nº 46.575, de 5 de agosto de 2014, para o setor industrial fabricante de carroceria para caminhões e automóveis, reboque e semirreboque, e prestador do serviço de transporte rodoviário de cargas;

X - Decreto nº 46.517, de 28 de maio de 2014, para o setor beneficiador de arroz;

XI - Decreto nº 46.586, de 20 de agosto de 2014, para o setor de extração e beneficiamento de ardósia, granito e mármore e de aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras;

XII - Decreto nº 46.538, de 11 de junho de 2014, para o setor beneficiador de arroz;

XIII - Decreto nº 46.545, de 26 de junho de 2014, para o setor industrial fabricante de polpa, extrato, suco ou molho de tomate, inclusive *ketchup*;

XIV - Decreto nº 46.452, de 28 de fevereiro de 2014, para o setor de comercialização de farinha de trigo e de mistura pré-preparada de farinha de trigo;

XV - Decreto nº 46.544, de 25 de junho de 2014, para o setor das indústrias naval e de produção e de exploração de petróleo e de gás natural;

XVI - Decreto nº 46.436, de 5 de fevereiro de 2014, para o setor produtor e das cooperativas de produtores de alho;

XVII - Decreto nº 46.500, de 5 de maio de 2014, para o setor prestador de serviço de transporte aéreo regular de passageiros;

XVIII - Decreto nº 46.590, de 1º de setembro de 2014, para o setor industrial fabricante de pá carregadeira, escavadeira hidráulica, retroescavadeira e motoniveladora;

XIX - Decreto nº 46.495, de 29 de abril de 2014, para o setor industrial fabricante de carne e de produtos comestíveis resultantes do abate de gado suíno;

XX - Decreto nº 46.596, de 11 de setembro de 2014, para o setor beneficiador de arroz;



XXI - Decreto nº 46.488, de 11 de abril de 2014, para o setor industrial fabricante de carne e de produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, caprino ou ovino.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2014.

Zé Maia, presidente e relator - Lafayette de Andrada - Fabiano Tolentino - Wander Borges.

## **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 32/2012**

### **Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Relatório**

O Projeto de Lei Complementar nº 32/2012, de autoria da deputada Liza Prado, visa a instituir a Região Metropolitana de Uberlândia.

Foi juntado à proposição o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira e Social da Criação da Região Metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e seu Colar de Influência Regional, produzido pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como parecer técnico prévio exigido pelo art. 44 da Constituição do Estado e pelo art. 3º da Lei Complementar nº 88, de 12/1/2006.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, por ela apresentado.

Agora, vem a proposição a este órgão colegiado a fim de receber parecer quanto ao mérito, conforme dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, II, alínea "f", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O projeto de lei, originado do desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 15/2011, versa sobre uma porção territorial do Estado de elevado desenvolvimento social e econômico, compreendida por municípios pertencentes às regiões de planejamento Triângulo e Alto Paranaíba. A autora afirma na justificativa que os Municípios de Uberlândia, Araguari, Monte Alegre de Minas, Prata, Indianópolis, Veríssimo, Campo Florido, Tupaciguara e Canápolis constituem uma região próspera do Estado de Minas Gerais e que, por serem interligados entre si, já fazem por merecer a criação de uma política que promova a integração e o planejamento das diretrizes de crescimento comum e de forma ordenada.

O estudo pensado ao projeto traz uma consolidação dos principais indicadores sociais e econômicos da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - TMAP -, inclusive relativos ao aspecto demográfico - composição da população por sexo, idade e local de moradia, taxas de crescimento populacional, expectativa de vida ao nascer, imigração e emigração -, ao mercado de trabalho - taxa de participação, população economicamente ativa, ocupação por setor e ramos de atividade e desemprego -, à atividade econômica - estrutura produtiva e outras análises dos três grandes setores econômicos -, às finanças públicas - receitas e despesas municipais -, e aos indicadores das áreas de saúde, assistência e educação (p. 72 a 278).

Fundamentado em importantes referências bibliográficas e baseado no fato de a metrópole se destacar por indicadores de tamanho populacional, importância econômica e pelo desempenho de funções complexas e diversificadas, formando uma hierarquia funcional e um verdadeiro campo de forças centrípetas e centrífugas em sua área de influência, apresenta dados estatísticos que comprovariam tanto o peso demográfico e econômico da região quanto sua centralidade no contexto dos fluxos populacionais, econômicos e de conhecimento mineiros e brasileiros.

Em seguida, diminui a importância da conurbação como elemento definidor de uma metrópole, afirmando que as formações urbanas contemporâneas, embora ainda herdeiras das formas pretéritas de ocupação adensada do solo, contemplam cada vez mais uma interdependência funcional aliada à integração espacial pelo fluxo de pessoas, mercadorias e serviços, sem a necessária contiguidade física. Segundo o estudo, a região do TMAP se enquadraria como metrópole, pois, apesar de não apresentar uma contiguidade física entre seus núcleos urbanos principais, apresentaria outras características como: ocupar posição geográfica estratégica; receber volume expressivo de investimentos e alto fluxo de comércio; sediar empresas de importância nacional; exportar fatores de produção; ter instituições econômicas, sociais, culturais e científicas com representação fora da região; interligar-se diretamente com outras regiões por meio de transportes e comunicação; possuir setor de serviços e mídia de repercussão e difusão extrarregionais; acolher encontros e eventos importantes; e possuir uma população com composição étnica diversificada.

Todos esses aspectos foram devidamente apontados ao longo das 300 páginas do estudo produzidas pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, instituição de pesquisa com notório conhecimento e experiência em estudos regionais e urbanos, utilizando dados atualizados e oriundos de fontes especializadas, conforme regras definidas no §1º do art. 3º da Lei Complementar nº 88, de 12/1/2006.

Em nosso entendimento, a criação de regiões metropolitanas para fomentar o desenvolvimento regional atende a um paradigma democrático de descentralização e desconcentração do poder político, que permite a gestão de problemas e a criação de soluções atentas às peculiaridades locais, algo imprescindível para um estado de dimensões nacionais como Minas Gerais, pois permite maior diálogo e interação entre os municípios integrantes e suas populações e maior proximidade dos gestores com o governo estadual.

O estudo apresenta os dados exigidos pela legislação para criação de região metropolitana, quais sejam: população e crescimento demográfico, com projeção quinquenal; grau de conurbação e movimentos pendulares da população; atividade econômica e perspectivas de desenvolvimento; fatores de polarização; deficiência dos serviços públicos, em um ou mais municípios, com implicação no desenvolvimento da região.

Embora não haja conurbação entre os municípios em questão, há grande e contínuo movimento pendular da população entre essas áreas, como se depreende do fato de serem esses municípios referenciais nas políticas públicas regionais de saúde, cuja organização, quando pensada no nível supramunicipal, é a mais avançada e sensível dentre as políticas públicas já desenvolvidas. Outros



municípios que compõem a região, apesar de não possuírem essa característica, são essenciais para fins de ligação e trânsito entre os primeiros.

Em nosso entendimento, o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, não coincide com as conclusões do estudo, que indicam a viabilidade de implementação de uma região metropolitana, e não de uma aglomeração urbana, motivo pelo qual somos favoráveis ao texto original da proposição.

Porém, consideramos que o texto original também possui algumas lacunas, a saber: falha ao propor a criação da Região Metropolitana de Uberlândia, pois entendemos como mais adequada a criação da Região Metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; não coincidência dos municípios nele citados com os apresentados no estudo; falta de referência aos municípios que comporiam o colar metropolitano. Para corrigir tais lacunas, apresentamos substitutivo ao projeto.

#### Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 32/2012, na forma do Substitutivo nº 2, que apresentamos.

### SUBSTITUTIVO Nº 2

Institui a Região Metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Região Metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, integrada pelos Municípios de Araguari, Araxá, Campina Verde, Campo Florido, Frutal, Guimarães, Ituiutaba, Iturama, Monte Carmelo, Patos de Minas, Patrocínio, Pirajuba, Prata, Perdizes, Sacramento, Uberaba e Uberlândia.

Art. 2º - Haverá dois colares metropolitanos, integrantes para fins de planejamento, organização e execução das funções públicas de interesse comum, constituídos pelos seguintes municípios:

I - Colar Metropolitano 1: Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araporã, Centralina, Conquista, Coromandel, Cachoeira Dourada, Canápolis, Capinópolis, Cascalho Rico, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Delta, Douradoquara, Estrela do Sul, Fronteira, Grupiara, Indianópolis, Iraí de Minas, Itapagipe, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte, Pedrinópolis, Planura, Romaria, Santa Juliana, São Francisco de Sales, Tupaciguara e Veríssimo.

II - Colar Metropolitano 2: Arapuá, Carneirinho, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Cruzeiro da Fortaleza, Gurinhatã, Ibiá, Ipiacu, Lagoa Formosa, Limeira do Oeste, Matutina, Pratinha, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, Serra do Salitre, São Gotardo, Tapira, Tiros e União de Minas.

Art. 3º - Os distritos que vierem a se emancipar, por desmembramento de municípios pertencentes à Região Metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, também passarão a integrar o seu Colar Metropolitano.

Art. 4º - Lei complementar disporá sobre os órgãos e os instrumentos de gestão da Região Metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2014.

Paulo Lamac, presidente - Elismar Prado, relator - Luiz Henrique.



## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Santa Rita do Sapucaí - pelos seus 45 anos de existência (Requerimento nº 8.914/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Escola Estadual Bernardo Monteiro pelo seu centenário de criação (Requerimento nº 8.983/2014, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pela criação do Orçamento Participativo para Crianças e Adolescentes, no âmbito da rede municipal de ensino (Requerimento nº 9.038/2014, da deputada Luzia Ferreira).



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/12/2014, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Deiró Marra

nomeando José Geraldo Marques para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Gustavo Valadares

exonerando, a partir de 22/12/2014, Larissa Maria Oliveira do Carmo do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas; nomeando Jordana Espindola Duarte para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas.



**Gabinete da Deputada Luzia Ferreira**

exonerando, a partir de 22/12/2014, Dayse Regina Pereira Félix do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas; nomeando Nilce Maciel Cardeal para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2014**

**NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 197/2014**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que o edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de uniformes de trabalho, teve a sua sessão pública virtual adiada para as 9h30min do dia 6/1/2015.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2014.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

**TERMO DE CONTRATO Nº 78/2014**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Venge Construções e Tecnologia Ltda. Objeto: fornecimento e instalação de fibra óptica. Vigência: três meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 81/2014. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 119/2014**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Algar Multimídia S. A. Objeto: serviço de acesso à internet. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação do contrato, sem reajuste. Vigência: de 1º/3/2015 a 29/2/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 121/2014**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ace Seguradora S.A. Objeto: seguro para o Edifício Carlos Drummond de Andrade. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, sem reajuste de preços. Vigência: de 0 hora de 13/12/2014 até 0 hora de 13/12/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 18/2014**

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Câmara Municipal de Varginha. Objeto: cessão de tempo na programação da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a partir da assinatura.



**ERRATA**

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/12/2014, na pág. 72, na Conclusão, onde se lê:

“e com as Emendas nºs 478 a 526 apresentadas ao final do parecer”, leia-se:

“e com as Emendas nºs 478 a 528, apresentadas ao final do parecer”.